



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

**Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA**

**TALITA DE MELO LIRA**

**FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS COMO ARTEFATO HUMANO:  
unidade de conservação de papel ou de carne e osso?**

**Manaus**

**2017**



**TALITA DE MELO LIRA**

**FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS COMO ARTEFATO HUMANO:  
unidade de conservação de papel ou de carne e osso?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia.

**Orientador: Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski**

**Manaus**

**2017**

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Lira, Talita de Melo

L788f Floresta estadual de Maués como artefato humano : unidade de conservação de papel ou de carne e osso? / Talita de Melo Lira. 2017

301 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Antônio Carlos Witkoski

Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Floresta estadual. 2. Políticas públicas. 3. Comunidades ribeirinhas. 4. Participação social. I. Witkoski, Antônio Carlos II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**TALITA DE MELO LIRA**

**FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS COMO ARTEFATO HUMANO: unidade de conservação de papel ou de carne e osso?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski, orientador e presidente da Banca Examinadora.**  
**Universidade Federal do Amazonas.**

---

**Profa. Dra. Marilene Corrêa da Silva Freitas, membro.**  
**Universidade Federal do Amazonas**

---

**Prof. Dr. João Bosco Ladislau de Andrade, membro**  
**Universidade Federal do Amazonas**

---

**Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz, membro.**  
**Universidade Federal do Amazonas**

---

**Prof. Dr.: Tiago da Silva Jacaúna, membro**  
**Universidade do Estado do Amazonas**

Manaus, 02 de Maio de 2017

## Dedicatória

À minha mãe (*in memoriam*), que sempre sonhou em ter uma filha doutora e não economizou esforços para que isso acontecesse.

Saudades eternas!

## AGRADECIMENTOS

À Deus, pelo seu infinito amor e misericórdia, pois tem me sustentado a cada dia.

À minha família, em especial meu Pai Antoneto Nogueira Lira que proporcionou as condições para que eu pudesse estudar, bem como pela motivação, compreensão e refúgio.

Ao meu marido Wedson José de Araújo pelo apoio e compreensão, pois aceitou adiar o nosso casamento para que eu pudesse me dedicar para conclusão da tese.

Ao meu orientador Prof. Dr. Antônio Carlos Witkoski pela generosidade em aceitar a minha orientação no meio da caminhada, pela competência nas orientações e principalmente, pela amizade. Eu aprendi muito com o senhor nesta caminhada, o senhor é um exemplo de vida para mim.

À Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves por ter acreditado em mim e sempre me incentivar a prosseguir. Agradeço muitíssimo pelo apoio e por ter me direcionado nos meus primeiros passos como pesquisadora.

Às minhas alunas bolsistas Érica Goulart da Silva e Rayane Viana que me ajudaram na pesquisa de campo e sistematização das informações.

Às amigas do Grupo de Estudos (Witkoskianas), Eloísa, Marília, Aline, Talita, Martha e Viviane pela solidariedade, amizade e trocas de experiências. Foi enriquecedor a convivência com vocês.

Ao Grupo Inter-Ação pelo apoio logístico na realização da pesquisa de campo.

À minha amiga Ághata Teixeira Silva pelo companheirismo e por compartilhar momentos de alegrias e angústias nessa caminhada.

À minha amiga Patrícia Cavalcante Souza pelo apoio psicológico e espiritual.

Aos comunitários da Floresta Estadual de Maués pelo carinho e pelo modo tão acolhedor que me receberam nas comunidades, com vocês eu aprendi muitas lições que eu vou levar pra vida toda e que me fizeram respeitar ainda mais o seu modo de vida.

Aos conselheiros do COGEF que aceitaram a participar da pesquisa, agradeço pela confiança, se não fossem as suas valiosas contribuições, essa pesquisa não tinha se concretizado, bem como pela oportunidade da intercambio de saberes.

À gestora da Floresta Estadual de Maués e gestores do DEMUC que aceitaram de boa vontade contribuir com o estudo.

Aos Meus irmãos da Renovo, pelas orações e força que me sustentaram para chegar até o fim desta etapa.

À Universidade Federal do Amazonas, pela oportunidade de estudar nesta instituição de ensino.

Aos professores e colaboradores do Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia pelo conhecimento propiciado, que possibilitou a construção do arcabouço teórico-metodológico.

À CAPES, pelo apoio na concessão da bolsa de Estudo.

[...] os homens devem estar em condições de viver para poder 'fazer história'. Mas, para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. (MARX; ENGELS, 1999, p. 39).

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a participação social dos ribeirinhos no processo de gestão da Floresta Estadual de Maués. Para tal, buscou-se mapear a organização sociopolítica nas comunidades ribeirinhas que pertencem a Floresta Estadual de Maués; identificar a forma de participação social dos ribeirinhos no Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués; compreender as relações de poder que se estabelecem na gestão da Floresta Estadual de Maués; analisar os limites e possibilidades da participação social no âmbito da gestão da Floresta Estadual de Maués. O estudo objetivou contribuir com o debate acadêmico científico com uma abordagem de políticas públicas no campo interdisciplinar, construída na interface da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia. Quanto aos procedimentos metodológicos, foi feita a escolha pela pesquisa qualitativa, ancorada nos pressupostos dialéticos, que permitiu no decorrer da pesquisa valorizar a contradição do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa, bem como as oposições entre o todo e as partes e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens, a relação intrinsecamente dinâmica entre sujeito-sujeito. No que concerne as técnicas de pesquisa, foi utilizado o Formulário de Infraestrutura, Entrevistas Semiestruturadas e Observação Participante. No que tange à relevância acadêmico-científica, esta se expressa nesse estudo através da: 1 produção de novos conhecimentos sobre democracia e participação social na gestão de políticas públicas; 2 oportunidade de produção de subsídios para formulação de Políticas Ambientais que considerem as comunidades tradicionais como um agente ativo sujeito de direito; 3 contribuição para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional sobre a referida temática. Em relação aos resultados destacam-se: 1 o mapeamento das organizações sociais nas comunidades ribeirinhas pertencentes a Floresta Estadual de Maués – foi mapeado a participação em partidos políticos, sindicatos cooperativas e associação; 2 no COGEF foi identificado como se estabelecem as relações de poder e foi observado que apesar de paritário o poder é hierarquizado, o Estado detém o poder maior, em seguida os conselheiros institucionais e por fim os conselheiros comunitários numa condição inferior; 3 em relação a análise dos limites e possibilidades da participação social no âmbito da gestão da Floresta Estadual de Maués, foi analisado dentre os principais limites o custo diferenciado da participação; 4 as reuniões só acontecem na sede e dificulta o acesso dos conselheiros comunitários; 5 possuem menores rendas e disponibilidade de tempo, em comparação com os conselheiros institucionais; 6 falta de capacitação técnica; 7 falta de coesão entre os conselheiros comunitários; 8 falta de interação entre os conselheiros institucionais e conselheiros comunitários – só se encontram nas reuniões de conselhos e pouco interagem entre si; falta de uma visão mais ampla sobre participação e organização política. São vários os limites e fragilidades encontrados na participação dos conselheiros comunitários no âmbito do COGEF, mas, ainda assim vislumbra-se um campo de possibilidades para que esses espaços se tornem de fato uma alavanca da democracia. Os conselhos gestores são fruto de lutas e demandas populares e de pressão da sociedade civil pela redemocratização do país. Eles criam uma nova esfera pública não estatal. Trata-se de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, porque eles viabilizam a participação de segmentos sociais até então excluídos dos processos de decisões políticas. A partir dos resultados, entende-se que a participação dos ribeirinhos no âmbito do COGEF não tem possibilitado a emancipação política, o conselho tem se limitado a ser um espaço de apresentação de demandas e denúncias. Apesar de a participação dos ribeirinhos serem ainda limitadas e estarem aquém de uma participação emancipatória, ainda sim possuem potencial transformador.

**Palavras-chave:** Floresta Estadual. Políticas públicas (ambientais). Comunidades tradicionais. Participação social.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the social participation of the riverside in the process of management of the State Forest of Maués. For this purpose, we sought to map the sociopolitical organization in the riverside communities that belong to Maués State Forest; To identify the form of social participation of the riparians in the Management Council of the Maués State Forest; Understand the power relations that are established in the management of the State Forest of Maués; Analyze the limits and possibilities of social participation in the management of the Maués State Forest. The study aimed to contribute to the scientific academic debate with an approach of public policies in the interdisciplinary field, built in the interface of Sociology, Political Science and Anthropology. As for the methodological procedures, the choice was made by the qualitative research, anchored in the dialectical presuppositions, which allowed during the course of the research to value the contradiction of the observed fact and the creative activity of the subject that observes, as well as the oppositions between the whole and the parts and The links of knowledge and action with the social life of men, the intrinsically dynamic relation between subject-subject. As far as research techniques are concerned, the Infrastructure Form, Semistructured Interviews and Participating Observation were used. Regarding the academic-scientific relevance, this is expressed in this study through: 1 production of new knowledge about democracy and social participation in the management of public policies; 2 an opportunity to produce subsidies for the formulation of Environmental Policies that consider traditional communities as an active agent subject of law; 3 contribution to the debates in different regional, national and international forums on the said theme. In relation to the results, the following stand out: 1 the mapping of social organizations in the riverside communities belonging to the State Forest of Maués - the participation in political parties, cooperative unions and association was mapped; 2 in the COGEF was identified as establishing power relations and it was observed that although peerage power is hierarchical, the state holds the highest power, then the institutional advisers and finally the community councilors in a lower condition; 3 in relation to the analysis of the limits and possibilities of social participation in the management of the Maués State Forest, the different cost of participation was analyzed among the main limits; 4 meetings only take place at headquarters and hinder access by community councilors; 5 have lower incomes and availability of time compared to institutional advisors; 6 lack of technical training; 7 lack of cohesion among community advisers; 8 lack of interaction between institutional advisers and community advisers - are only present at council meetings and have little interaction with one another; Lack of a broader view of political participation and organization. There are several limits and weaknesses found in the participation of community councilors within COGEF, but there is still scope for possibilities for these spaces to become a lever for democracy. The management councils are fruit of popular struggles and demands and civil society pressure for the re-democratization of the country. They create a new non-state public sphere. This is a new pattern of relationship between State and society, because they enable the participation of social segments previously excluded from political decision-making processes. From the results, it is understood that the participation of the riverside in the scope of the GOGEF has not made possible the political emancipation, the council has been limited to be a space of presentation of demands and denunciations. Although the participation of the riverside is still limited and they fall short of emancipatory participation, they still have transformative potential.

Keywords: State Forest. Public (environmental) policies. Traditional communities. Social participation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 -	Mapa do município de Maués.....	29
Figura 02 -	Mapa da Floresta Estadual de Maués.....	31
Figura 03 -	Esquema dos principais eventos/documentos internacionais que balizam a discussão socioambiental.....	43
Figura 04 -	Organograma do UGMUC.....	86
Figura 05 -	Mapa do Corredor Central da Amazônia.....	90
Figura 06 -	Mapa de Localização das Terras Indígenas, Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais no Amazonas...	92
Figura 07 -	Mapa do município de Maués com destaque para Floresta Estadual de Maués.....	103
Figura 08 -	Mapa de localização das comunidades polos do município de Maués.....	105
Figura 09 -	Mosaico de UCs e projetos de assentamento no município de Maués.....	120
Figura 10-	Localização da Floresta Estadual de Maués com destaque para as comunidades ribeirinhas.....	121
Figura 11 -	Benefícios concedidos pela FAZ: Cartão Bolsa Floresta, Ambulancha, Empreendimento de Meliponicultura, Sede Social.....	128
Figura 12 -	Croqui da Comunidade Frente São Jorge.....	132
Figura 13 -	Mutirão na comunidade Vila Nova Maringá.....	140
Figura 14 -	Puxirum na comunidade Santo Antônio do Pucú.....	140
Figuras 15 e 16 -	Habitações da comunidade Vila Darcy.....	146
Figuras 17 e 18 -	Casas construídas pelo INCRA.....	147
Figura 19 -	Esquema analítico de terra, floresta e água de trabalho.....	150
Figura 20 -	Comunitário fazendo farinha na comunidade Ebenezer .....	151
Figura 21 -	Plantação de guaraná na comunidade Vila Darcy.....	151
Figura 22 -	Instrumento de trabalho: Pilão de guaraná, carrinho de mão e	152

	enxada.....	
Figura 23 -	Criação de galinha na comunidade Vila Darcy.....	155
Figura 24 -	Seu Moisés construindo canoa na comunidade de Mucajá.....	157
Figura 25 -	Seu José realizando a pesca com malhadeira, comunidade Acaoera.....	159
Figura 26 -	Instrumento de trabalho: Malhadeira, arpão, remo e canoa.....	162
Figura 27 -	Mapa da FLORESTA de Maués com destaque para divisão dos setores da COGEF.....	179
Figuras 28 e 29 -	Fotos da oficina para composição do COGEF em 2009.....	180
Figura 30 -	A gestão de uma unidade de conservação e a interação entre várias entidades.....	180
Figura 31 -	Primeira reunião do COGEF realizada em 2010.....	190
Figura 32 -	Última reunião do COGEF realizada em 2015.....	190
Figura 33 -	Base Terrestre do Rio Parauari.....	193
Figura 34 -	Base Terrestre do Rio Apocuitaua.....	193
Figura 35 -	Esquema das relações de poder no COGEF.....	199
Figura 36 -	Mapa da fitofisionomia da Floresta de Maués.....	209

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Técnicas e instrumentais de pesquisa.....	32
Quadro 02 - Principais Elementos da Degradação Ambiental.....	38
Quadro 03 - Síntese do arcabouço político-institucional de construção e consolidação da Política Ambiental no Brasil.....	53
Quadro 04 - Grupos e Categorias de Unidades de Conservação previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000).....	60
Quadro 05 - Projeto Geopolítico de Ocupação do Território e de Desenvolvimento Econômico planejado pelo Estado.....	63
Quadro 06 - Princípios do Desenvolvimento Sustentável e as consequências das políticas ambientais voltadas para a Amazônia.....	69
Quadro 07 - Diretrizes Estratégicas do Governo do Estado do Amazonas....	78
Quadro 08 - Os critérios de exigência do Programa Zona Franca Verde.....	81
Quadro 09 - Influências dos princípios do desenvolvimento sustentável nas ações da política ambiental no município de Maués.....	108
Quadro 10 - Benefícios concedidos para as comunidades.....	126
Quadro 11 - Principais espaços de participação social e diálogos existentes na administração pública federal.....	172
Quadro 12 - Formação do Conselho Gestor da FLORESTA de Maués em 2009.....	181
Quadro 13 - Comunidades e Conselheiros.....	182
Quadro 14 - Instituições e Conselheiros.....	183
Quadro 15 - Pautas e deliberações das reuniões do COGEF.....	194
Quadro 16 - Objetivos do Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués...	225

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Plano de Manejo.....	84
Gráfico 02 - Conselho Gestor.....	85

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Distribuição de UCs no Bioma Amazônia.....	83
Tabela 02 -	Unidades de Conservação no Estado do Amazonas.....	84
Tabela 03 -	Unidades de conservação estaduais por categoria.....	88
Tabela 04 -	Origem de recursos extraordinários em reais (R\$).....	93
Tabela 05 -	Lotação de pessoal no CEUC.....	94
Tabela 06 -	Investimentos realizados.....	125
Tabela 07 -	Nº de famílias beneficiadas.....	124
Tabela 08 -	Comunidades da Floresta Estadual de Maués.....	134
Tabela 09 -	Comunidades, fundadores, data de fundação e religião.....	136
Tabela 10 -	Organização Política.....	164
Tabela 11 -	Frequência dos conselheiros nas reuniões do COGEF no período de 2010 a 2016.....	191



## LISTA DE SIGLAS

AAV	Agentes Ambiental Voluntário
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
AFLORAM	Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas
AIA	Avaliação de Impactos Ambientais
AMAFLOEMA	Associação dos moradores da Floresta Estadual de Maués
AMBEV	<i>American Beverage Company</i>
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ASAC	Associação Agroextrativista dos Produtores da Floresta
ASAEMS	Associação Agroextrativista do Monte Sinai do Rio Pacoval
ASCALBA	Associação Comunitária Agrícola Agroextrativista da Liberdade do Alto Apocuitaua
ASPAFEMP	Associação dos Produtores Agroextrativistas da Floresta de Maués
BFA	Bolsa Floresta Associação
BFF	Bolsa Floresta Familiar
BFR	Bolsa Floresta Renda
BFS	Bolsa Floresta Social
CCA	Corredor Central da Amazônia
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CDRU	Concessões de Direito Real de Uso
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável
CECLIMA	Centro Estadual de Mudanças Climáticas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEUC	Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas

CITES	Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção
CGU	
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil
CNPT	Centro Nacional de Populações Tradicionais
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de conservação
CNUDS	Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável
COP	Conferência de Partes
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONGEF	Conselho Gestor da Floresta
DEMUC	Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação
DIF	Departamento de Infraestrutura e Finanças
DMGR	Departamento de Geração de Renda
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DP	Departamento de Proteção
DPMA	Departamento de Pesquisa e Monitoramento Ambiental
DPT	Departamento de Populações Tradicionais
DPE	Departamento de Programas Especiais
EE	Estação Ecológica
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FAZ	Fundação Amazônia Sustentável
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
FLONA	Floresta Nacional
FLORESTA	Floresta Estadual
FLONA	Floresta Nacional

FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal
FUNAI	
FVA	Fundação Vitória Amazônica
GT	Grupo de Trabalho
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IMA	Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas
IMAZON	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITEAM	Instituto de Terras do Amazonas
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
KFW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i>
MAB	Movimentos dos Atingidos por Barragens
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural

MPP	Movimento dos Pescadores do Pará
MOPEBAM	Movimento dos Pescadores do Baixo Amazonas
MONAPE	Movimento Nacional dos Pescadores
MPA	Movimentos dos Pescadores Artesanais
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPP	Oficina de Planejamento Participativo
Oscip	Organização da sociedade civil de interesse público
PAREST	Parque Estadual
PBF	Programa Bolsa Floresta
PCE	Projeto Corredores Ecológicos
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Maués
PG	Plano de Gestão
PGAI	Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Amazonas
PN	Parque Nacional
PNAP	Plano Estratégico Nacional para Áreas Protegidas
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPA	Planos Plurianuais
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil
PROBUC	
PROCERA	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PZFV	Programa Zona Franca Verde
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
REDD	Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal
Resex	Reservas Extrativistas
RF	Reserva Faunística
RH	Recursos Humanos
RPDS	Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável
RPPN	Reserva Particulares do Patrimônio Natural
RVS	Refúgio da Vida Silvestre
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável
SEAE	Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo
SEDEMA	Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral
SEPROR	Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas
SFB	Serviço Florestal Brasileiro –
SIMUC	Sistema Municipal de Unidades de Conservação
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPEVEA	Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TI	Terra Indígena
UC	Unidade de Conservação

UGMUC	Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade Development</i>
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
WBGU	<i>German Advisory Council of Global Change</i>
WCS	<i>World Conservation Strategy-</i>
WWF	<i>World Wide Fund for Nature</i>
ZEE	Zoneamento Ecológico Econômico

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	24
<b>CAPÍTULO I - O SEUC E A POLÍTICA AMBIENTAL DE ESTADO NO AMAZONAS.....</b>	<b>35</b>
1.1 A questão ambiental no âmbito internacional.....	37
1.2 O Estado e as políticas ambientais na Amazônia.....	62
1.3 O Estado do Amazonas como local da implementação de um no paradigma ambiental.....	74
1.4 Sistema de Unidades de Conservação no Amazonas – SEUC.....	82
<b>CAPÍTULO II - A FLORESTA DE MAUÉS COMO ARTEFATO HUMANO.....</b>	<b>98</b>
2.1 Vida pretérita da Floresta Estadual de Maués.....	99
2.2 Vida presente da Floresta Estadual de Maués.....	118
2.2.1 Vida sociocultural.....	129
2.2.2 Vida socioprodutiva.....	150
2.2.3 Vida sociopolítica.....	162
<b>CAPÍTULO III - FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS: UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PAPEL OU DE CARNE E OSSO?.....</b>	<b>170</b>
3.1 Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués.....	171
3.2 Relações de poder e dilemas da gestão.....	198
3.3 Conselho Gestor e a participação social como instrumento para emancipação política.....	214
3.4 Reinvenção sociopolítica no âmbito da Floresta Estadual de Maués.....	223
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>236</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>243</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>256</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>264</b>

## INTRODUÇÃO

Inicia-se a introdução desta tese fazendo uma breve reflexão sobre a epígrafe do trabalho. Marx e Engels (1999) reconhecem que para haver uma reprodução cultural e de ação política dos homens, é necessário garantir mais do que as condições de sobrevivência, é necessário, também, assegurar sua reprodução como sociedade. Para tal, é importante entender o modo pelo qual uma sociedade assegura sua própria existência e permanência.

No cenário contemporâneo, com seus fluxos de incertezas e liquidez, os cientistas sociais são desafiados a pensar criticamente as relações sociais vigentes e contribuir para a conformação de uma nova racionalidade que seja a expressão de uma ruptura com os padrões dominadores que caracterizam o modo de produção capitalista. Essa empreitada só é possível, ao pensar a concretude das relações sociedade civil e Estado.

Na tese essa relação será analisada na política ambiental e mais especificamente na gestão de unidade de conservação no Estado do Amazonas tendo como foco de análise a participação social no Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués.

Parte-se do entendimento que é por meio de um processo democrático que se garante a participação social dos cidadãos e ela não é garantida apenas de forma jurídico-formal, mas principalmente com a segurança de que as pessoas tenham o justo acesso ao que é socialmente produzido (bens de uso, conhecimentos, tecnologia, etc.) e à base natural vital (água, terra, ar, etc.), possibilitando uma vida digna, sustentável e ambientalmente equilibrada; e a condição efetiva de se organizar coletivamente, atuar na definição do próprio arranjo das instituições da sociedade que configuram formas econômicas específicas de se produzir, consumir, distribuir e legitimar culturas.

As últimas décadas registraram o crescimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação. Um fator importante relacionado ao crescimento desse campo relaciona-se aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, visto que na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar, minimamente, a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte da população.

Segundo Côrtes (2007) até o início dos anos 1990, eram recorrentes, na literatura internacional, afirmações sobre a quase impossibilidade de criar canais participativos nos chamados países em desenvolvimento em geral e na América Latina em particular, devido às características de suas instituições políticas e de seus atores políticos. Supunha-se que as instituições estariam dominadas por pactos e acordos informais elitistas e pela fraqueza da sociedade civil. Contrariando tais suposições, vários autores vêm chamando atenção para a criação de mecanismos participativos em diversas áreas e níveis da administração pública no Brasil (LUCHMANN, 2002; TABAGIBA, 2005; LOUREIRO & CUNHA, 2008). Dentre esses, destacam-se os Conselhos de políticas públicas e Orçamento Participativo.

A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e emendas constitucionais (Brasil, 1998, 2000a, 2000b) estabelecem que deva haver participação de trabalhadores, de aposentados, de empregadores, da comunidade, da população, da sociedade civil e de usuários em órgãos gestores e consultivos nas mais diversas áreas de políticas públicas. No cenário contemporâneo, esses espaços públicos e institucionalizados de participação política vem estimulando pesquisas tanto relacionado ao papel que eles desempenham no contexto do processo de decisão política que ocorre junto a diferentes níveis administrativos e órgãos do Poder Executivo federal, estadual, municipal e distrital, quanto de vinculações com a capacidade organizativa do movimento sindical e popular no país.

A constituição de canais participativos, entretanto, não é garantia suficiente para que os participantes – sociedade civil – participem de fato no processo de decisão política de determinada área da administração pública. Eles podem escolher não se envolver, ou seu envolvimento pode redundar em manipulação, consulta ou somente no acesso a informações.

Nesse sentido, esse estudo objetiva contribuir com o debate acadêmico científico com uma abordagem de participação social na gestão de políticas ambientais no campo interdisciplinar, construída na interface da Sociologia, da Ciência Política e da Antropologia. Entende-se a necessidade de entender, de forma concreta, o relacionamento entre o Estado e sociedade civil e as relações de poder que estabelecem nessa arena política.

Analisar a participação social no processo de gestão da Floresta Estadual de Maués é uma temática pertinente e contemporânea, pois o Brasil só começou a implantar as UC's a partir da década de 1930, bem como há uma discussão histórica e intensa dos instrumentos normativos sobre a remoção ou permanência dos povos tradicionais em UC's, bem como da importância de tais povos nessas áreas.

Nas últimas décadas, a orientação ambientalista mundial passou por várias mudanças quanto à adoção de modelos restritivos de unidades de conservação. A partir desse processo a

Amazônia começa a se transformar num local propício para implementação de um novo paradigma, que de uma forma ou de outra, tentam compatibilizar a presença dos habitantes com algum tipo de medida visando à conservação dos ecossistemas em que eles vivem. A implementação desses projetos e políticas levou à demarcação de uns espaços, à redefinição e reclassificação de outros, assim como à reclassificação dos próprios segmentos sociais afetados.

Houve também a emergência de identidades coletivas, por meio de uma série de movimentos sociais, como o dos seringueiros, das quebradeiras de coco babaçu, dos atingidos por barragens, dos quilombolas e de tantos outros, levou ao que Almeida (2008) entende como uma desconstrução da concepção ‘naturalizada da natureza’, colocando-a como uma representação em um campo de disputas. Por meio do protagonismo assumido pelos novos movimentos de pequenos produtores e extrativistas, inicia-se outro modo de se constituírem políticas públicas ambientais e territoriais na região e estas, ao se efetivarem, vão ressignificando a Amazônia no contexto internacional, nacional e local.

Atualmente a participação social está assegurada pelo Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC) Art.5: III - assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação. E no Art.36 explicita-se que: Cada Unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um conselho Consultivo, presidido pelo representante do Órgão Gestor.

A escolha do tema justifica-se pela inserção da pesquisadora, desde 2005, no Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Inter-Ação/UFAM), o qual vem desenvolvendo trabalhos de pesquisa e extensão junto às comunidades tradicionais de Maués/AM, sobre a dinâmica socioambiental e organizacional das populações tradicionais da Amazônia. Ressalta-se também a realização do trabalho de pesquisa de graduação e de PIBIC, cuja análise centrou-se nas condições de acesso à Assistência Social pelas populações tradicionais ribeirinhas no município de Maués-AM e da pesquisa de mestrado que se centrou na análise dos impactos socioculturais do *modus vivendi* ribeirinho após a criação da Floresta Estadual de Maués. Os resultados da pesquisa de mestrado indicaram que a criação da FLORESTA não foi uma demanda das comunidades, mas foi criada via decreto, de cima para baixo. Nesse sentido, foi aguçada a curiosidade em aprofundar o estudo no doutorado sobre a participação social dessas comunidades na gestão da unidade de conservação.

Ao aproximar-se do tema, observou-se poucos estudos relacionados a participação social de comunidades tradicionais na Amazônia na gestão de políticas ambientais em um

cenário de democratização do Estado. Notou-se, então, uma lacuna que esse trabalho pretende contribuir levantando a seguinte questão norteadora: em um cenário democrático, em que a participação social é assegurada formalmente, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente vem garantindo a participação ativa dos ribeirinhos na gestão da Floresta Estadual de Maués que possibilite a emancipação política desses agentes sociais?

Para responder essa questão foi percorrido um caminho metodológico cheios de curvas e desafios como os rios da Amazônia. A produção da pesquisa conforme Mills (1975) é um “artesanato intelectual” que vai se moldando e remoldando conforme os desafios vão surgindo.

O primeiro desafio foi a mudança de orientador após a qualificação, o que permitiu fazer uma inflexão no rumo da pesquisa, tendo em vista que foi posto em causa os objetivos pré-construídos. Conforme Bourdieu (1989), as rupturas na pesquisa produzem “um homem novo”, pelo menos, “um olhar novo”, um olhar sociológico. E isso não possível sem uma verdadeira conversão, uma *metanoia*, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social”. (p. 49).

Após estabelecer uma nova rota, foi definido novos procedimentos metodológicos entendidos não apenas como aplicação de um conjunto de técnicas, mas “*diz respeito a fundamentos e processos, nos quais se apoia a reflexão*”. (OLIVEIRA, 1998, p. 21). Deste modo, apreende-se que este processo não é constituído apenas pela mera aplicação de técnicas e instrumentos de coleta de informações, mas o mesmo extrapola o plano técnico-operacional e possibilita articular conteúdos, pensamentos, conhecimentos e existência na constituição de argumentos, explicação e interpretação dos fenômenos da realidade.

Foi feita a escolha pela pesquisa qualitativa, ancorada nos pressupostos dialéticos, que permitiu no decorrer da pesquisa valorizar a contradição do fato observado e a atividade criadora do sujeito que observa, bem como as oposições entre o todo e as partes e os vínculos do saber e do agir com a vida social dos homens, a relação intrinsecamente dinâmica entre sujeito-sujeito.

Compreende-se, a partir de Goldenberg (2004) que a utilização dos dados qualitativos permite ao sujeito epistêmico uma descrição mais detalhada de situações e ajuda a entender os agentes sociais em seus próprios termos. Para tanto, para realizar a análise dos dados foi necessário um exercício criativo que envolve flexibilidade na coleta de dados e atenção redobrada na análise das informações. Segundo a autora, “como não existem regras precisas e passos a serem seguidos, o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador” (p. 53).

As fontes de informação foram constituídas por dados de origem primária, obtidos através de técnicas de coleta de dados aplicadas pelo próprio pesquisador, e de dados secundários, obtidos por meio da pesquisa documental junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC).

Em relação ao tipo de pesquisa optou-se pela pesquisa de campo tendo como *locus* a Floresta Estadual de Maués, localizado no município de Maués. O município de Maués/AM está localizado na 8ª sub-região do Médio Amazonas, possui uma área de 39.989,319 Km<sup>2</sup>. A sede está localizada entre coordenadas geográficas latitude Sul 03° 23' 01" e Longitude Oeste 57° 43' 07", margem direita do rio Maués-Açu, a 18m acima do nível do mar.

A sede do município possui acesso por via fluvial e aérea e dista 267 Km da capital em linha reta, ou 356 Km por via fluvial. O tempo de deslocamento, via transporte fluvial, de Manaus para a sede do município de Maués, é de aproximadamente 18 horas. Maués é constituído pelos distritos de Maués, Osório da Fonseca e Repartimento, limita-se: ao norte com os municípios de Boa Vista do Ramos, Barreirinha e Itacoatiara; ao sul com o município de Apuí; a leste com o Estado do Pará; a oeste com os municípios de Borba e Nova Olinda do Norte. (Figura 01)

Parte do território do município de Maués está sob proteção federal, estadual e municipal. O município possui duas Unidades de Conservação em nível federal que são a Floresta Nacional do Pau-Rosa e o Parque Nacional da Amazônia (994 mil ha), parte de uma reserva indígena: a Reserva Indígena Andirá-Marau. Sob gestão Estadual destaca-se a Floresta Estadual de Maués, localizada no centro-oeste do município. Sob gestão municipal destacam-se as seguintes unidades de conservação: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Urariá e Área de Proteção Ambiental Lago do Santana ou Lago Elias.

A Floresta Estadual de Maués (FLORESTA) empresta seu nome do próprio município onde está situada. Foi criada pelo decreto estadual de número 23.540, em 19 de julho de 2003, a primeira criada no Estado nesta categoria, com uma extensão total de 438.440,32 ha. A mesma localiza-se no médio Amazonas, que dista da capital, Manaus, cerca de 268 km em linha reta e 356 km por via fluvial. A partir da sede é possível acessar a UC utilizando-se de uma voadeira ou barco regional que navegam pelos principais rios (Parauari, Apocuitaua, Paraná do Urariá e Paraconi) que banham a UC. O tempo de deslocamento é variável em função da força/potência do motor, podendo levar entre 2 a 12 horas.

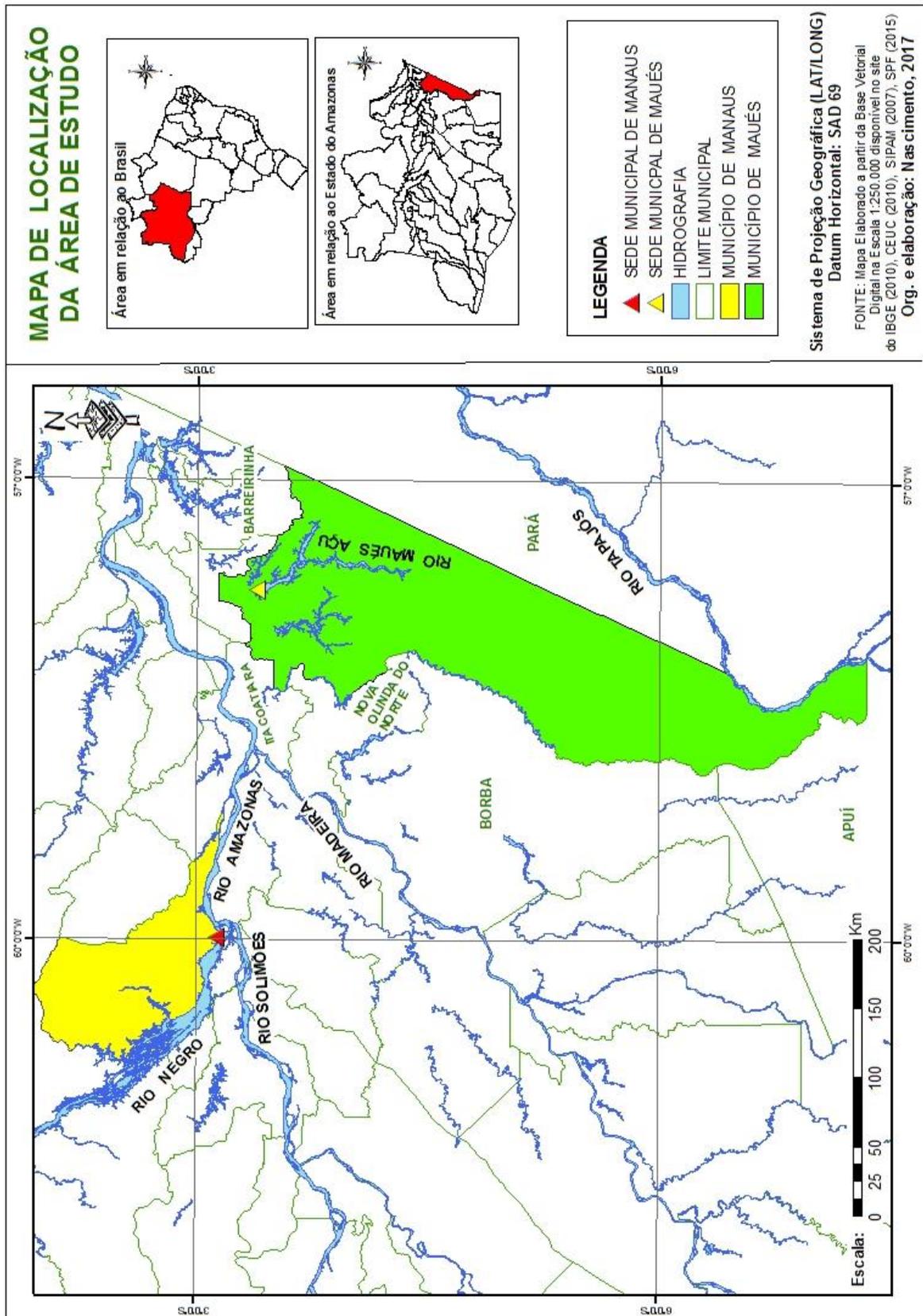


Figura 01. Mapa do município de Maués.  
Fonte: Lira/2015.

FLORESTA de Maués possui 32 comunidades ribeirinhas, sendo 23 comunidades residentes e 09 comunidades no entorno, divididas em três bacias hidrográficas distintas: Rio Parauari, Rio Apocuitaua (Rio Pacoval, Rio Cicantá, Igarapé do Canela), Rio Paraconi (Paraná Urariá, Lago Grande do Elias). (Figura 02)

Antes de realizar a pesquisa de campo foi necessário definir estratégias e tomar algumas providências cabíveis, dentre as quais se destacam: apresentação do projeto junto ao Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués, Assinatura de Anuência dos conselheiros para realização da pesquisa, elaboração do roteiro de entrevista, submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFAM), submissão do projeto no setor de pesquisa do DEMUC/SEMA.

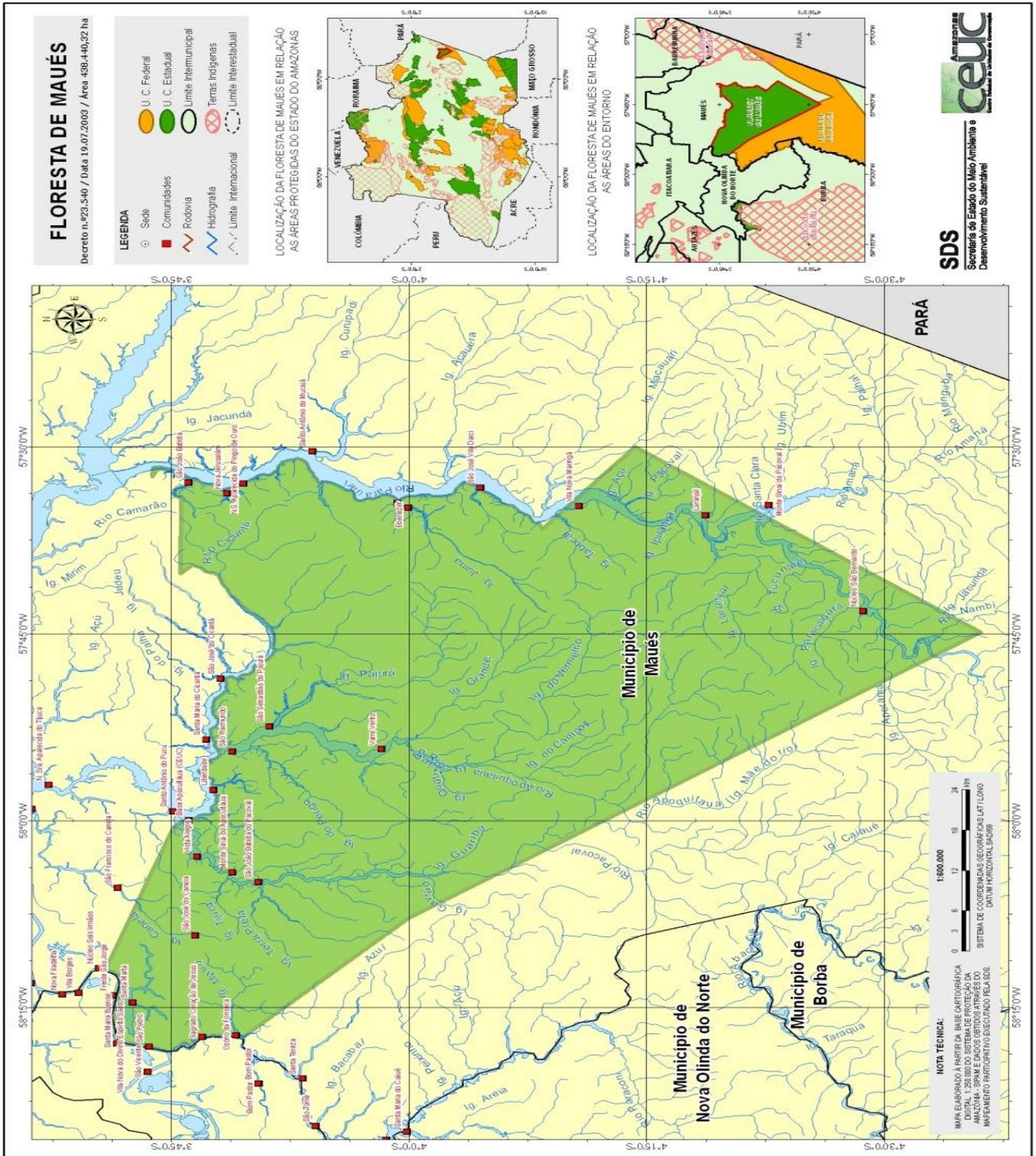


Figura 02: Mapa da Floresta Estadual de Maués  
Fonte: CEUC, 2014.

Para a realização da pesquisa foram utilizados um conjunto técnicas e instrumentos de coleta de dados, quais sejam: 1) *Aplicação de Formulário de Infraestrutura*, foram aplicados junto as lideranças das 32 comunidades ribeirinhas; 2) *Entrevista semiestruturada* – foram realizadas entrevistas junto aos conselheiros das comunidades do Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués (COGEF), bem como com os gestores da Política Ambiental no Estado do Amazonas e no município de Maués, através de visitas domiciliares e institucionais. Para tal, foram utilizados roteiros com alguns temas relevantes relacionados ao estudo, estes foram registrados no caderno de campo e no gravador; 3) *Observação participante* – foi utilizada nas atividades de campo, possibilitou a interação com os sujeitos da pesquisa com o objetivo de apreender as relações sociais que perpassam as comunidades ribeirinhas e o COGEF. (Quadro 01).

Quadro 01: Técnicas e instrumentais de pesquisa

TÉCNICAS/INSTRUMENTAIS DE PESQUISA		Nº	PÚBLICO-ALVO
Formulário	Visitas Domiciliares;	32	Informantes-chave das comunidades ribeirinhas (liderança).
Entrevistas Semiestruturada	Visitas Institucionais;	12 (08 comunitários e 04 institucionais)	Conselheiros comunitários e institucionais;
	Visitas Domiciliares;		
	Roteiro de entrevista semiestruturado;	9	Gestores que possuem informações qualificadas sobre a Floresta Estadual de Maués;
	Caderno de campo;		
Registro fonográfico e fotográfico;			
Observação participante	Acompanhamento de atividades político-organizativas (Reuniões do Conselho) e culturais (reuniões, festas, celebrações).	.....	Conselheiros, ribeirinhos e família;
	Registro fonográfico e fotográfico.	.....	

Para realização da pesquisa de campo foi definido a realização de 3 viagens: a primeira realizada no período de 24 a 31 de janeiro de 2015, onde foi realizada a pesquisa exploratória para mapear os informantes-chave e fazer o pré-teste da entrevista e do formulário de infraestrutura. A viagem foi realizada somente na calha do rio Parauari.

A segunda viagem foi realizada no período de 05 de maio a 15 de junho de 2015, no qual foram visitadas todas as 32 comunidades da Floresta Estadual de Maués e houve a participação na reunião do COGEF na sede do município de Maués. Nesta viagem foram

realizadas todas as entrevistas com os conselheiros e aplicado o formulário de infraestrutura em todas as comunidades.

A terceira viagem foi realizada no período de 12 a 18 de outubro de 2015, para investigar a vida pretérita da Floresta na sede do município de Maués, nesta viagem foi realizada 2 entrevistas com ex-secretários de Meio Ambiente do município de Maués.

As entrevistas com gestores da política ambiental junto ao Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) tiveram muitas dificuldades para serem realizadas, no ano de 2015 foi realizada apenas 01 entrevista, os assessores estavam receosos em conceder as entrevistas devido as mudanças estruturais no Estado, por mais que fosse explicado que as suas identidades seriam mantidas em sigilo. As entrevistas só foram realizadas no segundo semestre de 2016, após a intervenção do orientador que foi pessoalmente conversar os sujeitos da pesquisa, o que acabou atrasando o cronograma da pesquisa e algumas estratégias tiveram que ser redimensionadas.

Na pesquisa foram definidos os critérios para participação. Quanto aos os critérios para a seleção dos informantes no âmbito das comunidades ribeirinhas: 1 Pertencer às comunidades ribeirinhas *locus* da pesquisa; 2 Ser indicado/reconhecido como uma liderança formal ou informal nas comunidades ribeirinhas; 3 Ser conselheiro dos setores escolhidos na pesquisa (Parauari e Apocuitaua). Quanto aos os critérios adotados na pesquisa para a seleção dos informantes no âmbito das instituições: 1 Ser indicado pela instituição como gestor ou conselheiro; 2 Possuir informações sobre a política ambiental no Estado do Amazonas e no município de Maués.

Vale ressaltar que nas entrevistas foram extraídas representações sociais que os sujeitos da pesquisa construíram em suas relações comunitárias e sinergias com os recursos naturais, bem como as relações de poder estabelecidas no âmbito do COGEF e do Estado. Segundo Jodelet (2001), as representações sociais são uma forma de saber prático, construído a partir da experiência, ligando o sujeito a um objeto, nesse caso a participação social no COGEF, cuja dinâmica consiste na simbolização e na interpretação por parte do sujeito, implica em considerar os contextos em que foram produzidos.

Após a pesquisa de campo foram desenvolvidas as seguintes atividades: análise das representações sociais e discussão dos resultados, considerando o quadro de referencial teórico e os objetivos da pesquisa. E posteriormente foi concluída a redação final e apresentação da tese.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No capítulo 1 – **O SEUC e a política ambiental de Estado no Amazonas** – apresenta a discussão sobre a criação da

agenda ambiental em âmbito internacional, apresenta o cenário em que foi formulado o conceito de desenvolvimento sustentável e como essa agenda internacional vai influenciar a formulação e gestão de políticas ambientais no Estado do Amazonas, sobretudo, com a criação do Sistema Estadual de Unidade de Conservação.

No capítulo 2 – **Floresta Estadual de Maués como artefato humano** – trataremos da caracterização da Floresta Estadual de Maués, entendida, a partir de uma perspectiva antropológica, como artefato cultural. A concepção de artefato é embasada em Geertz (1989) e Baleé (2008; 2010), compreendida a partir de dois sentidos: o primeiro, como produto da atividade humana deliberada, intencional e consciente, nesse sentido, a Floresta é apresentada a partir dos aspectos formais, como uma unidade de conservação criada pelo Estado; o segundo sentido mais abrangente, é entendido como expressão da atividade cultural humana, nessa sentido a floresta é apresentada como territórios que foram manejados pelo homem por várias gerações produzindo uma tipificação histórica e antropológica das capoeiras (fallows) , terra preta de índios, entre outros. O capítulo está subdividido em dois momentos, no primeiro a vida pretérita, onde é explicitada a gênese das discussões da Floresta Municipal e a transformação da Floresta Municipal para Floresta Estadual. E no segundo momento a vida atual da Floresta Estadual de Maués, destacando as dimensões da vida sociocultural, socioprodutiva e sociopolítica.

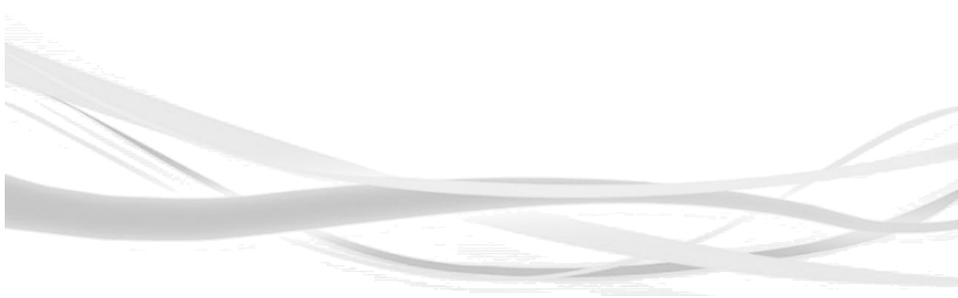
No capítulo 3 – **Floresta Estadual de Maués: unidade de papel ou carne osso?** – a partir da caracterização da Floresta Estadual de Maués como artefato humano, apresenta-se a discussão dos instrumentos de gestão da unidade de conservação e centra-se a análise na participação social dos ribeirinhos no âmbito do Conselho Gestor, destacando as relações de poder que perpassam essa arena política. A capítulo procura compreender até que ponto a participação social dos ribeirinhos na gestão Floresta Estadual de Maués tem contribuído para melhorias das condições de vida e emancipação política. No final do capítulo, procura-se evidenciar a importância dos conhecimentos tradicionais e contribuir com uma nova racionalidade que tenha como base uma sustentabilidade que seja coerente com o modo de vida dos ribeirinhos.

# CAPÍTULO 1

---



**O SEUC E A POLÍTICA AMBIENTAL  
DE ESTADO NO AMAZONAS**



## **CAPÍTULO 1 – O SEUC E A POLÍTICA AMBIENTAL DE ESTADO NO AMAZONAS**

### **Introdução**

A instituição de uma política ambiental que privilegia a criação de unidades de conservação no Estado do Amazonas é resultado de toda uma discussão teórica e histórica sobre as questões ambientais em âmbito global, nacional e regional.

O modo de produção capitalista considera o meio ambiente somente como lugar de onde se extraem os recursos e para onde se enviam os dejetos da produção e de consumo, servindo como objeto empregado nas atividades produtivas que são apropriados por agentes econômicos em fins de valor de troca no mercado.

Ao objetivar os recursos naturais, acentuaram-se os problemas ambientais em escala global, levando ao modo de produção capitalista a confrontar-se com seus próprios limites, sobretudo no século XX, mediante: a finitude e o esgotamento dos recursos naturais a partir do modelo de exploração adotado; o agravamento de questões ambientais decorrente do alto grau de ingerência que a sociedade capitalista impõe ao ambiente; o agravamento das questões sociais, decorrentes das relações desiguais de produção e distribuição de riquezas, socialmente produzidas, proveniente do binômio acumulação/pobreza.

O reconhecimento dos problemas ambientais, não sendo fatores externos ao modo de produção capitalista e à economia global, no século XX, possibilitou que os Estados nacionais internalizassem uma agenda voltada para a temática socioambiental, consolidados, sobretudo, a partir da década de 1990, um efeito marcado pelos acordos de cooperação internacional resultantes de um debate iniciado nos anos 70 com a instituição das diretrizes para as políticas de desenvolvimento que destacavam o tema do desenvolvimento sustentável em diversos documentos e acordos ambientais.

Nesse trabalho, parte-se do entendimento que o “desenvolvimento sustentável” é conceito polissêmico, volátil, que agrega, com a força de um mito, as mais diversas aspirações e planos de ação e pensamento, sem, no entanto, questionar o modo de produção hegemônico.

O objetivo deste capítulo é compreender a inserção da agenda ambiental no Estado do Amazonas, sobretudo na virada do século XXI, enquanto pertencentes ao plano de desenvolvimento socioeconômico global, que demarcou, no plano governamental local, um novo modelo de apropriação e controle dos recursos naturais através do sistema de gestão das

áreas de proteção ambiental, alicerçados na retórica do desenvolvimento sustentável, modificando não só a estrutura administrativa do Estado, como também a sua configuração político-institucional e territorial.

Para implementar políticas ambientais, sob orientação do conceito de desenvolvimento sustentável, o Estado do Amazonas inovou em sua estrutura administrativa, criando a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) o Sistema Estadual de Unidade de Conservação (SEUC), lei que regulamenta as unidades de conservação em âmbito estadual, e criou o Centro Estadual de Unidade de Conservação (CEUC) para realizar a gestão operacional dessas áreas. O Estado do Amazonas, com essas inovações, despontou na área ambiental, tornando-se um local por excelência, onde o conceito de desenvolvimento sustentável é constitutivo da retórica dos governantes.

## **1 A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NO ÂMBITO INTERNACIONAL**

A questão socioambiental não se materializa em um único território nacional e/ou local, mas transcende as fronteiras dos Estados Nacionais, trazendo à tona a globalidade dos problemas relacionados a essa temática e levando ao modo de produção capitalista a confrontar-se com seus limites de crescimento.

Conforme Leff (2006), a problemática ambiental emerge como uma crise de civilização: da cultura ocidental; da racionalidade moderna; da economia do mundo globalizado. Para o autor, não se trata de uma catástrofe ecológica nem de um simples desequilíbrio da economia, mas é a própria desarticulação do mundo ao qual conduz a coisificação do ser e a superexploração da natureza.

Para o autor, a crise dos recursos deslocou a natureza do campo da reflexão filosófica e da contemplação estética para reintegrá-la ao processo econômico. A natureza deixou de ser um objeto de trabalho e uma matéria prima, para convertê-la em uma condição, um potencial e um meio de produção.

Nesse sentido, não se trata de uma crise ambiental em si mesma, visto que não é o ambiente natural que se encontra em crise, mas do sistema capitalista o qual faz recair sobre os trabalhadores e sobre a própria natureza, as mazelas de sua dinâmica, crescentemente predatória.

A crise ambiental se torna evidente no final dos anos 1950, mostrando a irracionalidade ecológica dos padrões dominantes de produção e consumo, e marcando os limites do crescimento econômico. Os primeiros sinais de degradação ambiental que

apontaram para a existência de uma crise ambiental ocorreram entre os anos de 1950 e 1980. Nesse período houve vários desastres ambientais como o da Baía de Minamata (1956), no Japão, o acidente de Bhopal (1984), na Índia, e o acidente na usina nuclear de Chernobyl (1986), na extinta União Soviética, que provocaram na Europa um impressionante crescimento da conscientização sobre os problemas ambientais. O vazamento de petróleo da Exxon Valdez (1989) teve o mesmo impacto na América do Norte. De acordo com o Leff (2006),

A crise ambiental foi o grande desmancha-prazeres na comemoração do triunfo do desenvolvimentismo, expressando uma das falhas mais profundas do modelo civilizatório da modernidade. A economia, a ciência da produção e distribuição, mostrou seu rosto oculto no disfarce de uma racionalidade *contra natura*. O caráter expansivo e acumulativo do processo econômico suplantou o princípio da escassez que funda a economia, gerando uma escassez absoluta, traduzindo-se em um processo de degradação global dos recursos naturais e serviços ambientais (p. 223).

Essa racionalidade econômica que coisifica a natureza trouxe como consequência a degradação ambiental sem precedentes. Um sistema, com as principais tendências relacionados à degradação ambiental, foi elaborado pelo *German Advisory Council of Global Change* (WBGU, 1996), e é apresentado no Quadro 2.

#### Quadro 02 – Principais Elementos da Degradação Ambiental

<ul style="list-style-type: none"> <li>· Cultivo excessivo das terras marginais</li> <li>· Exploração excessiva dos ecossistemas naturais</li> <li>· Degradação ambiental decorrente do abandono de práticas de agricultura tradicionais</li> <li>· Utilização não sustentável, pelos sistemas agroindustriais, do solo e dos corpos de água</li> <li>· Degradação ambiental decorrente da depleção de recursos não renováveis</li> <li>· Degradação da natureza para fins recreacionais</li> <li>· Destruição ambiental em função do uso de armas e decorrente dos conflitos militares</li> <li>· Dano ambiental da paisagem natural a partir da introdução de projetos de grande escala</li> <li>· Degradação ambiental decorrente da introdução de métodos de agricultura inadequados e/ou inapropriados</li> <li>· Indiferença aos padrões ambientais em função do rápido crescimento econômico</li> <li>· Degradação ambiental decorrente do crescimento urbano descontrolado</li> <li>· Destruição da paisagem natural em função da expansão planejada da infraestrutura urbana</li> <li>· Desastres ambientais antropogênicos com impactos ecológicos de longo prazo</li> <li>· Degradação ambiental que ocorre a partir da difusão contínua e em grande escala de substâncias na biosfera</li> <li>· Degradação ambiental decorrente da disposição controlada e descontrolada de resíduos</li> <li>· Contaminação local de propriedades onde se localizam plantas industriais</li> </ul>
--

Fonte: WBGU (1996)

Nesse sentido, a questão ambiental aparece como uma problemática social e ecológica de alcance planetário, que mexe com todos os âmbitos da organização social, os aparatos do Estado e todos os grupos e classes sociais, os quais suscitam interesses divergentes.

A tomada de consciência a respeito dos limites que surgem da visibilidade da questão socioambiental leva a recolocar, em questão, o fundamento das sociedades capitalista em sua totalidade: as formas de gestão dos recursos naturais, seus modos de produção e de consumo, os produtos que resultam de sua atividade econômica, seus próprios meios de produção, seus sistemas de necessidades, seu modo de vida, suas ciências, suas técnicas.

Morin (1997) analisa a situação de crise para explicar a base do pensamento ecológico e esclarece que são nos momentos de crise que se produzem grandes avanços da sociedade, entre eles, a preocupação com a questão ambiental. O autor parte do pressuposto de que, em momentos como este, em que os paradigmas da modernidade parecem ter se esgotado, que emergem os movimentos ambientalistas, com uma proposta alternativa de construção de um novo contrato social, em torno da natureza.

Conforme Morin (2011), há um esboço de consciência planetária, na segunda metade do século XX a partir de diversos elementos, dentre os quais se destaca a “formação de uma consciência ecológica planetária”. Para Morin (2011), o objeto da ciência ecológica é cada vez mais a biosfera em seu conjunto, e isso em função da multiplicação das degradações e poluições em todos os continentes e da detecção, desde os anos 60, de uma ameaça global à vida do planeta.

Nesse contexto, começou a ser observada, de maneira mais crítica, a crise ambiental passando para uma esfera mais globalizada e menos localizada. Amplos setores da sociedade suscitam questionamentos exigindo que sejam repensadas as bases do desenvolvimento capitalista. Esses setores são chamados, pelos autores, de movimentos ambientalistas.

Ao considerar a configuração desses movimentos, Castells (1999) afirma que há uma grande diversidade de ações coletivas, políticas e discursos que tornam, praticamente impossível considerar, o ambientalismo um único movimento. Assim, o autor caracteriza o movimento ambientalista como uma modalidade nova de movimento social descentralizado, multiforme, orientado à formação de redes e a grau alto de penetração.

Na mesma linha de pensamento, Layrargues (2002), explicita que o ambientalismo é um fenômeno social que se conjuga no plural, porque ele engloba múltiplas visões sobre a crise ambiental; múltiplas interpretações sobre as causas das questões ambientais; múltiplas percepções do homem *versus* natureza; múltiplos interesses pela preservação da natureza; múltiplas representações dos conceitos analíticos que preenchem, cognitivamente, tais fontes

de interpretação, a exemplo de natureza, meio ambiente, problema ambiental, conflito socioambiental, entre outros.

#### Box 1 - Origem dos Movimentos Ambientistas

Conforme McCormick (1992), a origem dos movimentos ambientalistas foi na Grã-Bretanha Vitoriana, e considera como uma primeira influência na formação do pensamento ambiental britânico, tendo duas visões: uma surgiu com o aparecimento do livro *A História Natural de Selbourne* (*The Natural History of Selbourne*), da autoria de Gilbert White, em 1788. Neste livro, o autor condensou a visão arcadiana de natureza, a qual advogava simplicidade e humildade, de modo a restaurar a convivência pacífica do homem com a mesma. A outra visão aparece nesse mesmo século, com o botânico sueco Carl Von Linné (Linnaeus), cujo trabalho, em taxonomia botânica, foi a “infância da ecologia”, pois este promoveu uma visão taxonômica e racionalista, menos compromissada com qualquer ética ecológica. A segunda maior influência para a formação do pensamento ambientalista britânico, conforme McCormick (1992), foi a cruzada contra a crueldade com os animais, sendo fundada, em 1867 a Associação de Equitação do leste para a Proteção dos pássaros de mar (*East Riding Association for the Protection of the Sea Birds*), com o objetivo de lutar contra a temporada anual de caça ao Flamborough Head, o qual foi identificado como o primeiro organismo de preservação da vida selvagem com reconhecimento institucional. Ainda de acordo com o autor, a forte reação contra as condições de vidas miseráveis das cidades industriais combinou-se ao desejo de uma compensação em espaços abertos e naturais para impulsionar o ambientalismo britânico. O autor explicita que a Espaços abertos comuns, e caminhos para a preservação da sociedade (*Common Open Spaces, and Footpaths Preservation Society*), fundada em 1865, foi o primeiro grupo ambientalista privado do mundo, tendo promovido campanhas de sucesso pela preservação de espaços para amenidades em áreas verdes urbanas.

McCormick (1992) acrescenta que a crença otimista numa prosperidade, sem limites, foi substituída pelo pessimismo, quanto às perspectivas para o desenvolvimento social e econômico, a autoconfiança foi minada pela depressão econômica, nos anos de 1880, e pela crise intelectual da era pós-Darwin. A depressão sublinhava a crença crescente de que a indústria não era, necessariamente, a Grande Provedora; a fonte do poder econômico e político, era agora retratada como destruidora da moral e da ordem social, da saúde humana, dos valores tradicionais, do meio ambiente físico e da beleza natural. Isto é, de fonte do desenvolvimento, a indústria tornou-se fonte da degradação.

Em contraposição a McCormick, Russel Dalton (1994), em seus estudos a respeito do ambientalismo na Europa, defende a ideia de que as origens do movimento datam do final do século XIX. O autor entende que o período de 1880 a 1910 se define como a primeira significativa “onda de ação ambiental” no Ocidente europeu, no qual cidadãos, em diversas nações, formaram novos grupos voluntários para proteger a vida selvagem, preservar áreas naturais com significado nacional e para conservar a natureza. Diegues (2001) acrescenta que, os europeus, sob perspectiva mais preservacionista<sup>1</sup>, apresentavam, nesta primeira fase, em eventos internacionais, a necessidade da criação de um órgão internacional de proteção da natureza, sendo criado no bojo desta discussão, em 1913, uma Comissão Consultiva para a Proteção Internacional da Natureza.

Após essa primeira “onda”, conforme argumenta Dalton (1994), seguiu-se um longo período de relativa dormência no tocante à preocupação com questão ambiental que, por sua vez, foi seguido de uma segunda “onda ambientalista” que “varreu”, para usar uma expressão de Dalton, a Europa em torno dos anos 70. Segundo o autor, “novos grupos ambientalistas emergiram para lidar com problemas contemporâneos e para imprimir suas preocupações na agenda pública” (DALTON, 1994, p. 26). Em relação a essa segunda “onda de ação ambiental” na Europa, Dalton explicita que, no final dos anos 60, [...] uma grande quantidade de novas organizações ambientalistas emergiu, dentro de poucos anos, frequentemente atraindo amplo suporte de novos setores da sociedade. Apesar da crescente consciência pública ambiental com frequência ter permanecido centrada em problemas insólúveis de conservação, novos problemas ambientais começaram a emergir pelas avançadas democracias industriais: energia nuclear, escassez de recursos, lixo tóxico, chuva ácida e a proteção da qualidade de vida (DALTON, 1994, p. 35).

1 O Preservacionismo, corrente teórica oposta ao Conservacionismo, fundamenta-se na “[...] reverência à natureza, no sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem. Ela pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano” (DIEGUES, 2001, p. 30).

Também se considera relevante, para a história do movimento ambientalista, seu surgimento nos EUA, por meio da criação de um dispositivo legal, em 1872, o qual designava uma área de 800 mil hectares, no Estado de Wyoming, como Parque Nacional de Yellowstone, que ficou conhecido como o 1º Parque Nacional criado do mundo. McCormick (1992) afirma que, na virada do século XVIII ao XIX, o movimento ambientalista, nos EUA, dividiu-se em dois campos: de um lado estavam os *preservacionistas*, tendo John Muir como seu porta-voz; estes buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional. Do outro lado, estavam os *conservacionistas*, com Gifford Pinchot, na liderança, que buscavam explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável, se fundamentavam na tradição de uma ciência florestal racional de inspiração alemã. A política ambiental adotada nos Estados Unidos influenciou, significativamente, outros países que passaram adotar a criação de áreas protegidas, como uma das principais estratégias para a conservação ambiental.

No século XX, as discussões em torno da questão ambiental foram se ampliando e ocupando espaço nas agendas políticas dos Estados-nação e das organizações internacionais. Ribeiro (2001) afirma que se estabelece no século XX uma “Ordem Ambiental Internacional”, construída de forma lenta com a criação de órgãos multilaterais e a realização de vários eventos internacionais onde foram discutidos e estabelecidos acordos para amenizar as ações antrópicas no ambiente.

Esse ordenamento é justificado tendo em vista que os problemas ambientais ultrapassam os limites territoriais dos países e passam a ser compartilhados entre eles, havendo a necessidade de normas regulatórias das relações entre os Estados. O autor enfatiza ainda que se cria uma nova compreensão baseada no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e no reconhecimento pelos países desenvolvidos de sua responsabilidade na degradação do meio ambiente internacional.

Ribeiro (2001) destaca a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, como marco da “Ordem Ambiental Internacional”, uma vez que esse organismo, que foi criado com o objetivo central de manter a paz mundial, passou a coordenar a maior parte das iniciativas relacionadas à temática ambiental.

Quando a ONU foi criada, os principais aspectos os quais eram capazes de desencadear conflitos entre países foram a falta de alimentos e o acesso aos recursos naturais. Tendo em vista atenuar os conflitos, foram instituídas a Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO (1945) (*Food and Agriculture Organization*) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO (1946) (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*). Ambas as instituições passaram a discutir e a propor ações relacionadas ao ambiente. Contudo, segundo Ribeiro (2001), a Unesco foi, até a década de 1970, o principal organismo da ONU a abordar a questão ambiental.

No âmbito da Unesco, a primeira ação de destaque voltada à questão ambiental ocorreu em 1949, com a realização da Conferência das Nações Unidas para a Conservação e Utilização dos Recursos. A referida reunião, segundo McCormick (1992), teve um papel inovador quanto ao encaminhamento das discussões ambientais em escala internacional. Conforme o autor, dentre os principais resultados, pode-se citar o seguinte diagnóstico:

[...] a crescente pressão sobre os recursos; a interdependência de recursos; uma análise das carências críticas de alimentos, animais e combustíveis; o desenvolvimento de novos recursos por meio de tecnologia aplicada; técnicas de recursos educacionais para países subdesenvolvidos; e o desenvolvimento integrado de bacias hidrográficas. (p. 52-3)

De acordo com McCormick (1992), não se tinha a expectativa de elaborar recomendações e exigências aos países-membros da ONU, mas buscava-se criar um ambiente de discussão acadêmica que pudesse indicar a direção a ser seguida pelos atores internacionais, dotando-os de um racionalismo conservacionista embasado no conhecimento científico disponível até aquele momento.

Além dessa primeira conferência, também foram realizadas a Conferência da Biosfera (1968), a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional – conhecida como Convenção Ramsar (1971), as Conferências sobre Educação Ambiental na década de 1970.

A partir da década de 1970, as temáticas relacionadas ao ambiente, assumem lugar específico como problema, diferenciando-se das iniciativas anteriores, tanto em termos de visibilidade, como também pela incorporação de outras dimensões, demonstrando mudanças importantes nas bandeiras e ações anteriores, bem como a complexificação deste campo. É também nas décadas de 1970 e 1980 que a questão socioambiental passou a ocupar um lugar de crescente importância, também para os países periféricos.

Godard (1997) afirma que a partir da década de 1970, começou a estabelecer a consciência de que as raízes dos problemas ambientais estariam na forma de desenvolvimento tecnológico e econômico, sendo impossível o tratamento das questões ambientais, sem uma reflexão e, conseqüentemente, ação sobre o modelo de desenvolvimento proposto.

Os diversos estudos (LEFF, 2006; LAGO, 2006; BRÜSEKE, 2003; GODARD, 1997) indicam que, a partir da década de 1970, intensificaram-se a realização de várias reuniões que problematizaram as questões ambientais e possibilitaram a consolidação das lutas relacionadas à temática. (Figura 03).

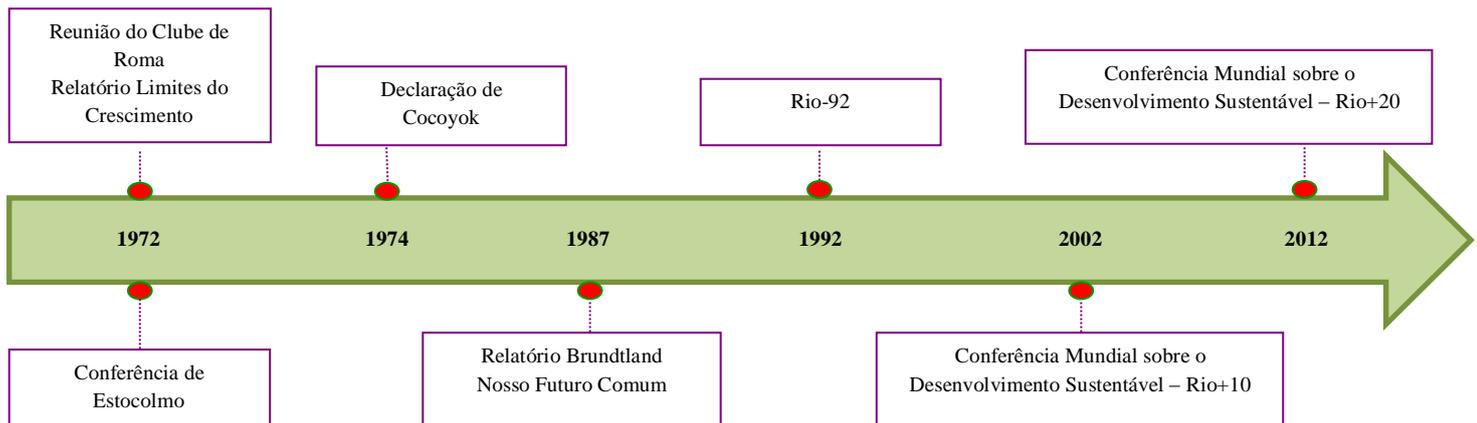


Figura 03: Esquema dos principais eventos/documentos internacionais que balizam a discussão socioambiental.

Fonte: Lira, 2016.

O primeiro documento importante, na década de 70, foi o Relatório Limites do Crescimento (*Limits to Growth*, 1972), preparado na reunião do Clube de Roma<sup>2</sup>. Ressaltava-se que a maioria dos problemas ligados ao meio ambiente ocorria na escala global e se acelerava de forma exponencial.

O relatório rompe com a ideia da ausência de limites para exploração dos recursos da natureza, contrapondo-se claramente à concepção dominante de crescimento contínuo da sociedade industrial. Conforme Lago (2006), este documento apresentava perspectiva quase apocalíptica das consequências do “progresso” nas bases em que se estava desenvolvendo. O livro refletia sobre a visão de que a sociedade moderna se encaminhava para a autodestruição, visão cada vez mais explorada naquele momento, o que popularizou às teorias de Malthus de que a população mundial ultrapassaria a capacidade de produção de alimentos.

De acordo com Lago (2006), as soluções apresentadas colocavam em questão diversos aspectos da sociedade industrial moderna, mas pressupunham a necessidade de ações drásticas nas áreas demográficas e de preservação de recursos naturais, “problemas” associados aos países do Terceiro Mundo. Estes, naturalmente, viam com temor o apoio do Clube de Roma às ideias de alguns setores do movimento ambientalista, que interpretavam o desenvolvimento dos países pobres como uma ameaça para o planeta. Para estes setores, os países desenvolvidos poluem, mas, se os pobres se desenvolvem, a escala da destruição seria muito maior.

<sup>2</sup> Este documento configurou-se como um relatório encomendado pelo Clube de Roma ao *Massachusetts Institute of Technology*, em que cientistas e intelectuais, liderados por Dennis Meadows, alertavam para a catástrofe ecológica, em escala mundial, caso se mantivessem as tendências de crescimento populacional e o industrialismo predatório. Essa foi a tônica da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Humano, em Estocolmo e, a partir de então, a ONU passou a promover inúmeras reuniões, cujas temáticas estão centradas nas alternativas do desenvolvimento. (LAGO, 2006).

Este relatório cumpriu importante papel, no sentido de trazer à tona as graves consequências da utilização indiscriminada e irracional dos recursos naturais em âmbito internacional, passando a influenciar a agenda ambiental de diversos países, que começaram a implementar legislações ambientais em resposta as pressões internacionais.

Nesse contexto, também ocorreu em Estocolmo na Suécia, em 1972, a primeira grande Conferência da ONU, convocada para a discussão de problemas ambientais denominada Conferência sobre Meio Ambiente Humano, a qual teve como lema *Uma só terra*. A Conferência de Estocolmo decorreu da necessidade de discutir temas ambientais que poderiam gerar conflitos internacionais. Esse assunto reuniu “113 países, 19 órgãos intergovernamentais e 400 outras organizações intragovernamentais e não governamentais”. (MCCORMICK, 1992, p. 105).

A partir da reunião de Estocolmo, desvelou-se, aos demais países do mundo, que os problemas de desenvolvimento e meio ambiente eram tanto locais, quanto globais. A emergência e a projeção dessas grandes organizações corroboraram a identificação dos vínculos globais e locais nas dimensões biofísicas, culturais e políticas das sociedades.

O objetivo da Conferência de Estocolmo foi elaborar estratégias para conter a poluição em suas várias manifestações. Mas além da poluição, o crescimento populacional acabou interferindo nas discussões, tendo como base o Relatório do Clube de Roma. Eles argumentavam que, considerando-se como parâmetro o estilo de vida da população dos Estados Unidos, os recursos naturais da Terra seriam insuficientes para prover a base material necessária à produção de alimentos para toda a população do planeta.

Para Ribeiro (2001), duas teses capitanearam as discussões na reunião de Estocolmo: a do crescimento zero e a desenvolvimentista. De um lado tínhamos os que advogavam em favor de se barrar o crescimento econômico de base industrial e, portanto, poluidor e consumidor de recursos não-renováveis; de outro estavam aqueles que reivindicavam o “desenvolvimento” trazido pela indústria. A posição desenvolvimentista saiu vencedora do embate de ideias.

No final do evento, foram elaborados dois documentos: a Declaração de Estocolmo e um Plano de Ação que deveria ser implementado com o objetivo de operacionalizar os princípios contidos na Declaração. Nele, foram listados 109 recomendações para os países-membro das Nações Unidas versando sobre os temas como poluição, avaliação ambiental, manejo dos recursos naturais e os impactos do modelo de desenvolvimento no ambiente humano. De acordo com Ribeiro (2001), devido a amplitude do Plano de Ação, praticamente ficou no plano das intenções. O autor destaca como relevante no final da Conferência

Estocolmo foi a deliberação para a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA3, com a justificativa de viabilizar o Plano de Ação, estabelecido em dezembro de 1972.

Na avaliação de Lago (2006), o tema ambiental, ao ganhar crescente legitimidade internacional, passou a ser discutido cada vez menos do ponto de vista científico, e cada vez mais no contexto político e econômico. As divisões no seio da comunidade científica, as imprecisões estatísticas, os diferentes objetivos políticos e os grandes interesses econômicos haviam permitido que o tema ambiental sofresse fortes manipulações já no final dos anos sessenta. A tentativa de encontrar responsáveis pelos problemas ambientais tornou-se cada vez mais complexa, na medida em que se passou da escala local – na qual são apontados os culpados de maneira razoavelmente objetiva – para as escalas regional e nacional, até chegar, finalmente, às questões globais que se fundiam aos contextos já estabelecidos pelos confrontos Leste-Oeste e Norte-Sul.

O referido autor apresenta a avaliação de Strong, o Secretário-Geral da Conferência de Estocolmo, trinta anos mais tarde, conclui que:

A Conferência de Estocolmo trouxe claramente à tona as diferenças entre as posições dos países em desenvolvimento e daqueles mais industrializados, mas não resolveu estas diferenças. De fato, as questões financeiras e as bases para estabelecer a divisão de responsabilidades e de custos continuam a ser as principais fontes de diferenças e controvérsia [...], e se tornaram centrais nas negociações internacionais sobre qualquer tema de meio ambiente e desenvolvimento sustentável [...]. A principal importância de Estocolmo foi estabelecer o quadro para estas negociações e para os instrumentos de cooperação que elas produziram. Mais do que tudo, [a Conferência] levou os países em desenvolvimento a participar de forma plena e influente nesses processos. (LAGO, 2006, p. 51-52).

A Conferência de Estocolmo teve grande repercussão, foi notável a expansão, em todo mundo, de diferentes instâncias governamentais – de departamentos a ministérios. Gerou-se a partir daí o que Pagnoccheschi (2006) chama de “setor público ambiental nos Estados Nacionais”, ainda que com baixa estruturação, reduzindo o poder político e circunscrito a políticas setoriais defensivas, com interferência quase nula nas políticas públicas de grande

---

3 A sede do PNUMA foi fixada em Nairobi, Quênia. Para aplicar o Plano de Ação definido em Estocolmo foram criados: o Programa de Avaliação Ambiental Global – uma rede de informações destinadas a acompanhar o desenvolvimento de programas ambientais internacionais e nacionais; o Programa de Administração Ambiental – baseado na falta de determinação dos países em adotar medidas de conservação ambiental, o PNUMA buscava implementar convenções e normas que obrigassem a atuar buscando conservação ambiental; Medidas de apoio – um amplo programa de capacitação de técnicos e professores com o objetivo de preparar pessoal para as práticas conservacionistas. Outra iniciativa do PNUMA foi o Programa Earthwatch, que visava a coletar e divulgar informações sobre o meio ambiente. Cada país faria um relatório informando a situação nacional, para que pudesse montar um Sistema de Monitoramento Global do Ambiente (SMGA).

impacto ambiental, as quais demandam maior alocação de recursos e decisões estratégicas de caráter econômico.

A participação do Brasil em Estocolmo ocorreu durante a ditadura militar<sup>4</sup> e foi bastante controversa. De um lado, diplomatas, afinados com a vanguarda do pensamento ambientalista de então, contribuíam para afirmar os princípios basilares, como o da precaução. De outro, a representação oficial do país, chefiada pelo ministro do Interior, adotava a posição refratária à proteção ambiental. Baseava-se no argumento da necessidade de crescimento e combate à pobreza, traduzido no mote utilizado nos discursos de autoridade brasileira de então: “a pior poluição é a pobreza”. (PAGNOCCHESCHI, 2006).

A repercussão internacional de Estocolmo trouxe desdobramentos relevantes para o Brasil. Respaldou a pressão de setores da comunidade acadêmica e de ONGs preservacionistas para a criação de um setor ambiental no governo. O pós-Estocolmo também deu maior visibilidade ao incipiente movimento ambientalista brasileiro e transformou ONGs e setores da comunidade científica em interlocutores do governo, o que possibilitou a criação de uma legislação capaz de atualizar o Brasil diante da inflexão trazida pela conferência da ONU. Contudo, Pagnoccheschi (2006) enfatiza que as medidas tomadas pelo Brasil pós-Estocolmo mal arranharam as políticas centrais dos governos militares e seus projetos de transformar o Brasil em potência mundial.

Em 1973, surge pela primeira vez o termo *ecodesenvolvimento*, colocado como alternativa da concepção clássica de desenvolvimento. De acordo com Leff (2006), foi Sachs quem começou a pensar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento e formulou o conceito de ecodesenvolvimento, postulando a necessidade de se criar novas formas de produção e estilos de vida baseados nas condições e potencialidades ecológicas de cada região, assim como a diversidade étnica e na capacidade das populações locais para a gestão participativa dos recursos. Estes aspectos abordavam prioritariamente a questão da educação, da participação, da preservação dos recursos naturais juntamente com a satisfação das necessidades básicas<sup>5</sup>.

---

4 Foi o período da política brasileira em que militares conduziram o país que teve início em 1964 e durou até 1985 \_ Governo Castello Branco (1964-1967), Governo Costa e Silva (1967-1969), Governo da Junta Militar (31/8/1969-30/10/1969), Governo Medici (1969-1974), Governo Geisel (1974-1979), Governo Figueiredo (1979-1985). Os militares na época justificaram o golpe, sob a alegação de que havia uma ameaça comunista no país. Essa época ficou marcada na história do Brasil através da prática de vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política, a supressão de direitos constitucionais, a falta total de democracia e a repressão àqueles que eram contrários ao regime militar. A década de 1960 iniciou também, um período de grandes transformações na economia do Brasil, que ficou conhecido como Milagre econômico, de modernização da indústria e dos serviços, de concentração de renda, de abertura ao capital estrangeiro e do endividamento externo.

5 Sachs (1986) estabeleceu seis princípios que deveriam integrar a proposta do ecodesenvolvimento, quais sejam: a satisfação das necessidades básicas (habitação, alimentação, meios energéticos de preparação dos alimentos, água, condições sanitárias, saúde); a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e

Assim, o ecodesenvolvimento emerge com um forte componente crítico ao modelo de desenvolvimento vigente, no entanto, em consonância com Leff (2006), esta abordagem ficou relegada em esferas marginais, diante da dificuldade de se flexibilizar as instituições e os instrumentos da planificação, para romper a lógica economicista e internalizar uma “dimensão ambiental” ao processo de desenvolvimento.

Em 1974, formula-se a Declaração de Cocoyok, a qual foi resultado de uma reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade Development - UNCTAD*) e do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (*United Nations Environment Programme - UNEP*). Brüseke (2003) afirma que a referida declaração contribui para a discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, destacando as seguintes hipóteses: a explosão populacional tem como uma das suas causas a falta de recursos de qualquer tipo; pobreza gera o desequilíbrio demográfico; a destruição ambiental na África, Ásia e América Latina é também o resultado da pobreza que leva a população carente à superutilização do solo e dos recursos vegetais; os países industrializados contribuem para os problemas do subdesenvolvimento por causa do seu nível exagerado de consumo. A partir desta declaração, além das hipóteses elucidadas, também se propagou pensamentos de que não existe somente um mínimo de recursos necessários para o bem-estar do indivíduo, existe também um máximo, bem como, os países industrializados têm que baixar seu consumo e sua participação desproporcional na poluição da biosfera.

Nos anos 80, as estratégias de ecodesenvolvimento foram deslocadas pelo conceito de “desenvolvimento sustentável”. Segundo Veiga (2008), a expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicamente empregada, pela primeira vez, em agosto de 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento, realizado em Estocolmo e, no qual, W. Burger apresentou um texto intitulado *A Busca de Padrões Sustentáveis de Desenvolvimento*.

Todavia, conforme o autor, tal ideia só começou a adquirir proeminência quando a Estratégia de Conservação Mundial (*World Conservation Strategy - WCS*) afirmou pretender “alcançar o desenvolvimento sustentável, por meio da conservação dos recursos vivos” e que só começou, realmente, a se afirmar, em 1987, quando, perante a Assembleia Geral da ONU, Gro Harlem Brundtland, caracterizou o desenvolvimento sustentável como um “conceito político”, um “conceito amplo para o progresso econômico e social”. Veiga (idem) enfatiza

---

do meio ambiente, em geral; a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas, e programas de educação. Para Sachs (2002), a partir desta perspectiva de interpretação, o conceito de sustentabilidade apresenta cinco dimensões principais: 1 Sustentabilidade social, 2 Sustentabilidade econômica, 3 Sustentabilidade ecológica, 4 Sustentabilidade geográfica, e, 5 Sustentabilidade cultural.

ainda que o Relatório *Brundtland*<sup>6</sup> foi intencionalmente um documento político o qual visava estabelecer uma aliança com os países da periferia, num processo que seria decisivo para a realização da Rio-92.

#### **Box 2 - Desenvolvimento Sustentável**

Foi a partir da Rio 92 que se iniciou um intenso processo de legitimação e de institucionalização normativa da expressão “desenvolvimento sustentável”, citada no Relatório de *Brundtland*, o qual “corresponde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder as suas próprias necessidades” (GODARD, 1997, p. 113). Contudo, as imprecisões do termo e as indefinições quanto aos seus reais componentes (econômicos, sociais e ambientais), tem mobilizado esforços, no sentido de elucidar a natureza da proposição, ao mesmo tempo que tem revelado os objetivos políticos e ideológicos que subjazem as múltiplas formulações.

Conforme Leff (2006), a ambivalência do conceito se expressa já na polissemia do termo *sustainability*, que integra dois significados: o primeiro traduzível como *sustentabilidade*, implica a incorporação das condições ecológicas – renovabilidade da natureza, diluição de contaminadores, dispersão de dejetos – do processo econômico; o segundo, que se traduz como *desenvolvimento sustentável*, implica a perdurabilidade no tempo do progresso econômico. Leff (idem) explicita, ainda, que o discurso do desenvolvimento sustentável afirma o propósito de alcançar um crescimento econômico duradouro, sem explicitar a possível internalização das condições de sustentabilidade ecológica através de mecanismos de mercado.

Ao partir do pressuposto que a crise ambiental é produto da negação das bases naturais nas quais se sustenta o processo econômico, então, a sustentabilidade ecológica aparece como condição da sustentabilidade temporal do processo econômico. No entanto, o discurso do desenvolvimento sustentável chegou a afirmar o propósito de tornar sustentável o crescimento econômico, por meio dos mecanismos do mercado, atribuindo valores econômicos e direitos de propriedade aos recursos e serviços ambientais, mas sem oferecer uma justificativa rigorosa sobre a capacidade do sistema econômico para incorporar as condições ecológicas e sociais (sustentabilidade, equidade, justiça, democracia) deste processo, por meio da capitalização da natureza. Nesse sentido, a retórica do desenvolvimento sustentável procura estabelecer um terreno comum para uma política de consenso capaz de integrar os diferentes interesses de países, povos e classes sociais que plasmam o campo conflitivo da apropriação da natureza (LEFF, 2006).

A esse respeito, Leff (2000), argumenta que o discurso do *desenvolvimento sustentável*, propugna, na verdade, um “crescimento sustentado”, sem uma rigorosa crítica sobre a capacidade de o sistema econômico internalizar as condições ecológicas e sociais, de equilíbrio, equidade, justiça e democracia. Stahel (2003), na mesma linha de pensamento de Leff (2000), assevera que a noção *desenvolvimento sustentável*, na contemporaneidade, está articulada a ideia de um “desenvolvimento capitalista sustentável”, ou seja, uma sustentabilidade no quadro institucional de um capitalismo de mercado.

A promoção do crescimento econômico é reiterada, na própria agenda global do desenvolvimento sustentável, especialmente para países periféricos, o qual propugna “um crescimento sustentado e sustentável” (Agenda 21 global, cap. 2), que possibilita a satisfação das necessidades da população. De acordo com o referido texto: Tanto as políticas econômicas dos países individuais, como as relações econômicas internacionais, têm grande relevância para o desenvolvimento sustentável. A reativação e a aceleração do desenvolvimento exigem um ambiente econômico e internacional ao mesmo tempo dinâmico e propício, juntamente com políticas firmes no plano nacional [...]. O processo de desenvolvimento não adquirirá impulso, caso a economia careça de dinamismo e estabilidade e esteja cercada de incertezas (p. 1).

<sup>6</sup> O Relatório Brundtland é o resultado do trabalho da Comissão Mundial (da ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED), o qual foi lançado, em 1987 com o título *Nosso Futuro Comum* e teve como presidente da comissão Gro Harlem Brundtland, o que justifica o nome do relatório final. O relatório parte de uma visão complexa das causas dos problemas socioeconômicos e ecológicos da sociedade global. Ele sublinha a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama também atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade, tanto entre as gerações, quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual. O relatório apresenta uma lista de medidas a serem tomadas no nível do Estado nacional. Entre elas: 1 limitação do crescimento populacional; 2 garantia da alimentação em longo prazo; 3 preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; 4 diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; 5 aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; 6 controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; 7 as necessidades básicas devem ser satisfeitas.

Entende-se, portanto, que o desenvolvimento sustentável representa uma tentativa de oferecer respostas à questão socioambiental, a partir de uma crítica às teorias desenvolvimentistas sem, contudo, inscrevê-la no contexto da crítica ao modo capitalista de produção; em outras palavras, trata-se de uma tentativa de articular expansão capitalista e utilização racional dos recursos naturais, crescimento econômico, respeito ao meio ambiente e redução da pobreza.

Leff (2006) sinaliza, ainda, que o discurso do desenvolvimento sustentável foi difundido e vulgarizado até tornar-se parte da retórica oficial e da linguagem comum. No entanto, além do mimetismo retórico gerado, não se logrou engendrar um sentido conceitual e praxeológico capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade. As contradições não apenas se fazem manifestas na falta de rigor do discurso, mas também, em sua colocação em prática, quando surgem os dissensos em torno do discurso do desenvolvimento sustentável e os diferentes sentidos que este conceito adota em relação aos interesses contrapostos pela apropriação da natureza.

A disseminação do conceito e das práticas associadas ao desenvolvimento sustentável, no Brasil, ocorre na esteira da expansão do ideário neoliberal, no compasso dos processos sociais latino-americanos e mundiais dos anos 90. Portanto, o tema da sustentabilidade econômica impõe-se com força, como sinônimo de ajustes econômicos, privatizações e de “reformas sociais”, todos realizados com o objetivo de se obter um “desenvolvimento sustentável”.

De acordo com Brüseke (2003), a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida também como Rio-92, agregou mais de 35 mil pessoas, entre elas, 106 chefes de governos. Lago (2006) explicita que Strong declarou no último dia de reunião que a Conferência do Rio havia sido um “um momento histórico para a humanidade”.

Do ponto de vista da percepção pela opinião pública, os dados mostraram, antes de tudo, que a questão do meio ambiente, vinte anos após Estocolmo, havia-se tornado suficientemente importante na agenda internacional para justificar o deslocamento de um número inédito de Chefes de Estado e de Governo para uma única reunião. Outro fato que, de imediato, marca uma sensível diferença com relação a 1972 é a realização da Conferência em um país em desenvolvimento, indicação de que o tema não era mais considerado um “luxo” de países ricos e, sim, uma questão que exigia um engajamento coletivo da comunidade internacional. Os objetivos dos países em desenvolvimento e os dos países desenvolvidos continuavam, no entanto, sensivelmente diferentes, não obstante às mudanças de percepção quanto ao tema, às transformações radicais no cenário internacional e o novo papel que se parecia esboçar para as Nações Unidas, com a diminuição das tensões entre as superpotências. (LAGO, 2006).

Conferência Rio-92 gerou os seguintes documentos: Agenda 21, programa de ação global com 40 capítulos; Declaração do Rio, um conjunto de 27 princípios por meio dos quais deveria ser conduzida a interação dos seres humanos com o planeta; Declaração de Princípios sobre Florestas; Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas. A Conferência também serviu para consagrar um fenômeno observado

desde a década de 1980: o socioambientalismo, e foi lançado o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais no Brasil – PPG77.

Tais documentos, particularmente a Agenda 21 e a Declaração do Rio, definiram o contorno de políticas essenciais para se alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável que atendesse às necessidades dos menos favorecidos e reconhecesse os limites desse desenvolvimento em escala global. Dessa forma, configurou-se uma estratégia para amenizar as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento. A Agenda 21 brasileira preconiza que o crescimento econômico é desejável por que:

Traz mais empregos, mais renda, mais bens e serviços à população. Quanto mais rápido o ritmo do crescimento, maiores as chances de incluir um número maior de famílias nos padrões civilizados de consumo privado e público. O crescimento econômico é, no entanto, uma condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento sustentável (2004, p. 23).

Segundo Silva (2010), no texto da Agenda 21, há também a indicação que a expressão “desenvolvimento sustentável” mantém intocada a dinâmica capitalista como totalidade, o que acaba por assegurar a prevalência da sustentabilidade econômica sobre as demais dimensões que o conceito evoca, comprometendo a sua efetividade. Isto revela uma concepção parcial e fragmentada da questão socioambiental e de suas pautas, com influência direta sobre os mecanismos destinados ao seu enfrentamento e sobre a atuação do Estado.

Em 1997, ocorreu uma Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, conhecida como Rio+5, onde foi realizada uma avaliação da implementação da Agenda 21, uma série de lacunas foram identificadas, particularmente no que se refere às dificuldades para se alcançar a equidade social e reduzir os níveis de pobreza.

Ao considerar a avaliação, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU propôs a realização, em 2002, de uma nova cúpula mundial, desta vez sobre Desenvolvimento Sustentável, celebrada em Johannesburgo, na África do Sul. O objetivo principal da Conferência seria rever as metas propostas pela Agenda 21 e direcionar as

---

7 O Programa Piloto foi proposto na reunião do G7, em Houston, Texa, em 1990, e aprovado pelo G7 e pela Comissão Europeia em dezembro de 1991. O PPG7 foi implantado no Brasil em 1994, com o propósito de contribuir para a formulação e a implantação de políticas públicas que resultassem na conservação dos recursos naturais e na promoção do Desenvolvimento sustentável na Amazônia Brasileira e na Mata Atlântica. Seus objetivos específicos eram: 1 Criar, validar e difundir conhecimentos gerados a partir de experiências desenvolvidas no âmbito da Amazônia Brasileira e na Mata Atlântica; 2 Influenciar a formulação e implementação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável; 3 Apoiar a expansão de modelos e experiências bem sucedidas; 4 Fortalecer a capacidade de instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada para implementar políticas e aplicar novos conhecimentos. O programa contava com uma estrutura que envolvia os países doadores do G7, a União Europeia e o Bird, no papel de administrador, além de vários ministérios do governo brasileiro e de governos dos estados das regiões envolvidas. (PAGNOCCHESCHI, 2006).

realizações às áreas que requerem um esforço adicional para sua implementação, assim como refletir sobre outros acordos e tratados da Rio-92. Essa nova Conferência Mundial levaria à definição de um plano de ação global, capaz de conciliar as necessidades legítimas de desenvolvimento econômico e social da humanidade, com a obrigação de manter o planeta habitável para as gerações futuras.

Em relação aos resultados da Conferência Johannesburgo, conhecida também como Rio+10, Lago (2006) explicita que deixaram em todos aqueles que se preocupam com a sobrevivência da civilização humana e do planeta um grande sentimento de frustração, em relação às expectativas iniciais geradas de se definir um plano de ação concreto para a resolução dos principais problemas diagnosticados dez anos antes, na Rio-92. Na realidade, o que se conseguiu como resultado foi um plano de ação ou de implementação, não-vinculativo, de 153 longos parágrafos, sem qualquer sistema de monitoração ou sanção e uma Declaração Política aprovada às pressas, sem o peso e a legitimidade da Declaração do Rio.

Para continuar o debate sobre Desenvolvimento Sustentável, foi proposta a Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi realizada no Rio de Janeiro em 2012. Considerado o maior evento já realizado pelas Nações Unidas, o Rio+20 contou com a participação de 193 delegações de Estado que propuseram mudanças, sobretudo, no modo como estão sendo usados os recursos naturais do planeta.

Os objetivos do evento foram assegurar um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes. A Conferência teve dois temas principais: uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável.

Dentre os principais resultados da Conferência, destaque-se o compromisso assumido pelos Estados com a erradicação da pobreza extrema. Merecem igual atenção o lançamento de processo intergovernamental para a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a criação do Foro Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável e o incentivo ao fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Além do documento negociado, o maior legado da Rio+20 são os compromissos voluntários anunciados no Rio para colocar o desenvolvimento sustentável em ação. A Rio+20 mobilizou estimados 513 bilhões de dólares e mais de 700 compromissos voluntários de grupos da sociedade civil, empresas, governos e universidades. Apesar do grande número

de acordos firmados, a questão da implementação e do respeito às obrigações assumidas permanece.

Entender como se estabelece essa “Ordem Ambiental Internacional” é fundamental para entendermos as possíveis conexões global/local, bem como entendermos as escolhas políticas na construção do arcabouço político-institucional ambiental no Estado brasileiro.

Entende-se o conceito de Estado a partir da concepção gramsciana de Estado ampliado, conforme o autor “o Estado inclui elementos que também são comuns à noção geral de sociedade civil (neste sentido poder-se-ia dizer que o Estado = sociedade política + sociedade civil, em outras palavras, a hegemonia garantindo a couraça da coerção)”. (GRAMSCI, 2002, v.2, p. 263)

Gramsci eleva o pensamento (consciência) do homem a um lugar ineditamente proeminente no seio da “filosofia da práxis” (como Gramsci chama o marxismo). O controle da consciência é uma área de luta política da mesma forma ou até mais que o controle das forças de produção. O Estado, como instrumento da dominação burguesa (como parte da sociedade civil), deve ser um participante íntimo na luta pela consciência. Nesse sentido, o desenvolvimento burguês não se faz apenas através do desenvolvimento das forças de produção, mas através da hegemonia na arena da luta política.

O Estado também é entendido pelo autor como um instrumento de “racionalização”, de aceleração e taylorização. Ele opera segundo um plano, impulsiona, incita, solicita e “pune” – pois, uma vez que condições estão criadas, de acordo com as quais um certo *modus vivendi* é “possível”, então a “ação ou a omissão criminal” devem ter uma sanção punitiva, com implicações morais, e não apenas serem julgadas genericamente como “perigosas”. O direito é o aspecto repressivo e negativo de toda atividade, civilizadora, empreendida pelo Estado.

Partindo desse entendimento, compreende-se que as escolhas políticas do Estado brasileiro em relação às políticas ambientais e a construção do seu arcabouço normativo é fruto da expansão do modo de produção capitalista, a qual sofreu influências tanto dos acordos internacionais supracitados, mas também da própria burguesia nacional que sempre optou por revoluções passivas. (Cf. Quadro 03).

Quadro 03 - Síntese do arcabouço político-institucional de construção e consolidação da Política Ambiental no Brasil

Período	Contexto nacional	Contexto internacional	Resultado prático para política ambiental brasileira
De 1930 até 1964	Revolução de 30; Estado Novo; marcha para o oeste; políticas desenvolvimentistas; industrialização e urbanização aceleradas; estradas e energia.	Criação do 1º Parque Nacional do Mundo nos EUA (1872); primeiros tratados e convenções internacionais visando a proteção de espécies; I e II Guerra Mundial; criação da ONU (1945); FAO (1945) e Unesco (1946); criação da UICN (1948) e da WWF (1960)	Constituição de 1934; Código Florestal (1934); Código de Caça e Pesca (1934); Código de Águas (1934); Medida de Proteção aos Animais (1934); criação do 1º Parque Nacional de Itatiaia; criação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza/FBCN (1956).
1964-1984	Golpe Militar de 64; estratégia de integração e desenvolvimento regional; “milagre econômico”; anistia política (1979).	Relatório do Clube de Roma (1971); criação do Programa MaB-Unesco (1971); Conferência de Estocolmo (1972); criação do PNUMA (1972); Declaração de Cocoyok; crise do petróleo (1973 e 1979).	Código florestal (1965); Proteção à Fauna (1967); criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal/IBDF (1967); criação da Secretaria de Meio Ambiente/SEMA (1973); aprovação do regulamento dos Parques Nacionais (1979); criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental (1981); instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (1981); criação das Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico (1984).
A partir de 1985	Redemocratização do país; Eleição de Presidente civil; Criação da Assembleia Nacional Constituinte; moratória da dívida externa; “hiperinflação”; eleições diretas; <i>impeachment</i> do Presidente Collor; estabilização econômica.	Relatório Brundtland (1987); queda do muro de Berlim e fim da União Soviética; Conferência Internacional das Nações Unidas no Rio de Janeiro (1992); Convenção da Diversidade Biológica (1992); Elaboração da Agenda 21 Global (1992); Protocolo de Quioto; Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 (2002); Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (2012).	Criação do Ministério do Meio Ambiente (1985); Constituição Brasileira (1988); criação do IBAMA (1989); criação do FNMA (1989); instituição do PPG7 (1992); Política Nacional de Águas (1997); Lei de Crimes Ambientais (1999); instituição do SNUC (2000); Política Nacional da Biodiversidade (2002); Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (2006) criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (2007).

Fonte: Medeiros 2006, adaptado por Lira, 2011.

A partir do Quadro 03, é possível observar um perfil evolutivo das políticas ambientais a partir de três momentos distintos. O primeiro, entre 1930 até ao início da ditadura em 1964. O segundo, entre 1964 e 1985, que corresponde ao período da ditadura militar e, por fim, o terceiro momento, a partir da transição para governo democrático.

Para Monosowski (1989), a política ambiental brasileira propriamente dita se desenvolveu de forma tardia se comparada às demais políticas setoriais brasileiras. A mesma é entendida neste trabalho como as que apresentam uma preocupação explícita quanto à proteção, conservação e uso dos recursos naturais e do meio ambiente. Essas políticas, preconizadas na legislação e na organização institucional correspondente, definem os

instrumentos de intervenção do Estado na administração dos recursos e da qualidade do meio ambiente.

Conforme Medeiros (2006), a primeira e a segunda fases correspondem ao estabelecimento das primeiras políticas de proteção que vigoraram, sobretudo, a partir de características preservacionistas. Segundo Monosowski (1989), o marco inicial das ações governamentais no campo das políticas ambientais no Brasil, remete a década de 30, todavia a legislação ambiental desse período caracterizou-se por uma preocupação, por um lado, para racionalizar o uso e a exploração dos recursos naturais, e regulamentar as atividades extrativistas e de, por outro, para definir as áreas de preservação.

Na década de 30, foram incentivadas a criação de áreas protegidas, dentre os quais se pode citar o Parque Nacional de Itatiaia (1937), Parque Nacional do Iguaçu (1939) e a Serra dos Órgãos (1939), com base no artigo 9 do Código Florestal de 1934. Vale destacar que a criação de parques e reservas biológicas continua sendo aplicada e consiste num dos eixos principais da política ambiental brasileira. Machado (2008) explicita que no início, as políticas de meio ambiente no Brasil sofreram forte influência da vertente preservacionista americana. Esteve subjacente a essa influencia uma visão de que se poderiam preservar “pedaços do mundo natural” em seus atributos intrínsecos, tais como: paisagem natural, valores cênicos e vida selvagem, dos efeitos irreversíveis da civilização urbano-industrial sobre o mundo natural.

No que concerne ao segundo momento, Monosowski (1989) afirma que na década de 60 foram adotadas algumas estratégias pelo poder público relacionadas à área ambiental, através da criação, em âmbito federal, das agências setoriais para o desenvolvimento da pesca, das atividades florestais, da água, da eletricidade e da exploração dos recursos minerais. De acordo com Monosowski (1989), tais instituições definiram estratégias de modo independente e segundo diferentes prioridades, o que conduz a ações isoladas, não coordenadas e às vezes até conflitantes.

No Brasil, a década de 1970 se caracteriza por uma estratégia de desenvolvimento baseada na implantação de grandes projetos de infraestrutura ou de exploração de recursos naturais, sobretudo, implementados pelo próprio Estado ou em parcerias com multinacionais. Maimon (1992) afirma que nesta década, o projeto “Brasil Grande Potência” era o centro das atenções em detrimento da questão socioambiental. Ainda Segundo essa autora, o desinteresse “pode ser explicado tanto pela inexpressiva, ainda que crescente ação dos ambientalistas brasileiros e, sobretudo, pelo consenso de que o crescimento econômico e a harmonia ambiental eram dois objetivos incompatíveis”. (p. 59)

Nesse período, em que se exaltava o supercrescimento, a política ambiental do Estado brasileiro era inconsistente. Foi marcada por ações pontuais e simbólicas, como a criação, em 1973, da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), inspirada na Conferência de Estocolmo (1972).

Machado (2008) afirma que a criação da SEMA foi recebida com grande entusiasmo por alguns ativistas que entendiam que a criação da mesma era resultado da pressão do movimento ambientalista. Jacobi (2003) acrescenta que estas ações voltadas para construção do arcabouço da Política Ambiental, antes de significar um compromisso efetivo do governo brasileiro com a luta para a proteção ambiental, funcionaram como uma tentativa do governo brasileiro para atenuar sua imagem negativa no cenário externo devido à sua atuação na Conferência de Estocolmo. Segundo este autor, predominava ainda a ideia de que os recursos naturais deveriam ser utilizados para acelerar o processo de desenvolvimento econômico, tomando alguns cuidados para minimizar os problemas de poluição e preservar alguns recursos naturais.

A questão ambiental também foi contemplada no Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento – PND para o período 1975/79, no qual em seu capítulo sobre o desenvolvimento urbano, controle e poluição e preservação do meio ambiente, o Plano definiu a prioridade para o controle da poluição industrial, através da adoção de normas antipoluição de uma política de localização industrial densamente urbanizada. Contudo, Monosowski (1989) explicita a aplicação do II PND, só foi implementado em 1980, quando foi promulgada a lei que estabelece as diretrizes de zoneamento industrial (Lei nº 6.803, de 02/07).

Nesse sentido, Monosowski (1989) assinala que as ações e controle do Estado na década de 70 voltaram-se prioritariamente para os problemas da poluição industrial, que se manifestavam a curto prazo e afetavam áreas limitadas, em especial áreas metropolitanas. No entanto, os efeitos ambientais, a longo prazo, foram relegados a segundo plano, mesmo sendo irreversíveis ou de grandes dimensões. Pode-se notar que as ações de controle voltaram-se fundamentalmente para as atividades do setor privado.

As estratégias governamentais não foram objeto de controle, excetuando-se as atividades de alguns setores, em função de pressões externas. Assim, as modificações provocadas pelos grandes projetos de transformação da natureza foram objetos de uma preocupação marginal, mais influenciada pelas práticas das agências internacionais do que por uma decisão política nacional. É o caso, por exemplo, das primeiras aplicações da Avaliação de Impactos Ambientais (AIA), na análise de projetos que dependiam de financiamento internacionais para sua implantação.

Na década de 80, foi instruída a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), a qual foi regulamentada em 1983. Nesse texto legal, se consolidaram as estratégias atuais e os arranjos institucionais vigentes no tratamento da questão ambiental. Essa pode ser considerada a peça mais importante de legislação ambiental promulgada no país até hoje. A mesma institui tanto a base legal quanto o arcabouço de instituições para a formulação de política com respeito ao meio ambiente em todos os níveis de governo (União, estados e municípios). Essa consolidação é completada pela criação, em 1985, do Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, que assumiu a definição das políticas e a coordenação das atividades governamentais na área ambiental.

A PNMA tem como objetivo principal “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana” (artigo 2º). Dentre as principais inovações dessa Lei, destacam-se duas em nível institucional, quais sejam:

- A criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), diretamente vinculado a Presidência da República e encarregado da formulação das políticas ambientais. Através desse, definiu-se uma nova instância política de decisões. O CONAMA juntamente com a criação dos conselhos ambientais estaduais propiciou a integração e a coordenação das ações de diferentes setores governamentais. A participação política nas decisões é contemplada, embora de forma limitada, através da inclusão de organizações representativas da sociedade civil entre os 72 membros do Conselho.
- A criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), tendo por instância superior o CONAMA, inclui o conjunto das instituições governamentais que se ocupam da proteção e da gestão da qualidade ambiental, em nível federal, estadual e municipal, e também os órgãos da Administração Pública federal, cujas atividades afetem diretamente o meio ambiente.

Segundo essa política, os recursos naturais devem ser preservados e recuperados para garantir sua utilização racional e sua disponibilidade permanente; os poluidores e predadores são obrigados a reparar ou indenizar as degradações provocadas; o usuário deve trazer uma contribuição para a utilização econômica dos recursos naturais. Dentre os instrumentos adotados por essa legislação para aplicar a Política Nacional de Meio Ambiente, destacam-se: o zoneamento ambiental, a avaliação de impactos ambientais, os incentivos à produção e instalação de equipamentos e a criação ou absorção de tecnologias, voltadas para a melhoria

da qualidade ambiental, o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental, a as penalidades disciplinares ou compensatórias ao não-cumprimento das medidas necessárias à preservação ou correção da degradação ambiental.

Para Monosowski (1989), uma das mais importantes estratégias adotadas é a responsabilização do Estado em relação a suas próprias ações, ao se exigir que as atividades públicas e privadas sejam exercidas conforme os princípios da legislação ambiental. Essa é uma inovação importante, em especial no que se refere aos grandes projetos, que até então estavam fora do controle das agências governamentais para a proteção ambiental.

No que diz respeito ao terceiro momento, segundo Medeiros (2004), a redemocratização do país, a partir de 1985, e a posterior crise do Estado brasileiro, originaram uma nova fase de expansão e reestruturação da questão ligada à proteção da natureza no país, com uma tendência clara à “simplificação” da política, mas com alguns avanços evidentes: 1 a nova Constituição Brasileira (1988), com um capítulo especificamente dirigido à temática ambiental; 2 a criação de um único órgão vinculado ao Estado para implementação e administração das áreas protegidas (IBAMA); 3 a criação do Ministério do Meio Ambiente (MMA); 4 a criação de um sistema integrado de áreas protegidas (SNUC), através da Lei n. 9.985 de 18 de julho de 2000, com o objetivo simultâneo de reduzir as sobreposições e antagonismos da política anterior, mas também expandir os objetivos da proteção.

De acordo com Medeiros (2004), nos primeiros dois anos da década de 1990, o Brasil abriu-se abruptamente à concorrência econômica transnacional enquanto tomava medidas de impacto na área ambiental, visando fundamentalmente conquistar credibilidade junto aos investidores externos. Nesta mesma década, o Brasil sediou o evento internacional conhecido como Rio-92, o qual marcou um novo processo em relação às preocupações ecológicas tendo como pano de fundo a crise dos modelos de desenvolvimento dos recursos naturais e suas consequências além das fronteiras dos estados nacionais e, finalmente, a questão da urgência quanto à solução dos problemas.

O posicionamento do governo brasileiro na Rio-92 foi oposto ao de 1972 em Estocolmo, haja vista a influência de quatro fatores: crise do modelo desenvolvimentista (economicista e predatório); sensibilização do governo em relação aos problemas ambientais, em razão da soberania sobre 2/3 da maior floresta pluvial do mundo, sobre a qual a comunidade internacional exigia uma reavaliação; existência de uma matriz energética brasileira baseada em recursos naturais renováveis (hidroelétrica e biomassa) num contexto em que a quase totalidade dos países é dependente de combustíveis fósseis ou de energia

nuclear; pressão por um compromisso globalista, já que o Brasil era o anfitrião da Conferência (VIOLA, 2002).

Monosowski (1989) afirma que o grande interesse pela questão ambiental e a vasta legislação sobre o ambiente estavam atrelados à cooperação de agências financiadoras internacionais, tendo em vista que, anteriormente, a política ambiental do Estado brasileiro foi rica em discursos e pretensões, mas carente de ações governamentais efetivas.

Nos anos 2000, destaca-se a criação do SNUC, o qual se apresenta como uma ferramenta institucional importante, a fim de gerir os recursos naturais/ambientais no Estado brasileiro. Segundo Medeiros (2006), a criação do SNUC, como um instrumento de proteção e gestão ambiental, é reflexo das expectativas sociais de grupos de interesse, sobretudo através de arranjos políticos e institucionais que exercem pressão ou influência sobre o Estado.

A criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) só passou a ser cogitada a partir do final dos anos 1970. As Unidades de Conservação brasileiras eram, até então, criadas de forma esporádica, casuística e assistemática, de acordo com oportunidades surgidas em contextos e circunstâncias políticas específicas. (MEDEIROS & GARAY, 2006).

O histórico da tramitação da Lei do SNUC e os embates e discussões surgidos durante o processo de elaboração legislativa – principalmente entre socioambientalistas e preservacionistas – são muito úteis à compreensão de como alguns conceitos socioambientais foram sendo incorporados ao ordenamento jurídico, apontando, assim, para a construção de novos paradigmas jurídicos. Santilli (2004), afirma que grande parte dos conceitos-chave incorporados pela Lei que institui o SNUC tem, claramente, uma inspiração socioambiental, que prevaleceu, sobre conceitos defendidos pelo preservacionismo tradicional.

Em 1988, o extinto IBDF encomendou à Fundação Pró-Natureza, com sede em Brasília, que formulasse um Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Após mais de 10 anos de debates, O SNUC foi oficialmente estabelecido, em 2000 (Lei 9.985, 19 julho de 2000) e, um decreto subsequente, o regulamentava (Decreto 3.834, 5 junho de 2001).

De acordo com a lei nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, Unidades de Conservação devem ser entendidas por espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000). A lei também criou o Cadastro Nacional de

Unidades de conservação (CNUC), que deve reunir todas as UCs criadas no Brasil, e que deve ser alimentado com informações estratégicas.

O SNUC divide as Unidades de Conservação no território nacional em dois grandes grupos: as Unidades de Conservação de Proteção Integral e as Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o que, mais uma vez, ilustra a integração de percepções distintas da sociedade com relação ao significado da natureza: a percepção e a ideologia dos denominados “preservacionistas”, inspirada na intocabilidade dos recursos renováveis e, a concepção de inclusão social na gestão das áreas protegidas, originária do grupo dos denominados “socioambientalistas” (MEDEIROS, 2004).

Pelo SNUC, são previstas 12 categorias de manejo distintas: – cinco de Proteção Integral e sete de Uso Sustentável. A responsabilidade pela criação, manutenção e gestão destas áreas é realizada, majoritariamente pela União, por meio do Governo Federal, estados e municípios (11 das 12 categorias existentes, atualmente), mas pode ser exercida, voluntariamente pela sociedade civil, por meio das Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs. Entretanto, é importante salientar que a criação de novas categorias de manejo é, também, garantida no texto do SNUC, que reconhece, inclusive, aquelas criadas por estados e municípios, por meio de legislações específicas. O Quadro 04 apresenta os grupos e categorias de manejo previstas, atualmente, pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

A partir da classificação das diversas categorias de Unidades de Conservação, de forma unificada no território Nacional, esta Lei trouxe inovação, com a motivação para a criatividade em diversos aspectos, sendo mais importantes questões como: a participação da sociedade na criação e gestão de UCs, um justo tratamento às populações tradicionais que habitam em UC’s; garantia de alocação de recursos financeiros para a gestão de UCs; regularização fundiária, considerando as políticas de terras e águas circundantes e as necessidades sociais e econômicas locais (SNUC, 2000).

A partir deste dispositivo legal, o governo federal criou o Plano Estratégico Nacional para Áreas Protegidas (PNAP), cujas discussões foram iniciadas na Conferência de Partes (COP-7), realizada no âmbito da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) em 2004, na cidade de Marrakesh, Marrocos. O PNAP definiu diretrizes e objetivos para o Brasil reduzir a taxa de perda de biodiversidade, por meio de um sistema de áreas protegidas que inclui também, além das UCs, as terras indígenas (TI’s) e áreas de quilombolas. O plano foi institucionalizado através do Decreto 5.758/06. Estruturado em quatro eixos temáticos, o

PNAP engloba planejamento, fortalecimento e gestão, governança, participação, equidade, repartição de custos e benefícios, capacidade institucional, avaliação e monitoramento.

Quadro 04 - Grupos e Categorias de Unidades de Conservação previstas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000)

Grupo de UCs	Categorias das UC	Características
Proteção integral	Estação Ecológica (EE)	É a categoria mais restritiva de todas e seu foco é a preservação da natureza. A pesquisa é a única atividade humana permitida dentro da sua área e, assim mesmo, apenas em 10% dela.
	Reserva Biológica (REBIO)	Tem por objetivo a preservação da natureza. A pesquisa é a única atividade humana permitida dentro da sua área, porém em 100% dela.
	Parque Nacional (PN), Parque Estadual e Parque Natural Municipal	Além da realização de pesquisas científicas em 100% das suas áreas, permite-se neles o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo ecológico.
	Refúgio da Vida Silvestre (RVS)	Tem como objetivo proteger ambientes naturais nos quais se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna nativa ou migratória.
	Monumento Natural (MN)	Tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.
Uso sustentável	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Nela é permitido o uso manejado dos recursos naturais, desde que uma zona seja dedicada à proteção integral.
	Reserva Extrativista (RESEX)	Não apresenta zona de proteção integral em seu interior e permite o uso sustentável dos recursos, desde que não-madeireiros.
	Reserva Faunística (RF)	É uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
	Floresta Nacional (FLONA), Floresta Estadual (FLORESTA) e Floresta Municipal	Permitem o uso sustentável e manejado dos recursos e naturais, inclusive os madeireiros. São as últimas unidades do sistema a não permitir propriedade privada dentro de suas áreas.
	Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	É permitida a propriedade privada, desde que se respeite uma área destinada à preservação de uma reserva florestal.
	Área de Proteção Ambiental (APA)	Área de ocupação humana, geralmente localizada próximo das cidades, na qual a propriedade privada não só é permitida como prevalece sobre a área, que existe mais no sentido de facilitar o ordenamento territorial.
	Reserva do Patrimônio Particular Natural (RPPN)	Dentre as unidades de uso sustentável, esta é a mais restritiva. Funciona como uma unidade de conservação de proteção integral, sob domínio particular.

Fonte: SNUC, 2000.

A criação do sistema que regulamenta áreas de proteção federais, estaduais e municipais tem como objetivos, dentre outros, promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais, promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento, recuperar ou restaurar ecossistemas degradados, valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica, e proteger os recursos naturais

necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (BRASIL, 2000).

Através da bandeira do desenvolvimento sustentável, o Brasil assinou, durante o período de 2003-2007, cerca de 50 convênios internacionais relacionados com o meio ambiente e seus recursos naturais. Esses convênios são de caráter geral e multilateral, em níveis regional e global, de flora e fauna, pesqueiros, hidrológicos, marinhos, atmosféricos, etc. Os convênios referentes à conservação da biodiversidade e ecossistemas são: Acordos para a Conservação da Flora e Fauna dos Territórios Amazônicos; o Tratado de Cooperação Amazônica; o Acordo Internacional de Madeiras Tropicais, a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção (CITES); a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional Especialmente como Habitat de Aves Aquáticas (RAMSAR); o Protocolo de Kyoto e o Protocolo de Montreal, entre outros. Para atender às convenções CDB e CITES, o Brasil estabeleceu legislação específica acoplando sua legislação nacional à internacional [Medida Provisória No 2.126-13 (2001) e Decreto No 3.607 (2000) respectivamente].

No presente, o Brasil tem 1.527. 213 Km<sup>2</sup> de áreas protegidas, o que representa 18,7% do território nacional. Deste total, 755.185km<sup>2</sup> são de UCs federais e 765.252 km<sup>2</sup> de UCs estaduais. (MMA, 2014)

No contexto contemporâneo, vale ressaltar a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6040, 2006) e a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio, 2007).

No que diz a PNPCT, se constitui como um passo importante pensado sob a perspectiva de propiciar a inclusão política e social dos povos e comunidades tradicionais, como também estabelecer um pacto entre o poder público e estes grupos, incluindo obrigações vis a vis, alicerçadas num modelo de sociabilidade sob o total interesse da sociedade civil e do Estado, numa compreensão correta das razões históricas e do desenvolvimento dos povos, por exemplo, da região amazônica, o que denotou um comprometimento maior do mesmo ao assumir a diversidade de culturas no trato com a realidade social brasileira. Este compromisso vem propiciar a viabilidade de políticas públicas pautadas na gestão e uso dos recursos naturais, tornando-se cada vez mais ferramenta fundamental para o diálogo entre Poder Público e a sociedade civil organizada.

Quanto ao ICMBio, sua institucionalização aconteceu em clima polêmico, com a aprovação da Medida Provisória nº 366, de 13 de junho de 2007, que absorveu parte do

peçoal e das atribuições do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, desde então, tornou-se responsável por executar ações da “Política Nacional de Unidades de Conservação da Natureza” – atribuições do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Além disso, o ICMBIO é também responsável pela execução das Políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais, pelo apoio ao extrativismo e às populações tradicionais, além do incentivo a programas de pesquisa e proteção da biodiversidade.

A construção deste arcabouço político-institucional que hoje, no país, funciona de maneira mais integrada e concentrada no que tange às ações voltadas para a proteção dos recursos renováveis, não foi decorrente apenas de uma ação isolada ou imposição do Estado. Diversas foram as exigências, setores e atores que se somaram, formando uma imbricada rede de interesses e demandas, atuando em diferentes níveis (nacional e internacional) e escalas (local, regional, nacional e global). No caso da Política Ambiental, esse papel se traduz numa complexa rede de negociação com diferentes agentes atuantes no processo.

## 2 O ESTADO E AS POLÍTICAS AMBIENTAIS NA AMAZÔNIA

O mundo atual está enredado em uma encruzilhada entre a modernidade e a pós-modernidade; transita por uma ponte sobre o vazio de determinação, causalidade, objetividade, estrutura e unidade do conhecimento que se afasta do paradigma mecanicista da ciência que corre sob seus pés, avança através da incerteza e da perda de referencialidade empírica do conceito para chegar à outra margem, a de um mundo complexo que demanda uma nova racionalidade para orientar ações políticas e estratégicas emancipatórias que permitam fazer frente ao discurso da simulação que nos seduz (LEFF, 2006, p. 129).

Parte-se do entendimento de que a Amazônia brasileira nunca esteve alheia aos processos de globalização da economia capitalista. Essa assertiva pode ser observada no plano histórico, tanto em regimes ou *surtos econômicos* de nacionalização, quanto em períodos ou ciclos econômicos relacionados às possibilidades de intervenção do Estado.

Segundo Silva (2013), pode-se compreender a região da Amazônia brasileira enquanto formação econômico-social produzida pelas transformações decorrentes do capitalismo, estando sujeita aos processos de expansão e crise das dinâmicas do capital. Em decorrência dessas transformações sociopolíticas, faz-se necessário entender o lugar da Amazônia no cenário internacional.

O Mundo que a globalização produz envolve diferentes movimentos e sentidos. No caso da Amazônia, os impactos da globalização confundem-se com os processos de domínio da natureza, de ocupação econômica, de fronteiras físicas e políticas. Os impactos também refletem ou dinamizam mudanças culturais, perspectivas de autodeterminação social, de interlocução mundial e, ainda, o imaginário universal. No quadro da globalização, a Amazônia tanto é um território datado e situado como é uma ideia, uma fabulação, uma utopia. (SILVA, 2013, p. 10)

A compreensão do lugar que a Amazônia ocupa no cenário internacional e nacional, é necessário para compreender como estas diretrizes norteiam os programas de desenvolvimento econômico para a Amazônia, sobretudo na fase das *políticas de integração*, iniciadas a partir da segunda metade do século XX. Estas tomaram forma na transição do regime de governo instituído no país com o regime ditatorial iniciado na década de 60 e que se estendeu até a redemocratização do governo brasileiro no final dos 80.

Na Amazônia brasileira, a transição das políticas governamentais de desenvolvimento pode ser visualizada na medida em que se procura compreender os projetos instituídos pelo Estado e sua relação direta com o processo de ocupação geopolítico e territorial. (RAPOZO, 2014).

Quadro 05 - Projeto Geopolítico de Ocupação do Território e de Desenvolvimento Econômico planejado pelo Estado

Estado Brasileiro	Projetos	Década	Objetivos
Estado Novo	Criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPEVEA)	1950	Integração da Amazônia ao Brasil
Estado Autoritário	Banco de Crédito da Amazônia S. A. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA)	1950	Crédito comercial, industrial e agrícola; Demarcação de Terras e Ordenamento Fundiário.
	Plano de Integração Nacional	1965-1975	Desenvolvimento regional por incentivos fiscais e creditícios (para criação das Rodovias Belém-Brasília-Acre/ ZFM).
	POLAMAZÔNIA	1974	Crédito para custeio para a pequena agricultura e “fixação do homem à terra”; Colonização de outras áreas, devido ao encerramento da fronteira.
Período de Transição do Estado Autoritário para Democrático	Pólo Minerometalúrgico de Carajás (PA); Estrada de Ferro Carajás-São Luís (MA); Usina Hidrelétrica de Tucuruí (MA).	1980	Benefício parcial do minério; Fornecimento de energia; Extração e benefício da madeira e para a exploração pecuária.

Estado Democrático	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA)	1990	Estimular novas frentes de ocupação na Amazônia, incentivando a compra de terras na região.
	Unidades de Conservação (UC) Federal/Estadual/Municipal; Reservas extrativistas (RESEX) e Terras Indígenas (TI)	1990- início do século XXI	Proteção das florestas; Exploração e reprodução sustentável das áreas ocupadas tradicionalmente.

Fonte: Loureiro (2001), adaptado por Rapozo (2014).

O Quadro 05 aponta um movimento de ressignificação da questão ambiental, resultante da apropriação do discurso sobre a temática do meio ambiente e das dinâmicas sociopolíticas instituídas na reconstituição das arenas de debates sobre a questão do desenvolvimento e institucionalizadas pelos modelos de gestão dos recursos naturais. (RAPOZO, 2014)

A partir da década 70, a ameaça ao meio ambiente passava a fazer parte do discurso que questionava a sociedade ocidental e seus valores. O modelo de desenvolvimento sofreu fortes pressões ambientalistas o que possibilitou o advento de uma agenda ambiental internacional. Nesse sentido, levantam-se algumas questões: como a agenda ambiental internacional influenciou as Políticas Ambientais no Brasil, Amazônia e no Amazonas? Como a retórica do desenvolvimento sustentável foi ganhando espaço na condução das políticas ambiental voltadas para Amazônia? Como o Estado o Amazonas se tonou um local de implementação desse novo paradigma?

No período assinalado, o Brasil vivia o seu “Milagre Econômico”. Enquanto os países ricos discutiam os limites do crescimento, a delegação brasileira liderava um grupo de países em desenvolvimento que considerava as questões ambientais como preocupações que interessavam ao primeiro mundo. O objetivo principal desse grupo de países era o crescimento acelerado.

Nesse período, a Amazônia passava a ser compreendida como uma fronteira agrícola a ser colonizada. Os governos do período produziram um vultoso rol de políticas públicas para esse fim. Capitaneados pelo Programa de Integração Nacional, foram abertas rodovias, programas de colonização e assentamento, polos de desenvolvimento, incentivos à extração mineral, entre outros. O objetivo era dotar a Amazônia de condições para que a mesma pudesse ser integrada ao novo modelo de desenvolvimento acelerado que se observava no Sul-Sudeste.

A Amazônia era área a ser ocupada. As propagandas diziam que era preciso “integrar para não entregar” e que devido à baixa densidade demográfica, era um espaço próprio para uma intensa política de povoamento, com o slogan de “uma terra sem homens para homens sem terra!”.

Conforme Loureiro (2005), durante os anos de 1960 e 1970, os principais obstáculos ao desenvolvimento dos países periféricos e de regiões atrasadas economicamente, como a Amazônia, eram atribuídos a dois problemas básicos: à insuficiência de capitais produtivos e de infraestruturas capazes de pôr em marcha novos investimentos. Assim, o novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia – posto em prática pelos governos militares pós-1964 para desenvolver e integrar a região ao mercado nacional e internacional – inspirava-se nessas concepções teóricas, feitas as adaptações que os militares e a tecno-burocracia julgaram conveniente fazer para aquele momento da ditadura militar. Sobre a estratégia de desenvolvimento para a Amazônia a autora acrescenta que:

A proposta baseava-se em oferecer inúmeras vantagens fiscais a grandes empresários e grupos econômicos nacionais e internacionais que quisessem investir novos capitais nos empreendimentos que viessem a se instalar na região. Seu principal instrumento eram os incentivos fiscais, reorientados legalmente em 1967, principalmente para a pecuária, a extração madeireira, a mineração, atividades que, simultaneamente, requerem grandes quantidades de terra, destinam-se à exploração de produtos primários ou semielaborados e geram poucos empregos. [...] Por meio dos incentivos fiscais, as grandes empresas beneficiadas poderiam destinar uma parte ou até a totalidade do imposto de renda que deveriam pagar ao governo, para criar, com aqueles recursos, novas empresas na região. [...] Dessa forma, o Governo Federal abriu mão do dinheiro com o qual poderia modernizar as atividades tradicionais dos pequenos e médios produtores da região ou para investimentos sociais, como escolas, hospitais etc.; preferiu transferir esses recursos para grandes empresas (LOUREIRO, 2005, p. 78).

Na mesma linha de pensamento, Esterici e Schweickardt (2010) acrescentam que nos anos 1970 e 1980, o Estado negou sistematicamente as formas tradicionais de apropriação do espaço adotadas pelas comunidades de pequenos produtores e homogeneizou a forma de domínio sobre a terra através do conceito legal de propriedade privada, visando à integração da região à economia nacional por meio das grandes empresas.

[...] a marca dessas políticas governamentais é que eram orientadas para o uso intensivo da terra e dos recursos naturais. Tanto os empreendimentos agropecuários, cujos projetos passavam pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), quanto os projetos convencionais de assentamento de pequenos produtores, que constituíram a meta fundamental das políticas executadas pelo INCRA na Amazônia, desde a década de 1970, foram, até o final dos anos 1990, desenhados a partir do modelo de uso intensivo dos recursos naturais, sobretudo florestas, solo e água. [...] A ideia subjacente a esta estratégia de territorialização, que já vinha sendo posta em prática desde os anos 1950, e que passou a ser

sistematicamente implantada a partir dos governos militares, era a transformação de uma região – considerada como demograficamente vazia e economicamente desintegrada do resto do país – e de seus espaços de natureza – percebidos como improdutivos – em áreas de exploração voltadas para o mercado (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010, p. 61).

Mello (2006) enfatiza três características que marcaram esse período, quais sejam: 1) a agregação dos aspectos políticos - o da segurança nacional - e econômico, fundamentado nas empresas e nos tipos de investimentos; 2) a transferência de população, que vai reavivar os conflitos marcados pelos problemas fundiários como a origem de focos de tensões sociais e gerar a necessidade de reequilíbrio regional; 3) o processo de colonização oficial, fundamentado na noção de propriedade. Segundo autora, a noção de propriedade modificou profundamente as relações ligadas ao direito de posse, causou expulsão dos posseiros, e ampliou os conflitos sociais.

Esta fase de implantação dos grandes projetos na Amazônia foi marcada por intensos conflitos de terra entre fazendeiros, posseiros, seringueiros e índios, desflorestamento desenfreado pela abertura de estradas, exploração da madeira seguida da expansão agropecuária e intensa mobilidade espacial da população.

No que concerne a atuação do Estado, Cardoso (2008) afirma que o papel do Estado na Amazônia no que respeita à sua ocupação e valorização nas décadas de 60 e 70, criou condições para o capital privado atuar naquele espaço brasileiro, e permitiu, por delegação não formal, a exploração brutal do trabalho, Estado e grande empresa se unem estrategicamente para permitir, nas palavras do autor, o “devassamento da fronteira e a espoliação dos trabalhadores”. Conforme Cardoso (2008),

[...] Exploração e progresso, semi-servidão e grande capitalismo, violência e crescimento econômico não se separam como água e óleo, senão que se fundem para permitir o devassamento da fronteira, a utilização da mão de obra local ou migrante, com baixo nível de tecnologia e pouca utilização de máquinas, o protecionismo estatal, a coerção privada sobre a mão de obra etc. [...] Nas condições pioneiras da Amazônia, o Estado torna-se raquítico para a defesa do cidadão e delega à violência privada, embora não expressamente, o arbítrio nas relações entre os homens. Capitalismo selvagem, dir-se-á, que combina em sua estrutura formas de exploração e de imposição que simultaneamente supõem o Estado Leviatã (protetor, para os ricos) e a coerção privada para conter a emergência de eventuais (e improváveis) primitivos rebeldes e para conter reações mais ou menos organizadas que evidenciam aqui e ali o potencial da ação da massa dos explorados. (p.2-3)

O autor conclui que o tipo de crescimento adotado – explorador de trabalho, concentrador de rendas e de riquezas – mostrou que por si só não traz melhoria para as

populações, nem corrige distorções. Para Becker (2006), várias lições podem ser extraídas desse processo, tais como:

[...] o privilégio atribuído aos grandes grupos e a violência da implantação acelerada da malha tecno-política, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, como profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, tiveram efeitos extremamente perversos, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos. Tais lições evidenciam a forma de como não planejar uma região. (p. 27).

Nesse sentido, infere-se que as políticas públicas voltadas para a Amazônia, a partir da década de 60, foram pensadas de cima para baixo, privilegiando as empresas capitalistas em detrimento das necessidades das populações amazônicas, deixando cicatrizes provocadas tanto pelos conflitos sociais quanto pelos ambientais.

A política de integração nacional mudou radicalmente a cena da Amazônia nas esferas econômica, social, demográfica, cultural e ambiental. Observa-se que com as ações empreendidas na Amazônia com intuito de integrar, o que se conseguiu foi colocar, na agenda pública nacional e internacional, o questionamento sobre a sobrevivência do grande bioma amazônico. O Brasil sofreu muitas críticas por parte dos pesquisadores e ambientalistas em decorrência de suas consequências nefastas para o ambiente natural amazônico. Para esses críticos, o desenvolvimento da região deveria basear-se na existência da floresta e não em sua supressão.

Do ponto de vista da discussão ambiental, houve poucos avanços, no Brasil e na Amazônia, antes dos anos 80. Com a entrega do extenso Relatório Brundtland, esperava-se indicar a saída para o dilema entre continuar produzindo e defender o planeta. Essa saída era o Desenvolvimento Sustentável, conforme discutido. A fórmula mágica consistia em ser: economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente responsável para com as futuras gerações. Por mais genérico que fosse, o termo passou a ser usado sem parcimônia, principalmente a partir da conferência Rio-92.

O Desenvolvimento Sustentável passou a fazer parte de planos de governo e de suas políticas públicas. Todo o desenvolvimento, doravante, deveria ser sustentável. A abertura de uma estrada deveria ser sustentável. A construção de uma hidrelétrica deveria ser sustentável. Por mais que não ficasse claro o que se entendia por sustentabilidade, todo o desenvolvimento<sup>8</sup> deveria ser sustentável. Aonde havia receio sobre os impactos, a saída para o capital e seus empreendimentos eram as medidas mitigadoras e as medidas compensatórias.

---

<sup>8</sup> Vide Planos Plurianuais após Fernando Henrique Cardoso.

Como um dos resultados dessa nova modalidade discursiva de desenvolvimento, a Amazônia tinha seu significado novamente modificado. De região apta ao avanço agropecuário, passaria a ser a área que deveria ser preservada. A Amazônia seria, então, reinventada a partir da década de 90, após conferência da ONU Rio-92.

Um dos principais programas do governo federal durante os anos 90 adotou o conceito do Desenvolvimento Sustentável, qual seja: Programa Avança Brasil, no qual se ressaltou a necessidade de uma nova modalidade de desenvolvimento.

No Programa Avança Brasil, pode-se perceber a necessidade de adjetivar o desenvolvimento com as preocupações ambientais. O segredo para o desenvolvimento sustentável é o crescimento econômico com respeito à vocação das diversas regiões e seus ecossistemas.

A despeito de querer desvendar o segredo dessa combinação, pode-se perceber que a sustentabilidade para a Amazônia foi tratada como um problema crucial que o governo precisaria resolver principalmente se combinada com desenvolvimento. Enquanto preocupação com sustentabilidade o programa afirmava:

A Amazônia não tem apenas a maior rede fluvial em volume de água do mundo. Ela também abriga uma das maiores diversidades de espécies vivas do Planeta. Muitas plantas, animais e micro-organismos ainda não estudados pela ciência poderão servir de base para a pesquisa de alimentos, remédios e outros produtos úteis no futuro. Na Amazônia brasileira vivem 20 milhões de pessoas, que precisam tirar seu sustento dos recursos naturais. E o meio ambiente, fonte de tantas riquezas, não deve ser prejudicado. Por isso a proteção ambiental desta região vem merecendo atenção especial do governo e da comunidade científica. O programa Amazônia Sustentável reúne um grande número de projetos para preservar e manter esta enorme área e, ao mesmo tempo, oferecer opções de desenvolvimento que beneficiem especialmente as populações que lá vivem. Requer também a participação de estados, municípios, organizações não governamentais e comunidades locais, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

A “vocação” da Amazônia era para a sustentabilidade, todavia também representava um enorme manancial para outros segmentos produtivos: agricultura, pecuária, mineração, energia etc. Como combinar a necessidade descrita com os princípios do desenvolvimento econômico? O governo definia algumas das políticas necessárias para o desenvolvimento da região, adequando seu papel ao restante do desenvolvimento do país.

Ainda apontava para a necessidade de aporte de recursos para a área de energia, tendo como destaque a construção de hidrelétricas no rio Madeira e a construção do Gasoduto,

ligando Urucu a Porto Velho. Tais empreendimentos diziam respeito ao desenvolvimento econômico da região, mas também implicariam em impactos ambientais. O segredo fica desvendado através da combinação:

Mundialmente famosa por suas riquezas naturais, a Amazônia ainda tem uma economia relativamente pouco desenvolvida. Isto significa que ela possui um grande potencial de progresso. O desafio é conseguir crescer através de um processo planejado e sustentável, que respeite a natureza e os valores culturais da região. Para alcançar o desenvolvimento sustentável, é preciso criar condições e infraestrutura social e econômica adequadas, que integrem a região e seus produtos ao mercado nacional e internacional, sem devastar. Com estes objetivos, o Programa Desenvolvimento da Amazônia Legal apoia a região em diferentes aspectos: desde estudos para planejar o desenvolvimento e capacitar recursos humanos, até a promoção e difusão de oportunidades, oferta de incentivos fiscais e financiamento para empreendimentos.

Como se pode perceber, pelo menos no plano retórico, o Desenvolvimento Sustentável estava resolvido. Entretanto, apesar do discurso do desenvolvimento sustentável os resultados obtidos não puderam comprovar que se estava diante de um novo modelo de desenvolvimento. Se retomarmos os princípios do Desenvolvimento Sustentável, na Amazônia encontra-se o seguinte cenário na década de 90 (Quadro 06).

Quadro 06 - Princípios do Desenvolvimento Sustentável e as consequências das políticas ambientais voltadas para a Amazônia

<b>Princípios do Desenvolvimento Sustentável</b>	<b>Consequências das políticas Ambientais voltadas para a Amazônia</b>
<b>Economicamente viável</b>	O avanço da produção de grãos e a subsequente transformação do Brasil no maior produtor de soja do mundo. O crescimento do rebanho bovino. A construção de empreendimentos hidrelétricos de grande porte.
<b>Socialmente justo</b>	O crescimento urbano das principais cidades da região norte, bem como da pobreza e das mazelas da exclusão social (violência, prostituição, prostituição infantil, etc).
<b>Ambientalmente responsável para com as futuras gerações</b>	O avanço das derrubadas e queimadas que incrementaram o desflorestamento.

Fonte: Lira, 2016.

É possível observar que no momento do desenvolvimento acelerado ou no momento do desenvolvimento sustentável a Amazônia é compreendida enquanto o lugar do diferente.

No primeiro momento deveriam ser intensificadas as ações para integrá-la ao desenvolvimento produzido no Centro-Sul do Brasil. No momento posterior, deveria a mesma funcionar como uma espécie de reserva para a ação ambientalista do desenvolvimento sustentável, apesar da clara incongruência entre o discurso e as políticas públicas para o desenvolvimento da região.

No Brasil, ocorreu o desenvolvimento desigual entre as regiões Norte e Sul, o que levou muitos autores a analisarem o Brasil a partir de uma concepção dualista da história. A ideia de “dois brasis”, como aponta Ianni (1991), é uma concepção mecânica da realidade, como se essas discontinuidades não tivessem articuladas ao todo e como não fossem elas mesmas necessárias ao desenvolvimento econômico na medida em que as populações pobres do norte ou nordeste constituem-se exércitos de reserva que o mercado dispõe para se ter mão-de-obra excedente e barata. Vale ressaltar que este problema não é especificamente brasileiro, ainda que aqui se torne um tanto intenso.

Gramsci (1987) analisa a questão regional na Itália, e desvela essa aparentemente dualidade entre o Norte e Sul, denominada pelo autor de questão meridional. O autor adverte que não se deve pensar, que as “duas Itálias” estivessem separadas; pelo contrário, são as relações estabelecidas entre as elites industriais do norte e os latifundiários do sul que explicam, em boa medida, a sobrevivência desse “modelo”. Em outros termos, a desigualdade era a forma de desenvolvimento capitalista no país.

### **Box 03 - Questão Meridional**

A questão meridional gramsciana tem como preocupação principal pensar a revolução na Itália e os entraves gerados pelas características históricas de formação do campesinato no sul da Itália. De acordo com Gramsci (1987) as desigualdades norte-sul, na Itália, datam do século XIX. Desde então, floresceu no norte uma sociedade urbana e industrial, enquanto, no sul, a economia permaneceu rural, com forte concentração fundiária e intensa exploração dos camponeses. As raízes dessa estrutura podem ser buscadas na forma como ocorreu a unificação italiana na segunda metade do século XIX. Foi a natureza conservadora da “revolução italiana” – a “revolução passiva” – que produziu as duas Itálias.

A dualidade italiana tinha suas bases no Risorgimento e na sua revolução passiva, que é entendida como a ausência de um jacobinismo no processo revolucionário: “ausência de aliança real entre a cidade e o campo, a burguesia e os camponeses, a classe dirigente do Norte e as massas camponesas do Sul” (BUCIGLUKSMANN. 1980. p. 78). A Revolução continua passiva, pois não revoluciona as superestruturas, permanecendo como classe dominante e não dirigente.

A grande contribuição de Gramsci para o pensamento marxista, diz Portelli (1977), está exatamente na sua explicação quanto às funções dos intelectuais. “O ponto fraco da relação estrutura-superestrutura, na teoria marxista, provinha de seu caráter puramente abstrato; ora, Gramsci fornece uma tradução concreta, social, desse vínculo orgânico: os intelectuais” (p. 157-58). Gramsci (1987) identifica dois tipos de intelectuais: o tradicional e o orgânico, o “velho tipo de intelectual” e o “novo tipo de intelectual”. O primeiro é o elemento organizador de uma sociedade camponesa e artesanal. Com o desenvolvimento da indústria, surgiu o segundo tipo, aquele “organizador técnico, o especialista em ciência aplicada”, tipo predominante nas sociedades capitalistas.

Os intelectuais meridionais, explica o autor, derivavam de uma camada de pequenos e médios proprietários, viviam do aluguel da terra, da meação. Não eram camponeses, mas estavam próximos deles,

interpunham-se entre eles e o grande proprietário. As duas faces desses intelectuais materializavam-se na sua capacidade de “receber os impulsos” dos camponeses e, ao mesmo tempo, discipliná-los dentro da ordem estabelecida, impedir que se colocasse em risco o bloco agrário industrial. A colaboração dos estratos médios, dos intelectuais, era parte da estrutura do bloco: em troca, o Estado lhes concedia empregos, privilégios econômicos, sociais e políticos. Assim, observa Macciocchi (1977), profissionais liberais, advogados, professores, funcionários públicos, médicos, padres – todos intelectuais no sentido gramsciano – contribuíam para a manutenção do *status quo* no Mezzogiorno.

As propostas dos intelectuais meridionalistas, da burguesia industrial e mesmo do Partido Socialista nunca ultrapassavam os limites do reformismo, haja vista a sua participação no bloco agrário industrial. Quanto aos camponeses, não conseguiam se expressar de forma organizada porque “seus” intelectuais estavam a serviço do Estado e dos grandes proprietários. Para Gramsci, a solução da Questão Meridional era parte integrante da revolução socialista. Nesta, a aliança operário-camponesa desempenharia um papel central. O autor (1987) enfatiza: “[...] o proletário setentrional, emancipando a si mesmo da escravidão capitalista, emancipará as massas camponesas meridionais subjugadas pelos bancos e pelo industrialismo parasitário do norte.” (p.77). A ação do proletariado do norte em aliança com os camponeses do sul seria, pois, fundamental. No lugar do conflito “Região versus Região”, entrava, portanto, o conflito operários-camponeses x industriais-latifundiários-intelectuais de classe média.

Gramsci colocou a questão em termos mais claros e consistentes: o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora – o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas. [...] Conquistar a maioria das massas camponesas, portanto, significa [...] compreender as exigências de classe que elas representam, incorporar essas exigências a seu programa revolucionário de transição, colocar essas exigências entre as suas reivindicações de luta. (GRAMSCI, 1987, p.139)

Para Carlos Nelson Coutinho (1999), fica claro que a vitória “contra o capitalismo e o Estado burguês” somente se daria se o proletariado se tornasse classe “dirigente” e “dominante”, o que significa, em termos gramscianos, conquistar, respectivamente, a hegemonia no plano da “sociedade civil” e o domínio da “sociedade política”, dos aparelhos do Estado stricto sensu.

Quais eram os obstáculos para que isso ocorresse? O primeiro, observa o autor, era modificar a ideologia da classe proletária do norte quanto aos problemas do sul. Os “propagandistas da burguesia” haviam divulgado, no norte, a tese segundo a qual o sul era um “obstáculo ao desenvolvimento da Itália”, e que seus habitantes eram “bárbaros e biologicamente inferiores”. Assim, a culpa pelo atraso do sul seria imputada aos próprios meridionais e à “natureza”, não estando relacionada a fatores históricos e sociais.

Para Gramsci (1987), mais importante do que desconstruir esse discurso burguês, era o proletariado do norte se converter numa “classe nacional”, acima de seus interesses: O metalúrgico, o carpinteiro, o operário da construção civil, etc. devem não só pensar como proletários e não mais como metalúrgico, carpinteiro, operário da construção etc., mas devem ainda dar um passo à frente: devem pensar como membros de uma classe que tende a dirigir os camponeses e os intelectuais, de uma classe que só pode vencer e construir o socialismo se auxiliada e seguida pela grande maioria dos estratos sociais.

Nas últimas páginas do texto, Gramsci ressalta a necessidade dos intelectuais para desagregar o bloco agrário-industrial ou, em termos similares, desagregar o bloco intelectual que lhe dava unidade e coerência. Assim, para lutar contra a ideologia burguesa difundida no norte e se converter numa “classe nacional” revolucionária, o proletariado, em aliança com os camponeses, teria de ter seus intelectuais próprios, o que era algo muito difícil, reconhecia Gramsci: “O proletariado, como classe, é pobre de elementos organizativos, não tem e nem pode formar um estrato próprio de intelectuais, a não ser muito lentamente, muito arduamente e apenas depois da conquista do poder estatal.” Em consequência, o desafio que se colocava era “desagregar o bloco intelectual”, condição básica para destruição do bloco agrário-industrial e, por fim, resolver a questão meridional (GRAMSCI, 1987, p. 164).

Entende-se que Gramsci (1987) também oferece instrumentais analíticos importantes para pensar a Amazônia. O avanço do capitalismo sobre a Amazônia já trazia em suas bases o controle das superestruturas, conseguida mais pela coerção do que pelo consenso. Fazendo uso de vasto aparelho repressivo e de um uso abusivo da propaganda tratou-se de se construir uma ideia de Amazônia sem gente e, por isso, fronteira de risco para a Segurança Nacional. As comunidades locais, fossem de indígenas, de caboclos ou mesmo pequenos centros urbanos existentes àquela altura, não foram consideradas como obstáculos ao processo de expansão do capitalismo sobre a região. As classes dirigentes locais, via de regra, foram cooptadas. As classes subalternas não possuíam força política e nem lideranças para lutar contra a brutal transformação que se avizinhava.

Apesar de haver uma tentação em tratar a questão de forma dual, não podemos fazê-lo desta forma. Na realidade, está na natureza do sistema capitalista haver desigualdades e desequilíbrios. Não existe economia capitalista perfeitamente integrada. Como Oliveira (2013), a oposição entre setor moderno e atrasado não se sustenta na medida em que existem conexões entre ambos. Assim, Ianni (1991) afirma que a mesma nação industrializada e moderna conta com situações sociais, políticas e culturais desencontradas, ou seja, “a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica fabrica as desigualdades que constituem a questão social” (p.10).

A ação sobre a região não pode ser vista a partir do ponto de vista que privilegia a desigualdade de relações entre o moderno e o arcaico, mas como parte de um mesmo processo da dinâmica capitalista. Oliveira (2013) explicita que [...] a face interna do imperialismo é essa incoercível tendência à homogeneização do espaço econômico, enquanto sua face externa na maioria das vezes não apenas aproveita as diferenças regionais reais, como as cria para o seu próprio proveito. (p. 27)

Smith (1988, p. 12) acrescenta que “as regiões não são mais necessariamente entidades subnacionais, mas sim produto direto do mercado mundial e do sistema de produção”. Entretanto, Santos (1979), argumenta que a região não deixou de ser uma área funcional, ou um “lugar funcional” de um país, entendida pelo autor como um sistema nacional. Ao contrário, ressalta que a região é “uma subunidade, um subsistema de um sistema nacional”, que “não tem existência autônoma” em relação ao espaço nacional, pois se assim o fosse seria uma abstração. O autor enfatiza que:

[...] enquanto os processos modernos de produção se espalham por todo o Planeta, a produção se especializa regionalmente [...]. compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos seus atores hegemônicos. [...] as regiões aparecem como as distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas, ao contrário, instiga diferenças. (SANTOS, 1979, p. 67).

Harvey (2003), ao discutir a sobrevivência do capitalismo em termos mundiais, afirma que, no âmbito dos denominados “processos moleculares de acumulação do capital no tempo no espaço”, é fundamental considerar a existência de uma “lógica territorial do poder – uma regionalidade” (p. 101-03).

As políticas públicas para o desenvolvimento da região amazônica, em seu momento de desenvolvimento acelerado, devem ser vistas como integrantes da dinâmica capitalista, o mesmo deve ser dito da etapa seguinte, a do desenvolvimento sustentável.

Para a Amazônia, foi reservado o destino manifesto de ser o lugar onde a premissa da preservação deverá ter mais relevância do que a do desenvolvimento. Colocava-se, segundo Becker (1997), um duplo desafio ecológico: a sobrevivência da população humana e a valorização do capital natural. Neste contexto, “a Amazônia se tornou símbolo desse desafio. Foi-se então atribuindo novo significado estratégico à grande fronteira. Para a ciência, a Amazônia deixa de ser uma região exótica e passa a ser campo de investigação vital” (p. 422).

Segundo Becker (1997), o destino da Amazônia passava agora por um processo de politização da natureza, com vistas a deter a degradação ambiental, a explosão demográfica, a pobreza, e propor um desenvolvimento em bases sustentáveis. Nesse novo cenário, é engendrado um verdadeiro zoneamento na escala planetária “em que se identificam centros de inovação tecnológica, áreas desindustrializadas, áreas de indústrias e agricultura convencionais, e áreas a serem preservadas, como a Amazônia” (p. 422).

De acordo com Santos (2014), outro elemento a ser considerado na análise em torno do conjunto de ações que concorreram para a colocação da Amazônia como alvo das preocupações ambientalistas diz respeito à intervenção dos bancos multilaterais determinando os rumos da ação governamental brasileira no que se refere à proteção ambiental. Os bancos multilaterais passaram a exercer forte influência no planejamento e nas decisões econômicas tomadas pelos países que recorreram aos seus empréstimos, bem como através do financiamento de pesquisas, desenvolvimento e uso de novas tecnologias. Conforme Arnt e Schwartzman (1992) esses bancos,

[...] como o Banco Mundial (ou Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD), O Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), o Banco de Desenvolvimento Asiático (BDA), e o Banco de Desenvolvimento Africano (BDAF) – são agências públicas mundiais de desenvolvimento. Vendem títulos no mercado e emprestam dinheiro a governos, a juros baixos, para a construção de estradas, represas, usinas elétricas etc. Os quadros são recrutados internacionalmente, mas as decisões fundamentais são atributo de um corpo multinacional de governadores e diretores executivos cujos poderes, de voto correspondem, proporcionalmente, à contribuição financeira de cada país membro (p. 109).

Esse novo momento de “ambientalização da Amazônia”, como explicita Santos (2014) levou a região a uma nova condição nos debates relativos aos riscos de degradação ambiental da Terra, é a sedimentação de uma teia de discursos científicos que a colocam, ao lado da

Antártida, Andes, áreas desérticas e oceanos, como fundamental, enquanto um conjunto de *megaprocessos ecológicos* (SILVA, 2013, p. 139), para o equilíbrio ecológico global. A região Amazônica passa a ser considerada como objeto importante dos saberes ecológicos e biológicos, operando agora numa escala global, esta passa a ser uma condição fundamental uma vez que há uma compreensão de que sua manutenção está diretamente ligada ao bem estar do Planeta.

Silva (2000) identifica três elaborações científicas distintas e interligadas entre si sobre a Amazônia: a primeira ressalta o conjunto de ecossistemas que ela constitui e que são influentes para a manutenção da vida; a segunda a revela como o maior depósito de biodiversidade do Planeta; e a terceira, percebe-a na sua complexidade de fenômenos econômicos, de grupos sociais, de formas de proteção ambiental, que devem ser considerados nos marcos do desenvolvimento da região. Alçada agora ao estatuto de ambiente, a Amazônia encontra-se num outro momento do processo de invenção.

A Amazônia é uma grande unidade de empresariamento da ciência como força produtiva. Esta afirmação dá à região a condição de laboratório, espaço de pesquisa sujeito ao desenvolvimento das ciências da natureza. O esforço de desvendá-la não termina; a natureza é constantemente reinventada pelas exigências do conhecimento e da operacionalização da produção de riqueza. A Amazônia é sempre uma oportunidade para testar e avaliar as relações de força entre a cultura e a natureza, entre a divisão internacional das agendas científicas e o diletantismo da curiosidade do pesquisador (SILVA, 2013, p. 132).

Uma das consequências desta invenção da Amazônia como ambiente, lugar de interação de uma enorme diversidade de ecossistemas, é a proposição de modelos de intervenção econômica e tecnológica associados à dinâmica ecológica desta região. Disto, resulta uma redefinição do território amazônico por meio de propostas de elaboração de zoneamento ecológico e econômico da região, demarcação de terras indígenas e criação de unidades de conservação.

### **3 O ESTADO DO AMAZONAS COMO LOCAL DA IMPLEMENTAÇÃO DE UM NOVO PARADIGMA AMBIENTAL**

Neste trabalho, parte-se do entendimento de que a conferência da ONU, Rio-92, influenciou as políticas públicas voltadas para a Amazônia, e o Estado do Amazonas tornou-se um local, por excelência, na gestão de políticas ambientais, uma vez que houve a apropriação do conceito de desenvolvimento sustentável.

A política desenvolvimentista, que gerou grandes impactos ambientais em vários estados da Amazônia, não teve grande incidência sobre o Estado do Amazonas. Segundo Esterci e Schweickardt (2010), o Amazonas ficou relativamente a salvo dessas políticas territoriais, pois ali foram incentivadas as atividades industrial (implantação da Zona Franca de Manaus) e pesqueira. Mesmo os projetos de colonização dirigida não tiveram o mesmo “êxito” que em outras áreas da Amazônia.

No Amazonas, as primeiras tentativas de institucionalização da questão ambiental ocorreram em 1978, na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN), executadas por meio das Coordenadorias de Ecologia e Recursos Naturais, do Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas (CODEMA). Em 1982, em consonância com a Lei 6938/81, sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, o estado do Amazonas lança a Lei 1.532, a qual seria a primeira a tratar da política ambiental do estado.

Todavia, foi apenas em 1989, inicialmente com a criação do IBAMA, que a política ambiental no estado do Amazonas passa a ser controlada mais sistematicamente com a criação, também, do Instituto de Desenvolvimento dos Recursos Naturais e Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IMA). Porém, as questões ambientais foram subvalorizadas por esse instituto que voltava suas ações mais para as questões fundiárias (ESTERCI, SCHWEICKARDT, 2010).

Nos anos 1990, vieram somar-se aos projetos de assentamento de pequenos produtores familiares e ao reconhecimento de terras indígenas, o reconhecimento de terras remanescentes de quilombos (ALMEIDA, 2008) e a criação das unidades de conservação (UCs) (BRITO, 2000), que multiplicariam os territórios instituídos pelo Estado. Difundiram-se as preocupações ambientais e, ao contrário do que se passara nas décadas anteriores, na nova conjuntura de ampliação dos espaços democráticos e de crescimento dos movimentos sociais, ganhou força à orientação para manter as populações humanas residentes nas áreas ambientalmente protegidas. Não sendo essas áreas subdivididas em lotes, preservaram-se, assim, as antigas fronteiras territoriais. (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010).

Segundo Almeida (2008), na década de 80 e 90 houve um processo entendido pelo autor uma desconstrução da concepção “naturalizada da natureza”, com a emergência de identidades coletivas, por meio de uma série de movimentos sociais, como o dos seringueiros, das quebradeiras de coco babaçu, dos atingidos por barragens, dos quilombolas e de tantos outros. Por meio do protagonismo assumido pelos novos movimentos de pequenos produtores

e extrativistas, inicia-se outro modo de se constituírem políticas públicas ambientais e territoriais na região.

Dentre os agentes sociais, exemplo de resistência na região Amazônica, destaca-se o Conselho Nacional de Seringueiros (CNS), que ainda na década de 80 inicia a luta por reservas extrativistas como forma mais adequada de garantir para a Amazônia uma atividade econômica que respeite a floresta e não expulse sua população: seringueiros, coletores de castanhas, indígenas, ribeirinhos.

O CNS tornou-se um agente relevante através da liderança de Chico Mendes, um dos primeiros dirigentes a fazer a denúncia sobre a situação de pobreza da população amazônica e a violência dos fazendeiros, propondo soluções alternativas de manejo florestal sustentável. A capacidade de articulação e de resistência cultural e política dos seringueiros na defesa da permanência dos seringais nativos tornou-se um marco na história dos movimentos sociais associados ao meio ambiente. Após o assassinato de Chico Mendes, em 22 de dezembro de 1988, em Xapuri, no Acre, as propostas de reservas extrativistas ganham repercussão internacional. Face à repercussão deste ato de barbárie cometida contra os seringueiros, ainda em 1989 o governo elaborou um decreto de criação da primeira reserva extrativista no Acre.

A partir da década de 90, as comunidades tradicionais começaram a se organizar politicamente, questionando sua expulsão de áreas que pertenciam aos seus antepassados e que forneciam recursos naturais usados como principal fonte de reprodução social. Segundo Diegues (2001), essas resistências são fruto da reorganização da sociedade civil brasileira por meio dos seguintes elementos: os movimentos sociais, o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo e, a emergência e proliferação de ONG no âmbito nacional e internacional.

A questão ambiental passou a ter um direcionamento mais efetivo, em termos das políticas públicas estaduais, em 1996, com a criação do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM), que, com o apoio da cooperação internacional, passou a traçar estratégias para a política de gestão ambiental do estado. No mesmo ano da criação do IPAAM, foi criada, no médio rio Solimões, a primeira Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a RDS Mamirauá.

Segundo Esterici e Schweickardt (2010), o modelo RDS foi elaborado por pesquisadores das áreas humanas e biológicas, ligados ao movimento e a organizações ambientalistas que já desenvolviam trabalhos na várzea do Solimões e testemunhavam a degradação do ecossistema resultante da superexploração dos recursos. A demanda de criação de uma área legalmente protegida acabou sendo atendida pelo governo do estado do Amazonas, que decretou a criação de uma Estação Ecológica abarcando uma extensão muito

maior do que a originalmente solicitada pelos pesquisadores, que incluía dezenas de assentamentos de pequenos produtores. A criação de grandes unidades de conservação não habitadas já havia sido criticada (DIEGUES, 2001). Os pesquisadores formularam o modelo RDS, que foi incorporado à legislação do estado em 1996. Em 2000, o modelo foi incorporado como categoria de uso sustentável no SNUC<sup>9</sup>.

O modelo das áreas protegidas denominado de uso sustentável também tem como pressuposto a ideia da cogestão ou do comanejo, isto é, a ampliação da participação social na gestão das Unidades de Conservação e a garantia de direitos de uso comum dos recursos naturais. Nesse modelo, Estado e populações residentes no interior das áreas demarcadas compartilham responsabilidades na gestão dos recursos naturais. Em algumas políticas setoriais, incluindo a ambiental, o papel do Estado e da sociedade civil são reconfigurados.

De acordo com Esterci e Schweickardt (2010), a implantação do novo modelo, no contexto das mudanças pelas quais passava a orientação ambientalista mundial, inaugurou, no estado do Amazonas, uma orientação contrária aos modelos muito restritivos de unidades de conservação, que não admitiam a permanência de moradores e usuários. O Estado do Amazonas começava a se transformar num laboratório de políticas e projetos que tentam compatibilizar a presença dos habitantes com algum tipo de medida visando à conservação dos ecossistemas em que eles vivem, ou seja, utilizando as palavras de Santos (2014), poderíamos caracterizar este processo como a “ambientalização” da política no Estado do Amazonas. O Estado e suas agências passam a utilizar a questão ambiental como repertório de argumentos em prol de seus interesses e reivindicações.

Contudo, Santos (2012) explicita que até o ano de 2002, o Amazonas apresentava uma agenda ambiental pouco relevante, tanto que as únicas discussões realizadas em torno desta questão foram provocadas por pesquisadores ou pelo movimento socioambiental, usando da força política para condicionar os governantes a implementar as UCs de Uso Sustentável. Conforme o autor, o Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), que funcionava dentro do IBAMA, foi quem criou as primeiras UCs federais no Amazonas. Assim, todas as ações e discussões referentes às UCs estavam centralizadas no IBAMA, o que dificultava o acesso, de forma legal, dos trabalhadores extrativistas aos recursos naturais como fonte de geração de renda, haja vista às burocracias da legislação para tal.

---

9 A Lei Federal Nº 9.985, que regulamentou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), incorporou os modelos arquitetados na sociedade civil. O SNUC apresentou-se como um marco importante na legislação ambiental brasileira, por configurar-se como um conjunto de leis fruto de intensos embates entre visões diferentes do ambientalismo nacional.

A partir de 2003, a conjuntura política no estado do Amazonas se modificou, em parte, devido ao processo eleitoral que levou o Partido dos Trabalhadores à Presidência da República e, também em parte, devido ao fato de o governador eleito, da base aliada do governo federal, ter feito a opção de assumir o discurso ambiental como foco das políticas estaduais. A presença do Partido dos Trabalhadores, no nível federal, provocou o acesso de alguns líderes de movimentos sociais ou aliados seus a postos nas agências de governo ligadas a questões ambientais ou fundiárias.

A opção do governador teve um impacto imediato na política de gestão territorial. Nesse período, foi criada a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), que teve como resultado a elevação do número de unidades de conservação em 150%, fazendo a área protegida passar de sete milhões de hectares em 2003 para 17 milhões, em julho de 2008. Veríssimo et al (2011) aponta três principais motivos para o boom de Unidades de Conservação, criadas a partir de 2003. Primeiro, a necessidade de combater o desmatamento ilegal associado à grilagem de terra. Segundo, a urgência em proteger regiões com alto valor biológico. E, por fim, a necessidade de atender à demanda das populações locais (por meio da RESEX e RDS) e de produção florestal sustentável.

Para contribuir para o fortalecimento da política ambiental do Amazonas, foi instituído o Sistema SDS – formado por três instituições vinculadas: Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM); Fundação Estadual dos Povos Indígenas (FEPI); Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (ADS) foi estruturada por meio da Lei 2.783 de 31 de janeiro de 2003, com definições de finalidades, competências e respectiva estrutura organizacional. Esse sistema buscou a melhoria da qualidade de vida da população, a conservação da natureza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a atenuação dos efeitos das mudanças climáticas. Dentre as diretrizes do governo neste período, destacam-se:

Quadro 07 - Diretrizes Estratégicas do Governo do Estado do Amazonas

Âmbito	Diretriz
Desenvolvimento produtivo sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de um programa abrangente de formação de recursos humanos para o desenvolvimento de cadeias produtivas e programas de conservação e etnodesenvolvimento sustentáveis.</li> <li>• Valorização do saber etnoecológico dos povos indígenas e populações tradicionais.</li> <li>• Desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a superação dos gargalos das cadeias produtivas e programas de conservação e etnodesenvolvimento sustentáveis.</li> <li>• Valorização da floresta para fins de conservação da biodiversidade, manejo florestal de produtos madeireiros e não-madeireiros e prestação de serviços ambientais.</li> <li>• Incentivos para a melhor utilização de áreas já desmatadas (manejo de pastagens, sistemas agroflorestais, agricultura ecológica e recuperação de áreas degradadas) como forma de aumentar a produtividade e diminuir as pressões sobre florestas remanescentes.</li> </ul>

Ordenamento territorial e incremento da presença do Estado	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Implementação de medidas imediatas de ordenamento territorial e adequação das normas federais às particularidades regionais.</li> <li>• Implementação de medidas imediatas de regularização fundiária visando o combate à grilagem de terras públicas, a viabilização de modelos alternativos de reforma agrária adequados à Amazônia e a criação e consolidação de unidades de conservação e terras indígenas.</li> <li>• Redução do acesso livre aos recursos naturais para uso predatório, por meio de ações de combate às atividades ilícitas.</li> <li>• Aprimoramento dos instrumentos de monitoramento, licenciamento e fiscalização do desmatamento com metodologias inovadoras, tendo em vista a sua integração com incentivos à prevenção de danos ambientais e à adoção de práticas sustentáveis entre usuários dos recursos naturais.</li> <li>• Fortalecimento de uma cultura de planejamento estratégico e análise adequada e integrada de alternativas, incluindo medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias, e execução “ex-ante” de ações de ordenamento territorial em bases sustentáveis, com transparência e participação da sociedade.</li> </ul>
Governança e participação Pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomento da cooperação entre instituições do Governo Federal responsáveis pelo conjunto de políticas relacionadas com as dinâmicas de desmatamento na Amazônia Legal.</li> <li>• Adoção de um estilo de gestão descentralizada e compartilhada de políticas públicas, por meio de parcerias entre a União, estados e municípios.</li> <li>• Estímulo à participação ativa dos diferentes setores interessados da sociedade amazônica na gestão das políticas relacionadas com a prevenção e controle do desmatamento e à viabilização de alternativas sustentáveis.</li> </ul>
Gestão adaptativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valorização da aprendizagem adquirida em experiências piloto bem-sucedidas, dando-lhes escala por meio de sua incorporação em políticas públicas;</li> <li>• Efetivação de um sistema de monitoramento das dinâmicas do desmatamento e das políticas públicas correlatas na Amazônia, permitindo a análise permanente da eficiência e eficácia desses instrumentos, no intuito de garantir um processo permanente de aprendizagem e aperfeiçoamento, com transparência e controle social.</li> </ul>

Fonte: SDS, 2003.

O modelo de administração e gestão adotado pelo Estado do Amazonas, baseado na promoção do desenvolvimento socioambiental, eram coerentes com a estratégia para o futuro prevista no Plano Amazônia Sustentável elaborado em 2003 pelo Ministério do Meio Ambiente com o objetivo de inserir a variável ambiental na preparação do Plano Plurianual (2004-2007) para a região da Amazônia. O Plano Amazônia Sustentável objetivava a viabilização de um novo modelo de desenvolvimento baseado na inclusão social com respeito à diversidade cultural, na viabilização de atividades econômicas dinâmicas e competitivas e no uso sustentável dos recursos naturais, mantendo o equilíbrio ecológico da Amazônia. O plano suscitava o desafio de promover arranjos produtivos locais baseados em vantagens comparativas associadas à diversidade.

Segundo Leis (1999, p. 159), o conceito de desenvolvimento sustentável faria parte de um processo de “adoção oportunista e instrumental [...]”, por parte dos estados e das empresas, de novos valores trazidos pelo ambientalismo, com o objetivo de garantir a continuidade do sistema produtivo. Assim, a racionalidade econômica dominante diluiu o

potencial transformador das origens do movimento ambiental, confundindo e dispersando suas ações (LEFF, 2000).

Um dos principais programas lançados pelo governo do Amazonas foi Programa Zona Franca Verde (PZFV), que segundo Esterci e Schweickardt (2010) foi um contraponto político e ideológico, e ao mesmo tempo complementar ao projeto urbano-industrial da Zona Franca de Manaus, criado ainda dentro da política integracionista do projeto desenvolvimentista dos governos militares, no final da década de 1960, o governo do Amazonas inscreveu no plano discursivo a opção por uma política voltada para a valorização econômica e simbólica da floresta em pé, em consonância com as preocupações ambientalistas mundiais, potencializada pelos efeitos do aquecimento global. De todo modo, o reconhecimento da importância e da legitimidade das territorialidades específicas dos moradores locais em espaços amazônicos transfigurados em Unidades de Conservação de Uso Sustentável faz com que os dois modelos sejam vistos atualmente como conquistas do socioambientalismo brasileiro, apesar das disputas classificatórias e da diversidade de projetos a partir das quais se constituiu o campo ambiental no Amazonas.

Os gestores do PZFV passaram a encarar o uso dos recursos naturais, nas concepções do desenvolvimento sustentável, como forma de levar ao interior do Amazonas propostas de geração de renda, e com isso reduzir as diferenças entre as condições de vida das pessoas nas cidades do interior, em relação à capital, ao mesmo tempo, evitando o êxodo rural para Manaus. O PZFV tinha como objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população do interior e a conservação da natureza, a partir de sistemas de produção florestal, pesqueira e agropecuária e de atividades de turismo com bases ecologicamente saudáveis, socialmente justas e economicamente viáveis, associadas à gestão de UCs e à promoção do etnodesenvolvimento em terras indígenas. O programa teve como base a formulação de políticas públicas que conciliariam objetivos sociais, ambientais e econômicos desenvolvidos a partir de uma política de curto, médio e longo prazo. A retórica do desenvolvimento sustentável estava presente nos critérios do programa, conforme quadro 08.

O Programa representava o compromisso do Estado com a melhoria da qualidade de vida da população do interior e, ao mesmo tempo, com a proteção ao extraordinário patrimônio natural do Amazonas, como “modelo de desenvolvimento sustentável”: as florestas, rios, lagos, igarapés e campos naturais, promovendo o manejo florestal (madeireiro e não madeireiro) sustentável, assim como a criação e viabilização de UCs.

Quadro 08 - Os critérios de exigência do Programa Zona Franca Verde

Sustentabilidade ecológica	Uso cuidadoso e restrito de agrotóxicos, combate à produção predatória de produtos florestais e à caça e pesca predatória, e o respeito à legislação ambiental.
Sustentabilidade social	Aumento da renda dos produtores rurais, repartição justa dos benefícios, respeito à legislação trabalhista e valorização da cultura e dos conhecimentos e tradições das populações indígenas.
Sustentabilidade econômica	Auto-sustentabilidade financeira dos programas e projetos, adimplência dos empréstimos para as atividades florestais, agropecuárias e pesqueiras e aproveitamento dos recursos naturais em função da dinâmica de geração de riqueza nos municípios, a partir do fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Fonte: Lira, 2016.

Segundo Santos (2013), nas ações do Programa, as unidades de conservação são criadas com o planejamento de atividades para sua implementação. Equipes técnicas foram contratadas, estudos foram realizados e recursos para a construção de infraestrutura foram assegurados para mais de 20 unidades de conservação do Estado. Ações de fiscalização, controle e vigilância passaram a ser intensificadas em todas as UCs. Com isso, vislumbrava-se que as UCs estariam aptas a desempenhar seu papel social de aliar proteção da natureza com desenvolvimento sustentável.

A participação social está na linha central do trabalho da SDS, e é contemplada nos Programa Zona Franca Verde e Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI), os quais incluem várias modalidades de participação. Como resultado do Projeto ZFV e a fim de gerar uma presença mais próxima do estado nas áreas isoladas do território estadual, criou-se o “Barco Zona Franca Verde”, para atender às metas prioritárias do PGAI, permitindo a realização de oficinas de planejamento participativo e fortalecendo as associações de moradores e produtores comunitários, de grande relevância na organização social das comunidades.

Ao legitimar o conceito de desenvolvimento sustentável, questões como justiça e equidade sociais, que estavam presentes no conceito de ecodesenvolvimento, foram abandonadas e substituídas pela participação social, mais especificamente pela participação local. Partindo da sustentabilidade como referencial indiscutível, e da solução técnica como saída para a recuperação e a utilização dos recursos naturais (FOLADORI; TOMMASINO, 2001), observa-se que a participação local ficaria restrita a decidir sobre rol de possibilidades técnicas possíveis para promover a sustentabilidade ecológica. O saber local, por exemplo, é

visto como possibilidade de obtenção de mais informações sobre como lidar com os recursos naturais, contribuindo para a elaboração de soluções técnicas no uso dos recursos naturais.

As unidades de conservação criadas desde a década de 1990 foram inseridas num processo de implementação, mas que necessitava ainda da elaboração das principais ferramentas de gestão que eram os conselhos gestores e os planos de gestão e de manejo dos recursos naturais. Surgiu a necessidade de uma melhor consolidação das bases legais e do conjunto de normas e procedimentos que definissem e amparassem as ações de implementação das UC.

#### **4 SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO AMAZONAS – SEUC**

A criação do Sistema Estadual de Unidade de Conservação veio ao encontro da necessidade do Estado do Amazonas em relação à gestão de Unidade de Conservação, que se constitui como uma categoria de áreas naturais protegida.

A criação de áreas naturais protegidas surgiu como uma das diversas alternativas adotadas pela sociedade para a conservação da natureza. Nesse estudo, entende-se que esses mecanismos funcionam, também, como forma de equacionar os problemas com a degradação ambiental. As áreas protegidas são espaços, territorialmente, demarcados cuja principal função é a conservação e/ou a preservação de recursos, naturais e/ou culturais a elas associados (MEDEIROS, 2003). Segundo a IUCN, elas podem ser definidas como "uma área terrestre e/ou marinha, especialmente dedicada à proteção e manutenção da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais associados, manejados por meio de instrumentos legais ou outros instrumentos efetivos" (IUCN, 1991, p. 7).

As primeiras iniciativas de conservação da natureza ocorreram, de acordo com Diegues (2001), em 1872, com a criação, nos Estados Unidos, do primeiro modelo moderno de área protegida, o Parque Nacional de Yellowstone. O modelo adotado por este parque era resultado de ideias preservacionistas, baseado na concepção de grandes áreas desabitadas, cujo principal objetivo era proteger áreas naturais destacadas e a vida selvagem (wilderness), ameaçadas, segundo seus criadores, pela civilização urbano-industrial. Conforme Diegues (2001), esse modelo também estava vinculado à exploração das belezas cênicas desses espaços para fins de recreação e divertimento das pessoas.

Esse modelo, oriundo dos países industrializados, mostrou-se problemático ao ser transferido para os demais países. Tal fato foi analisado por Diegues (2001) ao apontar que a

dicotomia entre povos e parques torna-se mais polarizada, a partir da expansão do modelo de Parque norte-americanos.

Diegues (2001) aponta que o referido modelo se expandiu, sobretudo, para os países do Terceiro Mundo. O efeito foi devastador sobre as populações de extrativistas, pescadores, índios cuja relação com a natureza é diferente daquela analisada pelos primeiros ideólogos dos parques nacionais norte-americanos. É fundamental enfatizar que a transposição do modelo Yellowstone de parque sem moradores, provenientes de países industrializados e de clima temperado, para países cujas florestas remanescentes foram e continuam sendo, em grande parte, habitadas por populações tradicionais, está na base, não só de conflitos graves, mas de uma visão inadequada de áreas protegidas.

A materialização das áreas protegidas, no território brasileiro, se expressou como o resultado de um longo e lento processo de aparelhamento e estruturação do Estado, o que conduziu ao gradativo desenvolvimento de uma Política Pública voltada para a proteção da natureza.

No Brasil, a criação da primeira área de conservação em âmbito federal ocorreu em 1937, delimitando o Parque Nacional do Itatiaia, situado na Serra da Mantiqueira. Já no âmbito da Amazônia Legal, a criação da primeira UC na região ocorreu em 1959 com o Parque Nacional do Araguaia, em Tocantins (VERÍSSIMO et al, 2011).

No bioma Amazônia, que compreende os estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, além de parte dos estados de Tocantins, Maranhão e Mato Grosso, estão localizadas UCs que somam um total de 1.100.251 km<sup>2</sup>, e deste total 587.000 mil Km<sup>2</sup> são de UCs federais e 521.000 mil Km<sup>2</sup> de UCs estaduais. (CNUC, 2013).

Tabela 01 - Distribuição de UCs no Bioma Amazônia

Estado	UC's Federais	UC's Estaduais
Acre	10	8
Amapá	6	5
Amazonas	30	41
Maranhão	3	5
Mato Grosso	1	13
Pará	39	21
Rondônia	12	38
Roraima	8	1
Tocantins	0	1
Subtotal	109	133

OBS: existem quatro unidades de conservação federais abrangendo o território de mais de um estado da federação que não estão computadas nessa tabela

Fonte: CNUC acesso em 19/02/2015

Neste contexto, o Amazonas se destaca na região norte, nos últimos 10 anos, pela Política de Conservação Ambiental implantada a partir de 2003, centrada na retórica do desenvolvimento sustentável.

Segundo informações dos gestores da Secretaria de Meio Ambiente, a partir de 2003 houve um incremento de 157% no número de unidades de conservação estaduais como uma estratégia para a conservação da biodiversidade, reconhecimento e valorização das populações tradicionais e controle do desmatamento, que em 2003 era de 1.558 km<sup>2</sup>, principalmente em áreas focais como o Sul do Amazonas, que faz parte do arco do desflorestamento no Brasil.

A linha do tempo da implantação de UCs no Amazonas mostra que o primeiro grande esforço nesse sentido aconteceu no final dos anos 80 e início da década de 90, com a criação de seis unidades de conservação. A primeira unidade a ser criada foi o Parque Estadual de Nhamundá, em 1989. Outras cinco unidades foram criadas em 1990, entre as quais a RDS Mamirauá, que surge como uma estação ecológica (ESEC), um marco referencial no Rio Solimões. A última unidade a ser criada nesta fase foi a RDS Amanã.

A criação de UCs teve, posteriormente, três períodos de maior incremento em números. O primeiro foi entre 2002 e 2003, quando saltou de 12 para 18 UCs; o segundo, nos anos de 2004 e 2005, em passou de 19 para 31 e o terceiro período entre 2008 e 2009 que aumentou de 31 para 41 o número de UCs.

Tabela 02 - Unidades de Conservação no Estado do Amazonas

Ano	Nº de UCs estaduais	Área (HA)
1989-1994	06	2.482.840,00
1995-2000	07	4.845.790,67
2001-2005	19	7.904.955,70
2006-2010	09	3.573.272,89
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>18.808.342,60</b>

Fonte: SDS,CEUC, 2013

Um dos maiores desafios da SDS no que se refere à gestão das UCs, até 2007, era nas unidades de conservação criadas, era realizar o gerenciamento com a implantação dos planos de manejo, os conselhos gestores, a contratação de pessoal e a aquisição da infraestrutura necessária. Todas as UCs criadas desde 2003 encontravam-se em processo de implementação. A maioria das áreas estaduais e federais não possuía nem plano de manejo nem conselho gestor. O conselho gestor é o órgão responsável pela fiscalização do cumprimento do plano de

manejo. É composto de representantes do Poder Público, das comunidades locais, de instituições de pesquisa e de organizações não-governamentais (ONGs).

Em 2005, havia apenas dois planos de gestão concluídos em UCs estaduais (Floresta Estadual de Maués e RDS Mamirauá), e outros quatro em andamento (RDS Uacari, Parque Rio Negro (setor sul), RESEX Catua-Ipixuna e RDS Piagacu-Purus). Os dados de 2007 mostram uma progressão para implementar os planos de manejo, mas ainda havia 48% (n=20) das unidades de conservação sem Plano de Gestão.

No que se refere aos Conselhos de Gestão, em 2005 haviam somente 4 instalados (APA Caverna do Maroaga, RESEX Catua-Ipixuna, RDS Mamirauá e Floresta de Maués), e outros quatro em formação (RDS Uatuma, RDS Uacari, Parque do Rio Negro, e RDS Uatuma). Já em 2007, o número de unidades com conselho gestor formado ou em processo, saltou de 08 para 26 conselhos.

Nesse sentido, para realizar uma gestão mais efetiva das UCs, o Estado desenhou um arcabouço legal a fim de normatizar e estabelecer processos para criação de novas UCs, em acordo com o SNUC. Em 2007, foi instituído e regulamentado o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), através da Lei Complementar 53/2007, o qual estabelece os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação estaduais.

O processo de elaboração da Lei do SEUC trouxe muitos avanços no que se refere a temas que não foram tratados pelo Sistema Nacional (SNUC), os quais foram fundamentais para consolidar a execução da atual política de conservação que vem sendo adotada pelo Governo do Estado do Amazonas. (SANTOS, 2013)

Novas categorias de unidades de conservação foram inseridas no contexto do Sistema Estadual, tais como as Unidades de Conservação Estrada Parque e o Rio Cênico. Foi redefinida a RPPN como categoria de proteção integral, e foi criada de forma inovadora, a categoria de uso sustentável Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável – RPDS, como nova categoria para áreas particulares.

O SEUC, baseado no SNUC, estabelece que as Unidades de Conservação sejam divididas em dois grupos com características específicas:

*Unidades de Proteção Integral:* nesta primeira categoria encontram-se as Reservas Biológicas (Rebio), os Parques Estaduais (Parest) e as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

*Unidades de Uso Sustentável:* nesta categoria encontram-se representadas no SEUC, as Reservas Extrativistas (Resex), as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as

Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), as Florestas Estaduais (FLORESTA), as Áreas de Proteção Ambiental (APA), as Reservas Particulares de Desenvolvimento Sustentável (RPDS), os Rios Cênicos e a Estrada Parque, que reúne conceito de beleza cênica e uso público nestas duas novas categorias.

A Lei estabelece um capítulo específico que trata sobre fiscalização, infrações e penalidades, dando maior agilidade aos processos de aplicação e execução das mesmas. Inclui também capítulo que trata do ordenamento fundiário das unidades de conservação, garantindo os contratos de concessão de direito real, atendendo às suas finalidades socioambientais.

No âmbito da gestão operacional da Política ambiental no Amazonas, foi criado o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), por meio da Lei 66/2007. É importante destacar que, até 2007, mesmo tendo sido instituída uma nova concepção da política ambiental do Amazonas, a gestão das UCs estaduais continuava sob a responsabilidade do IPAAM. A partir de 2008, é que a gestão das UCs passa ao Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC).

Em abril de 2008, o Governo do Amazonas também criou uma Unidade Gestora do Centro Estadual de Mudanças Climáticas e do Centro Estadual de Unidades de Conservação (UGMUC), vinculada à SDS, com autonomia administrativa e financeira, tendo como função o estabelecimento e a implementação de políticas e programas estaduais, a implementação de recuperação ambiental e o ordenamento territorial em regiões de interesse do Governo. A Unidade gestora funcionava da seguinte forma:

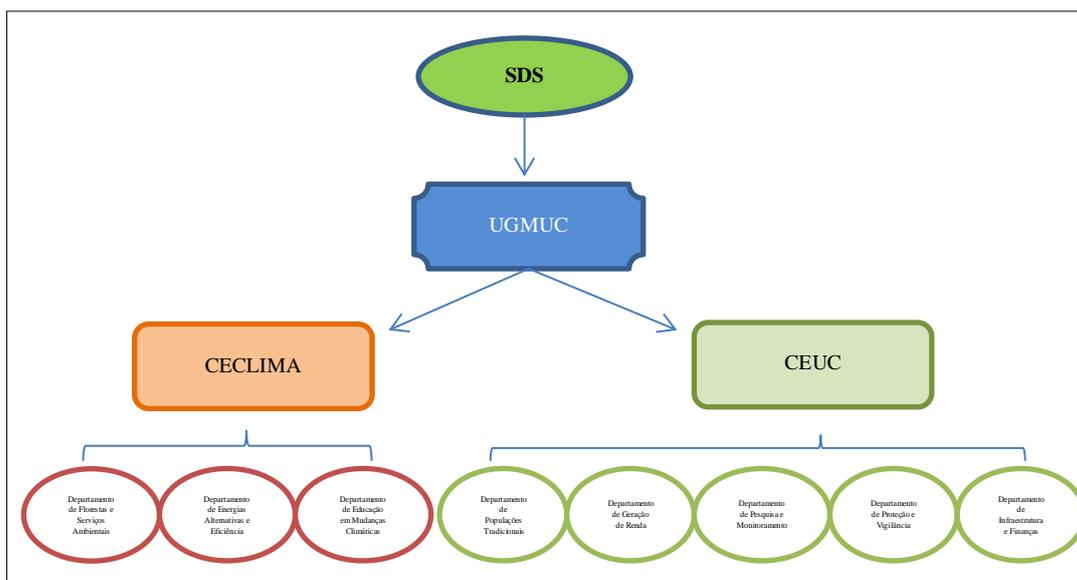


Figura 04 – Organograma do UGMUC  
Fonte: SDS (2010).

O CEUC e CECLIMA atuaram em conjunto como prevê a UGMUC, visando fortalecer as agendas institucionais relacionadas às mudanças climáticas e conservação no Amazonas, principalmente no que concerne aos temas relacionados aos serviços ambientais e redução de emissões por desmatamento e degradação floresta – REDD<sup>10</sup> que estavam continuamente nas pautas discussão como estratégias para fortalecer as ações de implementação das UCs estaduais.

A gestão das UCs foi realizada pelo CEUC no período de 2008 a 2014, com uma estrutura administrativa dividida em cinco departamentos: Populações Tradicionais (DPT), Pesquisa e Monitoramento Ambiental (DPMA), Proteção (DP), Geração de Renda (DMGR) e Infraestrutura e Finanças (DIF). Em entrevista, a gestora 03 fez a seguinte colocação sobre o CEUC:

Na verdade a criação do centro, que está junto com a questão do sistema com “s”, seria só um mecanismo de poder implementar o sistema, então numa secretaria onde as ações estariam bem espaçadas, a partir do momento que você tem o endereço dessa demanda, e um endereço com o organograma e um fluxograma dos processos, você consegue desde planejar atividades até acompanhar o final da implementação dela. [...] Eu avalio o Centro Estadual de Unidade de Conservação com essa preocupação de não dissolver a questão das demandas e das ações das UC’s dentro de uma secretaria de Estado de Meio Ambiente, que tem muitas outras atribuições além da gestão das unidades, então concentrou, então você tinha ali nesse centro todas as ações que eram desenvolvidas na unidade de conservação desde o seu planejamento da captação de recursos até a execução das mesmas, então isso era uma organização né, eu vejo dessa forma. (Entrevistado A, assessor do DEMUC)

O CEUC era responsável pela gestão das 41 Unidades de Conservação estaduais inscritas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC). Destas 33 (81,4%) são de Uso Sustentável e 8 (18,6%) de Proteção Inteira, conforme tabela 03.

Para realizar as atividades de implementação das unidades com dinâmica de atuação no Estado, a SDS/CEUC optou por um modelo de gestão com parcerias institucionais e privadas, baseada em programas e projetos, e investiu na captação de recursos de diversas fontes orçamentárias.

---

10 O REDD é uma estratégia internacional em negociação Quadro de Mudanças Climáticas que oferece incentivos financeiros (compensações) para os países em desenvolvimento reduzirem suas emissões de gases do efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. Esses incentivos permitem que empresas, governos e países investirem em desenvolvimento sustentável e praticas com baixa utilização de carbono.

Tabela 03 - Unidades de conservação estaduais por categoria

Unidades de Conservação	Nº	Categoria
APA	6	Uso Sustentável
FLORESTA	8	
RDS	15	
RESEX	4	
PAREST	7	Proteção Integral
REBIO	1	
Total	41	

FONTE: SDS/CEUC, 2014.

A SDS/CEUC teve como um dos principais parceiros financeiros o Ministério do Meio Ambiente, por intermédio do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)<sup>11</sup>, financiado pelo Banco Mundial, KfW (Kreditanstalt für Wiederaufbau /Banco de Reconstrução da Alemanha) e WWF (The World Wide Fund for Nature), que apóiam o Programa de Áreas Protegidas do Amazonas desde 2005. A SDS acessou recursos dos Outro apoio importante do Estado está na Fundação Gordon and Betty Moore Foundation, e nas compensações ambientais que o Estado passou a receber a partir de 2009, oriundas das obras do Gasoduto Coari-Manaus, pela Petrobrás; e das obras de asfaltamento da BR-319, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT). Além disso, o Subprograma de Políticas de Recursos Naturais (SPRN), no âmbito do PPG-7, mobilizou recursos para o estado, através do Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Amazonas (PGAI). O SPRN também leva a cabo o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), que tem contribuído de maneira significativa para a criação de novas UCs, principalmente no sul do estado.

Nesse sentido, observa-se como as mudanças nas diretrizes internacionais no contexto do debate socioambiental repercutiram no estado do Amazonas, direcionando as Políticas Ambientais a partir do discurso do desenvolvimento sustentável, que foi apresentado como objetivo a ser viabilizado. O Estado do Amazonas foi se transformando em um grande laboratório de políticas e projetos que visando o desenvolvimento sustentável. O Amazonas passou a utilizar o discurso ambiental como repertório de argumentos também em prol de seus interesses.

São diversos atores que passam a atuar no Estado do Amazonas injetando recursos, a grande maioria de bancos internacionais. De acordo com Santos (2004), esse é um elemento a

<sup>11</sup> O Decreto 4.326/2002 instituiu no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o WWF, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), um instrumento importante que tem a meta de aumentar em 10% o tamanho de áreas protegidas na região amazônica. Outro programa do MMA que apoia as UCs estaduais é o Projeto Corredores Ecológicos (PCE) que tem como principal objetivo a conservação in situ da diversidade biológica das florestas tropicais do Brasil, por meio da integração de UCs públicas e privadas em “corredores ecológicos” selecionados.

ser considerado uma vez que esses agentes passam a influenciar os rumos e decisões da ação governamental no Estado do Amazonas no que se refere à proteção ambiental.

O estado apresentou algumas iniciativas de unidade de conservação em mosaico, que visam fazer frente à fronteira do desmatamento na região, por meio de estratégias de gestão integrada de áreas protegidas. Um dos conceitos que foram introduzidos pelo PPG7 foi o de corredores ecológicos. A ideia é criar áreas protegidas que incrementem a conexão através das grandes unidades ecossistêmicas e entre as áreas protegidas já existentes. Um exemplo inicial de implementação desse conceito no Estado do Amazonas foi a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual de Amanã (2.350.000 hectares), criada em 1998, para conectar o Parque Nacional do Jaú (2.378.410 hectares) e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual de Mamirauá (1.124.000 hectares).

Em 2003, a SDS passou a coordenar o projeto Corredores Ecológicos (criado pelo Decreto N° 563/92), o qual foi inserido no contexto do subprograma de unidades de conservação e manejo de recursos naturais (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7). O objetivo desse projeto era otimizar os benefícios proporcionados pelas florestas tropicais. O Corredor Central da Amazônia (CCA), que está situado no Estado do Amazonas e mede 53 milhões de hectares, possui 246.000 quilômetros quadrados de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação estaduais e federais), caracterizadas pela elevada integridade dos ecossistemas, e áreas não protegidas (Figura 04).

O modelo de conservação da biodiversidade, proposto pelo projeto, viabilizava o gerenciamento das grandes extensões de terras que contêm ecossistemas florestais considerados prioritários para a conservação da biodiversidade, bem como prevenir e/ou reduzir a fragmentação das florestas existentes. Ele integra uma rede composta de diferentes modalidades de áreas protegidas, propriedades privadas e zonas de interstício ocupadas por populações extrativistas ribeirinhas e concentra seus esforços no apoio a políticas e estratégias de uso sustentável dos recursos naturais.

Outro objetivo do programa era promover a integração de unidades de conservação e terras indígenas ao desenvolvimento local, com apoio às ações voltadas para a geração de renda nas áreas de entorno e a gestão ambiental participativa. A execução do projeto esteve concentrada no estabelecimento de infraestrutura institucional para os corredores ecológicos e no desenvolvimento de planos de gestão baseados em estudos multidisciplinares sobre a biodiversidade e as características econômicas, sociais e políticas relevantes para a gestão bem-sucedida desses corredores.

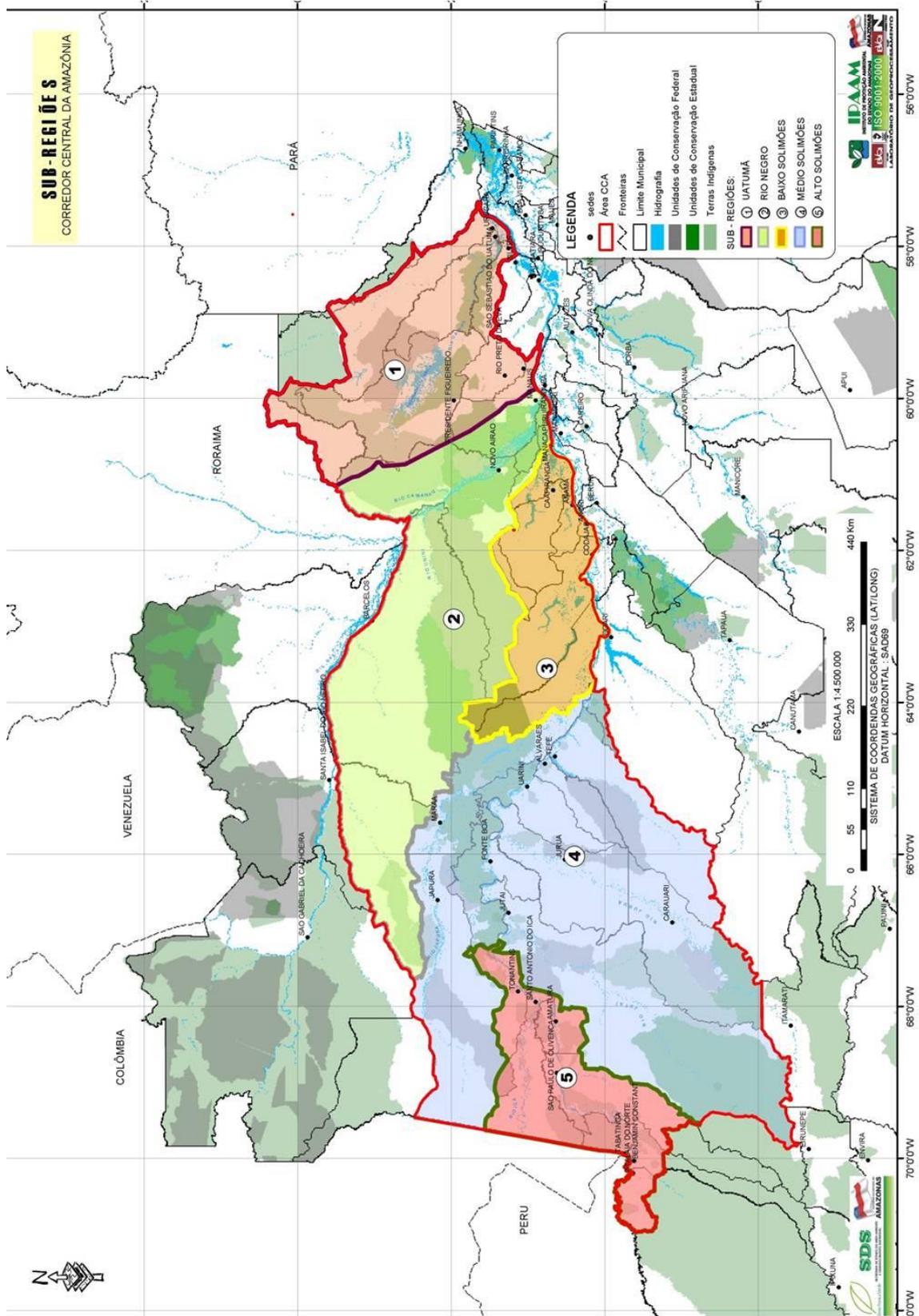


Figura 05: Mapa do Corredor Central da Amazônia  
Fonte: SDS/IPAAM, 2015.

Atualmente, o estado do Amazonas possui um mosaico de áreas protegidas composto por 41 Unidades de Conservação estaduais, o que resulta em 18,8 milhões de hectares protegidos, 11,7% do território do estado. Se contabilizarmos também as 47 UCs federais e 23 UCs municipais, além dos 176 territórios indígenas, são 87,6 milhões de hectares protegidos, o que representa 55% da área do estado e 10,3% da área do país (IDESAM et al, 2015). (Cf. Figura 06)

Devido ao grande número de unidades de conservação criadas no âmbito do Estado do Amazonas, muitos desafios se interpõem para realizar a gestão dessas áreas, dentre os principais desafios apontados pelos gestores, destacam-se: a logística difícil e cara, e os acessos a regiões que ficam praticamente isoladas durante os períodos de estiagem, falta de recursos financeiro do Estado para a pasta ambiental, alta rotatividade de recursos humanos, vontade política.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE), ao fazer uma análise da gestão de unidades de conservação no Estado do Amazonas reconheceu que a partir da política de desenvolvimento sustentável implementada a partir de 2003, o Amazonas conseguiu dar um choque nos índices de desmatamento que estavam em curva ascendente. Mas também identificou alguns problemas, tais como: o montante de recursos financeiros disponibilizados ao CEUC não está compatível com as necessidades de gestão das UC criadas no Estado do Amazonas; insuficiência de recursos humanos para as atividades operacionais das unidades de conservação; baixa efetivação para a regularização fundiária das unidades de conservação; deficiência no controle e proteção das Unidades de Conservação no Amazonas; enfraquecimento da legitimidade do CEUC/SDS perante as comunidades no que concerne à gestão das UCs; problemas de recategorização, redelimitação e adequação de unidades de conservação; deficiência dos mecanismos para monitoramento da biodiversidade oriundos do programa de proteção ambiental do Estado; baixa utilização das Unidades do Amazonas como uso público; baixo acesso das UCs estaduais às políticas públicas.

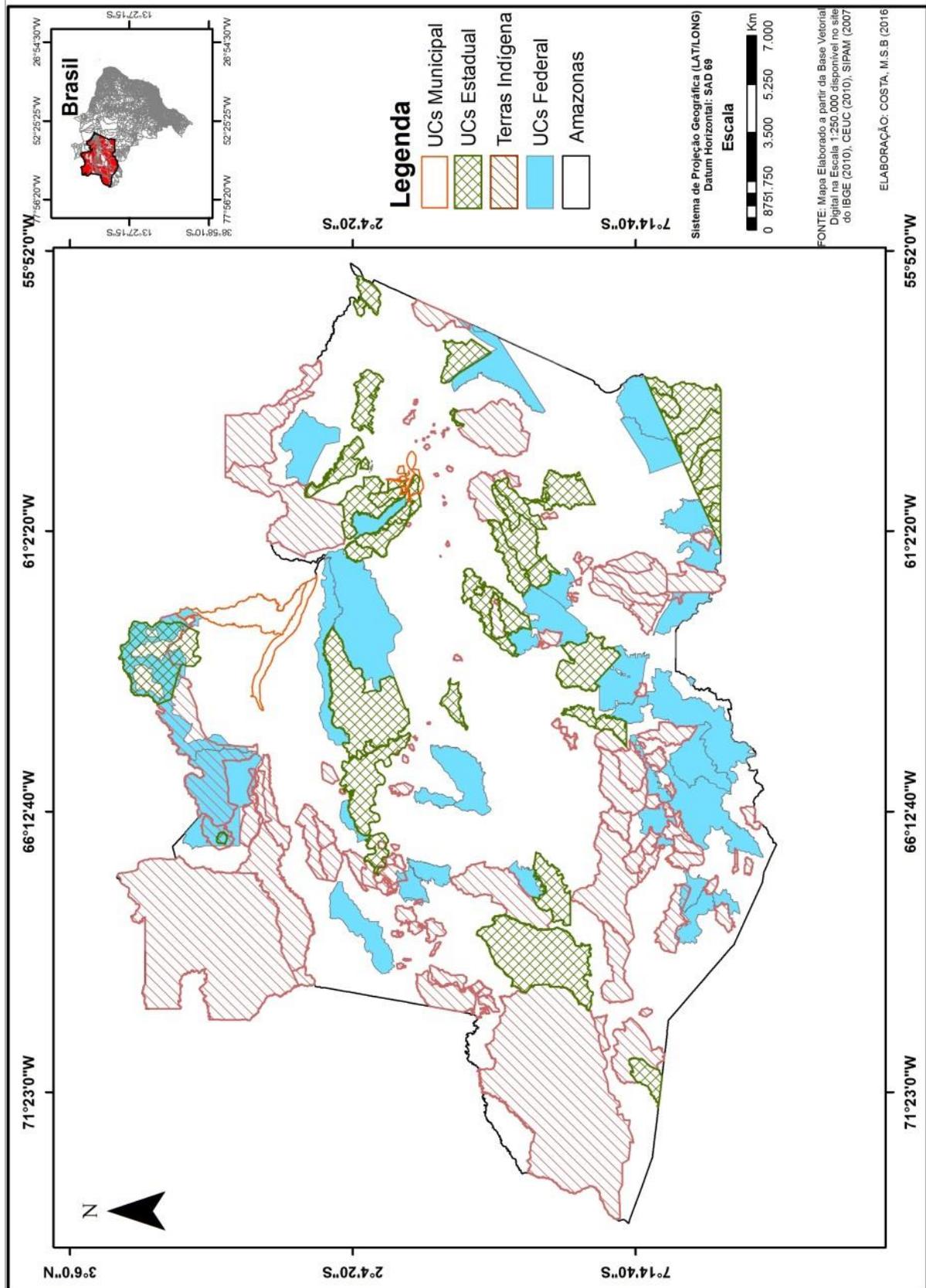


Figura 06 – Mapa de Localização das Terras Indígenas, Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais no Amazonas.  
Fonte: Costa, 2016.

Em relação aos recursos financeiros disponibilizados ao CEUC para gestão das UC, criadas no Estado do Amazonas, conforme o TCE, os investimentos aplicados pelo Governo do Estado, por meio de fontes de recursos próprios ao longo de 2008 a 2012, representam apenas 0,6% em relação aos recursos captados de fontes extra-orçamentárias neste mesmo período, o que demonstra a dependência de fontes de recursos extra-orçamentárias para financiar as atividades de gestão das UCs.

De acordo com o relatório do TCE, ao longo de 2008 a 2012, a SDS/CEUC contou com cerca de R\$ 90 milhões provenientes de várias fontes extra-orçamentárias, entre as quais, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), vinculado ao Ministério dos Transportes, para a implementação das Unidades de Conservação situadas na área de influência da BR-319 (Manaus-Porto Velho), bem como recursos provenientes da Petrobras, referentes à compensação ambiental das obras do Gasoduto Coari-Manaus. Entre outras fontes de recursos estão o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); Fundação WWF/Moore; Fundação Amazônia Sustentável e o Projeto Corredores Ecológicos (PCE), conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 04 - Origem de recursos extraordinários em reais (R\$)

Origem dos recursos	2008	2009	2010	2011	2012	Total
ARPA	1.915.213,87	734.939,43	287.875,91	1.067.330,20	10.963.000,00	14.968.359,41
WWF	4.052.394,00	2.673.469,00	3.500.000,00	-	2.824.455,00	13.050.318,00
DNIT	-	-	4.979.525,00	-	4.979.525,00	9.959.050,00
PETROBRÁS	-	-	21.603.364,10	-	-	21.603.364,10
PCE	-	-	-	-	3.392.844,20	3.392.844,20
FAZ	-	5.048.774,21	7.976.033,56	8.202.921,99	6.510.051,00	27.737.780,76
<b>TOTAL</b>	<b>5.967.607,87</b>	<b>8.457.182,64</b>	<b>38.346.798,57</b>	<b>9.270.252,19</b>	<b>28.669.875,20</b>	<b>90.711.716,47</b>

Fonte: TCE, 2013.

O TCE avalia que embora o CEUC tenha captado e executado relevantes somas de recursos extra-orçamentárias ao longo dos últimos anos, esses recursos, somados aos poucos recursos de fonte do estado, não têm sido suficientes para consolidação das 41 UCs. O Entrevistado D também avalia como negativa a falta de recurso alocada pelo Estado para realizar a gestão ambiental:

[...] um problema que eu vejo é vontade política, porque o meio ambiente é o último a ser pensado na política geral do estado, então eu acho que se a gente não tivesse apoio financeiro do ARPA e de outros parceiros, seria muito pior, eu acho que o Estado precisa pensar mais no meio ambiente, nas questões ambientais e mesmo alocar recurso pra isso, senão a gente vai sempre depender de financiamento externo, isso é ruim também. Tinha que ter uma política dentro do governo do

Estado que fosse organizar de uma forma que tivesse recurso financeiro voltado para o Meio Ambiente, mais né. (Entrvistado D, assessor do DEMUC)

Conforme o inciso XI, artigo 5º da Lei Federal (SNUC) nº 9.985/00, é fundamental que seja garantida alocação adequada dos recursos financeiros necessários para que as UCs criadas possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos. Da mesma forma, o inciso XI, artigo 5º da Lei Estadual nº 53/07 determina que são diretrizes do CEUC promover a adequada alocação dos recursos financeiros necessários para que, uma vez criadas, as unidades de conservação possam ser geridas de forma eficaz e atender aos seus objetivos.

Nesse sentido, verifica-se que a criação, implementação, consolidação e gestão das UCs requerem um fluxo financeiro estável, diversificado e proporcional às necessidades de custos e investimentos. Para criar condições mais favoráveis ao crescimento e consolidação das UCs, é necessário contar com recursos regulares e suficientes.

Outro ponto importante que interessa ressaltar é a avaliação do TCE em relação aos recursos humanos. Conforme o relatório, há um alto índice de cargos comissionados e isso é assegurado na Lei Delegada 66/2007, que ao fixar as obrigações da SDS, criou os cargos comissionados e abriu a possibilidade de contratação dos serviços de terceiros:

Art. 12. A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS poderá, eventualmente, contratar serviços técnico-profissionais especializados de assessorias e consultorias ou serviços profissionais qualificados, sem vínculo empregatício, para a realização de tarefas específicas, por prazo determinado, renovável, no interesse da Administração.

De acordo com o TCE o CEUC em 2013 possuía o seguinte quadro de lotação:

Tabela 05: Lotação de pessoal no CEUC

Cargo	Vinculação	Lotação	Quantidade
Analista	Sem vínculo	Sede	11
Analista Ambiental	Com vínculo	Sede	1
Analista de TI	Sem vínculo	Sede	1
Assessor	Sem vínculo	Sede	6
Auxiliar Administrativo	Com vínculo	Sede	1
Chefe de Departamento	Sem vínculo	Sede	5
Chefe de Unidade de Conservação	Sem vínculo	UC	29
Cinegrafista	Sem vínculo	Sede	1
Coordenador	Sem vínculo	Sede	1
Técnico Nível Médio	Sem vínculo	Sede	2
<b>Total</b>			<b>58</b>

Fonte: TCE, 2013.

A partir da tabela apresenta pelo TCE é possível verificar a discrepância muito grande entre funcionários efetivos e comissionados: 97% (n=56) dos funcionários não têm vínculo empregatício, são funcionários comissionados ou contratados por intermédio do recurso das parcerias institucionais. Apenas 3% (n=2) dos servidores são efetivos. No caso do Programa Arpa, os técnicos são contratados por consultorias de período específico. Outros são contratados por intermédio de fundações, quando o recurso é alocado por projeto específico. Esta prática compromete a continuidade das atividades dos departamentos e programas.

Em consonância ao relatório do TCE, a forma de gestão dos recursos humanos do CEUC não garante a racionalidade, a segurança e a efetividade em sua utilização, em função de: ausência de política de Recursos Humanos (RH) que estabeleça plano de carreiras e política de cargos e salários; excesso de funcionários em cargos comissionados – terceirizados, em relação aos funcionários efetivos; ausência de levantamento sistematizado das necessidades de treinamento; ausência de programa permanente de treinamento e capacitação.

Outro aspecto relacionado ao excesso de cargos comissionados é a insegurança funcional gerada, uma vez que, a cada mudança de gestor, a cada eleição, surge a apreensão com relação à sua permanência como gestor de UC. Essa insegurança reflete no desempenho não apenas dos gestores, mas também nos funcionários da área administrativa. Assim, o TCE recomendou no seu relatório: Elaborar planos de cargos e salários com carreira específica que sejam compatíveis com as necessidades do CEUC/SDS; Viabilizar concurso público de provas e títulos para o ingresso de novos servidores no órgão com a finalidade de apoiar a consolidação das UCs; Estabelecer Plano de Metas de capacitação, desenvolvimento e treinamento de servidores por área.

Apesar das recomendações do Tribunal de Contas do Estado, em 2015, a política ambiental passou por um processo de reestruturação, em decorrência da mudança de governo. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável foi extinta, e foi criada a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA). Em entrevista coletiva ao Jornal à Crítica, o governador defendeu as mudanças promovidas na área ambiental, que também envolvem a reestruturação da secretaria. Ele afirmou que as mudanças estão incluídas em um novo conceito de governo e são necessárias em virtude da situação econômica do país. Conforme o governador:

Eu tive que ajustar o Estado para não ultrapassar o limite da Lei de Responsabilidade, e pagar a folha. Nos dois primeiros meses desse ano tivemos receita negativa com relação ao mesmo período do ano passado. Os números não são animadores. É meu dever como governador cortar na carne, mas sem com isso prejudicar os serviços oferecidos à população. (Jornal à Crítica)

As mudanças ocorridas foram de ordem estrutural, foi extinta a unidade gestora com juntamente com o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) e o Centro Estadual de Mudanças Climáticas (CECLIMA) e foi criado em substituição o Departamento Estadual de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (DEMUC), que possui 5 assessorias. Em entrevistas com os gestores foi perguntado como eles avaliam essa mudança:

Eu não sei se eu já consigo avaliar, porque eu ainda me sinto no processo de mudança, eu não vejo ele concretizado. Mas como foi? Foi abrupto né, porque não houve um planejamento da redução do quadro de funcionários, da redução das atividades, mas houve redução sem planejar. O que não reduziu? O número de unidades de conservação, pelo contrário nós estamos ampliando o número de unidades de conservação do Estado e também as demandas, elas não diminuíram [...]. Então não houve uma redução na demanda, não houve uma redução das atribuições, houve um acúmulo de atividades, de agenda, de pastas por técnico, os que permaneceram. Eu acho que ainda não dá pra fazer uma avaliação disso, até porque a gente tá tão dentro das atividades que estão sendo feitas, que a gente não consegue nem parar para refletir, e também não dá pra parar e se lamentar do que não está sendo feito, pelo contrário, só tem que fazer, fazer da melhor forma possível, cumprir as metas que já estavam estabelecidas, cumprir o planejamento, o plano operativo, que vem de antes da mudança né, do Centro para um Departamento. [...] Então, assim, a gente tinha uma capacidade de implementação que foi reduzida e que a gente não parou para avaliar ainda, mas, aquilo que eu falei, as demandas aumentaram, as unidades de conservação continuam aí, o que estava planejado tá sendo executado e a gente em algum momento sim, vai ter que parar e refletir um pouco né. (Entrevistado A, assessor).

Um pouco negativo por que a gente perdeu o centro né, então foi um pouco negativo pra gente, por que assim, a gente perdeu algumas pessoas também, corpo técnico, aí tem muito trabalho pra pouca gente, mesmo que depois alguns foram recontraçados, mesmo assim é um pouco difícil. (Entrevistado D, assessor).

Se em 2013 o TCE, já apontava problemas em relação aos recursos humanos, em 2015 esses problemas se acentuaram, tendo em vista que reduziu ainda mais o quadro de funcionário ficando um funcionário em para cada assessoria, conforme relato da Entrevistado A.

[...] nós éramos um centro com 5 departamentos, hoje nós viramos um único departamento com 5 assessorias, então o que anteriormente eram departamentos e que havia equipes, atualmente é um assessor, só um pessoa, é equipe e aí o trabalho, a dinâmica que estava planejada por departamento a gente mantém dentro da medida do possível, com muitas limitações. (Entrevistado A, assessor).

Nesse processo de mudança, um aspecto importante a ser destacado é a prioridade dada a pasta ambiental, isso pode ser observado nos Planos Plurianuais (PPA). O PPA 2008-2011 enfatizou a criação e regularização de UCs como meta prioritária. No PPA 2012-2015 já se observa um queda dos recursos destinados às UCs, e no PPA 2016-2019 os recursos foram

reduzidos ainda mais em relação aos anos anteriores e a temática ambiental não é tratada como prioritária, foram diluídos em outras ações. Este dado é preocupante, pois o momento é crucial para a consolidação das unidades de conservação e saírem do patamar de unidade criada somente no papel e se transformarem em unidade de carne e osso, com seus planos de gestão e conselhos consolidados. Em relação aos recursos financeiros, o Entrevistado C, ressaltou que foi feita uma avaliação no final de 2015, em que se chegou a seguinte conclusão:

Em 2015 para 2016 a gente avaliou, em relação aos recursos, uma baixa execução, não precisa ser nem um matemático pra ver, se eu tenho uma equipe reduzida né, eu tive uma redução na qualidade das ações também. Então isso já é visível na avaliação, mas não é uma novidade, a gente ficava numa linha muito tênue em relação a execução, logo que reduziu a equipe teve uma baixa na execução orçamentária, nem tanto das atividades, mas atividades ocorreram, não na sua totalidade. (Entrevistado C)

Neste aspecto, verifica-se que esta vulnerabilidade orçamentária reflete diretamente na falta de execução/ou execução parcial do conjunto de atividades inerentes a gestão de UCs, implicando na ocorrência de omissão, conflitos entre práticas culturais, crenças e usos tradicionais e a conservação da natureza, acesso fácil para atividades ilegais, demanda por recursos vulneráveis. Com a presença de apenas um servidor em cada UC, dificilmente pode-se evitar as pressões locais para exploração indevida de recursos naturais.

Analisa-se que a Política Ambiental no Estado do Amazonas teve muitos avanços, contudo ainda se constitui em uma política de governo não de Estado. A cada mudança na gestão há parada ou descontinuidade de ações, e muitas vezes acontecem perda de memória em relação aos programas desenvolvidos nas UCs e gera também vulnerabilidade na gestão das Unidades de Conservação como um todo.

# CAPÍTULO 2

---



**A FLORESTA DE MAUÉS COMO  
ARTEFATO HUMANO**

## **CAPÍTULO II - A FLORESTA DE MAUÉS COMO ARTEFATO HUMANO**

### **INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, parte-se do entendimento de que a Floresta Estadual de Maués é resultado de múltiplas determinações, tanto do plano sociopolítico quanto do plano sociocultural. O objetivo desse capítulo é apresentar a Floresta Estadual de Maués, área supostamente “natural” criadas e administradas pelo Estado, como um artefato humano, ou seja, expressão material da articulação das esferas socioculturais, socioprodutivas e sociopolíticas que lhe concedem vitalidade.

Para dar conta do objetivo proposto, divide-se em três partes. Na primeira, enfatiza-se a vida pretérita da FLORESTA e delinheio o ambiente sóciopolítico e cultural em que ela foi criada no âmbito da esfera municipal, resultante de embate de diferentes projetos e concepções, explícito ainda, para além de um procedimento técnico-científico que opera sobre materiais naturais, o processo simbólico pelo qual não apenas a natureza é transformada, mas também o nosso entendimento do que ela é - o que nos traz de volta à compreensão antropológica mais abrangente do que são artefatos. Na segunda parte, apresento a vida atual da Floresta Estadual de Maués, como categoria histórica datada, a partir do decreto estadual, bem como o processo de implementação e a participação das comunidades. Na terceira parte, explícito a vida nas comunidades ribeirinhas, enfatizando as dimensões: sociocultural, socioprodutiva e sociopolítica.

### **2.1 VIDA PRETÉRITA DA FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS**

De acordo com Gonçalves (2005), o patrimônio sempre foi e é material. No entanto, a delimitação do material, circunscrito a edificações, objetos, documentos, espaços naturais ou urbanos, gerou a necessidade de criar uma outra categoria que abrangesse festas, celebrações e saberes. Segundo Gonçalves, isso ocorreu em decorrência da nova concepção antropológica de cultura, “na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas” (p. 20-21).

Segundo o autor, a natureza é simultaneamente um bem material e imaterial. Mais do que isso: a natureza é material, mas, ao contrário de outros bens culturais, é viva, dinâmica e

perceível. Sendo imaterial, é passível de representações diversas que a transformam em lugar sagrado, cenário de disputas e combates, espaço de lazer, centro de conhecimento científico.

Para Geertz (1989), a cultura é a própria condição de vida de todos os seres humanos. É produto das ações humanas, mas é também processo contínuo pelo qual as pessoas dão sentido às suas ações. Constitui-se em processo singular e privado, mas é também plural e público. É universal, porque todos os humanos a produzem, mas é também local, uma vez que é a dinâmica específica de vida que significa o que o ser humano faz. A cultura ocorre na mediação dos indivíduos entre si, manipulando padrões de significados que fazem sentido num contexto específico (GEERTZ, 1989).

Nesse sentido, entende-se que uma Unidade de Conservação não é só constituída por artefatos biofísicos, mas também como artefato humano ou como afirma Geertz (1989) artefatos culturais:

A utilização de um mapa rodoviário permite-nos ir com precisão de São Francisco a Nova York; a leitura das novelas de Kafka possibilita-nos formar uma ideia distinta e bem definida da burocracia moderna. Adquirimos a capacidade de desenhar aviões que voam em túneis aerodinâmicos; desenvolvemos a capacidade de sentir uma reverência verdadeira na igreja. Uma criança conta pelos dedos antes de contar "na sua cabeça"; ela sente o amor na sua pele antes de senti-lo "no seu coração". Não apenas as ideias, mas as próprias emoções são, no homem, artefatos culturais. (GEERTZ, 1989, p. 59)

Para Geertz (1989) as imagens e os enredos de um filme ou as músicas, por exemplo, não são apenas manifestações culturais, são artefatos produtivos, "artefatos culturais" de onde podem ser analisadas as práticas de representação. Assim, para entender as UCs na Amazônia, e mais especificamente no Amazonas, compreender a sua relevância e o seu significado, não bastaria conhecer apenas as propriedades genéricas do meio ambiente biofísico. É necessário compreender, também, os conceitos específicos de sociedade e natureza.

A noção de artefato cultural pode nos ajudar na análise antropológica da Floresta Estadual de Maués, uma vez que traz a dimensão de construto histórico instável a aludida UC. De acordo com Barreto Filho (2010), nos estudos de ecologia histórica e nos *social studies of science*, há elementos que ajudam a precisar conceitualmente a noção de artefato - dado o papel heurístico central que tem nesses campos.

No concernente a estudos sobre a ecologia na Amazônia, Balée (2008; 2010) utiliza a noção de artefato para dar conta das estratégias de uso e manejo de recursos naturais por povos indígenas das terras baixas sul-americanas. O autor observa que quem fala em "artefato", refere-se: ou a um objeto, qualquer que ele seja, produto da atividade humana

deliberada, intencional e consciente; ou, num sentido mais abrangente, a qualquer expressão da atividade cultural humana, não necessariamente calculada ou premeditada. Apropriando-se desta acepção materialista ampla da noção de artefato, ele produz uma tipificação histórica e antropológica das capoeiras (fallows) características dos habitats de povos caçadores-coletores de floresta tropical.

Partindo de uma perspectiva histórica e antropológica, Balée (2008) define “artefato” como as transformações primárias da paisagem, onde enriquecimento em espécies resultaram em melhorias ambientais, não na sua degradação. Para o autor os “artefatos” não são só as florestas antropogênicas, mas também outras formações características das florestas tropicais, tais como as “terras pretas de índio”, formações pedológicas valorizadas por agricultores contemporâneos devido à sua fertilidade.

[...] diversidade biológica não pode ser explicada sem que se faça referência à atividade humana e cultural. A assinatura arqueológica de maior significância aqui talvez não seja tanto os mudos artefatos cerâmicos e os remanescentes esqueléticos (inclusive humanos) que emergem do monte, mas antes seus componentes vivos. A floresta e suas árvores representam artefatos vivos, do tipo antropogênico. A diversidade alfa, maior do que a diversidade do entorno, é antropogênica. E tal é também a qualidade do endemismo biológico. [...]. Artefato é transformação primária da paisagem (por definição, causada por atividade humana) em que o aumento da diversidade de espécies e outras variáveis ambientais tiveram resultados inesperados e positivos. Essas lições do passado arqueológico podem ser entendidas a partir do estudo de artefatos vivos que florescem sobre paisagens vivas em que o solo ele mesmo é vivo, como no caso dos solos de terra preta, que são sempre horizontes de solo antropogênicos [...]. (BALÉE, 2008, p. 16-17).

No que concerne as pesquisas na Amazônia, o autor aponta que parcela significativa da natureza Amazônica resulta de uma longa história cultural e que as economias indígenas, antes vistas como exemplos de respostas adaptativas a um meio ambiente prístino e transcendente, são, antes - meta-adaptações a resultados históricos de transformações culturais da natureza.

Amazônia é um componente de estágios avançados de transformação da paisagem, induzida, por definição, por distúrbios mediados pela ação humana; endocarpos carbonizados do gênero *Astrocaryum* são comuns em outros lugares das terras baixas neotropicais (BALÉE, 2008, p. 17).

As conclusões gerais das pesquisas de Balée apontam que a ecologia florestal, nos casos de sucessão primária sem causas naturais é, na realidade, um “artefato de cultura e sociedade”. Para o Novo Mundo, esta escala é de aproximadamente desde o final do Pleistoceno, através do Holoceno até o presente. Pesquisas futuras podem gerar muita informação sobre distúrbios culturais e o efeito, às vezes positivo, que podem ter sobre a

diversidade de espécies, que em conjunto constituem muitos tipos de transformação de paisagens, incluindo pesquisas etnográficas em sociedades modernas, pesquisas arqueológicas e inventários biológicos em áreas antes ocupadas por sociedades pré-históricas. Essas pesquisas podem abordar, de maneira mais abrangente, a questão da intencionalidade na transformação de paisagens por sociedades indígenas, tanto do ponto de vista etnográfico quanto arqueológico. (BALÉE, 2010)

Assim sendo, em muitos casos as UCs, tanto de proteção integral quanto de uso sustentável, que pontuam o mapa da Amazônia brasileira estariam protegendo não só patrimônios naturais, mas também paisagens artefactuais como afirma Barreto Filho (2010).

A Floresta Estadual de Maués é interpretada como artefato em ambos os sentidos destacados por Balée: por um lado, porque constituem heranças de programas e planos governamentais, produtos deliberados, conscientes e intencionais de ações humanas, criadas em contextos históricos específicos por agentes determinados; por outro lado, é produto das transformações da paisagem induzidas por povos tradicionais que habitaram e habitam o município de Maués.

No estudo dos processos de fabricação de um artefato, consideram-se as atividades materiais e os processos simbólicos progressivos que transformam tanto as propriedades socialmente significativas ou as capacidades operacionais dos objetos, quanto os aspectos significativos das relações entre pessoas e coisas, entre o mundo humano e o material. Pode-se pensar, assim, na “fabricação” de uma UC - enquanto artefato(s) feito(s) a partir de substâncias naturais, atividades materiais e processos simbólicos. (BARRETO FILHO, 2010).

A Floresta Estadual de Maués está situada no município de Maués. O município de Maués está localizado na 8ª sub-região do Médio Amazonas, possui uma área de 40.163,8 Km<sup>2</sup> correspondentes a 2,5% do Estado, situando-se a 3° 32' 44" de latitude Sul e a 57° 41' 30" de longitude a Oeste de Greenwich. A sede do município dista 267 Km da capital, em linha reta ou 356 Km, por via fluvial. O tempo de deslocamento via transporte fluvial de Manaus para a sede do município de Maués é de, aproximadamente, 18 horas.

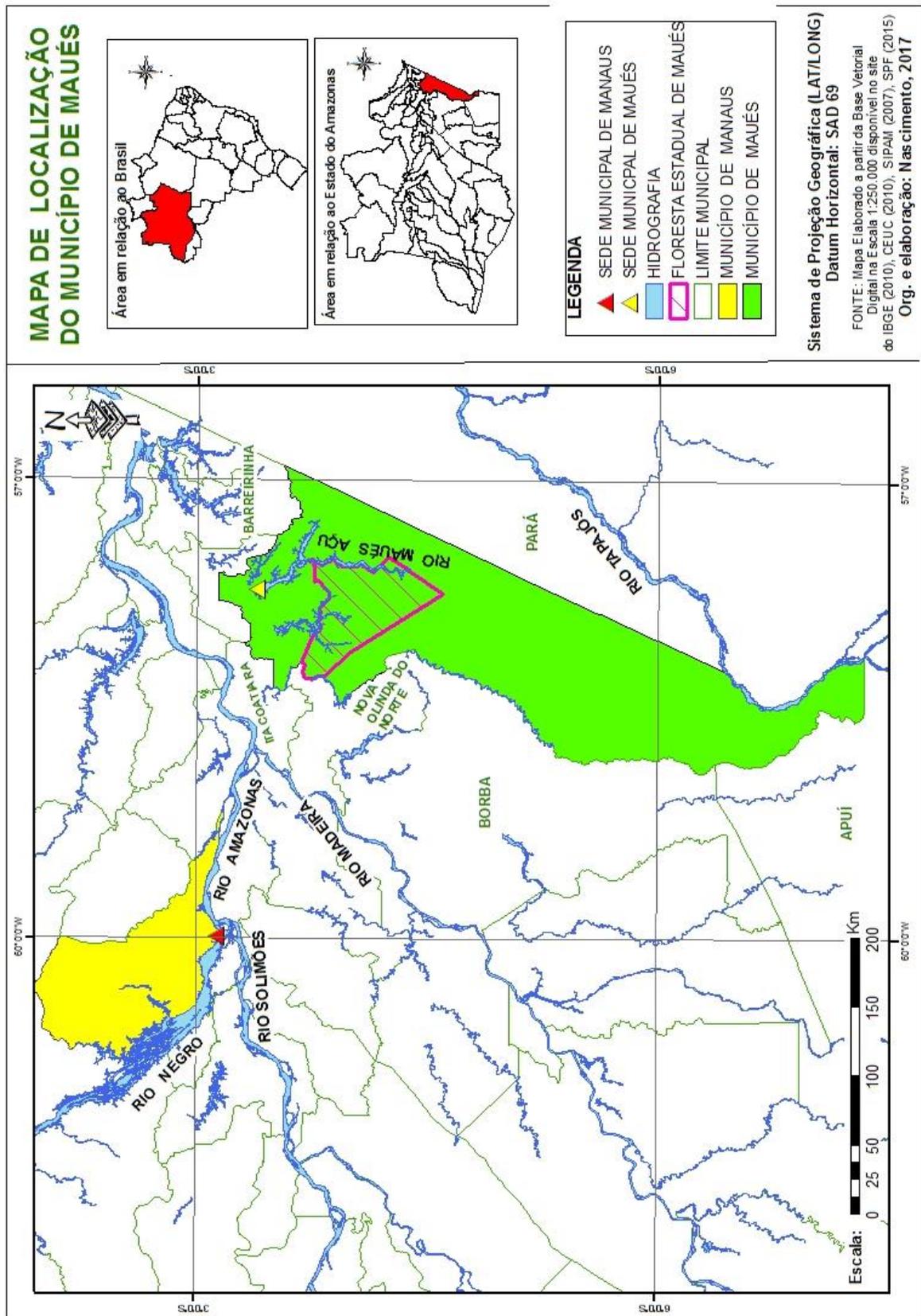


Figura 07: Mapa do município de Maués com destaque para Floresta Estadual de Maués.  
 Fonte: Lira, 2014.

A Floresta Estadual de Maués é interpretada como artefato cultural nos dois sentidos destacados por Balée: por um lado, porque constituem heranças de programas e planos governamentais, produtos deliberados, conscientes e intencionais de ações humanas, criadas em contextos históricos específicos por agentes determinados; por outro lado, é produto das transformações da paisagem induzidas por povos tradicionais que habitaram e habitam o município de Maués.

No estudo dos processos de fabricação de um artefato, consideram-se as atividades materiais e os processos simbólicos progressivos que transformam tanto as propriedades socialmente significativas ou as capacidades operacionais dos objetos, quanto os aspectos significativos das relações entre pessoas e coisas, entre o mundo humano e o material. Pode-se pensar, assim, na “fabricação” de uma UC, enquanto artefato(s) feito(s) a partir de substâncias naturais, atividades materiais e processos simbólicos. (BARRETO FILHO, 2010).

A “fabricação” da Floresta Estadual de Maués no primeiro sentido de artefato apontado por Balée (2008), como produto deliberado, conciente e intencional, interpretado como política pública, iniciou-se em 2001, no governo de Sidney Leite (2001-2004), num contexto histórico de disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas.

De acordo com o Censo do IBGE (2010), Maués possui uma população total de 47.001 habitantes, sendo 24.401 (51,9%) na área urbana e 22.500 (48,1%) na área rural. O Entrevistado G, enfatizou que há um baixo índice de êxodo rural em Maués, devido ao cultivo do guaraná:

Maués não tem um problema de terra, Maués é um dos municípios do norte, quicá do Brasil, que há um baixo índice de êxodo rural, até hoje a nossa população rural está equiparada com a urbana, por quê? Porque nós temos um produto que funciona aqui como uma poupança, que é o guaraná. Uma família que tenha um hectare de guaraná, ela tem uma renda média por ano de vinte a vinte e cinco mil reais, ou seja, quase dois, três mil reais por mês, por isso que tem muita gente no interior. Mas nós tínhamos uma situação grave no município, por exemplo, se uma pessoa morasse numa comunidade, de uma hora para outra atravessava o rio e fazia uma outra, aí o poder público tinha que gastar estruturalmente muito mais, porque é um motor de luz, é uma nova escola, e toda a parte de infraestrutura. (Entrevistado G, 60 anos).

O secretário ressaltou a importância do guaraná como maior fonte de renda dos produtores rurais do município, cultivado, originalmente, pelos índios Sateré-Mawé e, depois, pelos povos ribeirinhos da região. O guaraná, atualmente, é a base da economia do município e que conta com, aproximadamente, 6.000 ha de área plantada, além de uma moderna estrutura de industrialização implantada e administrada pela *American Beverage Company* (AMBEV).

O secretário também destacou a mobilidade das povos ribeirinhos para “atravessar o rio”, e criar outras comunidades. Para o secretário a instituição de novas comunidades e as demandas para a prefeitura de bens e serviços sociais era uma prática recorrente e um problema para os gestores municipais.

Tendo em vista diminuir os gastos com a infraestrutura nas comunidades ribeirinhas, o Entrevistado G enfatizou que foi adotada a seguinte estratégia:

Nós nos baseamos numa experiência que aconteceu na minha região em Santa Catarina, lá foi feito o seguinte: lá é no extremo do Brasil, entre a Argentina e o Rio Grande do Sul, entre duas estradas assim, a cada três quilômetros se construiu uma escola, um campo de futebol, uma sede social, com isso se integrou [...] então nós transportamos pra cá esse modelo, a diferença é que nós não temos estradas, inclusive nós implantamos no município doze pólos, o que era a intenção dos pólos? era agrupar aquelas comunidades distantes pra uma só, porque aí você poderia condensar nos pólos os serviços, [...] como hoje algumas já tem médico, você já tem professores, passou a ter escolas, transporte escolar e você melhora a educação, você gera produção eu lembro que tinha um técnico agrícola em cada pólo naquela oportunidade, é um reforço de proteínas através da criação de frango, de pequenos animais, tudo acompanhado por um técnico, isso lá atrás, veja bem aí a gente conseguiu fazer essa evolução [...] então nos pólos, nós tínhamos uma escola melhor, assistência a educação, assistência produtiva, comunicação, porque foi instalado um rádio em cada comunidade dessa, um meio de transporte rápido como um barco, uma voadeira, uma rabeta pra fazer o transporte, esse era o primeiro estágio. (Entrevistado G, 60 anos).

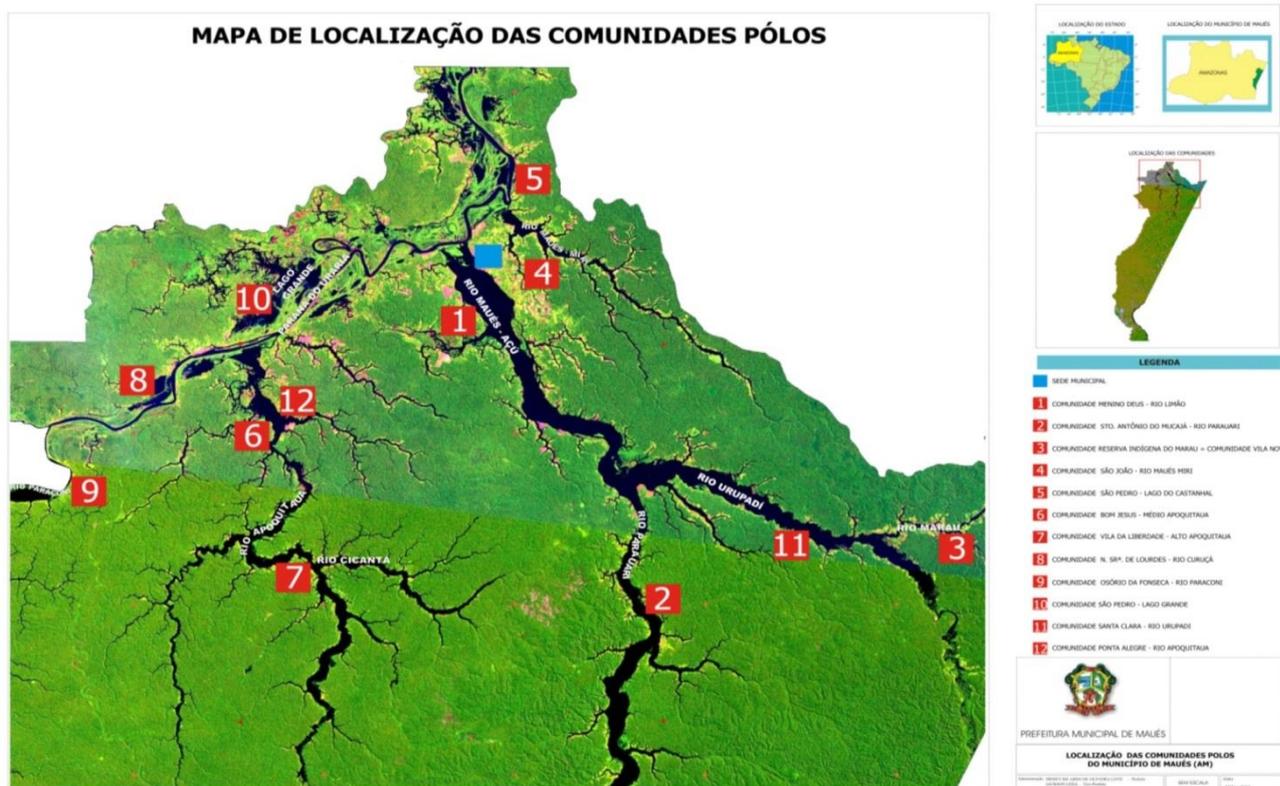


Figura 08: Mapa de localização das comunidades pólos do município de Maués  
Fonte: Prefeitura Municipal de Maués, 2001.

A partir da implantação dos pólos, a prefeitura de Maués começou a pensar em outras estratégias para “desenvolver” as comunidades ribeirinhas, conforme relato:

[...] com isso o que que ia acontecer, no primeiro momento nós íamos desmatar áreas, porque as pessoas iriam mudar dos seus lugares tradicionais para uma região só, certo? então se fez pequenos projetos de extração de madeira junto ao IPAAM, infelizmente, a burocracia foi tão grande que isso não funcionou, acabou que esse pessoal tirou a madeira queimou as áreas, fez novos plantios e até hoje não saiu esses pequenos projetos de manejos, eram projetos de até dez a vinte hectares de áreas manejadas e nós vimos o potencial que havia em termos de recurso pra cada família aí. Se pensou: nós temos toda essa área aqui, que pode ser dividida em duas áreas, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Floresta Municipal de Maués. A FLORESTA seria quatrocentos mil hectares, se você [...] só tirasse dez mil hectares por ano, só das áreas ribeirinhas, você garantiria um salário ou dois salários por família pra conservar a Floresta porque você faria um manejo, mas um manejo racional e desenvolver as comunidades. [...] Então se faria um aproveitamento melhor dos produtos, e tem a indústria madeireira, que ela bem direcionada, funciona, mas não no estilo paraense, com todo respeito ao Pará, que eles tem a cultura da terra arrasada, ou seja, chega e derruba tudo, pelo ao contrário, fazer um manejo sustentável de todas suas etapas, aí surgiu a Reserva Municipal, esse estudo levou dois anos, 2001/2003. (Entrevistado G, 60 anos).

Na fala do Entrevistado G observa-se claramente a posição que o meio ambiente ocupa na consciência coletiva – uma posição periférica. Quando a atividade econômica gera algum prejuízo ambiental, isto é visto como uma externalidade negativa, plenamente justificada para gerar um “desenvolvimento econômico”.

No município de Maués, as primeiras tentativas de institucionalização da questão ambiental ocorreram em 2001, conforme relato do secretário extraordinário:

Nós não tínhamos a secretaria de Meio Ambiente, ela começou a ser pensada a partir de 2001, inclusive foi iniciativa nossa, eu era Secretário Extraordinário, então nós criamos uma Secretaria de Desenvolvimento do Meio Ambiente. A primeira secretária nossa foi a J. C., trouxemos ela de Manaus pra cá, foi ela que fez toda implantação de todo sistema de meio ambiente em Maués, depois dela, aí eu não sei, considero a Jane a organizadora de fato da secretaria. (Entrevistado G, 60 anos).

Em relação ao processo de implantação da Secretaria de Meio Ambiente de Maués, a Entrevistada H fez o seguinte relato:

A Política de Meio Ambiente vem cada vez mais se afunilando e exigindo que os Estados e municípios se adequem a elas e o município de Maués não foi diferente[...]. Eu de fato fui a primeira secretária e fui chamada para implantar a secretaria de meio ambiente de Maués, que foi oficialmente criada em 2005, eu permaneci na gestão no período de 2005 a 2006. O município não tinha quase nada em relação a legislação ambiental, começamos todo um trabalho para estruturar e ordenar a secretaria. Primeiro, aprovamos a criação da secretaria e depois fizemos Plano Diretor, trabalhamos para instituir o Conselho Municipal de Meio Ambiente, além do ordemento das florestas e da pesca no município, tudo para que a secretaria pudesse funcionar[...]. A partir daí começamos a identificar as fraquezas e as

potencialidades para que o trabalho pudesse ser o mais direcionado possível. (Entrevistado H, 48 anos).

Apesar de a Secretaria de Meio Ambiente ter se instituído de fato em 2005, começou-se o debate sobre a sua necessidade no município de Maués em 2001. Um marco dessas discussões foi à criação, em 29 de novembro de 2001, do Sistema Municipal de Unidades de Conservação (SIMUC). Vale ressaltar que o SIMUC foi criado antes Sistema Estadual de Unidade de Conservação – SEUC, o que configura um grande avanço e inovação no que concerne a política ambiental. A partir da criação do SIMUC, foi iniciado os estudos para subsidiar a criação da Floresta Municipal de Maués e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Urariá.

O discurso do Desenvolvimento Sustentável também foi apropriado pelo poder público no município de Maués, assim como no Estado do Amazonas, e passou a fazer parte do planos de governo e de suas políticas públicas. A concepção do desenvolvimento sustentável foi adotada de forma oportunista e instrumental, como forma de levar a zona rural do município propostas de geração de renda, e com isso reduzir as diferenças entre as condições de vida das pessoas da cidade e do interior, evitando o êxodo rural para a sede de Maués. O objetivo era promover a melhoria da qualidade de vida da população do interior, a conservação da natureza, a partir de sistemas de produção florestal e gerar um desenvolvimento econômico para Maués. O Entrevistado G contextualizou como ocorreu esse processo:

Floresta Estadual seria o grande pulo econômico para aquelas populações [...] então se pensou nisso naquela época, eu tenho os primeiros estudos [...] foi feito levantamento da fauna, da flora, do potencia madeireiro, por exemplo, havia um grupo espanhol que estava muito interessado nisso, mas eles queriam que nós vendêssemos tudo o que fosse produzido pra eles, a madeira semibruta, [...] nós trabalhamos para que eles instalassem aqui uma fábrica de móveis e já levassem o produto acabado ou semiacabado pra montar lá, isso tudo ia gerar uma série de recursos para o município. Um grupo do Mato Grosso tinha o interesse no aproveitamento dos resíduos da Floresta pra geração de energia, que acabaria com o problema das termoeletricas aqui de Maués [...] então a Floresta gerou um fluxo enorme de novas possibilidades [...], porque além de garantir a presença das famílias sem a necessidade de sair de lá, traria uma melhoria econômica muito grande para Maués. (Entrevistado G, 60 anos).

Observa-se claramente na fala do entrevistado G que a perspectiva de desenvolvimento sustentável está pautada no foco político da valoração monetária do crescimento econômico. A esse respeito, Leff (2000) argumenta que o discurso do desenvolvimento sustentável, propugna, na verdade, um “crescimento sustentado”, sem uma rigorosa crítica sobre a capacidade de o sistema econômico internalizar as condições ecológicas e sociais, de

equilíbrio, equidade, justiça e democracia. Esta acertiva pode ser observada no fragmento da entrevista a seguir:

[...] a Floresta Estadual de Maués é uma das mais ricas em espécies florestais economicamente viáveis, só que a mata, assim como qualquer ser vivo, tem que ter uma coordenação e um projeto de manejo visando exploração equilibrada para não acabar com a floresta [...]. Só que não adianta só tirar pro setor madeireiro, aí que está o erro, o setor madeireiro pode até ser meio, mas não pode ser o fim, ia aproveitar tudo, aí entraria por exemplo a geração de energia, esse foi o princípio norteador pra se fazer isso.

[...] A partir daí, foi feito o projeto final ainda antes de passar pro Estado, já elaborando as situações, vendo os potenciais, por exemplo, tem área de sítios arqueológicos, inclusive o pessoal que mantém a tradição da cerâmica, tem a cestaria, aí se viu as outras ocupações pras mulheres, enfim, mudou um pouco o conceito, mas nós continuamos pensando que pode haver exploração racional econômica pra beneficiar o ribeirinho mesmo que seja feita por terceiros ou empresas, [...] quando já estava perto de abrimos o edital, fazer a primeira utilização, o negócio mesmo, daí em diante, passou para o Estado. (Entrevistado G, 60 anos).

No discurso oficial percebe-se a necessidade de adjetivar o desenvolvimento com as preocupações ambientais. Outrossim, o desenvolvimento sustentável é entendido como sinônimo de crescimento econômico. Stahel (2003), assevera que a noção desenvolvimento sustentável está articulada a ideia de um “desenvolvimento capitalista sustentável”, ou seja, uma sustentabilidade no quadro institucional de um capitalismo de mercado.

Nesse sentido, pode-se inferir que o discurso do desenvolvimento sustentável esteve presente na gênese da política ambiental do município de Maués, influenciado por uma conjuntura internacional, nacional e regional, e conseqüentemente, influenciou o plano de concepção da Floresta Municipal de Maués (Quadro 10).

Quadro 10 - Influências dos princípios do desenvolvimento sustentável nas ações da política ambiental no município de Maués

Princípios do Desenvolvimento Sustentável	Ações das políticas Ambientais no município de Maués
<b>1) Economicamente viável</b>	Manejo do Guaraná; Aproveitamento do potencial madeireiro, investimento na indústria de madeira. Manejo de pequenos animais. Aproveitamentos dos resíduos sólidos.
<b>2) Socialmente justo</b>	O fortalecimento da zona rural do município para evitar o êxodo rural. Divisão da zona rural em 12 polos visando à melhoria de infraestrutura, do acesso a bens e serviços sociais e geração de renda.
<b>3) Ambientalmente responsável para com as futuras gerações</b>	Criação do SIMUC; proposição da criação da Floresta Municipal de Maués e da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Urariá. O avanço das derrubadas e queimadas que incrementaram o desflorestamento.

Fonte: Lira, 2016.

A participação no processo de gestão, em Unidades de Conservação, pode ocorrer de duas formas: 1 consulta pública para a criação da Unidade, a qual objetiva subsidiar a definição da localização, os limites mais adequados da Unidade; 2 instituição de Conselho para auxiliar na gestão da Unidade.

Em oficina realizada pelo MMA sobre gestão participativa do SNUC, em agosto/2004, foi abordado o tema da consulta pública, a qual, geralmente, é entendida pelos órgãos gestores, como à realização de uma ou duas Audiências Públicas, em que são expostos os motivos para a criação da nova unidade, mas sem que haja reuniões preliminares e sem que o material preparatório seja encaminhado com antecedência aos grupos interessados. Além disso, também, não há especificação das formas e dos mecanismos de formalização de críticas e sugestões.

Nesse sentido, esta oficina apontou, ainda, que não existiam critérios para a convocação de representantes da sociedade às audiências, bem como, havia uma insuficiência ou inexistência, de prévios estudos socioeconômicos e fundiários em campo. Em decorrência desses fatores, a consulta pública finda sendo uma mera exposição técnica de argumentos para a criação de nova área protegida em que a perplexidade e a falta de entendimento ou de reação, por parte dos presentes são, geralmente, interpretadas como concordância da sociedade. A argumentação mais frequente utilizada por representantes dos órgãos gestores para essa forma de atuação é de que o conhecimento prévio, por parte da sociedade, sobre a intenção de criar uma Unidade de Conservação, determina que setores que, porventura, tenham seus interesses contrariados, promovam a descaracterização ambiental da área ou acirrem a exploração de seus recursos naturais (MMA, 2004).

Para criação da Floresta Estadual de Maués houve, de fato, uma Audiência Pública, tendo em vista que um pré-requisito para criação da mesma. Contudo, não houve uma participação efetiva das comunidades nesta Audiência Pública, uma vez que para haver participação, a comunidade precisa estar informada sobre o que é uma Unidade de Conservação e as consequências de sua criação, o que não aconteceu.

A grande maioria das comunidades ribeirinhas, só ficaram sabendo que estavam dentro de uma UC ou no entorno da mesma, no processo de elaboração do Plano de Gestão e, teve casos de comunidades que, só ficaram sabendo de estarem pertencendo a uma UC, na revisão do PG, em 2010, como já foi abordado no capítulo anterior.

Nesse sentido, observa-se que a participação social da comunidade, no processo de implementação da FLORESTA de Maués, de certa forma, foi muito limitada, uma vez que não houve a instrumentalização dos comunitários para a participação na consulta pública.

Em relação ao processo de criação da unidade de conservação, o tema da participação constou no Plano de desenvolvimento simplificado para a criação da Floresta Municipal de Maués, elaborado entre 2001-2003. Dentre os pressupostos básicos na composição do plano, destacam-se os seguintes temas: 1 sustentabilidade, 2 planejamento participativo, 3 eficiência econômica, 4 divisão de responsabilidade, 5 capacitação permanente, 6 integração rural-urbana e regional, 7 integração com os municípios, 8 preservação ambiental.

A participação ficou restrita ao planejamento, o qual propôs-se procedimentos metodológicos considerando: 1 incorporação da visão dos beneficiários sobre o contexto socioeconômico em que vive; 2 trazer o processo de decisão para eles; 3 excluir a prática do paternalismo/assistencialismo; 4 promover uma combinação democrática entre o saber popular e o científico e; 5 criar condições para que os técnicos ajudem os assentados na identificação de suas necessidades concretas e superação de seus problemas.

Contudo, percebe-se que só o primeiro item do planejamento participativo, “incorporação da visão dos beneficiários sobre o contexto socioeconômico em que vive”, foi considerado na criação da Floresta Municipal de Maués, conforme relato:

Nós tivemos na primeira parte a Fundação Amazônia Sustentável (FAS), que é a que está agora, o IMAZON e mais uma ONG lá do Pará, tivemos um cara que era um dos acionistas principais não sei se era da Boticário ou da Natura que é de Curitiba, e um representante de um grupo espanhol. E surgiu algumas conversas para criação da Floresta, mas surgiu desse grupo pequeno, vendo tudo que fosse possível, porque a gente tem aquela visão acadêmica, então dá pra fazer isso, isso e isso, quando nós fomos pra campo, após elaborar o primeiro anteprojeto de desenvolvimento é que nos reunimos com as comunidades [...] aí é que a gente diagnosticou essa questão do guaraná, uma série de outras coisas, do aproveitamento do cipó titica e de um monte de coisa, que eles já fazem de forma pequena e empírica, mas que poderia ser ampliada [...] foram feitas as discussões nas comunidades, não em todas [...], esse trabalho levou 8 a 9 meses, aí mais 2 ou 3 meses pra ampliar isso tudo e concluir o projeto final. Isso tudo foi antes de passar para o Estado. (Entrevistado G, 60 anos).

Observa-se que a participação social das comunidades ribeirinhas na concepção da FLORESTA ficou restrita ao diagnóstico das potencialidades econômicas e não na elaboração do projeto para criação da UC. Quem participou efetivamente da concepção foram os gestores municipais, ONGs e empresas capitalistas de âmbito nacional e internacional. Esses atores passam atuar em Maués e injetaram recursos para subsidiar pesquisas para elaboração do primeiro projeto da Floresta Municipal, visando ganhos econômicos.

Vale ressaltar que mesmo no diagnóstico socioeconômico, a participação das comunidades ribeirinhas foi limitada, conforme relatos dos conselheiros comunitários quando perguntado sobre a participação na criação da Floresta Municipal de Maués.

Primeiro eu lembro que veio um pessoal aí e conversou com a comunidade e teve início na gestão do prefeito Sidney Leite [...] depois veio um pessoal fazendo perguntas e foram perguntando de nós qual era o que nós fazia aqui, só depois veio a conscientização das comunidades e explicaram o que significava a reserva, mas ela já tava criada. (Seu Erenilson., 42 anos, conselheiro Setor Parauari 2)

Houve uma reunião no início, mas nós não entendeu muito bem o que eles tava falando lá, fomos entender só depois que nós tava numa reserva. (Seu Gilearde, 35 anos, conselheiro Setor Parauari 3)

Não foi avisado nada não aqui na comunidade, não teve essa participação, quando a gente se espantou, já tava criada, fomos só avisados [...], depois que nós ficamos por dentro da Floresta Estadual de Maués. (Seu Cícero, 52 anos, conselheiro Setor Apocuitaua 1)

Conforme os relatos dos conselheiros, observa-se que paralelamente a garantia formal de participação das comunidades no processo de criação da Floresta Municipal de Maués, verifica-se situações de desrespeito e exclusão do processo. Entende-se que o próprio sistema que propiciou a garantia do direito rouba-lhes a viabilidade. Segundo Bobbio (1992), a efetivação da cidadania e da participação social depende, de um certo desenvolvimento da sociedade e, como tal, desafia até mesmo a Constituição mais evoluída e põe em crise até mesmo o mais perfeito mecanismo de garantia jurídica. Precisamente por isso, o verdadeiro dilema dos direitos humanos na contemporaneidade não é o da sua justificativa, mas o da violação: “o problema real que temos de enfrentar é o das medidas imagináveis para a efetiva proteção desses direitos”. (BOBBIO, 1992, p.45).

Os gestores ambientais, ao ignorarem a participação social dos ribeirinhos no processo de criação da Floresta, ignoram os conhecimentos tradicionais e o potencial conservacionista dos ribeirinhos que vivem na Floresta, e, possivelmente, desprezaram uma das únicas vias adequadas para alcançar os objetivos propostos. Essa via é a da inclusão da perspectiva dos povos tradicionais no nosso conceito de conservação e o investimento no reconhecimento de sua identidade, na valorização de seu saber, na melhoria de suas condições de vida e na garantia de sua participação na construção de uma política de conservação da qual sejam também beneficiadas.

Em 2003, a responsabilidade da condução do processo de criação da Floresta Municipal de Maués foi transferida para a Secretária de Desenvolvimento Sustentável (SDS), que repassou a uma de suas agências, neste caso a AFLORAM. Por essa ter como atribuição gerir apenas Florestas Estaduais, em 19 de julho do mesmo ano por meio do Decreto nº. 23.540 foi criada a Floresta Estadual de Maués (AMAZONAS, 2003).

Quando perguntado dos secretarios entrevistados sobre a existência de conflitos no processo, observou-se uma divergência de opiniões. O ex-secretário X.G, afirmou que o

processo de “repassa da Floresta Municipal para o Estado”, não foi pacífico, e o direcionado que o município pleitava para a Floresta era bem diferente do direcionado dado pelo Estado:

Em 2003 já era o Eduardo Braga o governador, ele não viu com bons olhos que a Floresta fosse Municipal, como as áreas eram do Estado, ele resolveu transformar ela em Floresta Estadual, o Município também não tinha condições de fazer outro projeto, porque custava muito caro [...], só que quando caiu nas mãos do Estado, mudou o foco do que nós queríamos, o foco vindo de lá é muito mais acadêmico, mas só que na prática a teoria é outra, o que nós queríamos era desenvolver e fixar o homem no campo [...].(X. G., 60 anos).

[...] a Floresta Estadual que seria o grande pulo econômico para aquelas populações tá no mesmo estágio que estava naquela época, o que tem é o trabalho com artesanato, eu acho isso muito pouco para o potencial que se tem, o turismo não é explorado, então se pensou nisso naquela época. Mas quando passou para o Estado, mudou a visão, apesar da menina que tava na gerencia fazer um trabalho bastante grande, mas só ações muito pequenas, eu acho que tem que pensar maior, posso estar enganado no conceito, da exploração econômica, hoje é muito mais uma visão de cunho social [...] nós queremos retomar isso a partir de 2017, vamos ver se vai ser possível. (X. G., 60 anos).

O Entrevistado G explicitou claramente em sua entrevista a diferença de “conceitos” entre o Município e o Estado. O Município tinha o conceito da “exploração econômica” da Floresta e o Estado possuía um conceito mais “acadêmico e social”.

Na visão do Entrevistado H esse processo de transição ocorreu de forma pacífica, ela justifica da seguinte forma:

Foi pacífico pelas justificativas técnicas. Primeiro se pensou quanto ia custar para o município criar uma floresta e que o município não teria recursos naquele momento. Segundo, a área demarcada para se transformar em Floresta Municipal era do Estado. Então o prefeito acatou, entendeu que a questão fundiária não era favorável para o município. A necessidade foi do município, a proposta foi do município, mas, foi o Estado que incampou e cumpriu todos os ritos necessários para criação dessa unidade de conservação. (Entrevistado H, 48 anos).

Como a área onde foi proposta a Floresta Municipal era do Estado, a gestão da Floresta ficou sob responsabilidade da SDS, e foi a primeira Unidade de Conservação a ser criada pelo Estado nessa categoria.

Contudo, importa-nos interpelar que a Floresta Estadual de Maués não é só uma área natural criada e administrada pelo Estado, mas se constitui em uma paisagem artefactual transformada por povos amazônidas a partir de um processo histórico e simbólico, a qual se constitui a perspectiva abrangente de artefato apresentada por Balée (2008).

A região onde está localizado atualmente o município de Maués foi habitada originalmente por povos indígenas Mundurucus e Saterê-Mawé. Segundo Balée (2008), A cultura indígena da Amazônia influenciou a diversidade de paisagens em uma variedade de

substratos durante longos períodos de tempo e resultou no enriquecimento e diversidades de espécies.

Diegues (1993) cita autores que descobriram no México e na América Central como ocorre de forma abundante à presença de diversas espécies na “selva primária” como resultado da ação de populações indígenas. O autor demonstra que por causa da longa história de pousio da agricultura itinerante, junto com os povos nômades/pastores na África Central, todas as florestas atuais são realmente patamares de vários estágios sucessivos de crescimento criados pelo povo e não existem áreas que muitos relatórios e propostas chamam de “prístinas“, “intocadas“, “primárias“ ou “florestas maduras“. Em resumo, “essas florestas são artefatos culturais humanos”. (p. 242)

Com isso o autor evidencia o fato de que a noção de natureza selvagem é na verdade um “o mito moderno da natureza intocada”, visto que para muitos povos a natureza é, em verdade, o seu próprio modo de vida, alterando-o, manipulando-o, manejando-o e assim por diante, construindo um vasto conhecimento de seu ambiente e dos ciclos e recursos naturais presentes no mesmo, resultando novamente em uma biodiversidade que foi culturalmente construída. Logo, desmistifica-se a visão de que a ação humana para com a natureza é sempre uma ameaça à biodiversidade (DIEGUES et al, 2001). Em outras palavras, natureza e cultura não são opostas e sim estão intrinsecamente relacionadas.

Nesse sentido, Diegues (2001) afirma que a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais estão relacionados com os conhecimentos e as práticas das populações tradicionais. Segundo o autor, pelo fato das populações tradicionais possuírem um sistema de manejo dos recursos naturais condicionados aos ciclos naturais, à capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas, os impactos ecológicos não alcançam projeções devastadoras sobre os ecossistemas que utiliza, ao contrário, possibilita a renovabilidade dos estoques e a sustentabilidade dos processos ecológicos fundamentais.

No município de Maués, de acordo com Uggé (1994), os Sateré-Mawé são os produtores precursores da cultura do guaraná. O guaraná<sup>12</sup> (*Paullinia cupana*, Família

---

<sup>12</sup> A região onde está localizado o Maués representa a terra sagrada dos índios Saterê, os quais possuem uma relação simbólica com o “guaraná” e justificam o aparecimento da planta através de uma lenda muito difundida no município. Segundo a lenda, no início dos tempos, na tribo Saterê-Maué, havia uma linda menina chamada Cerêçaporanga. Um dia, porém, chegou a tribo dos Saterês, um jovem guerreiro da tribo dos Mundurucus e se encantou com a moça que também por ele se apaixonou. Os dois, embora cientes da rivalidade existente entre suas tribos, se apaixonaram perdidamente, o que levou as duas tribos a declararem guerra entre si. Na luta, o jovem Mundurucu foi ferido mortalmente e Cerêçaporanga não suportando a dor da perda de seu amado, morreu de tanta tristeza. A mãe de Cerêçaporanga rogou a Tupã pedindo ajuda e este sensibilizado pela dor da velha mãe disse a ela que plantasse os olhos de Cerêçaporanga e procedendo assim, viu nascer, naquele local uma planta cujas sementes tem o formato de um olho humano. Para os índios Saterê-Maué, esta planta tem poderes curativos e mágicos e recebe o nome de “guaraná”.

*Sapindaceae*) é uma planta nativa da região das terras altas da bacia hidrográfica do rio Maués-Açu que coincide, precisamente, com o território tradicional das aldeias Sateré-Mawé. Eles domesticaram a trepadeira silvestre em arbusto cultivado, introduzindo seu plantio e desenvolvendo técnicas de beneficiamento, possibilitando que, hoje, o guaraná seja conhecido e consumido no mundo inteiro.

Na Amazônia as práticas e formas de manejo desenvolvido pelos povos e comunidades tradicionais encontram-se ajustadas em um saber tradicional diferenciado do saber técnico-científico. Conforme Roué (1997), a discussão em torno dos saberes tradicionais, ganhou ênfase a partir da década de 80, quando, ocorreu à eferescência no que tange a preservação de ecossistemas e biodiversidade, destacando-se, na cena política, movimentos ambientalistas, ecologistas, organizações não governamentais, movimentos sociais diversos e movimentos acadêmicos.

A autora destaca que a partir desse período, registrou-se a valorização dos saberes das populações tradicionais. Os cientistas começaram a valorizar esses conhecimentos, por entenderem que, através dos mesmos, poder-se-ia intervir nos graves problemas ecológicos gerados pelo atual modelo de crescimento econômico. Durante esse período, começaram a surgir pesquisas sobre os saberes tradicionais na perspectiva, também, de valorizá-los com o objetivo de gerir os recursos naturais.

No Brasil, o reconhecimento jurídico dos saberes tradicionais ocorreu a partir do texto constitucional de 1988, em que no art. 215 determina que o “Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais”. E, como sinais distintivos da identidade dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira, inclui, dentre outras, suas “formas de expressão e seus modos de criar, fazer e viver”. (SHIRAISHI NETO, 2007).

Quanto à cultura, a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural nos preâmbulos preconiza que:

A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social, e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças; a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber (SHIRAISHI, 2007 p.122).

Esse reconhecimento jurídico só foi possível pelas reivindicações dos diversos movimentos sociais da década de 80, protagonizadas pelas populações indígenas, quilombolas, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, dentre outros. Passou-se então, a

reconhecer grupos sociais específicos e distintos entre si, mas que estavam desprovidos de um reconhecimento legal o qual garantisse o direito às terras que tradicionalmente habitavam. Este debate culminou com a criação das Reservas Extrativistas (Resex), e posteriormente, foi criado, em 1992, o Conselho Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), o qual se integrou ao IBAMA.

Outros instrumentos importantes para o reconhecimento dos saberes tradicionais no Brasil foi a criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais (2006) e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007). Em seu texto encontra-se a seguinte definição sobre povos e comunidades tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuidores de formas próprias de organização social, ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição à sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007).

A relevância das práticas dos povos e comunidades tradicionais, no que tange a utilização sustentável dos componentes da diversidade biológica na contemporaneidade, passou a ser reconhecida no âmbito internacional, nacional e mesmo local, sobretudo a partir da Convenção da Diversidade Biológica - CDB (1992) que afirma em seu artigo 10 que “cada Parte Contratante deve, conforme o caso: c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável”.

Para Diegues (2002), populações tradicionais são aquelas que praticam um extrativismo que foi historicamente construído, caracterizando-se por um manejo florestal de baixo impacto ambiental. Em obra empreendida em parceria com outros autores, Diegues assim define populações tradicionais em relatório produzido para o MMA:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (DIEGUES *et al*, 2000).

Castro (1997), em seus estudos sobre os povos tradicionais, explicita que os mesmos possuem uma concepção comunal de uso da terra, a organização das atividades de trabalho não está separada de rituais sacros, de festividades ou outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal, responsáveis por maior ou menor integração das relações familiares e de parentesco. Manifestações estas que, segundo a autora, referem-se a lugares, ao território, colocando em destaque o regime dos rios, a reprodução das espécies e o ritmo da natureza.

A autora ressalta ainda que a adaptação dos povos tradicionais ao meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado. Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas múltiplas de relacionamento com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também uma construção da cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo.

Cunha e Almeida (2001) contribuem com o debate enfatizando que o conceito desses grupos ainda está em construção e por isso é bastante genérico. Os autores classificam os conceitos de povos e comunidades tradicionais como extensivos e perfilam tal definição através da enumeração dos elementos que o compõe. Dentre os sujeitos enumerados e que compõem essa categoria é possível citar extrativistas, seringueiros, castanheiros, quebradoras de coco babaçu, ribeirinhos, pescadores artesanais, varjeiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, pomeranos, ciganos, geraizeiros, vazanteiros, piaçabeiros, pantaneiros, dentre tantos outros que já identificam-se como povos tradicionais, ademais daquelas que ainda surgirão.

Nesse sentido, Cunha e Almeida (2001) definem povos e comunidades tradicionais como:

[...] grupos que conquistam ou estão lutando para conquistar (por meios práticos e simbólicos) identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto; formas equitativas de organização social; presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (p.192).

A Amazônia é ocupada por uma diversidade de grupos étnicos e por povos e comunidades tradicionais, historicamente constituídas a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias. Tal intercâmbio possibilitou uma herança que se revela nas mais diferentes manifestações

socioculturais expressas pelo homem amazônico na vida cotidiana, quais sejam: as relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares e manejo dos recursos naturais.

Atualmente, a Floresta Estadual de Maués, como produto simbólico, é habitada por povos e comunidades ribeirinhas. Na base dos conhecimentos das comunidades ribeirinhas, predominam os saberes herdados das populações indígenas que habitam a região desde momentos que antecedem ao processo de colonização. (MORÁN, 1990).

Neste sentido, as modalidades de organização sociocultural das comunidades na Amazônia, em suas singularidades, criam mecanismos e práticas que objetivam a construção coletiva de alternativas e soluções para atender suas necessidades básicas, tendo como fundamento em saberes tradicionais, sobretudo de base indígena (CHAVES et al, 2009).

Na mesma linha de pensamento, Roué (1997) acrescenta que na Amazônia a natureza em si não é natural, uma vez que ela é habitada, pensada, trabalhada e transformada pelo homem que vive socialmente. Assim, a natureza não pode ser entendida como um dado, mas enquanto construção social, onde as interpretações e leituras de mundo dos povos amazônidas sobre o espaço que ocupam são diferenciadas, apresentam e refletem uma apreensão específica dos vários aspectos que os cercam.

Nesse sentido, entende a Floresta Estadual de Maués constitui-se em uma paisagem artefactual fruto de uma construção sociocultural. Na aludida floresta é possível perceber um ordenamento no uso dos recursos, o que historicamente tem garantido a sustentabilidade da floresta, manejada por povos indígenas e ribeirinhos.

Assim entende-se que a Floresta Estadual de Maués não é constituída apenas de aspectos naturais, mas existe uma interferência humana na mesma, caracterizando-se como um artefato humano, já que, o que outrora era visto pelos cientistas como biodiversidade, descontextualizada de um domínio cultural, foi desconstruído em virtude das culturas dos povos tradicionais que desenvolveram uma relação ecologicamente sustentável com o ecossistema que habitavam.

Nesse sentido, compreende-se que as comunidades tradicionais, podem colaborar significativamente para a elaboração de políticas ambientais que sejam compatíveis com realidade amazônica, haja vista a importância do conhecimento tradicional produzido e transmitido oralmente, os quais contribuem para uma gestão sustentável dos recursos naturais. A partir desse entendimento será contextualizada a vida presente da Floresta Estadual de Maués.

## 2.2 VIDA PRESENTE DA FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS

Parte do território do município de Maués está sob a proteção federal, estadual e municipal. O município possui duas Unidades de Conservação, em nível federal, que são a Floresta Nacional do Pau-Rosa e o Parque Nacional da Amazônia (994 mil ha), parte de uma reserva indígena: a Reserva Indígena Andirá-Marau, da tribo Saterê-Mawé.

Sob gestão Estadual, destaca-se a Floresta Estadual de Maués, localizada no Centro-Oeste do município. Sob gestão municipal, destaca-se: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Urariá, localizada na região do Lago Grande, acima do Paraná do Urariá, extremo Norte do Município e Área de Proteção Ambiental Lago do Santana ou Lago Elias, criada sob decreto municipal, em 1993.

A FLORESTA de Maués faz limite a Nordeste com a margem direita do Paraná do Urariá e, a Sudoeste, com FLONA do Pau-rosa, sob gestão do ICMBio. Ao Norte da FLORESTA de Maués, a cerca de 20 km, está uma UC municipal de uso sustentável, a RDS Urariá, e, a Nordeste, distante cerca de 30 km da Terra Indígena (TI) Andirá-Marau, habitada por índios da etnia Sateré-Maué. (Conforme figura 09)

A FLORESTA de Maués foi criada pelo Decreto Estadual nº. 23.540 de 19 de julho de 2003, com os objetivos de promover o manejo de uso dos múltiplos recursos naturais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como, o apoio ao desenvolvimento sustentável dos recursos naturais limítrofes (AMAZONAS, 2003).

A FLORESTA de Maués empresta o nome do próprio município onde está situada. A mesma localiza-se no Médio Amazonas, que dista da capital, Manaus, cerca de 20 km, em linha reta e, 356 km, por via fluvial. A partir da sede, é possível acessar a UC utilizando-se de uma voadeira ou barco regional que navegam pelos principais rios (Parauari, Apocuitaua, Paraná do Urariá e Paraconi) que banham a UC, conforme figura 10.

Segundo informações do CEUC/SDS (2009), em novembro de 2003, foi iniciada à elaboração da 1ª versão do Plano de Gestão (PG), com a contratação de consultoria pela AFLORAM para consolidar as informações disponíveis sobre a FLORESTA de Maués, na região. Nesse período foi realizado um levantamento da fauna pela DEAS/AFLORAM (AFLORAM, 2003). Também consta, nos arquivos institucionais que houve um Mapeamento Participativo no período de 28/10 a 04/11/2003 pela SDS e CI Brasil (SDS e CI Brasil, 2004), bem como, quatro Oficinas de Planejamento. A primeira, em abril de 2004 (AFLORAM,

2004) na sede do município e, a segunda, em 2004, a qual abrangeu as comunidades (AFLORAM, 2004). Uma reunião ampliada sobre o PG da FLORESTA de Maués foi realizada em junho de 2004, com objetivo de aprimorar esse documento, fazendo uso de discussões com representantes de diversas instituições (AFLORAM, IPAAM, ITEAM, CI Brasil, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), SDS, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Fundação Vitória Amazônica (FVA), Secretaria Executiva Adjunta de Extrativismo (SEAE/SDS), Departamento de Programas Especiais (DPE/SDS) e Comunidades da FLORESTA de Maués).

Em junho de 2004 foi instituído pela AFLORAM, um Grupo de Trabalho (GT) para acompanhar e avaliar a elaboração do PG da FLORESTA de Maués. A terceira e quarta Oficina de Planejamento (AFLORAM, 2004) foi realizada em julho, nas comunidades. O objetivo das oficinas realizadas foi discutir uma proposta preliminar de Zoneamento. Neste mesmo período foi realizado o “Diagnóstico preliminar dos principais produtos não madeireiros de origem vegetal explorados na FLORESTA de Maués”, mais tarde, substituído por um “Diagnóstico dos principais produtos não madeireiros de origem vegetal explorados”. Com a extinção da AFLORAM, parte de suas atribuições foi incorporada a DITEF/IDAM, instituto ligado à Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas.

Em maio de 2007, o Governo Estadual realizou uma reforma institucional e, no âmbito da SDS, foi criado o Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) destinado ao estabelecimento de políticas e programas de gestão de UCs do Estado do Amazonas (AMAZONAS, 2007). A Entrevistada I grandes momentos no que concerne a Política Ambiental:

[...] Com relação a política ambiental, as UCs tiveram dois grandes momentos, o primeiro grande momento foi com o nascimento da CEUC, historicamente as UCs eram geridas pelo IPAAM, tinha um departamento específico que trabalhava a gestão dessas UCs e algum momento foi pensado especificamente para as Florestas públicas uma instituição específica que era a antiga AFLORAM, Agências de Floresta do Amazonas, então as únicas UCs que tinham uma gestão diferenciada em meados de 2003 eram as florestas públicas, então nós tivemos esse momento de mudança. [...] Aí depois nós tivemos um segundo grande momento, que na verdade, eu considero o momento mais difícil, que foi exatamente fazer esse plano de gestão funcionar na prática, porque no papel tá tudo muito bonito, tá tudo muito certo, agora na prática, captação de recurso, essa é a grande chave da questão, ter capital financeiro, ter recursos humanos também, suficiente pra poder fazer a gestão das Unidades de Conservação, então na política ambiental, nós tivemos grandes avanços, no sentido de ter esse diálogo, essa conversa com as comunidades tradicionais, embora muitas UCs não tenham sido demandas pela própria população que vive ali naquele local. (Entrevistado E, gestor)

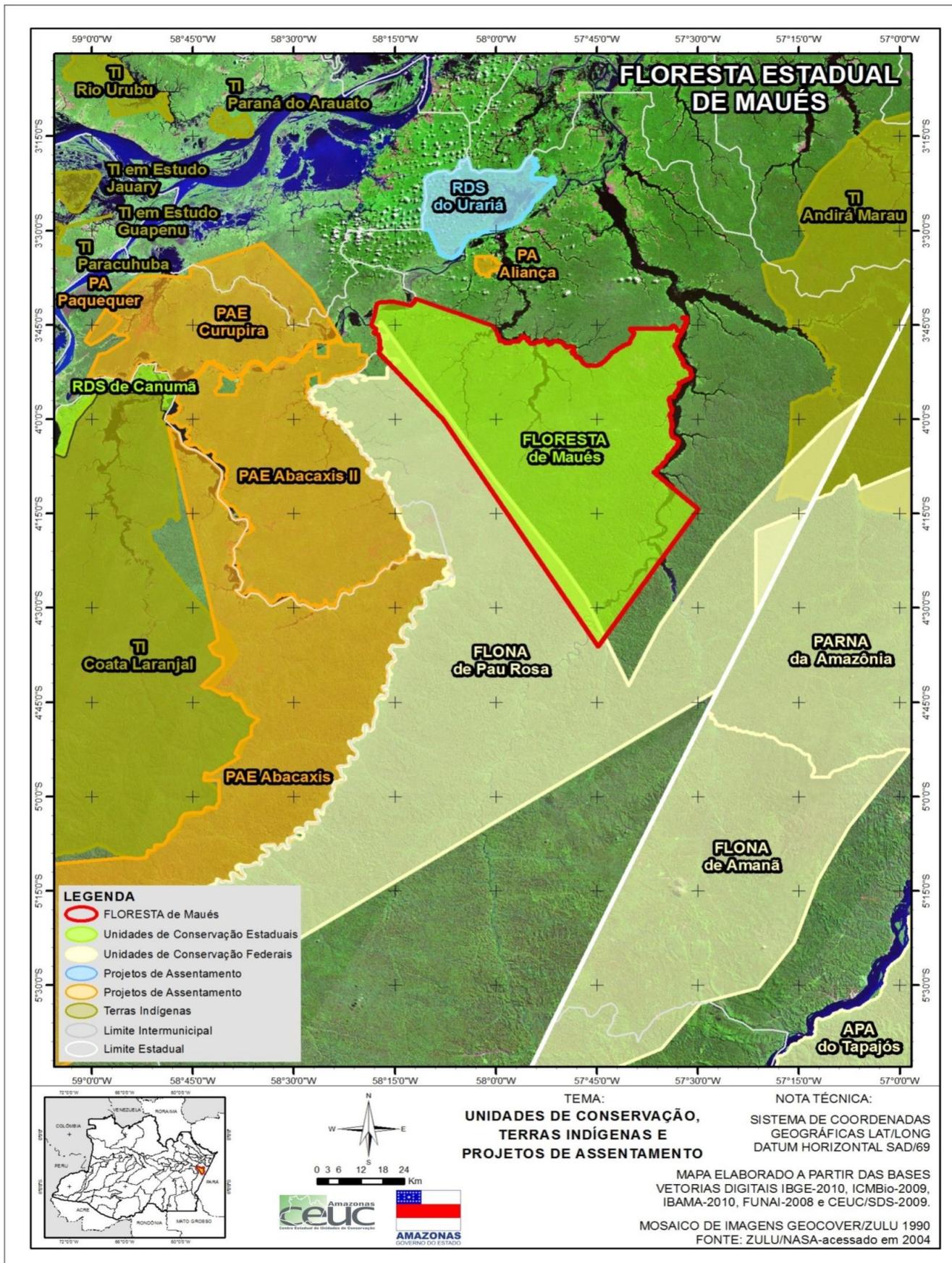


Figura 09: Mosaico de UCs e projetos de assentamento no município de Maués  
Fonte: CEUC/SDS, 2014.

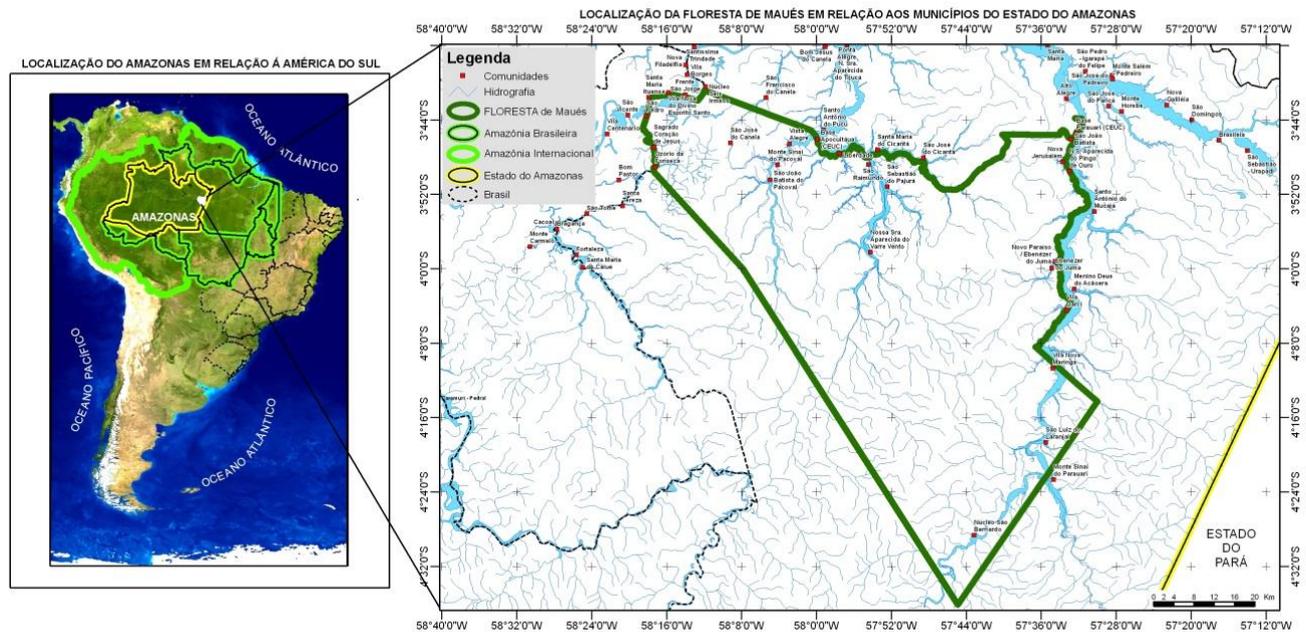


Figura 10: Localização da Floresta Estadual de Maués com destaque para as comunidades ribeirinhas.

Fonte: CEUC/SDS, 2014.

Um dos avanços destacados pela gestora foi o estabelecimento de diálogos com as comunidades. Contudo, apesar dos avanços, a gestora enfatiza que nesse processo de mudanças houve grandes problemas na gestão da Floresta Estadual de Maués, uma vez que esta UC passou um longo período sem gestor. Ela destaca ainda que na FLORESTA de Maués passaram 5 gestores e essa mudança recorrente, acaba interferindo na implementação do Plano de Gestão, conforme relato:

Quando o CEUC vem assumir o papel da extinta AFLORAM, de 2005 a 2007, há um vazio de informações, a floresta não mais existia, e não teve gestão nenhuma nesse processo, tiveram algumas ações de fiscalização local por causa dos grandes manejos, nesse período até se criar o CEUC não teve gestão alguma, então quando cria-se o CEUC em 2007, ele define a primeira chefe pro município, que era a Rosana, primeira chefe na gestão do CEUC, porque a Floresta já tinha tido outros gestores, ela teve a Wilzer e o Lucenildo no tempo da AFLORAM, passaram vários técnicos também nesse processo, mas a terceira chefe da UC foi a Rosana, a quarta foi a Aline e a quinta fui eu Maria Érica, são várias mudanças acontecendo ano a ano, que interfere na implementação do plano de gestão dessa UC. (Entrevistado E, gestor)

Estando o CEUC a frente da gestão das UC estaduais e da captação de recursos junto a Fundação Moore, as unidades que não possuíam PG passaram a ser prioridade do centro, assim como, a revisão dos planos para aquelas que já estavam defasados, como é o caso da FLORESTA de Maués, elaborado em 2003.

Um ponto a ser destacado sobre a 1ª versão do PG é o caráter participativo que ficou a desejar. As comunidades da região do Paraná do Urariá, Lago Grande do Elias, Rio Paraconi e Igarapé do Canela só souberam que estavam dentro da FLORESTA de Maués, na revisão do PG, em 2010, depois de 7 anos de criação da referida UC. A versão revisada do Plano de Gestão da FLORESTA DE Maués foi concluída em 2010 e aprovada pela Portaria 046 em 23 de maio de 2012.

A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) firmou três Termos de Cooperação Técnica com instituições no qual a Floresta Estadual de Maués foi beneficiada, quais sejam: Termo de Cooperação Técnica que celebrou parceria entre SDS e o Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM), que teve início em 2003 com objetivo a regularização fundiário em Unidades de Conservação Estaduais; Termo de Cooperação entre a SDS e FDB (2014/2015) – Projeto Moore, que teve como foco fortalecer a gestão das Unidades de Conservação Estaduais; Termo de Cooperação Técnico-Científica entre SDS e Fundação Amazonas Sustentável – FAS, que teve início em 2008 com objetivo de fazer a gestão dos programas e projetos sobre Mudança Climática, Conservação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e o Programa Bolsa Floresta.

Em relação ao primeiro Termo de Cooperação Técnica, SDS – ITEAM, as atividades de regularização fundiária na FLORESTA de Maués foram iniciadas em 2003 com a realização de vistorias e cadastro das famílias. Outras investidas do ITEAM foram empreendidos nos anos de 2005, 2007, 2008, 2009 e 2010. Até junho/2010, 179 Concessões de Direito Real de Uso (CDRU) haviam sido entregues pelo ITEAM, sendo formalizadas outras 177 solicitações CDRU, as quais já foram encaminhadas ao ITEAM.

Segundo dados do ITEAM, a FLORESTA de Maués está inserida na Gleba Alfredo Guimarães, de domínio do Estado do Amazonas. Na área, na primeira delimitação da FLORESTA, existiam 55 títulos definitivos, os quais remetem às décadas de 20, 30 e 40 do século XIX, correspondendo a 25.555,40 ha ou 5,83% de área oficial. Desse total de títulos, quatro não apresentavam o valor da área e o ano de expedição (ITEAM 2009).

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação–SNUC, as áreas privadas localizadas em UCs, da Categoria Florestas, devem ser desapropriadas (BRASIL, 2000). O ônus gerado por esse processo e o atraso na implementação das unidades, em função deste critério, levou o Governo do Estado, por intermédio do ITEAM, a buscar uma alternativa de redelimitação dessa UC. Para tanto, foi elaborada uma proposta para exclusão da porção da UC que abranja as terras que possuem os títulos definitivos maiores. Na proposta de nova delimitação da UC, estas áreas seriam excluídas e compensadas pela

inclusão de outros 200.000 hectares pertencentes à Gleba Alfredo Guimarães. Essa proposta de redelimitação da FLORESTA de Maués também contempla a exclusão da faixa de sobreposição existente ao sudoeste com a FLONA do Pau-Rosa.

No que concerne a área de sobreposição, na FLORESTA há sobreposição entre as unidades de conservação estadual e federal, quais sejam: a FLORESTA de Maués e a FLONA Pau-Rosa, que caracteriza o interesse de ambos os níveis governamentais pela conservação e uso de recursos florestais. Esta faixa de sobreposição territorial, situada a Oeste da FLORESTA de Maués, representa 8% (35.987,11 ha) do total de sua área.

Está sendo proposta a elaboração de um plano entre as instituições responsáveis pelas referidas Unidades de Conservação, conforme o Plano de Gestão (PG) da FLORESTA de Maués (AMAZONAS, 2010). De acordo com que está proposto no PG, será importante promover o planejamento integrado e a implementação de ações específicas de gestão para a área de sobreposição de comum acordo entre as entidades CEUC e ICMBio e as associações representativas das comunidades da FLORESTA e da FLONA, assim como, também, a FUNAI, pela proximidade com a TI Coata Laranjeira.

No que tange ao segundo Termo de Cooperação Técnica, SDS e FDB – Projeto Moore, teve como objetivo fortalecer a gestão das Unidades de Conservação Estaduais. As principais ações do Projeto Moore na Floresta Estadual de Maués foi a doação de 227 mil para a construção de duas bases terrestres e apoio aos programas Agentes Ambiental Voluntário (AAV)<sup>13</sup> e ao Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas (ProBUC)<sup>14</sup>.

No que diz respeito ao terceiro Termo de Cooperação Técnico-Científica entre SDS e Fundação Amazonas Sustentável – FAS, foram empreendidos um conjunto de ações relacionados ao Programa Bolsa Floresta.

---

<sup>13</sup> O Programa Agente Ambiental Voluntário (AAV) tem como objetivo criar e fortalecer estratégias de sustentabilidade para a conservação e proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação e seu entorno, através da divisão de responsabilidades entre o governo e sociedade civil organizada. Determinado pela Lei 53/2007 (Lei do SEUC) é um programa de proteção adicional com participação de agentes ambientais voluntários, sem poder de polícia, para realizar a vigilância e monitoramento ambiental das Unidades de Conservação (Art. 61, Lei 53/2007). Dentro da política ambiental do Estado do Amazonas, estes Agentes atuam na conscientização da população usuária sobre o uso adequado dos recursos naturais e sua conservação, e na comunicação aos órgãos fiscalizadores da ocorrência de infrações na Unidade de Conservação e Zona de Amortecimento (Art. 2o., Lei 53/07). A Floresta Estadual de Maués possui 16 AAVs.

<sup>14</sup> O ProBuc é um programa de monitoramento da biodiversidade que tem como um dos princípios a participação das comunidades na UCs. O programa possui seis componentes: fauna, trânsito de embarcações, quelônios aquáticos, recenseamento, pesca comercial e jacarés. Na FLORESTA de Maués a sensibilização foi iniciada em 2012, em 2013 houve adesão de 3 comunidades: Santo Antônio de Mucajá no Rio Parauari e Monte Sinai e São João Batista no Rio Apocuitaua, em 2014 houve a adesão da comunidade Vila Darcy no rio Parauari. Até o período da pesquisa haviam 36 voluntários envolvidos no projeto nas 4 comunidades participantes. Em 2015 a gestora da Floresta recebeu 4 atas das comunidades (Vista Alegre, São Raimundo, Ebenezer, Santa Maria do Cicantá) que demonstraram interesse em entrar no programa, mas por falta de recurso não houve continuidade nas ações.

O Programa Bolsa Floresta (PBF) é uma política pública estadual instituída pelo Governo do Amazonas em 2007. O PBF tem como missão promover a conservação ambiental e melhoria da qualidade de vida através de um o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais para os moradores e usuários de unidades de conservação estaduais do Amazonas. A visão estratégica é melhorar a qualidade de vida por meio da valorização da floresta em pé. Sua criação é considerada pelos gestores estaduais como um marco histórico relevante na promoção do desenvolvimento sustentável.

O Programa Bolsa Floresta foi implantado em 15 Unidades de Conservação estaduais: RDS do Juma, RDS Amanã, RDS Uacari, RDS Rio Amapá, RDS Mamirauá, RDS Uatumã, RDS Piagaçu Purus, RDS Cujubim, RDS Canumã, RDS Rio Madeira, RDS Rio Negro, RESEX Catuá Ipixuna, RESEX do Rio Gregório, FLORESTA de Maués e APA Rio Negro.

O PBF possui quatro componentes, quais sejam:

- 1) *Bolsa Floresta Familiar* (BFF) que compreende pagamento de uma recompensa mensal de R\$ 50,00 para as famílias das comunidades residentes e do entorno nas unidades de conservação;
- 2) *Bolsa Floresta Associação* (BFA) destinado às associações dos moradores das Unidades de Conservação do Estado, voltado para o fortalecimento das associações comunitárias, no que tange a reivindicação, participação e controle social;
- 3) *Bolsa Floresta Renda* (BFR) destinado ao apoio à produção sustentável sendo elegíveis todas as atividades que não produzam desmatamento e que estejam legalizadas e;
- 4) *Bolsa Floresta Social* (BFS) destinado à melhoria de educação, saúde, comunicação e transporte, desenvolvidas em colaboração com órgãos governamentais responsáveis e instituições parceiras.

Conforme o Relatório da FAS, desde 2008 houve uma progressão dos recursos destinados para Floresta Estadual de Maués relacionados aos quatro componentes, conforme o Tabela 06.

Tabela 06 - Investimentos realizados

Floresta Estadual de Maués		FAMILIAR	RENDA	SOCIAL	ASSOCIAÇÃO	TOTAL
ANO	2008	135.450,00	-	-	-	135.450,00
	2009	339.800,00	-	-	33.994,00	373.794,00
	2010	382.900,00	172.178,34	219.191,61	50.552,00	824.821,95
	2011	379.350,00	200.027,51	272.420,76	31.015,00	882.813,27
	2012	375.850,00	370.088,33	126.102,81	46.048,76	918.089,90

Fonte: Relatório Geral da FAS, 2012.

Na Floresta Estadual de Maués 22 comunidades foram contempladas pelo PBF e 711 famílias foram beneficiadas direta ou indiretamente pelas ações desenvolvidas no programa, conforme Tabela 07.

Tabela 07 - Nº de famílias beneficiadas

UC	Nº de Comunidades	Nº de famílias beneficiadas		Total de pessoas beneficiadas	
		<b>BF RENDA, SOCIAL E ASSOCIAÇÃO</b>	<b>BOLSA FLORESTA FAMILIAR</b>	<b>BF RENDA, SOCIAL E ASSOCIAÇÃO</b>	<b>BOLSA FLORESTA FAMILIAR</b>
Floresta Estadual de Maués	22	711	628	3.026	2.741

Fonte: Relatório Geral da FAS, 2012.

O PBF beneficiou somente as 22 comunidades do Rio Parauari e do Rio Apocuitaua, as 10 comunidades do Rio Paraconi, Urariá e Canela ficaram fora dos benefícios, conforme o Quadro 00. Tal exclusão é justificada tendo em vista que as 10 comunidades só foram reconhecidas oficialmente como estando localizadas no perímetro da Floresta de Maués, na revisão do Plano Gestor em 2010.

Cabe ressaltar que segundo os parâmetros do PBF o BFF não pretende ser a principal fonte de renda das famílias, mas um complemento de renda pago a título de recompensa pela conservação da floresta e investimento na cadeia produtiva de serviços ambientais. No âmbito do programa, as comunidades assumem o compromisso de desmatamento zero (para área de floresta primária) e a Fundação Amazonas Sustentável – FAS assume a responsabilidade de implementar os quatro componentes do PBF.

Quadro 11 - Benefícios concedidos para as comunidades

Nº	Comunidades beneficiadas pelo PBF	Familiar BFF	Renda BFR	Social BFS	Associação BFA
1	São João	18 famílias	Meliponicultura	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Casa de Farinha; Ambulancha; Rádio.	Reforma da sede
2	Nova Jerusalém	20 famílias	Marcenaria.; Meliponicultura (15 colônias de abelhas e 15 caixas); SAF de guaraná.	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Refeitório da escola; motor de luz; 01 Lancha; 01 máquina para o barco; 02 roçadeiras; 02 ventiladores para escola.	—
3	Nossa Senhora de Aparecida (Pingo de Ouro)	52 famílias	Avicultura; Artesanato.	Sede Social; Poço artesiano.	—
4	Santo Antônio de Mucajá	95 famílias	Criação de peixes; Avicultura.	Ambulancha; 01 Jerico; 02 fornos de farinha; 01 motor para cevar mandioca.	—
5	Menino Deus do Acaoera	44 famílias	Avicultura; Máquinas de costura.	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Ambulancha; Rádio.	—
6	Ebenezer	03 famílias	Meliponicultura (15 colônias de abelhas e 15 caixas).	Sede Social; Casa de farinha; Poço artesiano com bomba d'água; Motor de luz; Reforma da cozinha comunitária; Rádio.	—
7	Novo Paraíso	08 famílias	Criação de peixes; Avicultura.	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Rádio.	—
8	Vila Darcy	35 famílias	Padaria; máquinas de costura.	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Ambulancha; 01 Jerico; 01 roçadeira.	—
9	Vila Nova do Maringá	38 famílias	Avicultura	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Reforma da Casa de Farinha; Motor de luz.	—
10	São Luís do Laranjal	12 famílias	Avicultura	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Motor de luz; Rádio.	—
11	Monte Sinai	21 famílias	Avicultura	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Motor de luz; Casa de farinha; Rádio; Ambulancha	—
12	São Bernardo	10 famílias	Avicultura	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Motor de luz;	—

				Rádio.	
13	São João Batista	20 famílias	Avicultura	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Rádio; Ambulancha; 01 barco.	–
14	Santa Luzia da Vista Alegre	10 famílias	Avicultura	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Rádio; motor para lancha; motor de luz.	–
15	Monte Sinai	18 famílias	Avicultura; horta comunitária.	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; 02 roçadeiras; Reforma da Casa de Farinha.	Reforma do Barco da associação
16	Santo Antônio do Pucú	21 famílias	SAF	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; Lancha comunitária; Motor de luz; 02 roçadeiras; 01 caixa amplificadora	–
17	Liberdade	61 famílias	Avicultura; Meliponicultura; Marcenaria.	Ambulancha; Rádio.	–
18	São Raimundo	30 famílias	Máquinas de costura	Sede Social; Casa de Costura; Poço artesiano com bomba d'água; Rádio; Ambulancha; motor de Luz; motor do barco.	–
19	Santa Maria do Cicantá	22 famílias	Avicultura	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; 02 roçadeiras.	Reforma do Barco da associação
20	São José do Cicantá	32 famílias	Avicultura	Poço artesiano com bomba d'água; Ambulancha; Reforma da Igreja; 02 roçadeiras.	Reforma do Barco da associação
21	Nossa Senhora do Varre Vento	30 famílias	Avicultura	Centro comunitário; Poço artesiano; Ambulancha; Rádio; motor de luz.	–
22	São Sebastião do Pajurá	28 famílias	Avicultura	Sede Social; Poço artesiano com bomba d'água; motor para o barco; Rádio.	–

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.



Figura 11: Benefícios concedidos pela FAS: Cartão Bolsa Floresta, Ambulancha, Empreendimento de Meliponicultura, Sede Social.

Fonte: Lira, 2015.

O Bolsa Floresta Familiar foi discutido em Oficinas de Adesão realizadas nas comunidades durante o ano de 2008, no qual foi realizado o cadastro das famílias que iriam receber o benefício.

No que se refere ao Bolsa Floresta Associação, Social e Renda as reuniões foram realizadas em 2010, no qual foi realizado um levantamento de demandas junto as lideranças comunitárias e associações, uma vez que os recursos são destinados para a associações fazerem a gestão. A coordenação do PBF elegeu uma associação mãe em cada calha de rio para destinar os recursos - no Rio Parauari a associação mãe é a Associação dos Produtores Agroextrativistas da Floresta de Maués (ASPAFEM) e no Rio Apocuitaua a associação mãe é a Associação Comunitária Agrícola Agroextrativista da Liberdade do Alto Apocuitaua (ASCALBA) - essa eleição ocorreu pela legalização dessas associações no período da reunião.

O que foi explicitado de forma unanime na pesquisa de campo foi que a FAS vem contribuindo para melhoria da infraestrutura nas comunidades que fazem parte da Floresta Estadual de Maués. Os conselheiros informaram que a implementação do PBF ocorreu de forma participativa, todavia, no transcorrer do processo não foram feitas ações para consolidar

as informações o que pode ser evidenciado na dificuldade dos conselheiros explicarem as normas do programa.

Ressalta-se também vários problemas na implementação dos empreendimentos, tais como: para ter acesso aos benefícios todas as comunidades devem se associar na associação mãe, o que tem gerado uma série de conflitos intercomunidades; má gestão dos recursos destinados para as associações, tendo em vista que a associação mãe não foi instrumentalizada para fazer essa gestão e houve muito desperdício de recursos; muitos empreendimentos foram implantados sem a devida capacitação das comunidades, por exemplo, na comunidade de Acaoera, onde foi implantado um galinheiro, os técnicos da FAS deixaram os pintos e todos morreram porque os comunitários não souberam gerenciar o empreendimento, também foi explicitado em Vila Darcy, onde deveria ser implantado uma padaria, até o período da pesquisa a FAS não havia feito nem uma capacitação e os maquinários estavam se estragando na comunidade de forma similar ocorre nas comunidades que escolheram a marcenaria; falta de apoio técnico na gestão dos empreendimentos.

### **2.2.1 VIDA SOCIOCULTURAL**

A vida em comunidades ribeirinhas possui singularidades em relação às sociedades urbanas. O conceito de comunidade tem sido muito debatido nas Ciências Sociais, o qual juntamente com o conceito de sociedade constituem as unidades mais complexas na sociologia. Elas congregam agentes sociais, combinando e absorvendo instituições, grupos e diferentes segmentos. Weber (1994), ao analisar o conceito de ação social, analisa detidamente os significados de “relação social”. O autor explica como uma relação social denomina-se “relação comunitária” e quando se denomina “relação associativa”.

Uma relação social denomina-se “relação comunitária” quando e na medida em que a atitude na ação social – no caso particular ou em média ou no tipo puro – repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo.

Uma relação denomina-se “relação associativa” quando e na medida em que a atitude na ação social repousa num ajuste ou numa união de interesses racionalmente motivados (com referencia a valores ou fins). A relação associativa, como no caso típico, pode repousar especialmente (mas não unicamente num acordo racional, por declaração recíproca. Então a ação correspondente, quando é racional, está orientada: a) de maneira racional referente a valores, pela crença do compromisso próprio; b) de maneira racional referente a fins pela expectativa da lealdade da outra parte. (WEBER, 1994, p. 25).

Esta afirmação de Weber endossa a característica inerente a toda relação social que é a tensão entre valores e ideias opostos que se cruzam e dão a base para a constituição do *ethos e da visão de mundo* de determinado grupo social.

Tonnies (1947) formulou uma teoria que distinguia dois tipos de relações ou dicotomias sociais, quais sejam: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft* – frequentemente traduzidas como comunidade e sociedade. Para Tonnies *Gemeinschaft*, seria a sociedade pré-capitalista<sup>15</sup>, a qual seria homogênea com conformidade social como norma, e teriam relacionamento local, coeso, duradouro, íntimo e face a face. Por outro lado, *Gesellschaft*, seria a sociedade industrial urbana, a qual se refere a larga escala, impessoal e de prudentes relações, que tendem a serem fracas e baseadas na não-afinidade. As dicotomias da relação social são tipos ideais e Tonnies sugeriu que ambas podem coexistir nas áreas urbanas e rurais. Entretanto, *Gemeinschaft*, foi mais aceita em relação às áreas rurais.

Nesse sentido, para Tonnies (1947), a comunidade é diferente da sociedade. O que essencialmente caracteriza a comunidade é a "vida real e orgânica" que liga os seres humanos fazendo-os se afirmarem reciprocamente. As relações que se estabelecem são pautadas pelos graus de parentesco, vizinhança e amizade. "Tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto, será entendido como a vida em comunidade." (1947, p. 35).

Gusfield (1975), ao analisar o conceito de comunidade, distinguiu dois usos principais, os quais podem ser assim descritos: a) uso no sentido territorial e b) uso no sentido relacional. O autor focaliza pontos de qualidade ou de caráter dos relacionamentos sociais, sem referência à localização. Estas noções são melhor compreendidas, segundo Gusfield, quando vistas como elas são de fato usadas, através de sua história social.

Para compreender práticas socioculturais na vida cotidiana das comunidades ribeirinhas, busca-se embasamento teórico em Bourdieu (1983) com conceito de *habitus*, que conforme o autor é:

Um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções – de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas. (BOURDIEU, 1983, p. 65).

---

<sup>15</sup> Neste trabalho, pensa-se a comunidade de modo diferentes de Tonnies. Conforme o autor, as comunidades são formas de relações sociais pré-capitalistas, que tenderiam inevitavelmente a desaparecerem, tragadas pela sociedade capitalista. Contudo, parte-se do entendimento que as comunidades tradicionais na Amazônia, contitui-se como relações sociais não capitalistas, haja vista que, se observa de modo empírico na Amazônia, a resistência sociocultural dessas comunidades tradicionais.

O *habitus* é individual, mas ele se constrói no processo de socialização o qual é moldado historicamente. Por conta dessa relação entre as experiências passadas e as condições do presente o *habitus* para Bourdieu (1983) produz ações e reproduz práticas.

Nesse sentido, parte-se do entendimento que as comunidades tradicionais na Amazônia possuem um “*habitus* que é transmitido através de gerações, possibilitando práticas adaptativas que levam em conta a relação entre o ‘tempo presente’ e o ‘tempo futuro’ em uma perspectiva de respeito às futuras gerações” (WITKOSKI, 2010). Portanto, a comunidade é o espaço aonde se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos, bem como formas de gestão apropriadas dos recursos locais.

Chaves (2009) afirmar as comunidades ribeirinhas são referência de comunidades tradicionais na Amazônia, a iniciar pela forma de comunicação, no uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza. Desde a relação com a água, seus sistemas classificatórios da fauna e flora formam um extenso patrimônio cultural. Para a referida autora, os agentes sociais identificados como ribeirinhos.

[...] vivem em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea<sup>16</sup>, nos barrancos, os saberes sócio históricos que determinam o modo de produção singular, o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas, concorrem para a determinação da identidade sociocultural desses atores. (p. 78)

Assim, as comunidades ribeirinhas são o lugar onde os ribeirinhos estabelecem as relações sociais, em que o rio possui um significado muito grande para as mesmas, configurando-se como complemento de suas vidas, ou até mesmo suas próprias vidas, como descreve Cruz (1999).

[...] Rio e ribeirinho são partes de um todo. Se o rio oferece os seus alimentos, fertiliza as suas margens no subir e baixar das águas, o ribeirinho lhe oferece sua proteção, através de suas representações (seus mitos) como a mãe-d`água, a cobra grande que come os desavisados (que não respeitam a natureza) e tantas outras, que nascem desta humanização da natureza e naturalização do homem. (p. 04)

O rio influencia, inclusive, a própria construção das casas do ribeirinho, uma vez que são sempre construídas de frente para o rio, as quais podem ser vistas pelas grandes embarcações que navegam os rios amazônicos, evidenciando que o rio possui um alto poder simbólico para ribeirinhos.

---

<sup>16</sup> Terras anualmente alagáveis, fato que proporciona o enriquecimento nutricional do solo.

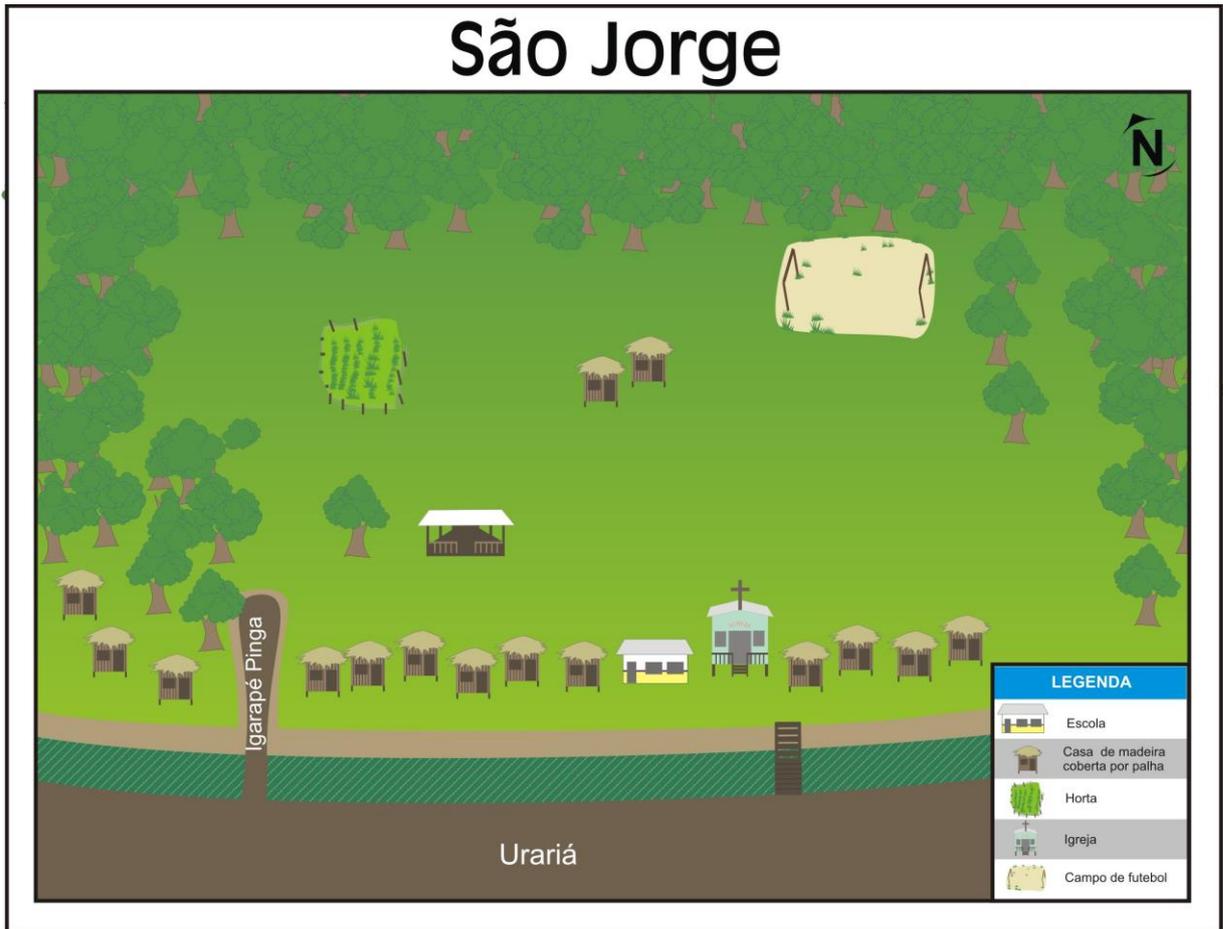


Figura 12: Croqui da Comunidade Frente São Jorge  
 Fonte: Relatório da FLONA do Pau Rosa, 2014.

As comunidades ribeirinhas apresentam, ainda, um modo particular de vida em vários aspectos, tais como: uso do território, uso e manejo coletivo dos recursos locais, orientados por seus saberes e em bases comunicativas e cooperativas; no estabelecimento das relações sociais de trabalho, bem como nas relações de compadrio e parentesco. No contexto Amazônico, estes aspectos assumem singularidades regionais próprias (CHAVES, 2007).

Estas comunidades são detentoras de amplo saber sobre o ambiente amazônico e suas diversas formas de uso e manejo. Assim, compreende-se que as comunidades ribeirinhas se apropriam dos recursos florestais, baseado na reciprocidade com a natureza, percebendo o tempo ecológico dos recursos naturais para organizar o trabalho na heterogeneidade das diversas formas de utilização dos recursos naturais, tais como agricultura, criações de pequenos animais, extrativismo animal (pesca e caça) e extrativismo vegetal (madeireiro e não-madeireiro). (FRAXE, 2009).

Em relação ao uso comunitário da terra, Almeida (1989) enfatiza que as comunidades tradicionais na Amazônia frequentemente ignoram a estrutura agrária brasileira e usam a terra de forma coletiva, nas quais o controle dos recursos básicos não é realizado individualmente por um determinado grupo doméstico ou pequenos produtores, mas coletivamente. Tal controle ocorre através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõe uma comunidade. Segundo o autor, tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas relativas transitórias intrínsecas às regiões ocupadas recentemente.

O aludido autor afirma que atualização destas normas ocorre em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas. Conforme o autor,

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existente. De maneira genérica estas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas lindeiras sob acepção corrente de *terra comum*. (ALMEIDA, 1989, p. 163).

Almeida (1989) explicita que neste sistema de uso comum da terra possuem também regras de apropriação privada, como a casa e o quintal com seus jiraus que pertencem individualmente a cada grupo familiar, do mesmo modo que o produto da colheita e os demais frutos do roçado.

Vale ressaltar que as comunidades ribeirinhas não estão isoladas no tempo e espaço, distanciadas uma das outras, elas estabelecem conexões e vínculos entre si. As sociedades urbanas, por exemplo, necessitam da produção agrícola e extrativista da vida rural para sobreviver, em contrapartida as comunidades ribeirinhas precisam estabelecer trocas com a sociedade urbano-industrial para adquirirem acesso a bens e serviços que garantam sua reprodução social.

A FLORESTA de Maués possui 32 comunidades, sendo 24 residentes e 8 comunidades no entorno, divididas em três bacias hidrográficas distintas: Rios Parauari, Apocuitaua (Rio Cicantá, Igarapé do Canela), Paraconi (Paraná Urariá, Lago Grande do Elias). Na pesquisa de campo (2015), identificou-se a existência de 1.056 famílias, entre moradoras e usuárias da Floresta Estadual de Maués, perfazendo um total de 4.379. Destas, 725 famílias residem no interior da Unidade de Conservação (2.857 moradores) e 331 famílias na área do entorno (1.522 moradores). (Tabela 08).

Tabela 08: Comunidades da Floresta Estadual de Maués

Nº	COMUNIDADES/NÚCLEO	Nº DE FAMÍLIAS	TOTAL DE MORADORES	LOCALIZAÇÃO	SITUAÇÃO	SETOR
01	São João	21	85	Rio Parauari	Residente	Parauari 01
02	Nova Jerusalém	24	102	Rio Parauari	Residente	
03	Nossa Senhora de Aparecida (Pingo de Ouro)	57	134	Rio Parauari	Residente	
04	Santo Antônio de Mucajá	111	486	Rio Parauari	Entorno	Parauari 02
05	Menino Deus do Acaoera	54	220	Rio Parauari	Entorno	
06	Ebenezer	05	22	Igarapé do Juma	Residente	Parauari 03
07	Novo Paraíso	10	37	Igarapé do Juma	Residente	
08	Vila Darcy	42	160	Rio Parauari	Residente	
09	Vila Nova do Maringá	51	236	Rio Parauari	Residente	Parauari 04
10	São Luís do Laranjal	17	52	Rio Parauari	Residente	
11	Monte Sinai	28	141	Rio Parauari	Residente	
12	São Bernardo	15	42	Rio Parauari	Residente	
13	São João Batista	27	150	Rio Pacoval	Residente	Apocuitaua 01
14	Santa Luzia da Vista Alegre	15	66	Rio Pacoval	Residente	
15	Monte Sinai	24	107	Rio Pacoval	Residente	
16	Santo Antônio do Pucú	30	157	Rio Apocuitaua	Entorno	Apocuitaua 02
17	Liberdade	80	330	Rio Apocuitaua	Residente	
18	São Raimundo	40	177	Rio Apocuitaua	Residente	Apocuitaua 03
19	Santa Maria do Cicantá	29	125	Rio Cicantá	Residente	
20	São José do Cicantá	41	146	Rio Cicantá	Residente	
21	Nossa Senhora do Varre Vento	38	185	Rio Apocuitaua	Entorno	Apocuitaua 04
22	São Sebastião do Pajurá	36	179	Rio Apocuitaua	Entorno	
23	São José do Canela	16	65	Igarapé do Canela	Residente	Canela
24	São Francisco do Canela	19	72	Igarapé do Canela	Residente	
25	Ozório da Fonseca	75	315	Rio Paraconi	Residente	Paracuni
26	Sagrado Coração de Jesus	42	170	Rio Paraconi	Residente	
27	Santa Marta	22	128	Lago Grande do Elias	Residente	Urariá 1
28	São Pedro	25	133	Paraná do Urariá	Residente	
29	Núcleo 6 Irmãos	03	12	Paraná do Urariá	Residente	
30	Monte Sinai de Ituense	8	45	Paraná do Urariá	Entorno	Urariá 2
31	Vila Nova	17	68	Paraná do Urariá	Entorno	
32	Frente São Jorge	37	182	Paraná do Urariá	Entorno	

Fonte: Lira, 2015.

Quanto à fundação das comunidades a pesquisa apontou que a grande maioria foram fundadas nas décadas de 60, 80 e 90, apesar de ter 01 (uma) comunidade que foi fundada em 1827, antes mesmo da sede municipal, e 01 (uma) comunidade fundada depois da criação da FLORESTA em 2006, mas vale ressaltar que no caso específico desta comunidade, só souberam que estavam na área de entorno, na revisão do Plano de Gestão em 2010. (Quadro 12).

No que tange ao elemento religioso, conforme Fraxe (2009), nas comunidades tradicionais apresentam uma rica variedade de mitos, concepções, crenças e práticas, considerando a influência religiosa indígena, africana e portuguesa. Segundo a autora, nas comunidades tradicionais os santos populares católicos assumem uma importância significativa para a determinação da vida cotidiana nessas comunidades, uma vez que esses santos são aqueles de quem se obtêm os “milagres” e “graças” por meio de promessas. Por outro lado, a referida autora acrescenta que no contexto amazônico, há uma efetiva ascensão da religião evangélica presente em muitas comunidades, o que tem enfraquecido as igrejas católicas na região e causado vários conflitos e divisões no âmbito comunitário. Essa assertiva pode se comprovada na Tabela 09, onde das 31 comunidades da FLORESTA de Maués, 15 já possuem igrejas evangélicas.

Tabela 09: Comunidades, fundadores, data de fundação e religião

COMUNIDADES	FUNDADORES	DATA DE FUNDAÇÃO	RELIGIÃO/IGREJA
<b>São João</b>	Maria de Nazaré Pereira, Clóvis Cardoso, Pedro Ferreira dos Santos	1979	Católica
<b>Nova Jerusalém</b>	Maria Isaura Gomes	1989	Evangélica (Igreja da Paz)
<b>Nossa Senhora de Aparecida (Pingo de Ouro)</b>	Moisés Lima, Domingos Gomes Laranjeira	1989	Católica/Evangélica (Igreja Presbiteriana)
<b>Santo Antônio de Mucajá</b>	Família Ferreira e Ribeiro	1827	Católica/Evangélica (Igrejas: Presbiteriana, Assembleia de Deus e Adventista)
<b>Menino Deus do Acaoera</b>	Deodoro Guimarães, Raimundo Vidinho, Pedro Edemilson Guimarães	1960	Católica/Evangélica (Igreja Presbiteriana)
<b>Ebenezer</b>	Erenilson Medeiros Afonso, Floracy Alves da Silva, Keila Alves da Silva, Eliezer Ferreira dos Santos	2001	Evangélica (Igreja Presbiteriana)
<b>Novo Paraíso</b>	Josimar Pimentel da Cruz, Edson Ribeiro de Paiva	1992	Católica
<b>Vila Darcy</b>	Manoel Luiz da Silva, Simeão Marques, Paulino Marques	1950	Evangélica (Igreja Adventista)
<b>Vila Nova do Maringá</b>	Moisés Tavares de Lima, Manoel de Souza Lima, Milton Oliveira, Bernardino Oliveira de Lima, Manoel de Souza Lima, Maria Mercedes Alves	1982	Católica/Evangélica (Igreja Presbiteriana)
<b>São Luís do Laranjal</b>	João Ademir de Lima, Ilson de Lima, Milton de Lima, Dalbi Dias da Fonseca	1992	Católica
<b>Monte Sinai (Parauari)</b>	Castilho Moraes dos Santos, Pedro Lemo	2001	Evangélica (Igreja Presbiteriana)
<b>São Bernardo</b>	Missionários Gilberto, Marquim Barde e Cleuza e Conceição	1995	Católica
<b>São João Batista</b>	Lorival Barbosa, Erminio Guimarães, Manoel Lázaro Pereira, João Rodrigues (Lito), Raimundo Pereira, Alfredo Pereira Cardelis, Domingos Barsa Repolho	1965	Católica/Evangélica (Igreja Assembleia de Deus)
<b>Santa Luzia da Vista Alegre</b>	Altenor Cavalcante Brandão, Antônio Estevão da Silva, Maria Altina Lacerda Brandão	1980	Católica
<b>Monte Sinai (Apocuitaua)</b>	José Guimarães, Oswaldo Monteiro, Benedito Lacerda	1988	Evangélica (Igreja Pentecostal)
<b>Santo Antônio do Pucú</b>	Jacinto Soares dos Santos, Pedro da Silva, Edmilson de Oliveira, Anísio dos Santos, Telma Estrali	1993	Católica/Evangélica (Igreja Pentecostal Unidos do Brasil)
<b>Liberdade</b>	Manoel Licínio de Sá, Elesbão Brandão, Pedro Martins, Raimundo Caetano da Encarnação, Pedro Brandão	1973	Católica
<b>São Raimundo</b>	Ambrósio Vieira Raitez, Terêncio Vieira Raitez, Antonio Vieira Raitez.	1962	Católica
<b>Santa Maria do Cicantá</b>	Francisco Pereira, Zilda Pereira da Silva, Marlene Moreira Pereira, Maria Souza, Walmir Silva	1994	Católica/Evangélica (Igreja Sol da Justiça)

<b>São José do Cicantá</b>	Manoel Diogo Vieira, Venâncio Queiroz, Domingos Esteves	1960	Católica
<b>Nossa Senhora do Varre Vento</b>	Clarisse Parintins (esposa), José Alegria, Manoel Pereira de Assis, José Cruz	1963	Católica
<b>São Sebastião do Pajurá</b>	Sebastião Paes, Maria Neida Macedo, Abel Paz	1987	Católica
<b>São José do Canela</b>	José Miguel de Lima	1993	Católica
<b>São Francisco do Canela</b>	Francisco Silva, Maria Silva	1990	Católica
<b>Ozório da Fonseca</b>	Laureano Freire	1960	Católica/Evangélica (Igreja Assembleia de Deus e Batista)
<b>Sagrado Coração de Jesus</b>	Antônio Multimo Silva, José Freire	1980	Católica
<b>Santa Marta</b>	Antônio Edmundo Mendonça, Mauro Multimo da Costa, Antonézio Mendonça	1993	Católica/Evangélica (Igreja Assembleia de Deus)
<b>São Pedro</b>	Raimunda Freire Monteiro, Ilza Preire Monteiro	1975	Católica
<b>Núcleo 6 Irmãos</b>	Roberval Macêdo de Oliveira	1998	Católica
<b>Monte Sinai de Ituense</b>	Hermelindo Carvalho de Oliveira	1994	Evangélica (Igreja Batista)
<b>Vila Nova</b>	Manoel Mendes Pinheiro, Afonso Cavalvante, Raimundo Fidelis, Luiz Irineli Alfaia	1968	Católica
<b>Frente São Jorge</b>	Paulo Pinheiro, Pedro Batista, Mauro Multimo da Costa	2006	Católica

Fonte: Lira, 2015.

As relações intracomunitárias são constituídas em bases de solidariedade grupal. Os grupos domésticos mantêm um conjunto de relações de vizinhança que conformam redes de ajuda mútua com outros grupos. Essas relações extrapolam a mera realização de atividades e/ou de troca de produtos, pois servem para promover a cooperação para implementar atividades demasiadamente complexas e/ou árduas para um número restrito de pessoas. Além do mais elas expressam o apoio em diferentes situações como no caso de doenças, de problemas familiares ou em função da necessidade de obter abrigo (moradia).

Essa relação entre os grupos familiares tende a fortalecer os laços de amizade e solidariedade, o que certamente não aconteceria caso houvesse uma mudança para o meio urbano, pois se presenciaria o distanciamento dos costumes tradicionais.

Assim, as relações intracomunitárias afirmam a coesão social no interior da comunidade, mas de nenhuma forma fazem desaparecer os conflitos que por inúmeras vezes constituem-se em entraves para a caminhada constitutiva e organizativa no âmbito sócio comunitários.

As relações intercomunitárias ocorrem principalmente nas festas comemorativas, comercialização/trocas de produtos e nos torneios de futebol. Sempre que uma comunidade visita a outra, esta tem a obrigação de retribuir a visita. Tais trocas são de fundamental importância, uma vez que representam a consolidação das relações de vizinhança entre as comunidades.

A maior parte das famílias nas Floresta Estadual de Maués são caracterizadas por famílias extensas, em maior número e famílias nucleares em menor número. De acordo com Szymanski (2002), a família extensa pode incluir três ou quatro gerações e inclui os agregados unidos por laços de afetividade, a família nuclear inclui até uma geração de filhos biológicos.

De acordo com Witkoski (2010) as famílias extensas são mais frequentes entre os agricultores, visto que as condições de posse da terra e a tarefa do cultivo ocupam tempo parcial, a qual geralmente é executada em família e por terem maior disponibilidade de força de trabalho permite que o grupo doméstico desempenhe outras atividades igualmente importantes. Conforme o autor:

Através [...] de um trabalho composto por objetos de produção – matérias primas (produto natural ou semimanufaturado) -, instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas, etc.) e força de trabalho humano (essencialmente familiar camponesa produz e reproduz suas condições de existência. (p. 167)

Para Witkoski (2010) o trabalho e os produtos do trabalho da unidade de produção só são possíveis porque a família funciona como uma espécie de “máquina humana produtiva”, onde todos devem e não podem deixar de participar da vida produtiva. O trabalho deve garantir a subsistência do próprio grupo doméstico.

As famílias fazem várias atividades em conjunto, contudo com responsabilidades distintas. Na vivência cotidiana na comunidade, cabe ao homem, como chefe da família, a responsabilidade de suprir as necessidades da família, ele responsabiliza-se pela produção e comercialização. No entanto, as esposas e crianças também acompanham na maioria das atividades.

As mulheres ajudam seus esposos no roçado, complementando a força de trabalho e a renda familiar, além de colaborar nas atividades domésticas “[...] eu trabalho com roça, quando eu posso ir pra lá eu vou, ajudo na roça e trabalho em casa” (Dona Carmem, Comunidade Mucajá). Além disso, participam ativamente da organização sociopolítica: estão sempre presentes nas reuniões, nos mutirões.

As crianças, principalmente as do gênero masculino, também integram a força de trabalho na agricultura a partir dos 8 anos de idade, o trabalho desses atores sociais atende a necessidade de braços para o trabalho agrícola, uma vez que não há participação de atores externos ao grupo para auxiliar nessas tarefas. As crianças gênero feminino ajudam a mãe nos trabalhos domésticos e as maiores ajudam a cuidar dos menores.

Witkoski (2010) explica que essa distinção relacionada ao trabalho relaciona-se com a socialização (primária e secundária) que transforma a divisão sexual do trabalho, que não deixa de ser uma divisão natural do trabalho, em uma divisão sexual socialmente instituída, portanto são instituídas e instituintes do *habitus* que impulsiona o modo de vida camponês.

A participação nas atividades produtivas e domésticas não se constitui como trabalho infantil, uma vez que é na realização dessas atividades que as habilidades, saberes e valores são repassados de pais para filhos, bem como, essas crianças não deixam de frequentar a escola, devido à educação ser considerada de maior importância pelos pais.

A sociabilidade entre os membros da comunidade ribeirinha concretiza-se a partir de interações recíprocas, solidárias e reguladas pela vivência grupal, por formas variadas de ajuda mútua. Esta manifesta-se de diversas formas, principalmente na agricultura. O trabalho coletivo é o que compensa, de certa forma, a deficiência no que diz respeito à quantidade de mão-de-obra disponibilizada por cada grupo doméstico. Os sistemas mais utilizados de coletivização do trabalho são o *mutirão* e o *puxirum*. (Figura 13 e 14).



Figura 13: Mutirão na comunidade Vila Nova Maringá  
Fonte: Lira, 2015.



Figura 14: Puxirum na comunidade Santo Antônio do Pucú  
Fonte: Lira, 2015.

Conforme o Sr. Eli, morador da comunidade Vila Darcy o mutirão na comunidade acontece da seguinte forma:

[...] aqui o mutirão é feito assim, a pessoa vai e convida o cidadão, olha tal dia você vem me ajudar, aí quando você precisar você me avisa que eu retorno a mesma ajuda que você vai me dar tal dia, então é dessa forma no dia marcado todos se reúnem, aí o proprietário do mutirão arca com todas as despesas e assim acontece sucessivamente o retorno. (Seu Eli, 42 anos)

Chaves (2001) identifica que nas comunidades ribeirinhas, em geral, há três formas de trabalho comunitário coletivo, quais sejam: *mutirões*, *ajuris*, *puxiruns*, que além de significarem o momento de realização de atividades produtivas, configuram-se em momento de lazer, pois se reúnem velhos amigos, conhecidos e parentes para trabalharem em conjunto em prol de um deles.

Na comunidade também realizam atividades coletivas na preparação das festas, na limpeza da comunidade e nas reuniões para o lazer na comunidade, tais atividades

ficam sob responsabilidade dos coordenadores da comunidade no que concerne a organização e distribuição das tarefas. Contudo, a alimentação fica por conta de cada família que participa da atividade.

O *puxirum* caracteriza a realização de atividades em grupo para troca de serviços, no qual todos se unem para beneficiar um membro, que em um outro momento, pode prestar serviço equivalente àqueles que o ajudaram. No dizer de Wagley (1988), no trabalho agrícola, em conjunto, o anfitrião se responsabiliza por todas as despesas, serve café e o almoço de todos aqueles que se dispuseram a ajudá-lo e da mesma forma os demais irão fazê-lo assim que tenham oportunidade de retribuir com o que colaboraram com o trabalho, mesmo que haja um longo período entre as ocasiões.

O *mutirão* é um serviço destinado a toda coletividade, em que escolas, centros comunitários, áreas em comum serão beneficiadas e o *ajuri* configura-se como um trabalho também realizado em conjunto e em áreas coletivas, cujos resultados são partilhados de acordo com as necessidades dos grupos domésticos.

As modalidades de trabalho comunitário nesses espaços, geralmente caracterizam-se como: a) formas de cooperação laboral praticadas pelos comunitários; b) padrão de divisão dos frutos do trabalho cooperativo de acordo com as necessidades dos grupos; c) estratégia de ação coletiva para potencializar a força de trabalho do grupo doméstico; d) formas diversificadas de produção realizadas de acordo com os ciclos dos produtos (plantio, colheita) e da natureza (inverno, verão); e) esforço coletivo requerido por determinadas práticas produtivas e comunitárias (construção de equipamentos, de hortas). (CHAVES, 2007, p. 9-10).

As atividades coletivas praticadas nas comunidades ribeirinhas da FLORESTA de Maués representam a solidificação dos laços de parentescos e compadrios, característica marcante nas comunidades tradicionais, estas práticas objetivam e fortificam a organização social, política e cultural das populações tradicionais. Contudo, os espaços coletivos nas comunidades não podem ser percebidos somente sob ótica da solidariedade e da convergência, visto que os agrupamentos coletivos abrigam também uma série de divergências e tensões internas e externas, uma vez que os conflitos acontecem tanto entre os comunitários como entre as comunidades, embora em última instância os agentes se unam para constituir uma identidade coletiva.

O maior entretenimento das comunidades é o futebol, o qual consegue unir todas as famílias e faixas-etárias. Geralmente aos domingos, a partir das 16 horas todos

os agentes sociais, homens, mulheres e crianças, deixam suas casas e reúnem-se no campo de futebol, localizado quase sempre no centro da comunidade, para jogar futebol. Os times vencedores da comunidade representam a comunidade em campeonatos em outras comunidades.

Há também também outras formas de lazer nas comunidades, como o festejo de algumas datas comemorativas, no qual se destaca o aniversário das comunidades, que é comemorado com festa: torneios de futebol masculino e feminino, com a participação dos moradores das comunidades vizinhas. Cada visitante comparece à festa trazendo a comida que será dividida para todos.

Outras datas em que os comunitários reúnem-se para comemorar são o Dia das Mães, Dia dos Pais, término das aulas, Natal e Ano Novo, Festa Junina e Festejos dos Santos. Quando algum festejo acontece em outra comunidade nas proximidades, eles também se deslocam para as comemorações levando alimentos, destacando-se então o compromisso de participação dos grupos domésticos. Nesse sentido, em relação às datas comemorativas, pode-se afirmar que a comunidade acompanha o ritmo da sociedade envolvente.

Vale destacar ainda a forma de diversão das crianças da comunidade, as quais se reúnem alguns dias, no final da tarde para brincarem de roda ou futebol. Um momento especial do dia é a hora de “pular no rio”, no qual é sempre uma diversão para as crianças.

As condições de acesso a bens e serviços sociais<sup>17</sup> nas comunidades ribeirinhas da FLORESTA de Maués segue o padrão de muitas comunidades amazônicas, onde prevalece a precariedade de serviços básicos como educação, energia, água, habitação e transporte, ou até mesmo a falta destes.

No que concerne à educação, das 32 comunidades pesquisadas somente 03 possuem Ensino Médio, as demais só possuem até a 8ª série do Ensino Fundamental, sendo a forma de ensino multisseriada, o qual consiste em método em que os alunos de diversas séries e idades são organizados em uma única classe e recebem orientação de um único professor, cabendo ao professor o domínio intelectual de várias disciplinas ao mesmo tempo, e ao aluno, cabe o esforço de aprender os conteúdos ministrados em sala de aula.

---

<sup>17</sup> Ver Apêndice A.

A estrutura física da maioria das escolas é de alvenaria, mas em algumas comunidades a escola é feita de madeira. Durante a pesquisa de campo, observou-se a deficiência na infraestrutura das escolas, que em sua maioria não possui salas suficientes para abrigar os alunos, sendo necessário a utilização de outros espaços como igrejas e centros comunitários além de necessitarem de reformas.

Falta também um transporte escolar adequado para transportar as crianças dos sítios para a sede da comunidade, em algumas comunidades o transporte escolar é feito em um motor rabeta, o que dificulta o acesso dos alunos em período de chuva e de seca. A esse respeito a Sra. Ivanete (46 anos), moradora de um dos sítios próximos à comunidade Vila Darcy, afirmou que no tempo da seca a dificuldade é grande para as crianças estudarem, “[...] quando chega o tempo da seca é muito difícil pois a escola fica do lado de lá do rio, e os meninos tem que andar todo este estirão aí pra poder pegar o rabeta e chegar aqui em casa todos sujos de lama, é um sofrimento, eles chegavam duas horas da tarde aqui pra casa”.

A escola recebe a merenda escolar da prefeitura, com alimentos exógenos à cultura local. Foi enfatizado pelas lideranças locais que tem períodos em que não vem merenda o suficiente, tendo mês que não é disponibilizado aos alunos.

Dentre as inúmeras problemáticas identificadas no acesso à escola pelos ribeirinhos, destaca-se o fato desta oferecer somente formação até o nível fundamental, pois a oferta de nível médio é muito reduzida para atender à demanda existente. Os moradores enfatizam que os que querem continuar a estudar são obrigados a se mudarem para outras comunidades que possuem Ensino Médio ou para a sede do município de Maués. No entanto, eles não possuem recursos financeiros para manterem os custos dos filhos na sede do município. Além disso, os moradores das comunidades preferem permanecer na comunidade e, assim os jovens não conseguem continuar seus estudos.

Os professores citaram também como problema a falta de material didático que contemple as especificidades locais e falta de condições adequadas de trabalho para os professores da zona rural, muitos professores reclamaram da falta de apoio com materiais didático e com própria formação dos professores que vão para as comunidades, um dos professores da comunidade São João relatou o seguinte: “eu soube que eu vinha para o interior em um mês e no outro eu já fui jogado para o interior sem nem um treinamento, eu aprendi a virar na marra, dando o meu jeito, pois quando

eu pedia material, o máximo que me davam era cartolina, aí eu tinha que tirar do bolso se quisesse fazer um bom trabalho...é muito difícil a nossa situação”. (Sr. Alberto. 32 anos, Professor da escola São João)

Estas informações representam indicativo importante das condições de acesso à educação pela população local. Segundo Lira (2015), nas comunidades ribeirinhas da Amazônia o acesso à escola é marcado por limites e dificuldades oriundos da precariedade de políticas públicas na área educacional voltadas à realidade local. Dentre os limites e dificuldades postos a esta população para o acesso a educação, Lira (2015) destaca:

- ✓ A ausência de escolas nas comunidades, quando há só possuem até a 4ª série;
- ✓ O difícil acesso às demais séries do ensino fundamental, devido à necessidade deslocamento para a sede do município ou para outro município que possua escolas com ensino médio para continuação dos estudos;
- ✓ A incompatibilidade entre calendário escolar e a necessidade de desenvolvimento das atividades produtivas;
- ✓ Distanciamento entre a realidade local e os conhecimentos difundidos na escola, bem como dos materiais didáticos, cujo conteúdo não está voltado para a realidade local.

Não obstante a isso, os comunitários vêm a escola como uma condição essencial para a cidadania. Segundo Chaves (2009, p. 143), a escola, “[...] é um valor reconhecido pelos representantes dos grupos domésticos e defendido como de maior importância”. Nesse sentido, apesar da extensa lista de dificuldade não diminui o nível de interesse dos comunitários pela continuação dos estudos. Para isto os grupos domésticos adotam inúmeras estratégias que muitas vezes geram prejuízos e desagregação familiar. Dentre estas, está à ida para a sede do município para que as crianças, adolescentes e jovens possam frequentar a escola. As famílias não possuem condições financeiras adequadas para manter seus filhos em outra localidade e, além disso, têm seus laços afrouxados pela distância geográfica.

Em relação a saúde, a assistência médica é precária, só há posto de saúde em 02 duas comunidades, 01 no rio Parauari e 01 no rio Apocuitaua. Apesar de haver um agente de saúde em cada comunidade, falta material, equipamento e pessoal qualificado para prestar socorro ou cuidar dos casos mais complexos de doença. Em casos de

doenças graves, a grande dificuldade é o deslocamento para a sede do município de Maués, como relatam os comunitários.

[...] a saúde para nós é muito difícil, nós não temos como nos destacar rápido daqui, a condição que nós temos aqui é esse rabetazinho, que nem gasolina tem. (Sr. Onézimo, 49 anos)

Aqui na comunidade nós passamos por uma dificuldade na saúde, quando acontece algum caso de doença grave aqui, nós não temos recursos para levar os nossos doentes até a cidade, pois precisa de um barquinho ou de rabeta para chegar até a cidade, tem um posto lá no Mucajá, mas é lá e não aqui na comunidade. (Sra. Ivanete, 46 anos)

Uma alternativa encontrada para substituir os remédios industrializados é o saber tradicional dos ribeirinhos. As plantas medicinais, muito usadas nessa região e somente para o consumo dos comunitários, são indicadas pelos que as conhecem bem, sendo utilizadas para problemas de saúde acidentais, até doenças tropicais como a malária, por exemplo. As plantas medicinais mais utilizadas pelas comunidades são o capim-cidreira, elixir, hortelã, sabugueiro, capim-santo, boldo, corama, jambu, jucá, mucura-caá, sacaca, salsinha, trevo roxo, urubu-caá, entre outras.

Vale destacar que na comunidade não existe nenhuma estrutura de saneamento. O banheiro, em geral, é externo à casa, apenas um buraco no chão, somente as casas construídas pelo INCRA dispõem de fossa, mas são poucas as casas, e como não há água encanada na maioria das comunidades, as condições de higiene desse cômodo em especial, são precárias, o que por vezes agravam as condições de saúde.

No que tange a energia, somente 04 comunidades dispõem de energia elétrica, o programa Luz para Todos. Contudo, as comunidades reclamaram que tem problemas constante com o abastecimento, já ficaram 3 meses sem energia. Nessas comunidades a energia é taxada variando o valor de R\$ 10,00 a R\$ 20,00.

As demais comunidades tem acesso a energia por um motor de luz concedido ou pela prefeitura ou com recusos da FAS. A manutenção do motor é por conta dos comunitários e a prefeitura fornece de 100 a 110 litros de diesel quando a escola está em funcionamento, ao término do período escolar, o diesel fica a cargo dos comunitários. Os próprios moradores rateiam os custos do combustível, o que implica no pagamento de uma taxa que varia de comunidade para comunidade que determinam o tempo de iluminação entre 18:00h às 00:00h. O custo dessa energia é muito elevado para estas populações, o que configura uma situação muito contraditória tendo em vista que a Amazônia possui um grande parque de produção de energia hidrelétrica. Vale ressaltar

que durante o período da pesquisa de campo alguns geradores de energia encontravam-se danificado. Segundo o relato de um líder que afirma que o problema é recorrente na comunidade, “[...] todo tempo a gente fica com o problema de luz, o motor vem, aí escangalha de novo e quando vai pra lá custa vim demais, agora nós estamos quase com seis meses que o motor não vem e é essa a dificuldade”.

Em relação a água, com as comunidades do Paraconi e Urariá as demais comunidade dispõe de poços artesiano concedidos a grande maioria pela FAS, todavia, em algumas estes se encontram danificado e a água utilizada pelos comunitários para uso diário e para consumo é retirada/captada sem nenhum tratamento diretamente do rio. São poucas as comunidades que possuem água encanada e, segundo relatos dos moradores, a única forma de tratamento da água é via uso de hipoclorito, que é recusado por muitos dos comunitários, pelo sabor que causa no líquido.

No que se refere a habitação, a moradia na comunidade é composta por casas simples, de madeira, mistas ou taipa (estrutura de madeira e barro), cobertas de zinco ou palha (Figuras 15 e 16). Há muitas casas cobertas de telha, mas ainda predomina as casas cobertas com palha, geralmente divididas em 02 ou 03 cômodos, sala, quarto e cozinha. Em geral, é comum a utilização de redes por toda a casa, sendo retiradas pela manhã para permitir um melhor deslocamento.



Figuras 15 e 16: Habitações da comunidade Vila Darcy.  
Fonte: Lira, 2015.

Segundo Chaves (2007, p. 137), “[...] as características da moradia e seu entorno são indicativos importantes para a percepção da trajetória de vida, da posição política, das relações comunitárias e das relações internas ao próprio grupo”. Conforme a mesma

autora, o padrão habitacional possui determinantes históricos, sócio-culturais e econômicos, tais como: 1) a disponibilidade do material necessário para construção – recursos encontrados no local como palha, madeira, barro, são bastante utilizados; 2) a necessidade de abrigo adequado às condições do ambiente em que vivem – alta pluviosidade, elevada umidade do ar e temperatura; 3) o conhecimento tradicional herdado de gerações passadas, possibilitando o uso da palha, cipós, madeiras, entre outros; e, 4) a diferença entre os custos dos recursos locais, disponíveis a essas populações, e os das construções de alvenaria, por exemplo.

Durante o período da pesquisa foi observado a existência de casas inacabadas nas comunidades, feitas de madeiras, cobertas de zinco. A construção dessas casas faz parte do projeto do INCRA voltado para as comunidades localizadas em UCs (Figura 17 e 18) . Em consonância com os relatos dos comunitários o recurso para a construção das casas estava sob administração da Associação dos Produtores Agroextrativistas da Floresta de Maués (ASPAFEMP), todavia o referido foi mal administrado dificultando a conclusão da obra, ficando a maioria das casas inacabadas, resultando na deteriorização do material das casas.



Figuras 17 e 18: Casas construídas pelo INCRA.  
FONTE: Pesquisa de Campo/2011.

Conforme relato da Gestora da Floresta Estadual de Maués, esse projeto consta no INCRA como “fase I concluída com êxito”, todavia a realidade é bem diferente nas comunidades.

Quanto ao transporte, o principal meio de transporte nas comunidades são as rabetas (canoa com o motor a gasolina na ponta), que são embarcações de pequenos porte, as quais transportam as famílias para as comunidades e sítios vizinhos, transportam as crianças de outros sítios para a escola, e transportam os homens para pescarem nos lagos próximos à comunidade. Para chegar até a sede do município, os comunitários pegam um barco maior, das associações no caso do ri Parauari a ASPAFEMP, e no caso do rio Apocuitaus a ASAEMS, que faz o transporte das famílias regularmente uma vez por semana. Conforme o relato dos comunitários é cobrada uma taxa de R\$ 20,00 por pessoa para cada trecho. Tal valor, é considerado alto para os comunitários, os quais, na maioria das vezes, vão somente de dois em dois meses para a sede para receber os benefícios (Bolsa Família e Bolsa Floresta) e para realizar compras de rancho e outros utensílios necessários.

Diante do quadro apresentado em relação às condições de acesso a bens e serviços sociais, uma das principais problemáticas enfrentadas nas comunidades é a prestação desses serviços ou, não raramente, a total ausência deles. Assim, o papel do trabalho coletivo comunitário nas comunidades ribeirinhas ganha uma importância maior em face da condição de precariedade das políticas públicas implementadas na comunidade, agravada pela distância geográfica, pela falta ou limitação dos meios de transporte. Vale ressaltar que com a criação da FLORESTA de Maués, esse quadro não se alterou, apesar de na Política Ambiental constar entre seus objetivos o desenvolvimento sustentável das comunidades abrangidas nas UC's.

Outrossim, os comunitários reconhecem alguns benefícios que a criação da FLORESTA de Maués trouxe para a comunidade, esta deve-se em parte aos programas de habitação do INCRA, de captação de água da chuva (ProChuva), de formação de Agentes Ambientais Voluntários (AAV), contratados pelo IBAMA e os projetos de geração de renda e de melhoria de infraestrutura implantados pela FAS em algumas comunidades. Contudo, dentre os programas apontados pelos comunitários, o mais citado foi o programa Bolsa Floresta. Um outro destaque feito é em relação à inibição de invasores e predadores de recursos naturais, tendo em vista a possibilidade de serem flagrados cometendo crime ambiental.

Quando perguntado ao entrevistado se possuem vontade de sair da comunidade, dos oito entrevistados 07 disseram que não, enquanto 01 afirmou que sim. A vontade de alguns grupos em mudar-se da comunidade, ocorre, exatamente, pela dificuldade de

atendimento médico, falta de escola para os filhos ou a busca por um trabalho assalariado em Maués. Em contrapartida, 07 entrevistados justificam que não pensam em sair da comunidade pelo fato de estarem próximos dos familiares; pelas facilidades de se viver nessa área rural; ter boas relações com a vizinhança; não ter violência; não ter poluição, conforme relatos:

[...] Eu me sinto feliz por está aqui, por que eu sinto que eu estou em um paraíso, porque aqui eu trabalho juntamente com a minha família, juntamente com meus irmãos, com meus vizinhos e aqui nós temos uma parceria, graças a Deus, uma parceria bem elevada, então eu não tenho queixa dos meus vizinhos aqui da minha comunidade e nem do meu rio, porque aqui eu estou me dando bem, [...] aqui fica mais fácil para eu conseguir o alimento para casa, pra manter meus filhos, aqui eu tenho o peixe, a caça, aqui eu tenho terra pra plantar a minha plantação pra eu me alimentar com a minha família e mais os irmãos que chegam na porta, graça a Deus eu fico muito satisfeito com isso. (Sr. Onézimo, 49 anos).

Eu acredito que esse lugar é um paraíso, eu não posso reclamar [...] aqui nós não temos poluição e a expectativa que nós temos é que continue esse paraíso que nós temos aqui e vamos lutar pra que isso continue. [...] Aqui nós vivemos em paz por mais que agente passe, às vezes, por necessidades financeiras, nós dormimos em ar livre, não temos problema de sermos assaltados, nem vemos as pessoas atirando nas outras, então eu acredito diante de um mundo que nós vivemos hoje, nós vivemos aqui praticamente no paraíso, aqui se tem espaço pra conversar pra ficar junto com a família e a poluição é mínima não tem aquele fumaceira, então eu acredito assim que seja um paraíso, e eu não penso em sair daqui, aqui é meu lugar. (Seu Eli, 42 anos).

A comunidade é muito boa, a minha mãe e meus filhos vivem aqui, [...] aqui eu tenho o meu terreno a minha igreja que eu frequento e eu já estou acostumada aqui na comunidade [...]. Eu até aqui não tenho vontade de sair da comunidade, tem água a vontade e é muito farto de peixe [...]. Aqui é bem diferente da cidade, aquilo que eu não tenho o vizinho me ajuda, me empresta, me vende ou me dá, lá na cidade se eu não tiver dinheiro eu não vivo, ninguém me conhece lá. (Dona Ivanete, 46 anos).

A partir dos relatos, é possível inferir que mesmo diante das limitações no acesso a bens serviços sociais, os ribeirinhos ainda assim pretendem permanecer na comunidade e na região. Por outro lado há de certa forma, fartura de alimento para ser consumido pelos ribeirinhos e familiares.

Diante de todas as condições desfavoráveis, os ribeirinhos vêm se utilizando de seus saberes tradicionais há gerações, o que lhes permite criar novas formas de apropriação dos recursos locais, seja na instituição das práticas coletivas ou nas atividades produtivas centradas no trabalho familiar.

## 2.2.2 VIDA SOCIOPRODUTIVA

Para fazer a análise da vida produtiva das comunidades ribeirinhas da Floresta Estadual de Maués será utilizado esquema analítico de Witkoski (2010) das atividades desenvolvidas na terra, floresta e água de trabalho.



Figura 19: Esquema analítico de terra, floresta e água de trabalho.  
Fonte: Witkoski, 2010, adaptado por Lira 2017.

Em consonância com o autor a terra, a floresta e água de trabalho participam de modo decisivo da forma como esses agentes sociais procuram dar plenitude à vida.

- Terra de Trabalho

Em relação à terra de trabalho, o autor enfatiza que a terra quase nunca aparece como mercadoria, mas como destino a se trabalhar. “A terra e as riquezas que ela guarda são valorizadas como um patrimônio que cria condições para que o camponês e sua família apareçam como trabalhadores de suas unidades de produção” (p. 191).

Nas comunidades ribeirinhas a principal atividade produtiva para o sustento das famílias é a agricultura, apesar dos ribeirinhos serem polivalentes (caçarem, pescarem e coletarem). A produção é, principalmente, de subsistência, atendendo às necessidades de consumo das famílias desses pequenos produtores. Há uma distinção entre os produtos destinados à comercialização e àqueles para a subsistência dos membros do grupo. Os produtos frequentemente comercializados são a farinha e guaraná.



Figura 20: Comunitário fazendo farinha na comunidade Ebenezer  
Fonte: Lira, 2015.



Figura 21: Plantação de guaraná na comunidade Vila Darcy  
Fonte: Lira, 2015.

As culturas permanentes, como o cacau, cupuaçu, abacaxi, milho, feijão, manga, laranja, coco, melancia, jerimum, caju, banana, maracujá, cana-de-açúcar, café, mamão, tucumã, açaí, entre outras, são para o consumo do grupo doméstico, podendo ser encontradas nas áreas mais afastadas, próprias para as plantações ou nos quintais dos comunitários. Alguns produtores afirmam que podem vender o que excede ao consumo do grupo, mas não gostam de fazê-lo por representar um percentual muito pequeno: “[...] se tiver alguém querendo comprar a gente vende, mas eu não gosto de vender de pouco [...]”. O que implica numa fraca dependência do mercado e limitada relação comercial.

As principais hortaliças, legumes e verduras encontradas nas comunidades são: cebolinha, chicória, coentro, couve, maxixe, pimentão e tomate, ressaltando que todas são destinadas apenas para o consumo dos grupos domésticos e melhor exploradas no verão ou na vazante-seca, que ocorre entre os meses de agosto a dezembro.

A utilização do adubo orgânico é comum entre os agricultores, dentre os quais se destacam: o paú, espécie de madeira apodrecida muito usada como adubo, estrume de boi, terra preta, além do estrume de galinha, casca da mandioca e folhas de árvores, cascas de frutas. A utilização desses adubos naturais possibilita a compreensão de que os saberes tradicionais são importantes para as comunidades ribeirinhas, uma vez que há inúmeras dificuldades (distância, falta de recursos financeiros, falta de assistência técnica), utiliza-se uma outra alternativa e que resultará certamente em bons resultados nas plantações.

Dentre os equipamentos mais utilizados para estas atividades, destacam-se o motor de cevar mandioca, a rabeta, o motor-serra, pilão, carrinho de mão, os terçados, as enxadas, os machados os fornos o que representa um baixo nível tecnológico com os operam os ribeirinhos. Equipamentos ou técnicas mais modernos, tração animal para a agricultura não são utilizados pelos grupos, por esse motivo a produção é em baixa escala. Para ajudar no trabalho nos roçados, compensando de certa forma tantas dificuldades, os grupos instituem as práticas de trabalho coletivo.



Figura 22: Instrumentos de trabalho: Pilão de guaraná, carrinho de mão e enxada.  
Fonte: Lira, 2015.

Ao analisar as formas de trabalho da unidade de produção camponesa, Witkoski (2010) afirma que ela se efetiva por meio dos “sistemas agrofloretais tradicionais tropicais”, que se caracterizam pela integração de um grande número de espécies e alta diversidade biológica. O desenvolvimento e viabilidade do sistema são possíveis pela associação de diversas atividades: agrícolas, criação de animais e extrativismo animal (caça e pesca). Além disso esse manejo deve está em equilíbrio como o meio ambiente, ser aceito pelos agentes sociais envolvidos na produção e, implica, produzir com tecnologias de baixo impacto ambiental. O autor assevera que

A ideia-chave para compreendermos a unidade familiar, conforme expresso no conceito de sistemas agrofloretais, é levar em consideração o fato de que o manejo sustentado, envolvendo terra, floresta e água implica, necessariamente, um processo de integração simultânea ou sequencial entra cultivos agrícolas, criação de animais, extrativismo vegetal e animal, com o objetivo de obter incremento da produtividade. Sem essa multiplicidade de atividades combinadas entre si, inseridas no ciclo natural das enchentes, cheias, vazantes e secas, a vida camponesa não poderia apresentar a singularidade que possui. (p. 203)

Essa combinação de atividades e usos está embasada num conjunto de conhecimentos e práticas que Levi-Strauss (1989) denomina de “ciência do concreto”. Na Floresta Estadual de Maués os ribeirinhos utilizam seus saberes tradicionais, acumulados de geração em geração, instituindo formas de adaptabilidade aos ecossistemas, por exemplo, os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, roçado, os sistemas de manejo dos recursos naturais, utilizando tais informações no seu dia-a-dia.

As habilidades e a força de trabalho dos agentes sociais dos grupos domésticos, bem como o número deles em cada grupo, são fatores fundamentais para a instituição das atividades agrícolas. O plantio de mandioca, por exemplo, segundo alguns entrevistados, pode ser efetuado em qualquer mês, outros agricultores plantam principalmente nos meses de outubro e novembro. Uma referência importante para a realização do trabalho é a interpretação dos signos da natureza, pois, são orientados de acordo com as fases da lua. A produção ocorre, em geral, entre os meses de agosto e setembro: [...] no quarto crescente eu planto e quanto dá o quarto minguante eu paro, aí só na próxima fase eu faço o plantio. Assim que meu pai trabalhava, ele me ensinou a trabalhar dessa maneira [...].

Esse conhecimento, como pode ser observado, é (re)passado de pai para filho e permanece em vigor até os dias atuais como uma forma importante de orientar o manejo dos recursos locais. Há um planejamento complexo por parte dos produtores para realizar o plantio e a colheita dos produtos. Esse planejamento envolve tanto a escolha da melhor época para o plantio quanto a seleção das plantas e a divisão do trabalho no interior do grupo doméstico para a execução das atividades. O feijão e a melancia, de acordo com os saberes desses grupos, não podem ser plantados na época das chuvas, pois várias pragas atacam, matando a plantação. A colheita da melancia ocorre entre os meses de agosto e novembro. O arroz é plantado no mês de fevereiro, o feijão nos meses de abril e maio e o milho nos meses de setembro a novembro. Alguns agricultores entrevistados não fazem rodízio nessas terras, alegando não possuírem equipamentos para revolver a terra, as culturas são plantadas sucessivamente e no início do verão.

A roça pode ser colhida a partir dos nove meses de plantio até um ano aproximadamente, a mandioca plantada pode ter um tom de amarelo mais forte (brava) ou uma cor mais clara (mansa), aproximado do branco, então os agricultores escolhem aquela planta que apresenta uma estrutura menor, mais baixa, pois segundo os

ribeirinhos são as que apresentam um tubérculo maior, estando presente nesse fenômeno a qualidade da mandioca. A farinha tradicionalmente é comercializada na sede do município ou vendida na própria comunidade, raramente faz-se algum tipo de troca, no entanto, o preço oferecido pelos produtos é determinado quase sempre pelo comprador.

No que concerne a renda familiar, esta advém, sobretudo, da venda de farinha e do guaraná, sendo este último, um dos produtos geradores de bons rendimentos para os agricultores a cada ano, de acordo com a produção individual. No município, a produção do guaraná possui um significado importante para os agricultores ribeirinhos, simbolicamente todos se identificam como *produtores de guaraná*.

Essa condição de produtores de guaraná, no entanto, não é suficiente para que eles tenham acesso a bens e serviços sociais, e complementam suas rendas com os benefícios sociais que auxiliam na subsistência, entre eles destacam-se: 1) o Bolsa Família \_ benefício da Assistência Social, no qual as famílias recebem até R\$ 140 reais; 2) Bolsa Floresta \_ benefício compensatório dado pela Fundação Amazônia Sustentável (FAS), via SDS para famílias que residem dentro de UC's ou no entorno pela prestação de serviços ambientais, no qual as famílias recebem R\$ 50,00.

Fraxe (2004) argumenta que a relação à produção é efetivada através dos ciclos mercadoria-mercadoria e mercadoria-dinheiro-mercadoria. Trata-se basicamente de dois tipos de transação: relação não monetarizadas (mercadoria-mercadoria) e a relação que ocorre entre a troca de um valor de uso pela moeda, para se adquirir outro valor de uso (mercadoria-dinheiro-mercadoria). Nesse sentido, embora se verifique a presença do dinheiro, a troca se caracteriza por uma economia mercantil de troca simples, bem diferente da sociedade capitalista, a qual visa o lucro.

Ao se analisar a opinião dos entrevistados quanto às condições necessárias para o trabalho agrícola, os entrevistados afirmam que falta incentivo do poder público na região, dentre as principais dificuldades apontadas destacam-se: falta de crédito para os produtores, falta de ferramentas adequadas, falta de mão-de-obra, falta de transporte adequado para escoar a produção, as pragas que atacam as plantações e a falta de sementes para o plantio. Sobre essa questão é ilustrativo o depoimento a seguir apresentado.

[...] eu acho que deveria ter mais apoio do governo com uma visão voltada pra zona rural, eu acho que um programa diretamente voltado para o incentivo da agricultura iria desenvolver muito a zona rural. [...] Aqui na comunidade a gente trabalha, mas infelizmente não tem um apoio um alicerce bem forte que dê sustentabilidade pra isso. (Seu Eli, 42 anos).

O Seu Eli explicita em sua fala que o poder público não tem incentivado e apoiado os pequenos produtores nas comunidades, tendo em vista que os mesmos não possuem assessoria técnica dos órgãos competentes, crédito para aumentar a produção e apoio nos escoamento da produção.

Em relação a criação de animais, Witkoski (2010) afirma que é uma importante atividade geradora de proteína animal, no período da enchente/cheia (momento em que os peixes se tornam escassos), ocupação que se vincula ao mundo do trabalho camponês desenvolvido na terra. Essa atividade ocupa um papel relativamente importante na estratégia dos camponeses amazônicos, de produzir e reproduzir suas condições materiais de vida.

Dentre as pequenas criações comuns citados pelos grupos domésticos destacam-se: criação de galinhas, patos e perus.

Estes animais são destinados ao consumo dos grupos e somente são vendidos se houver necessidade para complementar a renda. As pequenas criações funcionam como uma espécie de reserva econômica para casos de maior necessidade, sendo a agricultura a forma de produção principal.



Figura 23: Criação de galinha na comunidade Vila Darcy  
Fonte: Lira, 2015.

- Floresta de Trabalho

Em relação a Floresta de trabalho (floresta de várzea, a de igapó e de terra firme), Witkoski (2010) afirma que a área mais trabalhada é a floresta de várzea e em relação a Terra de trabalho e as Águas de trabalho, as Florestas são as menos trabalhadas pelas famílias ribeirinhas.

O autor ressalta que a importância desse ambiente para a subsistência das famílias. Para o camponês, a floresta de terra firme constitui uma espécie de território não demarcado, não possui fronteiras estabelecidas.

Trabalho realizado nas florestas é o extrativismo, compreendido pelo autor como “um conjunto de atividades de extração sobre esses ecossistemas (madeira, lenha, plantas medicinais, frutos, etc.) quer se trate de produtos de procedência animal (caça)” (p. 251). O extrativismo tanto num caso quanto no outro, sempre se refere a produtos ofertados pela natureza, não cultivados ou criados. O extrativismo, apresenta-se como um dos componentes dos diversos subsistemas que integram o sistema de produção camponês e se insere no calendário da produção subordinado ao movimento cíclico das águas. Witkoski (2010) não considera o extrativismo como uma prática acessória, mas como uma das formas de trabalho desse ator sobre o ambiente que habita.

Quanto ao extrativismo vegetal, é comum a coleta de frutos de açaí, tucumã, entre outros. Os ribeirinhos também coletam cipó para a fabricação de utensílios como cestos, madeira itaúba para construção e venda, além da castanha, copaíba e andiroba para consumo dos grupos domésticos e lenha para a cocção dos alimentos.

De acordo com o Plano de Gestão (2010), a madeira é o principal produto extrativista utilizado, registrada em 45,8% dos pontos. Em geral, os moradores da Floresta de Maués obtêm madeira para usos domésticos, como a construção de moradias, galpões e canoas, e em menor grau para comercialização. Os demais produtos são os óleos de andiroba (*Carapa guianensis*) e copaíba (*Copaifera* sp.) com 26,2% dos pontos, os cipós (titica e ambé), as folhas de palmeiras babaçú (*Orbignya* sp.) e murumuru (*Astrocaryum murumuru*) com 18,7% e a castanha-da-Amazônia (*Bertholletia excelsa*) com 10,2% dos pontos. Cada comunidade utiliza em média entre 8,3 e 14,85 pontos de extrativismo.



Figura 24: Seu Moisés construindo canoa na comunidade de Mucajá  
Fonte: Lira, 2015.

Também foi ressaltado pelos ribeirinhos a utilização e extração do mel para consumo e venda os quais se destacam o gênero melípona (abelha sem ferrão). E também utilizam um conjunto complexo de plantas para fins medicinais. Em relação à prática do extrativismo das plantas medicinais Witkoski (2010) destaca 4 questões básicas, quais seja: a grande diversidade de plantas utilizadas na cura de doenças; o uso de uma planta e uma parte da mesma planta para a cura de uma só doença; a utilização de uma planta e uma parte da planta para a cura ou mais doenças; o emprego de uma planta e várias partes da mesma planta para a cura de uma mais doenças.

No que tange ao extrativismo animal (caça), possui papel importante na composição alimentar das famílias na época em que os rios estão com o volume d'água elevados. Os bichos mais comuns que são capturados pelos comunitários para o consumo dos grupos domésticos são aqueles caçados nas margens dos rios ou em terra firme. Há ainda aqueles animais que vivem distante da comunidade, aproximadamente 1 a 2 horas de canoa a remo para ir e voltar. Dentre eles destacam-se a paca, inhambu, veado, tatu, macaco, anta, cutia e pato. Há moradores que também se alimentam de bichos de casco, como o tracajá. O resultado da caçada geralmente é dividido com a família e o restante do alimento é conservado, salgando a carne para refeições posteriores. O Plano de Gestão (2010) ressalta que os ovos de quelônios são o segundo

produto extrativista mais importante para os moradores (34,7% dos pontos) o primeiro é a madeira.

A atividade de caça não se constitui em atividade econômica, a carne não é comercializada, só é vendida em casos de extrema necessidade, ela destina-se ao consumo em ocasiões especiais ou ainda à celebração da sociabilidade masculina, tornando-se um momento de confraternização entre os homens, não orientada pela lógica do trabalho produtivo. O padrão de consumo alimentar dos ribeirinhos valoriza a ingestão diária de farinha e peixe, podendo ser complementada por verduras e frutas, esta última especialmente pelas crianças.

- Água de Trabalho

Conforme Witkoski (2010), os camponeses dividem os ambientes aquáticos em duas grandes unidades: os rios são concebidos como territórios aquáticos públicos; os lagos são compreendidos em três subunidades: lagos de procriação (lagos sagrados, lagos-santuários), lagos de manutenção (subsistência da família camponesa, por fim, os lagos livres (destinados à pesca comercial, dentro dos limites estabelecidos pela legislação municipal e pelas comunidades). O autor concebe as duas grandes unidades (os rios e os diferentes tipos de lagos) como Águas de trabalho.

A pesca é uma prática que vem sendo desenvolvida por séculos na Amazônia, primeiramente pelos indígenas e logo após pelos ribeirinhos, todavia sempre tomando como referência os *habitus* da pesca indígena, aprimorando os utensílios e adequando-os às suas necessidades de maior produção por tempo disponível à atividade. De acordo com Noda (2001), a pesca tem grande representatividade, principalmente, porque o peixe é a principal fonte de proteína das famílias ribeirinhas.

Nas comunidades ribeirinhas da Floresta Estadual de Maués, a pesca é realizada somente para o consumo dos grupos domésticos, a qual fica sob responsabilidade dos adultos e jovens do gênero masculino. De certo modo, esta divisão do trabalho atua como mecanismo de liberação dos outros membros da família para outras atividades e como processo formativo para o manejo dos rios.



Figura 25: Seu José realizando a pesca com malhadeira, comunidade Acaoera  
Fonte: Lira, 2015.

No que diz respeito aos utensílios utilizados na pesca, destacam-se: a malhadeira e a linha comprida e arpão, canoa, remo e rabeta. As áreas de pesca são os rios, igarapés e lagos, mas principalmente os igarapés e lagos do entorno das comunidades.

Os peixes mais comuns da região são: aracú (*Anostomidae*), acaratinga (*Cichlidae*), tucunaré (*Cichlidae*), jaraqui (*Hypophthalmidae*), pescado (*Sciaenidae*), pacu (*Serrasalminidae*) e bodó (*Loricariidae*). Não é possível comercializar o pescado pela distância dos mercados consumidores, falta de transporte para escoar a produção e falta de gelo para a conservação dos peixes, por estes motivos ele é direcionado somente para a subsistência dos grupos. Há trocas do resultado da pesca entre os grupos domésticos e divisão entre os comunitários.

Segundo Witkoski (2010), o tempo ecológico internalizado pela vida camponesa tendo como referência à dinâmica dos ciclos das águas, condiciona a prática em relação ao saber, por exemplo, que embarcação e apetrechos deverão ser usados, levando em consideração o tempo de locomoção até o ambiente aquático, assim como o próprio tempo nele pescado, o autor explicita:

[...] o pescador sabe, por exemplo, através da massa de água que desce das cabeceiras dos rios, por efeito das primeiras chuvas que ali caem e que engrossam o caudal do rio, sem, no entanto, haver chovido no resto de seu curso, quando as águas dos rios vão começar a encher; o aparecimento da massa compacta e considerável de capim aquático que se encosta à beira dos rios e lagos (matupás), também evidencia o início da enchente; sabe que as grandes enchentes dispersam demasiadamente os peixes, aumentando seu esforço de pesca, tendo, portanto, que buscar mananciais que lhe sejam mais favoráveis; aves, espécies de peixes e acidentes físicos são referências cruciais para sua aventura de camponês pescador. (p. 324)



Figura 26: Instrumento de trabalho: Malhadeira, arpão, remo e canoa.  
Fonte: Lira, 2015.

Quanto às simbologias que ordenam suas vidas socioproductiva, os comunitários acreditam na cobra grande, saci, curupira, jurupari e mapingari, as quais se constituem como lendas do imaginário das populações tradicionais da Amazônia. Quando perguntada se acreditava em algum mito ou lenda, o Seu Dedé afirmou de forma veemente que sim, como pode ser observado na citação a seguir:

Eu acredito sim, eu acredito em cobra grande, eu acredito em saci [...]. Eu gostava de andar muito de noite para pegar tracajá na praia, e aí contaram pra mim que tinha um camarada que andava aí na praia e aí uma noite eu sair pra pegar tracajá e atraquei a minha canoa na praia e não tinha ninguém, quando eu vinha voltando eu vi o camarada na minha frente, aí eu andei bem rápido, e percebi que ele vinha atrás até que eu cheguei perto da canoa, quando eu olhei para trás ele tinha sumido, aí depois foi arrepiando meu corpo todinho, aí eu vim embora rápido. Mas, deu pra vê que ele só tinha uma perna, e muita gente viu aqui na comunidade, viu esse saci. Eu também vi uma cobra grande uma vez quando eu vinha viajando no meu batelão com a minha família, aí no meio da noite deu um temporal, nós tivemos que parar o barco para prosseguir no outro dia. Quando amanheceu o dia eu vi aquele grande nó na água, eu pensei que fosse um tronco de árvore que tivesse caído com o temporal, mas meu filho que estava comigo, que tem uma visão melhor que a minha, viu aquele negócio se mexendo e me disse para a gente entrar no igarapé que não era nada de tronco era um grande bicho, era a cobra grande, nós desviamos o caminho e passamos bem longe dela, mas dava pra gente ver uns três pedaços dela no estirão do rio. Eu também acredito no curupira, no jurupari e no mapinguari, eu acredito que exista isso porque meu pai que viu me contou. (Seu Dedé, 71 anos)

A convivência com o sobrenatural é um dos traços comuns na vida amazônica. Wagley (1988, p. 118) em seu estudo sobre a comunidade de Itá explicita esta convivência: “Santo Antônio e São Benedito, cujas imagens ocupam o altar-mor da igreja matriz, chegaram mesmo a ser vistos à noite caminhando pelas ruas”.

Nas comunidades ribeirinhas os rios e as florestas são as matrizes dos principais mitos narrados pelos ribeirinhos. Segundo Fraxe (2004), a paisagem amazônica, composta de rios, igapós e florestas, é contemplada pelo ribeirinho como uma dupla realidade: imediata e mediata. A imediata possui a função material, lógica e objetiva. Em contrapartida, a mediata possui a função mágica, mítica e imaginária. Segundo a autora na percepção do ribeirinho sobre o lugar onde vive, há uma superposição dessas duas realidades (material e imaginária). Por vezes, esse mito serve como mecanismo de proteção aos recursos deste local, limitando a entrada de estranhos e disciplinando e criando regras para os próprios comunitários.

### 2.2.3 VIDA SOCIOPOLÍTICA

O melhor amigo do povo é o próprio povo organizado.

Graciliano Ramos

Esta parte da tese pretende apresentar a forma de organização das comunidades ribeirinhas da Floresta Estadual de Maués. Ianni (1973) afirma que a "organização social implica algum grau de unificação, ou união de diversos elementos numa relação comum" (p. 41). Quando perguntado sobre a organização da comunidade, seu Genival explicitou:

A gente procura se organizar internamente, tem o coordenador de comunidade, tem o vice-coordenador, o secretário e o tesoureiro, tanto da comunidade quanto da associação a comunidade também tem o estatuto. Atualmente nós temos um bom coordenador, eu não estou só falando porque ele é meio próximo, mas tanto o coordenador como o vice formaram uma equipe muito boa na nossa comunidade. Eu tenho observado que essa é a melhor equipe de trabalho que representa a nossa comunidade. O coordenador entrou em consenso com vice-coordenador. Enquanto o coordenador trabalha fora, uma exemplo é quando é preciso reunir com a prefeitura, com alguma secretaria, o vice assumiu a responsabilidade de trabalhar na comunidade, nos trabalhos, nas reuniões, então foi uma boa organização essa diretoria que entrou na nossa comunidade. A gente também se organiza através de associação, da igreja e outros grupos de trabalho. (Genival, comunidade Monte Sinai)

Todas as comunidades estudadas apresentam uma organização de liderança similar composta por um coordenador, vice-coordenador, tesoureiro e secretário, onde cada um possui uma função estabelecida por cada comunidade.

Na Floresta Estadual de Maués foi identificado a importância da igreja católica para formação de lideranças políticas. O Conselheiro Gilearde enfatizou a importância da igreja católica na organização das comunidades ribeirinhas,

A igreja católica sempre promove o encontro das comunidades, onde junta todos os setores, nesse encontro sempre é falado sobre organização e o que fazer para as comunidades melhorarem. Por exemplo, o grupo de jovens, eu sou um líder de jovem da igreja, Pastoral da Juventude, e o papel desse grupo é incentivar a juventude, conscientizar a juventude a se unir, as famílias se unirem, nós trabalhamos em cima disso. (Gilearde, comunidade São João)

A importância da igreja também foi relatada por outras lideranças comunitárias e afirmam que a mesma tem contribuído para a organização política nas comunidades. A

influência da igreja também se estende para legitimar as lideranças nas comunidades, foi relatado pelos ribeirinhos que eles fazem a eleição, mas o processo eleitoral só é validado quando há concordância da igreja católica.

Para Demo (1993) a organização da sociedade civil é entendida como a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização. A ideia de organização social está ligada ao processo social, à ideia de mudança, de arranjo do comportamento dos indivíduos na construção da vida social. Nas comunidades ribeirinhas estudadas foi identificada participação em: associações, cooperativas, sindicato, colônia de pescadores e partido político.

No que concerne às associações, foram identificadas 27 instituições formalmente legitimadas. Das 27 associações, 10 foram criadas no período de 2004 a 2015, incentivadas pelo Estado com apoio de ONGs como Ibens e FAS, a qual desenvolveram um trabalho de organização política e oficinas sobre formalização de associações. Essa busca por formalização nos últimos anos justifica-se pela criação da Floresta Estadual de Maués que só reconhece as associações formalmente constituídas e o repasse de recurso para as comunidades também ocorre por intermédio das associações legalizadas sob a ótica jurídico-formal.

Tabela 10: Organização Política

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	SIGLA	RIO	DATA DE FUNDAÇÃO	STATUS
Associação Agroextrativista Alto Apocuitaua e Cicantá	ASAC	Rio Cicantá	17/08/2005	Ativa Tem representante no COGEF
Associação Agroextrativista dos Comunitários Rurais Florestais da Santa Maria Boca do Cicantá	ASCEF	Rio Cicantá	05/11/2005	Ativa
Associação Comunitária Agrícola Agroextrativista da Liberdade do Alto Apocuitaua	ASCALBA	Apocuitaua	25/04/1994	Irregular
Associação do Produtores Agroextrativistas da Comunidade Liberdade	ASPRACOL	Apocuitaua	19/06/2014	Ativa
Associação de Pais e Mestres da Comunidade Liberdade	APMC	Apocuitaua	Não informado	Ativa
Associação de Pais e Mestres da Comunidade Santo Antônio do Pucu	APMC	Apocuitaua	Não informado	Ativa
Associação de Pais e Mestres da Comunidade São Raimundo	APMC	Apocuitaua	Não informado	Ativa
Grupo de Mulheres da Comunidade São Sebastião do Pajurá	MULHERES EM AÇÃO	Apocuitaua	15/04/2010	Ativa
Associação Agroextrativista do Monte Sinai do Rio Pacoval	ASAEMS	Rio Pacoval	2005	Ativa
Associação dos Produtores Agroextrativistas da Floresta de Maués	ASPAFEMP	Parauari	10/11/2004	Ativa Tem representante no COGEF
Associação Comunitária Agrícola do Santo Antônio de Mucajá	ASCASAM	Parauari	2004	Irregular
União de Mães de Mucajá	UMM	Parauari	25/04/2005	Ativa
Associação de Produtores da Comunidade Menino Deus do Acaoera	ASPROMED	Parauari		Irregular
Associação de Pais e Mestres da Comunidade Santo Antônio de Mucajá	APMC	Parauari	Não informado	Ativa
Associação de Pais e Mestres da Comunidade Menino Deus do Acaoera	APMC	Parauari	Não informado	Ativa
Associação de Pais e Mestres da Comunidade Monte Sinai	APMC	Parauari	Não informado	Ativa
Associação de Pais e Mestres da Comunidade Vila Darcy	APMC	Parauari	Não informado	Ativa
Associação de Pais e Mestres da Comunidade Vila	APMC	Parauari	Não informado	Ativa

<b>Nova Maringá</b>				
<b>Associação de Artesãos da Comunidade Menino Deus do Acaoera</b>	AACMDA	Parauari	2014	Em fase de legalização
<b>Associação dos moradores da Floresta Estadual de Maués</b>	AMAFLOEMA	Parauari	2015	Em fase de legalização
<b>Associação Comunitária da Comunidade Santa Marta</b>	ACCSM	Paraná do Urariá	Não informado	Ativa
<b>Associação Comunitária da Comunidade São Pedro</b>	ACCSP	Paraná do Urariá	Não informado	Ativa
<b>Associação dos Moradores de Monte Sinai de Ituense</b>	AMMSI	Paraná do Urariá	Não informado	Ativa
<b>Associação de Produtores Rurais da Comunidade Menino Deus Vila Borges</b>	APROCOMD	Paraná do Urariá	1993	Irregular
<b>Associação de Produtores Rurais da Vila Sião</b>	APROVIS	Paraná do Urariá	1995	Ativa
<b>Associação Comunitária Agrícola Comunitária do Rio Paraconi</b>	ASCARPANI	Paraconi	1995	Ativa
<b>Associação de Pais e Mestres da Osório da Fonseca</b>	APMC	Paraconi	Não informado	Ativa

Fonte: Lira, 2016.

Para receber os recursos da FAS foi escolhida 1 (uma) associação-mãe por calha de rio, no rio Parauari a associação escolhida foi ASPAFEMP e no rio Apocuitaua foi escolhida a ASCALBA. Essas associações foram responsáveis por representar as comunidades junto a FAS e receber e gerenciar os recursos do Programa Bolsa Floresta. No decorrer do processo, a ASCALBA apresentou problemas de documentação e todo recurso foi repassado para a ASPAFEMP.

Foi relatado pelos conselheiros que a maioria das comunidades não se sentem representadas pela ASPAFEMP, bem como foi relatado problemas no gerenciamento de recursos. Conforme relatos dos conselheiros houve muitos problemas tanto na implantação de infraestrutura nas comunidades quanto na implantação dos empreendimentos comunitários.

O recurso veio pra associação ASPAFEMP, veio diretamente pra associação, a FAS deposita pra associação ASPAFEMP pra gerenciar esse recurso. Essa associação, a diretoria, é toda do outro rio e a gente tem muitas críticas porque as coisas veio para as comunidades, chagaram todas incompletas, a gente não sabe pra onde foi o dinheiro. Eu digo assim, porque lá na nossa comunidade nós temos um centro social, né, eu participo das reuniões, veio R\$ 16.000,00 para cada comunidade no projeto do Bolsa Social, e lá na comunidade se foi gasto 8.000,00 desse dinheiro foi muito, então foi 50%, isso se foi gasto tudo isso, daí a gente faz um balanço, e quem construiu tudo foi a comunidade, e faltou material, aí a comunidade deu jeito pra construir praticamente a metade, então isso eu fico pensado, se eu pego R\$ 16.000,00 para construir centro social, nós tinha feito da melhor forma possível muito melhor do que está feito. Na nossa avaliação, eles não fizeram um bom gerenciamento do recurso e tem críticas de todas as comunidades. (Sr. Genival, comunidade Monte Sinai)

A diretoria da ASPAFEMP é composta de pessoas que residem na calha do rio Parauari, tendo em vista minimizar os conflitos algumas lideranças dos dois rios propuseram a criação da Associação dos moradores da Floresta Estadual de Maués (AMAFLOEMA), a qual no período da pesquisa estava em fase de formalização.

Nesse sentido, a sociedade civil organiza-se constituem enquanto mecanismo de participação social, pois supõe ações coletivas diante de objetivos definidos pela população, como mobilização, trabalhos em grupo e na luta por melhoria das condições de vida, manifestando-se através das várias formas de organização social. Podem lançar elementos que predisponham a população a uma posterior reflexão e ação sobre seu cotidiano, sendo assim, são processos valiosos que contribuem qualitativamente no processo de emancipação política.

Outra forma de organização identificada foi a cooperativa, no rio Parauari foi identificado a participação de 1 (uma) comunidade na Cooperativa Aguamã com a procedência na sede de Maués, conforme informações da liderança esse cooperativa trabalha com a venda do guaraná. Valadares (2006), que conceitua cooperativa enquanto empreendimento econômico, controlado por seus usuários, onde se realiza a intermediação dos interesses econômicos destes com o mercado, e que distribui benefícios e custos à proporção da utilização que esses usuários-proprietários fazem dos serviços a eles disponibilizados.<sup>18</sup>

Nas comunidades foi identificado a atuação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Uma delegada da Secretaria da Mulher, vinculada ao sindicato, reside em uma comunidade dentro da Floresta Estadual de Maués e realiza o trabalho de sensibilização junto às mulheres trabalhadoras ribeirinhas.

Eu participo do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, sou delegada das mulheres e participo também do movimento de mulheres, eu fui ano passado para as Marcha da Margaridas em Brasília com lema: as Margaridas seguem em frente por um desenvolvimento sustentável com democracia, justiça, autonomia e liberdade. Quando eu falo de autonomia eu falo para as companheiras se unir e começar a vender alguma coisa, serve pra gente, serve pra nossa família, serve para a comunidade. Esse é um grande desafio, as mulheres ainda são muito acomodadas e a nossa luta é para que elas saiam desse comodismo. Antes de nós, muitas mulheres lá atrás morreram queimadas né, hoje, é a nossa vez de lutar em memória dessas mulheres que deram o primeiro passo, então é um desafio desde que eu entrei na luta em 2006 e até agora não desistir. Eu trabalho com as mulheres nas comunidades para elas conquistarem sua autonomia, sem depender dos maridos e eu digo para elas, vocês tem que ser libertas. (Dona Maria, Comunidade Novo Paraíso)

Além de participar do sindicato, Dona Maria ressaltou que participa do Movimento de Mulheres Margaridas, Quando perguntado sobre as contribuições do sindicato na sua vida, Dona Maria ressaltou que:

O sindicato foi uma coisa muito importante na nossa vida, de adquirir esse grande conhecimento, fazendo cursos sobre empoderamento de lideranças, organização política, entre outros, o que deixou a gente mais forte e porque eles falam de uma educação popular e isso é muito importante à gente saber e entender o que é que uma sociedade organizada e o que é uma sociedade não organizada. (Dona Maria, Comunidade Novo Paraíso)

---

<sup>18</sup> Em sua origem, o cooperativismo tem raízes no socialismo utópico, conceituado como uma forma de enfrentamento dos problemas sociais da classe operária, e surge na Inglaterra, no ano de 1844, a primeira cooperativa, no bairro de Rochdale, com o objetivo de encontrar um meio para melhorar sua precária situação econômica. No entanto, a doutrina cooperativa foi desenvolvida na França, pelo professor de economia política Charles Gide (SILVA, 1992 p.57).

Observa-se que o sindicato tem contribuído para formação de lideranças e organização sociopolítica nas comunidades ribeirinhas, na fala da Dona Maria é evidente o da importância da organização para emancipação. Dona Maria ressaltou também que antes de atuar no sindicato ela participou da Pastoral da Terra o qual ajudou ela ter uma percepção política.

A Colônia de pescadores também tem atuação na Floresta Estadual de Maués, conforme informações da presidente da Colônia existem 12 pescadores cadastrados que residem na Floresta Estadual de Maués. O baixo número de pessoas vinculadas a Colônia é justificado pelo fato de a grande maioria dos ribeirinhos se consideram agricultores e preferem se vincular ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou as associações de agricultores.

No que se refere a partidos políticos foi identificado a filiação de dois conselheiros comunitários e uma liderança comunitária. Entre os partidos citados destacam-se o Partidos dos Trabalhadores (PT) e o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Os conselheiros enfatizaram que comunitários não se interessam muito pela filiação em partidos políticos, mas no período da política há um grande envolvimento, principalmente das lideranças comunitárias, que barganham com os candidatos políticos algum benefício para as comunidades. Gramsci (2004) entende o partido político como o novo príncipe, conforme Coutinho (2014) esse moderno príncipe é o agente da vontade coletiva transformadora, e não precisa ser inventado, “já foi dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político” (p. 167).

O Entrevistado G fez uma análise sobre a organização política das comunidade da Floresta Estadual de Maués,

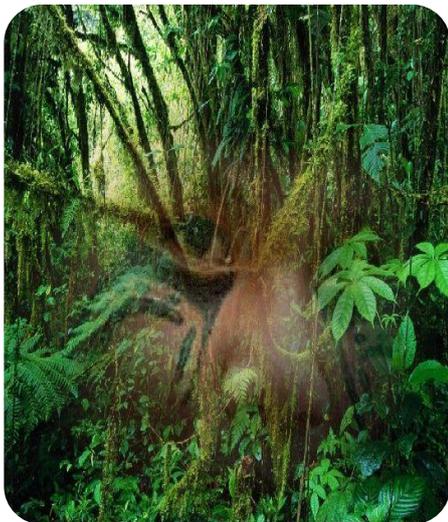
Maués é um município extremamente católico, aonde as bases sociais foram trabalhadas de forma diferenciadas de outras regiões, o empoderamento social foi realizado de forma diferente, a conduta de exigir e de cobrar dos órgãos não foi bem trabalhada [...]. O Conselho precisa amadurecer muito partindo da organização social das próprias comunidades, enquanto elas não entenderem que essa participação é importante, as coisas vão continuar demorando muito para acontecer. [...] Ninguém procura saber de nada, buscar informação, ninguém nunca veio no órgão gestor para saber o que aconteceu, saber quando vai ter um gestor no local para voltar a reestruturar o que tinha sido iniciado, então enquanto eles não tiverem essa tomada de decisão as coisas vão continuar quieta. A nível de governo está muito bom todo mundo quieto, menos trabalho. (Entrevistado G)

O entrevistado G avalia que em relação à organização política as comunidades ribeirinhas da Floresta Estadual de Maués ainda possuem uma atuação passiva para

exigir e reivindicar melhores condições de vida e para cobrar que as políticas públicas sejam implementadas como se deve.

Entende-se que a organização política é o ponto de partida para que o Conselho Gestor seja bem operacionalizado, caso contrário vão só reproduzir as relações de poder.

# CAPÍTULO 3



**FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS:  
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE  
PAPEL OU DE CARNE E OSSO?**

## **CAPÍTULO III: FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS: UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE PAPEL OU DE CARNE E OSSO?**

### **INTRODUÇÃO**

O estabelecimento de Unidades de Conservação tem se mostrado um importante instrumento para proteção da biodiversidade e dos recursos naturais. Conciliar essa proteção com a presença humana e sua necessidade de desenvolvimento econômico, social e cultural é o objetivo de algumas categorias de UCs, inclusive das Florestas Estaduais.

Ao partir do pressuposto de que o SNUC/SEUC estabelece que para realizar a gestão de Unidade de Conservação são necessários dois instrumentos, quais sejam: o Plano de Manejo e o Conselho Gestor, entende-se que esse dois instrumento é que dão vitalidade para que uma unidade de conservação possa sair do papel. Nesse sentido, o objetivo desse capítulo é analisar a participação social dos ribeirinhos no Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués, seus limites e potencialidade na gestão dessa UC.

A participação social das comunidades ribeirinhas é entendida neste trabalho como uma condição para que as unidades de conservação se tornem de carne e osso e tenham êxito na sua implementação, os conselhos gestores são o canal criado pelo Estado para haver esse diálogo com a sociedade civil.

O capítulo foi estruturado da seguintes forma: na primeira parte será apresentado uma etnografia do conselho gestor da Floresta Estadual de Maués, na segunda parte será analisado as relações de poder que atravessam o COGEF, na terceira parte a participação social do ribeirinhos e na última parte a reinvenção sociopolítica da Floresta Estadual de Maués.

### **3.1 CONSELHO GESTOR DA FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS**

O debate sobre a democratização da gestão por meio de canais de participação foram um dos principais temas discutidos na elaboração da Constituição de 1988, momento em que se restaurava a democracia no país. A partir da Constituição Federal, a

participação da comunidade foi incorporada como uma diretriz a ser seguida nas ações e serviços públicos em diversas áreas. Os processos participativos converteram-se, assim, em recurso estratégico do governo democrático, da boa gestão e da formulação de políticas públicas.

Conforme Gohn (2011), no contexto dos anos 1990, a participação passou a ser vista sob o prisma de um novo paradigma – como Participação Cidadã, baseada na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e numa nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado. A participação passou a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública. A sociedade civil não é o único ator social passível de inovação e dinamização dos canais de participação, mas a sociedade política, por meio das políticas públicas, também passa a ser objeto de atenção e análises. A principal característica desse tipo de participação é a tendência à institucionalização, entendida como inclusão no arcabouço jurídico-institucional do Estado, a partir de estruturas de representação criadas por leis. Dentre os principais espaços de participação criados no processo decisório federal, destacam-se:

Quadro 13: Principais espaços de participação social e diálogos existentes na administração pública federal

Espaços de participação	Descrição
Conselhos de Política Pública	Conselhos são espaços participativos, que podem ser tanto consultivos como deliberativos, nos quais é prevista certa permanência no tempo. São compostos por representantes do poder público e da sociedade civil, esta podendo ser dividida em diferentes segmentos. Os conselhos têm como finalidade incidir nas políticas públicas de determinado tema, e suas atribuições variam nos diversos contextos.
Conferências de políticas públicas	São eventos que ocorrem com periodicidade específica (geralmente bianual) nos quais as principais questões e direcionamentos normativos de áreas temáticas em políticas públicas são determinadas. As conferências ocorrem geralmente nos três níveis de governo, municipal, estadual e nacional, sendo que, a cada nível, problemáticas correlatas são discutidas e, conforme o avançar das negociações, levadas ao próximo nível. A participação é aberta ao público, ainda que, em geral, nos níveis estadual e nacional, apenas delegados escolhidos no âmbito das conferências do nível anterior tenham poder de voto.
Ouvidoria Pública	A ouvidoria pública deve ser compreendida como uma instituição que auxilia o cidadão em suas relações com o Estado. Deve atuar no processo de interlocução entre o cidadão e a Administração Pública, de modo que as manifestações decorrentes do exercício da cidadania provoquem contínua melhoria dos serviços públicos prestados. A existência de uma unidade de ouvidoria na estrutura de um órgão público pode estreitar a relação entre a sociedade e o Estado, permitindo que o cidadão participe da gestão pública e realize um controle social sobre as políticas, os serviços e, indiretamente, os servidores públicos.

	A ouvidoria tem por propósito, portanto, buscar soluções para as demandas dos cidadãos; oferecer informações gerenciais e sugestões ao órgão em que atua, visando o aprimoramento da prestação do serviço, além de contribuir para a formulação de políticas públicas. (Ouvidoria-Geral da União, 2012)
Audiências públicas	Audiências públicas são encontros públicos presenciais, promovidos pelo governo em torno de temáticas específicas, com o objetivo de discutir aspectos concernentes a uma determinada política, sendo aberta a participação dos indivíduos e grupos interessados. É muito comum, por exemplo, a realização de audiências públicas na área ambiental, quando, em geral, o governo está obrigado a analisar os impactos não apenas ambientais, mas também sociais, de determinados projetos e, por isso, resolve consultar a sociedade acerca de suas principais opiniões e demandas para o caso específico.
Consultas públicas	As consultas públicas são instrumentos bastante semelhantes às audiências públicas, principalmente no que tange à compreensão das principais demandas e reclamos da sociedade em questões bastante específicas. No entanto, a principal diferença da consulta pública é que sua estruturação não se dá presencialmente, mas através de ferramentas de votação e colaboração a distância, como internet e telefone. Grosso modo, é possível observar sua utilização relativamente frequente por parte de agências reguladoras e também na área da saúde. A Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça tem utilizado processos de consulta online para viabilizar o debate com e entre todos os cidadãos interessados nas propostas legislativas em análise naquele órgão. Desde 2009, já foram objeto de consulta neste novo formato, o marco civil da internet, além dos temas classificação indicativa, proteção de dados pessoais, o Código de Processo Civil e o Código Comercial (Ministério da Justiça, 2012).
Grupos de Trabalho	Espaço de debate e proposição sobre um tema específico ou de acompanhamento de um processo político. Podem existir grupos de trabalho estritamente governamentais (com a presença de representantes da sociedade civil como convidados); grupos de trabalho paritários; e grupos de trabalho cuja maioria dos integrantes são representantes da sociedade. Em geral, são criados por algum instrumento normativo (decreto, portaria etc) que define seus objetivos, prazo de funcionamento e composição. Dois exemplos de grupos de trabalho: Grupo de Trabalho formado para organizar a 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos que produziu diretrizes para a construção do III Programa Nacional de Direitos Humanos e Grupo de Trabalho sobre o Marco legal das organizações da sociedade civil.
Reuniões	São espaços comuns de participação não institucionalizada nos quais organizações da sociedade civil, sindicatos, movimentos sociais, empresários, entre outros, estabelecem um diálogo presencial com representantes do poder público sobre determinada agenda. Esse espaço permite a interação com grupos específicos, apresentação de demandas, negociação, recebimento de informações etc.
Mesas de negociação ou Mesas de diálogo	Essa nova interface estabelecida entre os âmbitos do Estado e da sociedade constitui, via de regra, iniciativa do próprio governo em resposta à representação e/ou demandas de entidades ou movimentos sociais com fins de solucionar eventuais e/ou potenciais conflitos [...]. Esse tipo de experiência tem caráter de ineditismo no país. Três tipos de mesas ocorreram no governo Lula, variando tanto em temática quanto em desenho e/ou dinâmica: a Mesa Nacional de Negociação Permanente com os Servidores Públicos, instituída em 2003; a Mesa de Negociação do Salário Mínimo, instituída em 2005; e a Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, instituída em 2008.
PPAs	Em 2003, o governo federal estabeleceu, em conjunto com diversas redes

participativos	e fóruns de organizações da sociedade civil e movimentos sociais, um processo participativo pioneiro de participação popular no Plano Plurianual (PPA 2004-2007). Foram realizadas plenárias nos 27 estados da federação. Em 2011, o governo federal iniciou um novo processo participativo na formulação da dimensão estratégica e no estabelecimento de uma sistemática de monitoramento participativo do PPA 2012-2015. Esse processo tem se dado por meio da criação de um espaço de participação chamado Fórum Interconselhos, que conta com a presença de representantes da sociedade civil de diversos Conselhos Nacionais, assim como outras organizações, redes e movimentos sociais.
----------------	--

Fonte: GRAU, Cunill, 2010.

Na área ambiental, o cenário de redemocratização do Estado Brasileiro somados as influências da Rio-92, vão se traduzir em mudanças substantivas na política ambiental. Nas unidades de conservação, as transformações do discurso ambientalista vão influenciar tanto a forma de pensar essas áreas como as estratégias para sua gestão. Apesar de ainda existir um intenso debate entre as posições originais, preservacionistas extremos de um lado e os conservacionistas e socioambientalistas de outro, os órgãos internacionais e nacionais já passam a incorporar em seus discursos e programas a necessidade de considerar a participação social dos povos e comunidades locais no que concerne a criação, implementação e gestão das UCs.

Isso pode ser observado no Brasil por meio dos diversos seminários que ocorreram com o objetivo de discutir e avaliar experiências de participação social em UCs. Hermman & Costa (2016) citam alguns destes eventos: O “workshop” “Diretrizes Políticas para as unidades de conservação” (1994), o seminário “Parcerias e co-gestão em unidades de conservação” (1996), o seminário “Unidades de conservação no Brasil: aspectos gerais, experiências inovadoras e a nova legislação (SNUC)” (1996), a publicação, pelo Ibama, do “Marco conceitual das unidades de conservação federais do Brasil” (1997), a “Oficina sobre gestão participativa em unidades de conservação” (1998).

Embora tenha havido avanços, os eventos detectavam uma necessidade de conceitos e métodos mais claros de participação e, por meio das avaliações das experiências, ressaltou-se que o tema estava presente no discurso mas encontrava grande dificuldades na prática, principalmente pela falta de entendimento e comprometimento dos órgão gestores das unidades.

As temáticas relacionadas à participação social também tiveram destaque nas discussões sobre o SNUC. Muitos autores destacam o processo de constituição do SNUC como uma importante arena de discussões sobre a problemática das UCs no

Brasil. Santilli (2004) explicita que, nesse processo, o pensamento socioambientalista acabou por exercer uma relevante influência neste sistema que rege as unidades de conservação brasileiras. No processo de discussão do SNUC, o grupo socioambientalista defendeu a necessidade de compreender o meio ambiente como um todo integrado, com seus aspectos humanos e naturais coexistindo de maneira equilibrada e harmônica. Por isso, a conservação, para eles somente pode ter êxito se contar com a participação dos povos e comunidades tradicionais.

Formalmente, a participação social foi garantida na criação, implementação e gestão de unidades de conservação com a instituição do SNUC (Brasil, 2000).

Capítulo II, art. 5o:

O SNUC será regido por diretrizes que: [...] III – assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; [...] V – incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional; [...] IX – considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais.

O Plano Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006), que norteia as ações a serem empreendidas em áreas protegidas, dentre elas as UCs, também incorporou avanços relacionados à gestão participativa, tais como: o reconhecimento do papel dos conselhos como estratégicos para a consecução do objetivo de “aprimorar o planejamento e a gestão do SNUC”; tem como um de seus princípios a “promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas”; e possui como uma diretriz “assegurar o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para a criação e para a gestão das áreas protegidas, garantindo o respeito ao conhecimento e aos direitos dos povos indígenas, comunidades quilombolas e locais”.

De acordo com Torres e Mesquita (2002), a gestão participativa abre portas para novas relações entre o Estado e a sociedade civil representando não só um exercício de cidadania, mas a oportunidade de se abrir discussões amplas envolvendo diferentes esferas, representando todas elas um importante papel na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável.

Loureiro e Cunha (2008) destacam que a incorporação da gestão participativa na política ambiental, trouxe os seguintes avanços: legitimação do avanço democrático que representam tais espaços públicos no âmbito das políticas de conservação e proteção; compartilhamento de responsabilidades na proteção da UC, otimizando recursos e aprimorando ações; estabelecimento de relações entre a UC e o seu entorno, buscando integrar questões, ampliar a compreensão da realidade e resolver problemas de forma mais efetiva; valorização da cultura local e os modos alternativos e sustentáveis de organização e produção; garantia do diálogo com os agentes sociais envolvidos com a gestão e o acesso deles às informações estratégicas; e garantia do diálogo com aqueles que são afetados pela criação da UC, seja por passarem a obedecer a normas específicas à categoria escolhida, seja por serem colocados em situação de ilegalidade com a criação de Unidades de Conservação de proteção integral, em locais anteriormente habitados.

Em consonância com Loureiro e Cunha (2008), a institucionalização de conselho gestor em unidade de conservação com a participação da população local reflete a necessidade da gestão do conflito ambiental que marca a história dessas unidades. O conselho gestor neste caso, é um instrumento da gestão ambiental, definida como:

[...] um processo de mediação de interesses e conflitos entre diferentes atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído. Este processo define e redefine, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também como se distribuem os custos e os benefícios decorrentes de suas ações (QUINTAS, 2000, p. 125).

Os conselhos podem desempenhar conforme o caso, funções de fiscalização, de mobilização, de deliberação ou de consultoria. A função fiscalizadora dos conselhos pressupõe o acompanhamento e o controle dos atos praticados pelos governantes. A função mobilizadora refere-se ao estímulo à participação popular na gestão pública e às contribuições para a formulação e disseminação de estratégias de informação para a sociedade sobre as políticas públicas. A função deliberativa, por sua vez, refere-se à prerrogativa dos conselhos de decidir sobre as estratégias utilizadas nas políticas públicas de sua competência. A função consultiva relaciona-se à emissão de opiniões e sugestões sobre assuntos que lhe são correlatos (CGU; 2008).

Conforme Decreto nº 4.340/2002, que regulamenta o SNUC, em seu Artigo 17, as categorias de unidades de conservação poderão ter conselho consultivo ou

deliberativo que serão presididos pelo chefe da unidade de conservação o qual designará os demais conselheiros indicados pelos atores a serem representados.

O Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués possui a função consultiva, sendo presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e por representantes das populações tradicionais residentes (AMAZONAS, 2004). O Conselho Consultivo tem como atribuição o aconselhamento desse órgão e a emissão de parecer sobre todas as questões que lhe forem colocadas.

#### **Box 4 – Conselho Gestor**

A utilização do conselho na gestão pública ou em coletivos organizados da sociedade civil não é novidade, conforme Gohn (2011) os conselhos são uma invenção tão antiga quanto à própria democracia participativa. A autora destaca os conselhos que se tornaram famosos na história: a Comuna de Paris, os conselhos dos soviets russos, os conselhos operários de Turim – estudados por Gramsci –, alguns conselhos na Alemanha nos anos 1920, conselhos na antiga Iugoslávia, nos anos 1950 e os conselhos atuais na democracia americana.

Observa-se que na modernidade os conselhos irrompem em épocas de crises políticas e institucionais, conflitando com as organizações de caráter mais tradicionais. De acordo com Gohn (2011) os conselhos operários e os populares, em geral, rejeitavam a lógica do capitalismo, buscavam outras formas de poder, autônomo, descentralizados, com autonomia e autodeterminação.

Arendt (1973) ao analisar os conselhos, parte do pressuposto de que estes são a única forma possível de um governo horizontal; um governo que tenha como condição de existência a participação e a cidadania. O debate sobre os conselhos como instrumento de exercício da democracia é um tema da agenda de propostas para a gestão pública, tanto entre os setores liberais como entre os da esquerda. A diferença é que eles são pensados como instrumentos ou mecanismos de colaboração, pelos liberais, e como vias ou possibilidades de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder, pela esquerda.

No Brasil, as primeiras experiências de conselhos ocorreram no final da década de 1970. Os debates que permearam a cena política nas décadas de 1970-80 tinha como núcleo a questão dos conselhos e participação popular. Reivindicada pela sociedade civil ao longo das décadas de lutas contra o regime militar, havia vários entendimentos sobre o seu significado. Nesse contexto, a participação popular foi definida, como esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlam a vida em sociedade. Esses esforços deveriam partir fundamentalmente da sociedade civil organizada em movimentos e associações comunitárias. O povo, os excluídos dos círculos do poder dominante eram os agentes e os atores básicos da participação popular (GOHN, 2011).

Para Avritzer (2007) os conselhos gestores são uma consequência do princípio da participação da sociedade civil na elaboração e implementação de políticas públicas relativas aos direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal. Para o autor os conselhos gestores encontram-se regulados por leis ordinárias que integram o ordenamento jurídico brasileiro, configurando uma arquitetura institucional híbrida na medida em que privilegia a combinação entre representação e participação.

Os conselhos gestores são considerados por Luchman (2002) como arranjos institucionais que caracterizam as novas possibilidades de relação entre o Estado e sociedade civil no âmbito da democracia participativa. Conforme Gohn (2011), os Conselhos são “canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos” (p.07). Considera-se como uma das principais novidades no que tange a experiência de democracia participativa no Brasil contemporâneo, podem ser encontrados na maioria dos municípios brasileiros. Geralmente articulados nos três níveis de governo, os conselhos abrangem uma ampla gama de políticas públicas. Representam um excelente contributo para o aprofundamento da relação Estado-Sociedade.

A Lei do SNUC traça, em linhas gerais, sobre a composição dos Conselhos Gestores em Unidades de Conservação, determina que os mesmos sejam presididos pelo órgão responsável pela administração das unidades de conservação e constituídos por representantes dos Órgãos Públicos, de organizações da Sociedade Civil e, quando for o caso, de populações tradicionais residentes e de proprietários de terra, conforme se dispuser no regulamento e no ato de criação das unidades (MMA, 2004).

Em geral, um Conselho de gestão pode nascer de duas maneiras: uma por iniciativa da própria UC, visando cumprir o SNUC. A outra é a partir da mobilização de atores sociais interessados em participar da gestão da UC. O entendimento deste processo, tanto em sua gênese, quanto no seu desenvolvimento, a partir de experiências concretas realizadas no país, é fundamental para compreender a própria estrutura e funcionamento atual dos Conselhos e as ações que deles decorrem.

A primeira proposta de Conselho Gestor para a FLORESTA de Maués foi fomentada, conforme entrevistado G, em 2003, nesse período a referida UC era subordinada a AFLORAM. Diversas reuniões foram promovidas com a finalidade de compô-lo. Os conselheiros chegaram a ser escolhidos, mas nenhuma portaria foi publicada oficializando as suas atividades.

Com a extinção da AFLORAM, a criação do Conselho da FLORESTA de Maués foi esquecida, sendo esta, retomada pela SDS e IPAAM, em 2009. O CEUC possuía pouquíssima informação sobre a composição do primeiro conselho. Por conta disso, o considerou extinto e reiniciou, em 2009, a mobilização para (re)criação de um novo conselho, tendo a frente, integrantes do Departamento de Populações Tradicionais/CEUC.

Em março de 2009, foi realizada uma primeira oficina com lideranças comunitárias, buscando sensibilizá-las em relação ao processo que seria desencadeado pelo CEUC e da importância da participação das comunidades no Conselho Gestor. Como produto da oficina, as lideranças comunitárias acabaram por definir a forma de representatividade dos moradores da UC no seu Conselho Gestor, a partir da organização das comunidades ribeirinhas por setores. O modelo de divisão por setores foi criado no âmbito do CEUC, para facilitar a participação das comunidades no Conselho, conforme o relato do Entrevistado A:

O próprio modelo né, que está proposto no SNUC ele já deixa muito claro, com base na lei ambiental a relação da governabilidade por parte do Conselho Gestor da Unidade de Conservação, então não existe uma determinação, mas existe uma recomendação da qualidade, uma recomendação da participação social por meio da sociedade civil organizada, mas também por meio de representante comunitário que não tem uma regra muito amarrada com relação a essa participação e a gente convencionou no macroprocesso que essa participação seria setorizada. Então, uma atividade, um perfil, uma característica nossa na gestão de UCs, é que essa UC juntamente com os moradores e usuários ela é dividida em setores e aí esses setores não estão relacionados com o distanciamento e deslocamento, tem uma série de fatores né, que faz esse agrupamento por setores e esses setores tem representatividade no conselho. (Entrevistado A, assessor do DEMUC).

As 21 comunidades envolvidas no processo de criação do Conselho da Floresta Estadual de Maués em 2009, foram organizadas em oito setores. (Figura 27).

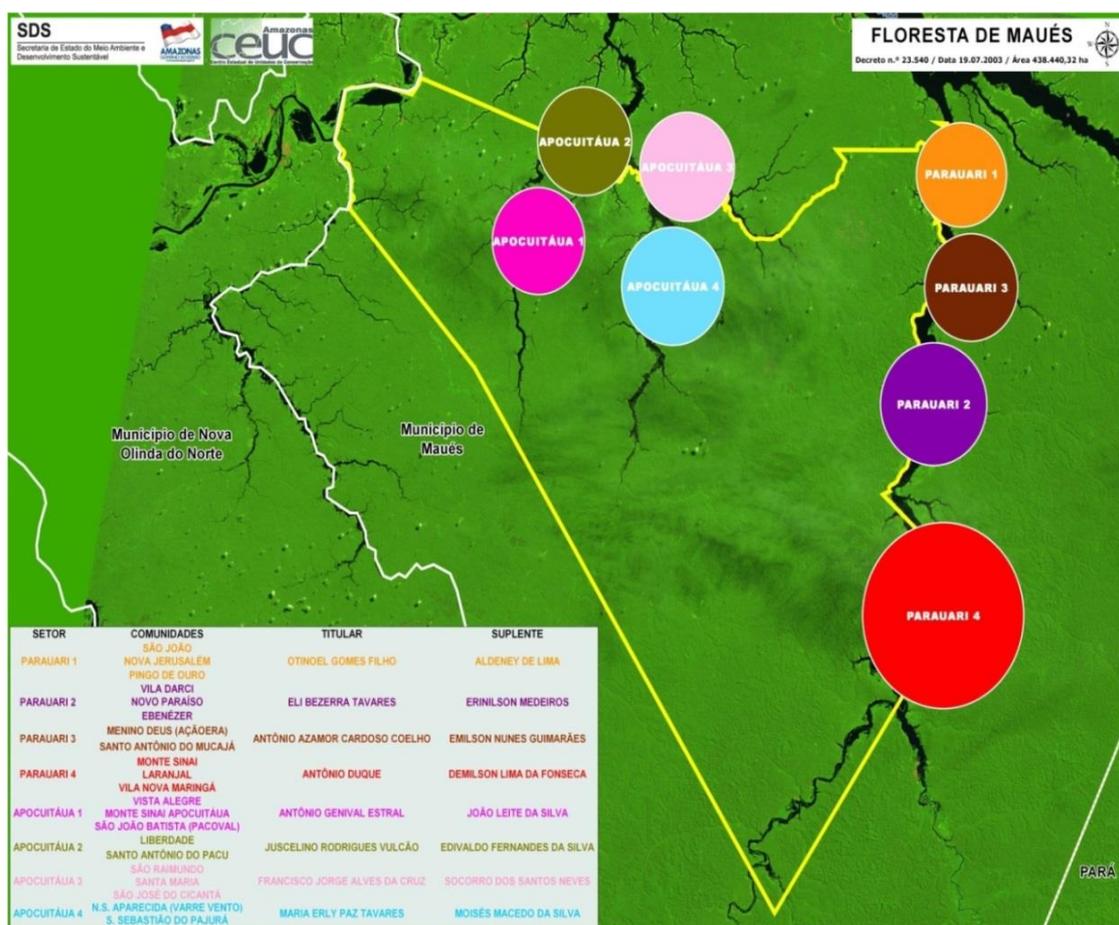


Figura 27: Mapa da FLORESTA de Maués com destaque para divisão dos setores da COGEF.  
Fonte: CEUC, 2009.

Conforme o relatório do CEUC, entre abril e maio 2009 foram realizadas as oficinas setoriais nos 8 setores definidos durante a oficina de março. As oficinas setoriais tiveram como objetivos levar esclarecimentos sobre a UC, seu Conselho Gestor e o papel do conselheiro, fazer o levantamento institucional da UC e definir os

conselheiros comunitários dos setores. Desta forma, ficando definida a representatividade das comunidades e seus conselheiros, era necessário avançar no processo definindo quais instituições que, juntamente com as comunidades, participariam do Conselho Gestor.

Nos dias 05 e 06 de agosto, na sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Maués (PETI), realizou-se a oficina para a escolha das instituições que comporiam o Conselho da Floresta Estadual de Maués, no qual participaram 57 pessoas representantes de instituições locais e conselheiros eleitos dos setores e representantes de comunidades da FLORESTA de Maués. Após essa oficina, ficou definida a primeira composição do conselho gestor da Floresta Estadual de Maués. (Figuras 28 e 29)



Figuras 28 e 29: Fotos da oficina para composição do COGEF em 2009.  
Fonte: Lira, 2009.

A gestão de uma unidade de conservação leva em conta a interação entre várias entidades que compõem o Conselho Deliberativo ou Consultivo e as metas e atividades previstas em um plano de manejo.

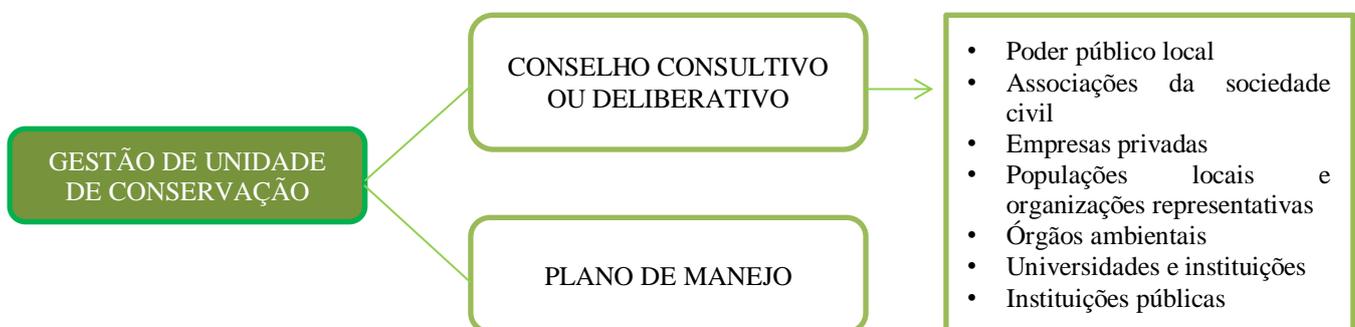


Figura 30: A gestão de uma unidade de conservação e a interação entre várias entidades.  
Fonte: Lira, 2009.

Com relação à composição do conselho, foi relatado pelo órgão gestor que no momento de definir a composição do conselho “leva-se em consideração instituições que possam colaborar com o desenvolvimento sustentável e boas práticas que possibilitem o crescimento social, econômico e ambiental”, (Entrevistado A, assessor do DEMUC).

De acordo com os relatórios do CEUC/SDS (2010) a primeira composição do COGEF foi formada por 24 representantes titulares e suplentes. (Quadro 12).

Quadro 12: Formação do Conselho Gestor da FLORESTA de Maués em 2009.

<i>INTEGRANTES DO COGEF</i>	
1. CEUC	13. COOPERFLORA
2. SEMED	14. AGUAMAN
3. SEMSA	15. ASCALBA
4. SEDEMA	16. ASPAFEMP
5. Unidade do IDAM em Maués	17. Setor Apucuitaua 1
6. Unidade da EMBRAPA em Maués	18. Setor Apucuitaua 2
7. ADS	19. Setor Apucuitaua 3
8. UFAM	20. Setor Apucuitaua 4
9. IBAMA	21. Setor Parauari 1
10. IPAAM	22. Setor Parauari 2
11. ITEAM	23. Setor Parauari 3
12. Z-16	24. Setor Parauari 4
<b>TOTAL: 24 INTEGRANTES</b>	

Fonte: SDS, 2010.

O Conselho Gestor da FLORESTA de Maués – COGEF<sup>19</sup> foi criado oficialmente com a publicação da Portaria SDS nº. 002 de 12 de janeiro de 2010. Após a oficialização do COGEF em janeiro de 2010, foi aprovado o Regimento Interno do Conselho Consultivo da Floresta Estadual de Maués.

Em relação à estrutura organizacional do COGEF, conforme o Regimento Interno Art. 8º é composto por: conselheiro, presidência, vice-presidência, secretaria executiva e grupos de trabalho. Contudo, ao analisar as atas de reuniões, verificou que por 3 vezes a composição da secretaria executiva entrou como ponto de pauta, mas não foi discutida pela plenária e até 2015 foi definido apenas um grupo de trabalho. Nesse

<sup>19</sup> Sigla proposta durante a revisão do PG da FLORESTA de Maués.

sentido, as ações ficam concentradas na presidência do conselho e não são divididas as tarefas entre os conselheiros.

Em 2010, foi realizado a Revisão do Plano de Gestão e também aproveitou-se para fazer uma revisão na composição do COGEF, o qual passou a abranger as comunidades do Igarapé do Canela, Lago Grande do Elias, rio Paraconi e Paraná do Urariá, ampliando dessa forma o número de assentos de conselheiros de 24 para 27. De acordo com a Sema (2016), o COGEF possui a seguinte composição, conforme os Quadro 13 e Quadro 14.

Quadro 13: Comunidades e Conselheiros

Nº	COMUNIDADES/NÚCLEO	SETOR	LOCALIZAÇÃO	CONSELHEIROS
01	São João	Parauari 01	Dentro da Floresta	Quézia e Cesar
02	Nova Jerusalém		Dentro da Floresta	
03	Pingo de Ouro		Dentro da Floresta	
04	Santo Antônio de Mucajá	Parauari 02	Entorno	Iraildo e Antônio
05	Menino Deus do Acaoera		Entorno	
06	Ebenezer	Parauari 03	Dentro da Floresta	Maurílio e Erinilson
07	Novo Paraíso		Dentro da Floresta	
08	Vila Darcy		Dentro da Floresta	
09	Vila Nova do Maringá	Parauari 04	Dentro da Floresta	Antônio Duque e Mario Israel
10	Laranjal		Dentro da Floresta	
11	Monte Sinai		Entorno	
12	São Bernardo		Dentro da Floresta	
13	São João	Apocuitaua 01	Dentro da Floresta	Gilearde Batista Cícero Alves
14	Vista Alegre		Dentro da Floresta	
15	Monte Sinai		Dentro da Floresta	
16	Santo Antônio do Pucú	Apocuitaua 02	Dentro da Floresta	Lucas Estral
17	Liberdade		Dentro da Floresta	
18	São Raimundo	Apocuitaua 03	Dentro da Floresta	Socorro dos Santos Nunes Maria Eliana Pereira da Silva
19	Santa Maria do Cicantá		Dentro da Floresta	
20	São José do Cicantá		Dentro da Floresta	
21	Varre Vento	Apocuitaua 04	Entorno	Maria Erly Paz Tavares
22	São Sebastião do Pajurá		Entorno	
23	São José do Canela	Canela	Dentro da Floresta	Luiz Joacy Batista Fernandes Maria Jucilene dos Santos Pinto
24	São Francisco do Canela		Dentro da Floresta	
25	Ozório da Fonseca	Paracuni	Dentro da Floresta	Sem Conselheiro
26	Sagrado Coração de Jesus		Dentro da Floresta	
27	Santa Marta	Urariá 1	Dentro da Floresta	Sem Conselheiro
28	São Pedro		Dentro da Floresta	
29	Núcleo 6 Irmãos		Dentro da Floresta	
29	Monte Sinai de Ituense	Urariá 2	Entorno	Sem Conselheiro
30	Vila Nova		Entorno	
31	Frente São Jorge		Entorno	

Fonte: Lira, 2016.

Quadro 14: Instituições e Conselheiros

<b>Nº</b>	<b>INSTITUIÇÕES</b>	<b>ESFERA</b>	<b>CONSELHEIROS</b>
01	ASPAFEMP	Organização da Sociedade Civil	Antonio de Souza (Titular)
02	ASAC	Organização da Sociedade Civil	Semiano Gomes de Quadro (Titular) Fábio de Souza (Suplente)
03	Colônia dos Pescadores Z-16 de Maués – COLPESCA Z-16	Organização da Sociedade Civil	Maria Cléia Brasil Martins (Titular) Antônio Carlos Alfaia dos Reis (Suplente)
04	Fundação Amazônia Sustentável (FAS)	Organização não Governamental	Valcicléia Solidade (Titular) Jousanete Dias (Suplente)
05	Secretaria Municipal de Educação (SEMED)	Municipal	Sem conselheiro
06	Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)	Municipal	Sem conselheiro
07	Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento de Maués (SEPROR)	Municipal	Edvaldo Zózimo da Costa (Titular) José Andrade Rodrigues Menezes (Suplente)
08	Secretaria de Meio Ambiente (SEDEMA)	Municipal	Edvaldo de Lima Filho (Titular) Enam Jarbas Freitas de Moraes (Suplente)
09	Secretaria de Estado De Meio Ambiente (SEMA)	Estadual	Maria Érica Laborda
10	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM)	Estadual	Elisangela Bezerra de Souza (Titular) Ademir Viana Bentes (Suplente)
11	Secretaria Estadual de Política Fundiária (SPF)	Estadual	Sem conselheiro
12	Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS)	Estadual	Raimundo Valdelino Rodrigues Cavalcante (Titular) Paulo Roberto F. Pinto (Suplente)
13	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM)	Estadual	Marcelo Garcia (Titular) Sidney Rudhjá Barbosa (Suplente)
14	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)	Federal	Jacqueline Martins Gomes (Titular)
15	Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	Federal	Wescley Tavares Dray (Titular) Afrânio de Lima Carvalho (Suplente)

Fonte: Lira, 2016.

O processo de escolha e renovação dos representantes está definido no regimento interno. O conselho sempre considera a figura do titular e do suplente, para garantir que mais de uma pessoa por instituição conheça sobre os assuntos tratados. A

cada eleição pode se nomear novos representantes. A instituição permanece, mas seus representantes mudam.

De uma forma geral, a composição do COGEF é orientada pelo princípio de paridade, garantindo desta forma, a representação dos diversos setores da sociedade. A paridade proposta pelo SNUC/SEUC e aplicada pelos Conselhos, oferece um conjunto considerável de soluções, mantendo sempre uma equidade na partilha das cadeiras entre representantes dos poderes públicos e das populações residentes de UCs. Observa-se que em termos quantitativos o COGEF cumpre com o que determina a Lei.

Contudo, os limites dessa perspectiva quantitativa são notáveis. A introdução de princípios qualitativos em vista da paridade parece constituir um ponto fundamental para a evolução do debate como sugere Abramovay (2001), o mais importante desafio em relação a construção dos Conselhos não é a paridade, mas capacidade dos conselhos de representar mudanças no ambiente institucional de uma região, respondendo aos preceitos quantitativos da paridade, conforme o autor, a realização dos cursos de formação em gestão social para conselheiros apresenta uma pista coerente com o propósito.

Em consonância com o Entrevistado A, que trabalha diretamente com os conselhos gestores ela afirma que a formação está acontecendo somente no ato de criação e conforme a demanda de cada unidade:

Logo que é criado um conselho, ele passa por uma capacitação e essa capacitação do conselho, a princípio, era pra ser continuada, só que nós não estamos fazendo uma capacitação continuada, planejada, ela acaba sendo uma capacitação continuada frente às demandas. Há uma necessidade de empoderamento e de capacitação, mas ela só acontece logo que o conselho é criado, essa capacitação dar conta um pouco da legislação, um pouco do papel do conselho e da elaboração do seu próprio regimento, das suas regras de funcionamento. (Entrevistado A, assessor do DEMUC).

No ano de 2012, foi criado no âmbito do CEUC o Programa de Capacitação para o Fortalecimento da Gestão das Organizações Comunitárias nas Unidades de Conservação do Estado do Amazonas (PROFOCO) com objetivo de fortalecer a gestão comunitária nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Estado do Amazonas e deveria constituir-se em um importante instrumento de capacitação e qualificação dos conselheiros das UC's. Contudo, a assessora, informou em entrevista que atualmente o PROFOCO não está funcionando por falta de recursos humanos,

Nós temos o PROFOCO, programa criado para fazer o fortalecimento das populações tradicionais nas unidades de conservação, e que ele poderia além de fazer o fortalecimento das instituições que estão no conselho, também do próprio conselho, só que esse programa, ele não tem hoje equipe para operacionalizar. Nós já tivemos um tempo atrás uma execução de PROFOCO com parceria com o IEB e com consultores contratados e hoje quem faz um pouco desse fortalecimento é a FAS, ela tem essa agenda lá, que é do fortalecimento comunitário, mas hoje a secretaria ela faz ações isoladas, ela não está conseguindo fazer uma ação mais sistemática de capacitação. (Entrevistado A, assessor do DEMUC).

Entende-se que deveria ser uma atribuição da Secretaria de Meio Ambiente o fortalecimento comunitário, contudo, pela falta de recursos humanos e uma dotação orçamentária específica, tem delegado a FAS, essa atribuição, e que tem executado com muita limitação, já que atende somente 15 unidades de conservação de uso sustentável.

O Conselho da Floresta Estadual de Maués, passou somente por duas capacitações, uma no processo de criação em 2009, e a outra em 2012. Desde então, os novos conselheiros não passaram mais por capacitação. Essa falta de priorização da capacitação dos conselheiros, tem rebatimentos diretos em sua atuação.

O Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués possui as seguintes atribuições (Regimento Interno): I identificar, discutir, propor e formular propostas e ações prioritárias relativas à gestão da FLORESTA de Maués; II opinar sobre a aplicação de recursos financeiros destinados a FLORESTA de Maués; III opinar sobre assuntos de interesse da FLORESTA de Maués e zona de amortecimento, respeitando a soberania das outras UC limítrofes; IV propor soluções aos problemas da FLORESTA de Maués pelos meios cabíveis; V aumentar a interação entre parceiros identificar pessoas e instituições para apoio técnico e financeiro; VI contribuir para o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, conservação do patrimônio natural e cultural da FLORESTA de Maués junto às comunidades locais e visitantes da Unidade de Conservação; VII acompanhar e opinar sobre a elaboração, implementação e revisão do Plano de Gestão e do respectivo Programa de Uso Público da Unidade de Conservação; VIII contribuir para ordenamento do turismo na FLORESTA de Maués, considerando os interesses das comunidades locais e da zona de amortecimento conforme os objetivos da Unidade de Conservação; IX acompanhar a formalização de parcerias da FLORESTA de Maués e sugerir a rescisão do termo de parceria quando constatada irregularidade; X esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a Unidade de Conservação, levando em

consideração os objetivos da UC; XI propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação da população local e do entorno com a Unidade de Conservação; XII manifestar-se sobre a obra ou atividade causadora de impacto ambiental, cuja área de influência venha atingir a FLORESTA de Maués e sua Zona de Amortecimento; XIII garantir a transparência da gestão e das decisões sobre a FLORESTA de Maués.

Quando perguntado para os conselheiros sobre sua opinião a respeito do papel do COGEF, várias foram as respostas dadas pelos conselheiros, desde ideias mais gerais até a discriminação de ações específicas que deveriam ser realizadas pelo Conselho. Respostas mais amplas normalmente citavam a proteção da Floresta (ou, no mesmo sentido, a necessidade de fazer valer a legislação ambiental), a educação ambiental da população, e mesmo um suporte (técnico e institucional) da SEMA.

Outros conselheiros colocaram como papel do Conselho desenvolver ações específicas, como levar demandas da comunidade para apresenta-las ao conselho, como relata seu Cícero: “quando a gente se reuni, vai representante das comunidades e das instituições, e a gente vai para falar as demandas das comunidades, o que a gente ver de necessidade ou problema como morador da floresta [...]” (Seu Cícero, Conselheiro do Setor Apocuitaua 1)

No entanto, dentre as atribuições dos conselhos de UCs, a atual composição do Conselho está muito mais propícia a atuar na proposição e execução de ações mais específicas na gestão da Floresta, conforme relata o Entrevistado A:

Atualmente o Conselho Gestor vem atuando como um captador das demandas existentes na unidade e o gestor que no caso preside o conselho ele é o filtro e trás pra gente as demandas e não é esse o papel do conselho, não é esse. Então, todos conselhos, uns mais outros menos, mas eles estão num nível de amadurecimento em si, enquanto conselho, então o que a gente ver é que é preciso superar essa questão de que o conselho tem o papel de apresentar as demandas, não, ele tem o papel também de resolver as demandas como um fórum de discussão e ser propositivo uma vez que a grande maioria é conselho deliberativo, mas a gente ainda está amadurecendo nesse sentido. (Entrevistado A, assessor do DEMUC)

A assessora enfatizou que os conselhos de Unidades de Conservação no Estado do Amazonas vem funcionando apenas como um “captador de demanda” e as outras atribuições previstas pelo SNUC/SEUC não estão se concretizando na prática.

De acordo com Santos (2002), a maior ou menor preponderância da atribuição dos conselhos como espaço de democratização das relações entre Estado e sociedade na

gestão, está relacionada com o contexto local. Para o autor, a dinâmica do conselho está intrinsecamente ligada por um lado, ao compromisso do poder público em reconhecer esses canais como espaços privilegiados na relação Estado-sociedade, e por outro lado, na existência de organizações sociais capazes de representar interesses sociais e expressar valores construídos na cotidianidade.

No que diz respeito à atribuição dos conselheiros ou conselheira, entendidos como a pessoa indicada pelo setor, pela instituição ou pela comunidade para representá-la, os diferentes setores apresentam visões diferentes:

Os conselheiros comunitários entendem como atribuição do conselheiro:

É uma pessoa que está de olho, atento pra que o que está acontecendo na Floresta, que conhece as necessidades das comunidades [...] (Sr. Cícero)

Conversar com a comunidade e levar as necessidades até o conselho, buscar apoio e parceria para trazer benefícios e também trazer as informações para as comunidades. (Sr. Gileade)

O conselheiro é aquele que leva e trás as informações para a comunidade. A gente busca conhecimento nas reuniões e procura trazer para a comunidade. (Sra. Socorro)

O conselheiro é aquele que representa a comunidade e que tem a capacidade para discutir com as entidades. O conselheiro é mais uma importante peça na liderança da comunidade [...] (Sr. Erenilson)

O conselheiro tenta buscar soluções para os problemas das populações que moram na Floresta [...]. Ser conselheiro é fazer parte de um grupo que tenta buscar uma vida digna para o ribeirão. (Sr. Maurílio)

Apesar de vários entendimentos sobre as atribuições dos conselheiros, observa-se que há uma complementariedade. Conforme os relatos, um conselheiro é aquele que representa a comunidade, conhece as suas necessidades, que leva e trás informações, possui capacidade de discutir com as entidades e busca soluções para os problemas e uma vida digna para as comunidades da Floresta.

A conselheira da Organização da Sociedade Civil enfatizou que a função de um conselheiro é “participar da reunião e discutir e debater os problemas da Floresta”. (Conselheira da Colônia dos Pescadores)

Já os conselheiros institucionais destacaram como atribuição de um conselheiro:

A função de um conselheiro, dependendo da área que está atuando, se dentro de órgão público ou organização da sociedade civil, é está encaminhando as situações que são de competência dele, no caso da secretaria de meio ambiente, está verificando a possibilidade de está implementando algum plano de educação ambiental, de está implementando algum projeto de agropecuária, agropastoril nas comunidades da unidade de conservação e também está sugerindo algumas propostas quanto às atividades que são

trabalhadas na área [...]. Nós procuramos está presente nas reuniões do conselho e está oferecendo o nosso serviço como instituição, através da secretaria, pra está ajudando na elaboração e execução de propostas. (Conselheiro da SEDEMA)

Eu acredito que ele tem que se aproximar mais das comunidades, interagir mais com os produtores, como também das entidades, das instituições, né, chegar mais próximo dos outros conselheiros, porque às vezes a gente não tem aquela conversa entre a gente, isso tem que ser feito, o conselheiro tem que interagir em todos os sentidos, tanto com as comunidades, como com as instituições, reunir, conversar para poder as pessoas levarem mais a sério e entender o que está sendo feito na Floresta e as necessidades das pessoas que moram lá. (Conselheiro da SEPROR)

Foi destacado pelos conselheiros representantes da Organização da Sociedade Civil e das Secretarias Municipais que o conselheiro deve participar da reunião, discutir e debater os problemas da Floresta Estadual de Maués, ser propositivo e interagir com os demais conselheiros.

Verifica-se que há uma clareza em relação à atribuição dos conselheiros. Contudo, é necessário avaliar o compromisso do poder público em reconhecer o COGEF como fórum privilegiado de discussão entre Estado-Sociedade civil, bem como a atuação dos conselheiros na Gestão da Floresta.

Quando perguntado sobre a participação dos conselheiros nas reuniões do COGEF, houve divergência nas respostas. Para os conselheiros da Colônia dos pescadores e da SEDEMA, os conselheiros que representam as instituições estão se fazendo presentes nas reuniões e os conselheiros comunitários estão mais ausentes.

As comunidades que tem participado são poucas, porque eles dizem precisam de diesel, eu acho que o povo está mal acostumado, só venham para reunião se a gestora der condição para eles virem. Porque eles acham que o interesse é teu e não é deles, é assim que é, por isso é que eles não venham. A participação das comunidades é muito importante, porque é de lá que eles vão trazer os problemas, eu não tenho como saber pois eu não moro lá dentro[...]. Mas, as instituições como estão aqui na cidade, eles participam mais. (Conselheira da Colônia dos pescadores).

As instituições participam sim, pelo menos nas duas reuniões que participei, houve várias instituições representadas, não todas, mas eu creio que mais da metade participam, o pessoal da zona rural também, mas o pessoal da zona rural aqui do município tem um problema, ele não tem aquele interesse é preciso ter uma pessoa com a Érica, para dar o combustível, dar embarcação, arrumar a alimentação, para que eles venham participar, e muitas vezes ainda deixa de vim, eu vejo que isso faz parte da política do município há muito tempo, o político dava tudo para povo, e isso criou um pouco dessa cultura, hoje para pessoa participar de um reunião, quem é a proponente tem que dar todo o aparato, senão você não consegue trazer, hoje se fizer uma reunião só com o convite, eu acredito que vai haver pouquíssima participação das comunidades. (Conselheiro da SEDEMA)

Os conselheiros da Colônia dos pescadores e da SEDEMA destacam que a participação dos conselheiros comunitários está atrelada ao recebimento de recurso. Já para os conselheiros comunitários e da SEPROR, são as instituições que não estão participando das reuniões.

Os comunitários são mais interessados do que as entidades, quando é convocada uma reunião do conselho, as comunidades vêm, eles participam quase 100 por cento, agora o que deixa a desejar são as entidades, não tem muito interesse em participar. (Conselheiro da SEPROR)

[...] nós temos vários colabores no conselho, quando é na hora nunca aparece tudo, são muitas entidades que fazem parte do nosso conselho gestor, e quando é na hora da gente reivindicar pra eles que são representantes das entidades não tão. Dona Érica disse que mandava ofício, mandava convite, mas não aparecia ninguém, aí fica difícil de a gente reivindicar pra essas entidades competente pra nos ajudar no conselho. (Sr. Cícero).

Ao fazer uma avaliação da participação dos conselheiros na gestão do Conselho, o Entrevistado E avaliou da seguinte forma:

Eu avalio que a participação dos comunitários é mais efetiva, mais forte, até porque é o público mais interessado. Os principais afetados é que iam em busca das informação do que fosse bom ou do que fosse ruim, mas em se tratando das instituições e comparando as instituições com as comunidades com certeza as comunidades eram muito mais comprometidas, não porque fosse legal sair da comunidade, dá uma passeada, encontrar os velhos amigos, não! Era porque realmente as pessoas sentiam parte daquelas mudanças e queriam realmente fazer parte do direcionamento da gestão se nós formos avaliar a presença das comunidades e das instituições, haviam lacunas de faltas muito mais por parte das instituições [...]. (Entrevistado E, gestor)

A avaliação do Entrevistado E coaduna com a perspectiva dos conselheiros comunitários de que a participação das instituições tem sido menos efetiva que a dos conselheiros comunitários. As instituições públicas são vistas por um lado como essenciais na operacionalização de decisões e acordos realizados no âmbito do Conselho e por outro, são apontadas como alheias e/ou desinteressadas nas questões das unidades e dos comunitários.

Desde a criação do COGEF em 2010 até o ano de 2016 foram realizadas 10 reuniões de conselhos.



Foto 31: Primeira reunião do COGEF realizada em 2010.  
Fonte: Lira, 2010.



Foto 32: Última reunião do COGEF realizada em 2015.  
Fonte: Lira, 2015.

Ao observar a frequência dos conselheiros entre o período supracitado, constata-se que em nenhuma reunião estiveram todos os conselheiros presentes, somente em 50% (n=05) das reuniões contou com um pouco a mais da metade dos conselheiros num total de 27 conselheiros. Em 04 encontros não obtiveram a presença sequer de 50% dos conselheiros (n=14). (Tabela 11).

O Quadro 15 mostra que os conselheiros com maior frequência são os comunitários, e das entidades que compõem o COGEF, as que apresentam maior frequência são: Associação de Produtores Agricultores da Floresta Estadual de Maués – ASPAFEMP, Colônia dos Pescadores Z-16 e Associação Agroextrativista dos Produtores da Floresta – ASAC, Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento (SEPROR), Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente SEDEMA e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM). As demais entidades apresentam uma baixa frequência.

É importante salientar que a FAS, importante instituição que atua como co-gestora na Floresta Estadual de Maués, participou somente uma vez da reunião do COGEF.

Tabela 11: Frequência dos conselheiros nas reuniões do COGEF no período de 2010 a 2016

SETOR/INSTITUIÇÃO	ESFERA	2010			2011		2012	2013		2014	2015	Total Fr. (a)
		R1	R2	R3	R4	R5	R6	R7	R8	R9	R10	
Setor Parauari 1	Comunidade	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	4
Setor Parauari 2	Comunidade	1	1	0	1	1	0	0	0	1	1	6
Setor Parauari 3	Comunidade	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	7
Setor Parauari 4	Comunidade	1	1	0	1	1	1	1	0	0	1	7
Setor Apocuitaua 1	Comunidade	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	8
Setor Apocuitaua 2	Comunidade	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	7
Setor Apocuitaua 3	Comunidade	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	8
Setor Apocuitaua 4	Comunidade	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10
Setor Paraná do Urariá 1	Comunidade	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Setor Paraná do Urariá 2	Comunidade	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Setor Igarapé do Canela	Comunidade	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	3
Setor Rio Paraconi	Comunidade	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Associação de Produtores Agricultores da Floresta Estadual de Maués – ASPAFEMP	Organização da Sociedade Civil						1	1	0	0	1	6
Cooperativa Agropecuária de Maués – AguaMan	Organização da Sociedade Civil	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cooperativa dos Pequenos Extratores de Produtos Florestais de Maués – COOPEFLORA	Organização da Sociedade Civil	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	4
Associação Comunitária Agrícola Agroextrativista da Liberdade e do rio Apucuitaua – ASCALBA	Organização da Sociedade Civil	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Associação Agroextrativista dos Produtores da Floresta – ASAC	Organização da Sociedade Civil	0	0	0	1	1	1	0	0	1	1	5
Colônia dos Pescadores Z-16	Organização da Sociedade Civil	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	6
Fundação Gualter de Almeida	ONG	0	1	1	1	1	0	0	0	0	0	4
Fundação Amazonas Sustentável – FAZ	ONG	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Secretaria Municipal de Saúde	Municipal	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Secretaria Municipal de Fomento, Produção e Abastecimento	Municipal	1	1	0	0	1	0	1	0	1	1	6
Secretaria Municipal de Educação – SEMED	Municipal	0	1	0	1	0	0	0	0	0	1	3
Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente	Municipal	0	1	0	1	1	0	0	1	1	1	6
Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas – ADS	Estadual	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Instituto Terras do Amazonas – ITEAM	Estadual	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	4
Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM	Estadual	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM	Estadual	0	1	0	0	1	1	1	0	1	0	5
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituto Federal do Amazonas (IFAM)	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA	Federal	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA	Federal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instituto Chico Mendes de	Federal	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1

Conservação da Biodiversidade – ICMBIO												
<b>TOTAL DE PARTICIPANTES</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>07</b>	<b>15</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>03</b>	<b>17</b>	<b>17</b>		

Fonte: Lira, 2016.

O fato de grande parte dos conselhos nasça em resposta às exigências colocadas pelo SNUC e SEUC, confere a esses canais de participação social a marca de uma instância de baixo reconhecimento social e pouco atrativa em termos da participação. No caso do COGEF o que se observa é a constituição de um espaço cuja efetividade depende do reconhecimento e legitimação por parte dos sujeitos sociais e políticos que, de fato ainda encontram-se pouco sensibilizados para intervirem neste espaço, dotando-lhes de real poder e vitalidade.

O Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués, conforme o regimento interno, deveria se reunir três vezes ao ano. Contudo, somente em 2010 foram realizadas 3 reuniões, nos anos de 2012, 2014 e 2015 foi realizada apenas uma reunião e no ano de 2016 não foi realizada nem uma reunião por falta de recurso. Em relação as reuniões o Entrevistado E ressaltou que,

O regimento interno previa três reuniões, mas devido a deficiência de recurso a gente mal conseguia realizar uma por ano. Então nessa inconstância de recurso, era um pouco difícil de o próprio conselheiro se sentir conselheiro, porque nas reuniões a pessoa pode incorporar naquele universo de deliberações, de diálogos, buscar melhorias para sua comunidade, poder se inteirar com relação a Floresta Estadual de Maués. Com a realização de uma reunião por ano não tem como fortalecer os vínculos, muitos das instituições na cidade tem dificuldade de sentir membro do próprio conselho, exatamente por esta inconstância de reuniões que eu considero uma deficiência do órgão gestor. (Entrevistado E, gestor).

Na fala do Entrevistado E fica evidente a deficiência de recurso voltada para realização das reuniões do Conselho Gestor o que gera uma dificuldade de reconhecimento e pertencimento do conselheiro em relação ao Conselho. As reuniões são financiadas pelo órgão gestor e na última reunião foi liberado recurso apenas para gestora fazer a entrega dos convites nas comunidades, mas os conselheiros comunitários tiveram que arcar com os seus custos de deslocamento até a sede do município para participarem da reunião.

Com relação às condições materiais para possibilitar os encontros do conselho, essa é viabilizada por meio de parcerias locais para a cessão de espaços apropriados para reuniões. Todos os entrevistados apontam que as reuniões de conselho são

importantes para discutir e debater os problemas e melhorias para a Floresta Estadual de Maués. Por outro lado, as limitações também são reconhecidas por diversos entrevistados, especialmente em função da falta de regularidade dos encontros do conselho o que acaba desmobilizando os conselheiros.

Os conselheiros comunitários sugeriram que pelo menos uma reunião ao ano seja realizada dentro da Floresta Estadual de Maués. Em relação a esse ponto a gestora da Floresta relatou na entrevista que foi pensada construção de duas bases, uma localizada no rio Parauari e a outra no Rio Apocuitaua, com o objetivo de fazer o monitoramento e as reuniões do conselho dentro da Floresta. A construção das bases foi financiada pela Fundação Moore, contudo como o recurso não foi bem administrado não foi possível a conclusão das mesmas.

Conforme o relatório do TCE as bases da Floresta Estadual de Maués, estão sem utilidade em função de problemas administrativos como a falta de segurança patrimonial e recursos humanos. Também foi identificado, no aludido relatório, que uma das Bases de Maués está sendo questionada na justiça, uma vez que teria sido construída em terreno de propriedade privada. Nesse sentido, a falta de realização de reunião do Conselho Gestor dentro Floresta Estadual de Maués foi justificada pela falta de infraestrutura, sendo todas as reuniões realizadas na sede do município de Maués.



Figura 33: Base Terrestre do Rio Parauari  
Fonte: Lira, 2015.



Figura 34: Base Terrestre do Rio Apocuitaua  
Fonte: Lira, 2015.

O Entrevistado E também destacou que a Floresta Estadual de Maués não possui recurso direcionado para realização das reuniões, estas “são sempre realizadas com recursos oriundos de outras unidades de conservação que tinham recurso direcionado ou

então em alguns momentos contamos com o apoio da FAS para realizar as reuniões de conselhos”. Acredita-se que a instituição e o funcionamento dos conselhos devem fazer parte da previsão orçamentária da UC, como uma atividade prioritária para a sua implantação. O que se percebe é que, fora os sucessivos cortes orçamentários pelos quais a área ambiental recorrentemente passa, a implementação desse instrumento de gestão fica à mercê de projetos com financiamentos externos.

As reuniões do conselho são sempre convocadas pelo órgão gestor. A pauta é proposta pela gestora, que apesar de deixar um espaço para possíveis alterações, é difícil a proposição de alteração ou acréscimo de pauta pelos conselheiros. Entende-se que a frágil dinâmica estabelecida, pelo órgão gestor na condução do conselho, não propicia o empoderamento desse como estrutura de gestão da UC. Por outro lado, os conselheiros tem uma atuação passiva, transferem para o órgão gestor a responsabilidade pela proposição de pauta e de ações e não ocupam o espaço assegurado pela legislação na cogestão da unidade. Dentre os principais pontos de pauta e encaminhamentos/recomendações do conselho destacam-se:

Quadro 15: Pautas e deliberações das reuniões do COGEF

Reuniões Ordinárias	Pauta	Encaminhamentos/Recomendações
1 (17 e 18 de abril de 2010)	O regimento interno; a concessão florestal; a infraestrutura da unidade de conservação e a necessidade de inclusão das comunidades presentes nas proximidades do lago do Elias e Paraná do Urariá, os quais não participaram do processo da gestão da Floresta.	Anexar a minuta do Regimento Interno para aprovação do Conselho, junto com a aprovação da ata, já q houve baixo quórum; Inclusão do ICMBio no conselho; Refazer composição do Conselho com integrantes do setor do “lago do Elias e Paraná do Urariá”.
2 (07 e 08 de agosto de 2010)	Aprovação do Regimento Interno; Aprovação do Plano de Gestão; Inclusão do ICMBio no Conselho; Refazer composição do Conselho (Lago do Elias, Paraná do Urariá, Rio Paraconi e Igarapé do Canela); Gastos com a ambulância; Entendimento do Projeto do INCRA; Solicitação de Fiscalização junto ao IPAAM (Moradores da calha do Rio Parauari); Regularizar situação da ASCALBA; Infraestrutura da UC.	Solicitação de indicação de representantes do Lago do Elias, Paraná do Urariá, Rio Paraconi e Igarapé do Canela. Em relação aos gastos com a ambulância, decidiu-se solicitar a presença de um representante competente da Prefeitura para tratar sobre do assunto; caso necessário realizar um manifesto junto ao MPE; solicitar a participação de um representante da Secretária Municipal de Saúde; e mobilizar/estimular as comunidades para cobrar e apresentar uma proposta para resolução do problema relacionado ao combustível gasto com as ambulâncias. Para o melhor entendimento do Projeto do INCRA, fica decidido que o CEUC verificará e encaminhará esta demanda, e também, solicitará a presença de um Técnico do INCRA na próxima reunião. Solicitação de Fiscalização junto ao IPAAM (Moradores da calha do Rio Parauari). Com relação a infraestrutura da UC, os representantes dos setores manifestaram a preferência por uma base flutuante no Rio Parauari, foi encaminhado então a troca da conclusão da Base do Rio Parauari pela construção de uma base flutuante.
3 (18 e 19 de outubro de 2010)	Elaboração do Plano de atividades	Sugere-se o apoio financeiro para realização das atividades.
4 (20 e 21 de junho de 2011)	Cronograma de atividades segundo estabelecido no ano I do Plano de Gestão; Apresentação da recomposição do Conselho; Concessão Florestal; Apresentação do convênio SDS/IDAM; Implementação do II PNRA (INCRA) na Uc; Implementação do Programa Bolsa Floresta.	Sugere-se que o Ifam substitua a Ufam no Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués; Fica definido que este pauta seja discutida em uma reunião com a presença da maioria dos membros para discutir sobre o Plano de Ação para a Floresta a partir do ano de dois mil e doze.
5 (10 e 11 de outubro de 2011)	Concessão Florestal; Apresentação da composição do Conselho; Regularização fundiária - Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).	O Conselho recomenda ao Órgão Gestor que haja uma reunião junto ao INSS para reconhecimento da CDRU e esclarecimento sobre a legitimidade desse instrumento legal; O Conselho recomenda ao Órgão Gestor que realize um momento de informação e formação sobre o que é e como será realizado o plano de manejo e a concessão florestal, bem como sobre a situação atual do processo de concessão na Floresta de Maués; o Conselho sugere que o CEUC faça uma consulta ao INCRA sobre a situação da Floresta de Maués para entender onde está o problema quanto a implementação do Crédito Habitação.
6 (06 e 07 de	Planejamento Participativo; Estado atual da Gestão da UC; Elaboração de Propostas para cadastrar moradores ainda não inclusos na UC; CDRU coletiva	Recomendações: Sugere-se que os órgãos CEUC, INCRA, ITEAM, possam discutir em conjunto e chegar a um entendimento sobre os problemas ocorridos com base na

novembro de 2012)	e Regularização Fundiária de Comunidades sobrepostas a Títulos Definitivos dentro da UC e Zona de Amortecimento; Associativismo; Monitoramento de Quelônios e Manejo da Pesca; Avaliação da Composição do Conselho; Programa Agente Ambiental Voluntário.	Regularização Fundiária da Floresta Estadual de Maués; Criação de Grupo de Trabalho para acompanhar os andamentos sobre a situação da Regularização Fundiária da UC; Recomenda a participação do CEUC-SDS para esclarecer a problemática da Regularização Fundiária; Recomenda-se que o planejamento participativo aconteça tanto na sede quanto nas comunidades; Recomenda-se que o Manejo da Pesca possa ser iniciado a partir do Ordenamento da Pesca dentro da FLORESTA de Maués, e que possa vir um profissional responsável do CEUC-SDS para discutir e esclarecer como se dará o início desta atividade tão importante e necessária para as comunidades; Sugere-se que seja esclarecido com maior profundidade como sobre o PROBUC e AAV. Que o CEUC-SDS possa viabilizar local permanente de referência no município de Maués; Recomendações: O Conselho Gestor recomenda a inclusão do ICMBIO, IFAM, ASAC, FAS, Setor Paracuni, Setor Urariá 01 e 02, Setor Canela para recomposição do Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués, em conformidade com o Regimento Interno, Plano de Gestão, e de acordo e aprovação deste Conselho. Recomenda ainda a exclusão oficial do IBAMA, UFAM, COPERFLORA, AGUAMAN, ASCALBA, Fundação Gualter de Almeida do referido Conselho.
7 (27 de maio de 2013)	Apresentação do CEUC (Metas para 2013-2014); apresentação das ações desenvolvidas em parcerias com as organizações governamentais e não-governamentais dentro da FLORESTA de Maués (IDAM, ADS, ITEAM, UFAM, FAZ, IFAM); Planejamento Estratégico da FLORESTA de Maués junto aos novos conselheiros norteados pelos Programas do Plano de Gestão da UC; Apresentação do Programa Agente Ambiental Voluntário e elaboração do Plano de Trabalho junto aos AAVs da FLORESTA de Maués dentro do Planejamento Estratégico; Fortalecimento das práticas associativas (apoio às associações formalizadas e não formalizadas dentro da FLORESTA de Maués).	Solicita-se que faça um termo de parceira com as instituições que estão atuando dentro da FLORESTA; Encaminhamento: Definição da Secretaria Executiva.
8 (20 de dezembro de 2013)	Escolha da Secretaria Executiva do Conselho; Revisão do Regimento Interno do Conselho; Apresentação do trabalho desenvolvido pelo Grupo Inter-Ação/UFAM nas comunidades da FLORESTA de Maués e apresentação pela Chefe da UC da implementação do PROBUC e AAV na FLORESTA.	Devido a falta de quórum ficou encaminhamento a discussão da pauta na IX Reunião Ordinária do Conselho Consultivo da Floresta de Maués.
9 (11 de agosto de 2013)	Recomposição do conselho; Revisão do Regimento Interno; Apresentação dos resultados.	Encaminhamento: Posse dos novos conselheiros.
10 (01 de junho de 2015)	Posse dos novos conselheiros; Revisão do Regimento Interno.	

Fonte: Lira, 2016.

O registro das reuniões é realizado pela gestora da UC. As atas das reuniões são enviadas para as instituições parceiras por e-mail e para os representantes das associações, estas são lidas e aprovadas nas reuniões seguintes. Como as reuniões acontecem em geral uma vez por ano, o fluxo de informações fica bastante comprometido e acaba por desmotivar os conselheiros. Após aprovada a ata, esta é encaminhada por e-mail para órgão gestor.

A votação é apontada como o procedimento adotado para a tomada de decisão no conselho. Os interesses são expostos em plenária, depois são relatados e na sequência são indicadas as propostas de encaminhamento para cada ponto de pauta e levadas a votação entre os conselheiros presentes.

Há consenso entre os entrevistados sobre a liberdade de expressão no conselho. Alguns manifestaram que apesar desta liberdade algumas vezes as opiniões nem sempre são consideradas no momento da tomada de decisão.

Em relação à comunicação do COGEF, essa é entendida pela gestora como um processo frágil e pouco eficiente, em função do número de conselheiros, da rotatividade desses na gestão da UC, da dificuldade de acesso às determinadas regiões e da ausência de ferramentas apropriadas de comunicação.

A comunicação interna no órgão gestor ocorre pelo envio de atas e relatórios técnicos que são encaminhados diretamente para assessoria de Populações Tradicionais. No que se refere a comunicação com as instituições, essa ocorre por e-mail, por telefone ou com visitas institucionais. No que se tange a comunicação com as comunidades, embora seja considerada precária, tem funcionado, por meio de rádio, mensagens, no período em que se deslocam para sede do município para receber seus benefícios, ou quando é realizada visitas de campo.

Na visão de Crantschaninov (2011), o Conselho para ser representativo precisa ser capaz de fornecer informações, ser contestável, compartilhar poder, além de servir como informante para o Estado, precisa usar o seu poder para agir em nome da população. Para tanto, se faz necessário criar “instrumentos e mecanismos capazes de garantir a gestão colegiada e dotar os grupos de interesse de condições para o exercício da participação, bem como perceber a presença, nas práticas sociais dos conselheiros, de elementos que caracterizariam uma cultura cívica”. (SANTOS, 2002, p. 99). Isto porque, a efetividade dos conselhos está intrinsecamente ligada à paridade, representatividade e pressão social para que o poder se concretize (TEIXEIRA, 2000).

### 3.2 RELAÇÕES DE PODER E DILEMAS DA GESTÃO

Na medida em que a criação de conselhos instituiu uma nova forma de representação política, com a presença de representantes da sociedade civil local conjuntamente com representantes governamentais, descortina-se um fértil campo de análise, uma vez que os conselhos gestores constituem um espaço de redistribuição de poder nas decisões sobre questões de interesse público.

#### Box 5 – Relações de poder

Para Foucault (1988), o poder apresenta-se como algo que é possuído por pessoas e/ou por instituições. Nesse sentido, haveria uma divisão entre aqueles que possuem e aqueles que estão aliados de poder. O poder sob ótica de Foucault surge de um conjunto de múltiplas relações que formam uma força do corpo social.

Não há uma oposição entre os dominadores e dominados como a matriz geral e global das relações de poder, em uma determinada sociedade, mas antes disso, deve-se supor que as múltiplas correlações de força que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias e nas instituições que servem de suporte, o poder atravessa o corpo social como um todo, em todas as direções (FOUCAULT, 1988).

O exercício do poder consiste, basicamente, em conduzir condutas e em ordenar possibilidades. Foucault (1999) classifica o exercício do poder em: 1 direção de conduta dos indivíduos ou grupos; 2 governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias e dos doentes; 3 formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; 4 destinado a agir sobre as possibilidades de ação dos indivíduos; e 5 governo, no sentido de estruturar o eventual campo de ação dos outros.

Dentro as características observadas no exercício do poder, destacam-se: 1 sistema de diferenciação – diferenças jurídicas ou tradicionais, econômicas e culturais na apropriação das riquezas, nas habilidades e nas competências; 2 tipo de objetivo – manutenção de privilégio, exercício de uma profissão e acúmulo de lucros; 3 modalidades instrumentais – instrumentos utilizados para exercer o poder, tais como a ameaça das armas, o efeito das palavras e sistemas de vigilâncias e de regras; 4 formas da institucionalização – formas pelas quais o poder é institucionalizado, tais como estruturas jurídicas, dispositivos tradicionais e fenômenos de hábito; e 5 graus de racionalização – o exercício do poder não é um fato bruto nem um dado institucional, na medida em que ele se elabora, se transforma, se organiza e se dota de procedimentos mais ou menos ajustados.

Elias (1994) ao fazer uma análise sociológica em uma comunidade da Inglaterra, revelou a maneira como um grupo de pessoas é capaz de monopolizar as oportunidades de poder e utilizá-las para marginalizar e estigmatizar membros de outro grupo muito semelhante. Aos dominadores do poder designou de estabelecidos e aos estigmatizados e dominados denominou de outsiders.

O autor entende por estabelecidos os grupos pessoas e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder, que se autopercebem como humanamente superiores. E os outsiders são os que estão fora dela dessa posição. Conforme Elias (1994), os estabelecidos, [...] vêem-se como pessoas “melhores”, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos “superiores” podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes — julgando-se humanamente inferiores. (p. 13)

No Conselho Gestor da Floresta Estadual de analisa-se como as relações de poder que se materializam em práticas sociais. Na pesquisa, identificou-se 3 grupos distintos: o Estados, os conselheiros institucionais (representantes do poder público

local, associações da sociedade civil, empresas privadas, órgãos ambientais, universidades e instituições, públicas) e os conselheiros comunitários (Populações locais e organizações comunitárias).

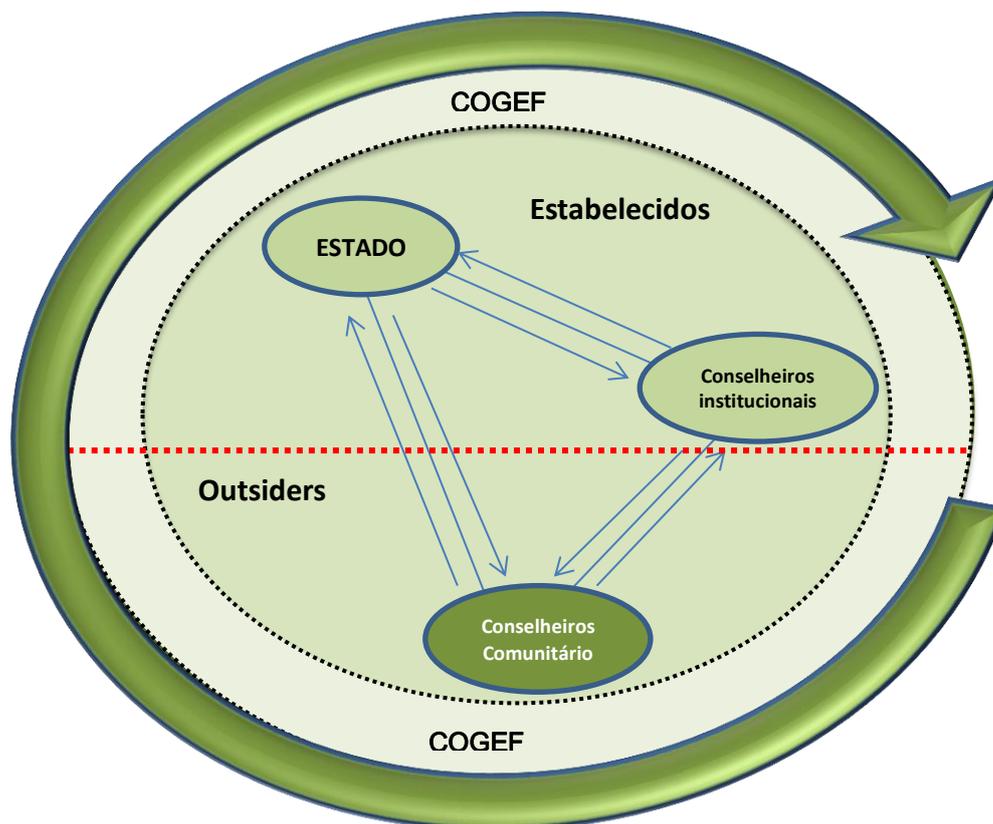


Figura 35: Esquema das relações de poder no COGEF  
Fonte: Lira, 2017.

Ao fazer uma analogia com o trabalho de Elias (1994), parte-se do entendimento de que os representantes do Estado e os conselheiros institucionais são os estabelecidos e os conselheiros comunitários são os outsiders.

O Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués é presidido pelo Estado e, por ser de caráter consultivo, quem detém o poder de deliberação é o Estado, ao COGEF cabe, apenas, fazer recomendações, mas estas não tem poder de veto. O Estado é representado pela chefe de Unidade da Floresta Estadual de Maués, a qual preside o conselho. Dentre as principais atividades realizadas pela presidente do conselho destacam-se: convocar e ordenar Assembleias Gerais e ordinárias, presidir processos

eleitorais, presidir processos de habilitação e credenciamento dos conselheiros, promover articulação entre as instituições que fazem partes do conselho, mediar os conflitos.

Para além dessas atividades, também foi observado que a pauta da reunião é definida pela presidente do conselho, ela organiza todas as reuniões do conselho e elabora as atas das reuniões. Há uma concentração de atividades na mão da gestora. Contudo, também não foi identificado nos conselheiros, tanto institucionais quanto comunitários, o interesse em dividir as atividades.

A categoria de Floresta Estadual é a única categoria de uso sustentável que não possui conselho deliberativo, os conselhos deliberativos tem maior poder na decisão em dois itens: aprovar o Plano de Manejo das UCs, enquanto o conselho consultivo apenas acompanha a elaboração, a implantação e a revisão do Plano de Manejo (Lei 9985/00 art. 18. § 5º e decreto 4340/02 art. 20 inciso II); contratar Oscip, na hipótese de gestão compartilhada da unidade, enquanto o conselho consultivo apenas opina sobre o caso (decreto 4340/02 art. 20 inciso VI). O Entrevistado I ressaltou a diferença de poder entre o conselho consultivo e o conselho deliberativo.

Pelo SEUC a gente tem definido que os conselhos consultivos eles estão ali para contribuir com o processo de discussão da UC, dentro do conselho consultivo eles podem sugerir, recomendar, mas a decisão é do gestor, no caso da SEMA, então o conselho consultivo tem o poder de só recomendar, enquanto o conselho deliberativo como o próprio nome sugere, ele tem o poder de deliberar, de dizer sim ou não para aquilo que diz respeito a vida daquela unidade de conservação, então eu vejo que esses dois conselhos se diferenciam porque no deliberativo ele tem poder de aprovar ou não e dizer é isso que nós queremos, enquanto que o consultivo só recomenda e na minha visão ele perde força, pois não cabe a ele a decisão se algum projeto vai ser aprovado ou implementado ou não, eu vejo que deliberativo tem mais poder de reconhecimento e objetividade do que o consultivo. (Entrevistado I, assessor)

Ao serem questionados sobre o conselho consultivo da Floresta Estadual de Maués, os gestores apontaram as seguintes justificativas:

É conselho consultivo pela categoria de Floresta. Quando foi criado o SNUC, essa categoria é um tipo de reserva criada já com a finalidade de conservar para realizar concessões florestais, concessão à gente não faz de pedacinho, tem que ser uma área relativamente grande para poder fazer a concessão florestal. E na época quem discutiu a lei, entendeu como é uma concessão pública e quem vai fazer esta concessão é o órgão gestor, entendeu que essa categoria bastaria conselhos consultivos. Pelo objetivo que foi criada a UC, tratar-se de uma concessão de floresta pública, talvez criou a figura do conselho consultivo e a visão do governo federal na época era que nessas

áreas tinham poucas pessoas habitando, eram área de densidade populacional muito baixa ou nem existiam. Mas mesmo sendo conselho consultivo, eles são realmente ouvidos, as deliberações tomadas pelo Estado não são a revelia de nenhum conselho. Eu acredito que poderia haver uma mudança na legislação para que essa categoria também tenha conselho deliberativo, já que é de uso sustentável. (Entrevistado F, gestor)

O Estado, representado pela Secretaria de Meio Ambiente, permanece com o poder de decisão. Os conselheiros subsidiam decisões que ficam à mercê de uma instância superior. Ou seja, a sua estrutura permite que as manifestações resultantes de votação possam não ser aceitas em nome dos interesses da conservação, técnica e cientificamente justificados.

Loureiro et al. (2003, p. 13) frisam que “historicamente, a ideia de conselhos gestores diz respeito a um espaço de concertação e decisão democrática, criando uma necessária cultura cidadã e de responsabilidade no que é feito em termos de políticas públicas. Logo, em tese, todo conselho gestor deveria ser deliberativo”. Ainda segundo o autor, o fato de o conselho ser deliberativo em UCs não significa risco à integridade do patrimônio preservado, mas a garantia de que todos os envolvidos possam decidir sobre a área, respeitando-se a lei maior que rege uma determinada unidade. O conselho pode, perfeitamente, deliberar dentro dos limites de uso estabelecidos, o que facilita a motivação e o envolvimento comunitário, pois, para um cidadão, que muitas vezes tem precárias condições de sobrevivência, utilizar parte do tempo disponível apenas manifestando opiniões, sem que isso tenha efeitos práticos, não produz resultados satisfatórios, gerando conselhos burocráticos e sem vida.

Os conselhos uma vez instituídos não garantem por si sós, a redistribuição efetiva do poder. Segundo Gohn (2011), além da função de constituição de uma gestão democrática e participativa, os conselhos podem desempenhar o papel de estruturas burocráticas formais e/ou simples elos de transmissão de políticas sociais elaboradas por cúpulas, ou ainda instrumentos de acomodação de conflitos. Ou seja, mesmo abrindo possibilidades de participação daqueles anteriormente excluídos de um processo de gestão, participar da gestão não significa, necessariamente, compartilhar poder. Essa concentração de poder foi explicitada na fala do Entrevistado E.

O Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués foi criado com base no que prevê a legislação, tanto no SNUC quando o SEUC, o conselho gestor de categoria Floresta são conselhos consultivos, então esse conselho é presidido pelo órgão gestor, antes o CEUC agora a SEMA, na lei não se prevê vice-presidência o que a gente acha um pouco estranho, né, motivo de muita

discussão, então de que forma ele funciona? Todos os documentos são elaborados, atas, moções, resoluções que são elaborados a partir de uma reunião, após suas deliberações ou consultas são enviadas para a secretaria em Manaus, então o Estado detém esses documentos, geralmente os chefes de unidades de conservação ficam com uma cópia, mas toda a documentação original é centralizada em Manaus. Essas documentações deveriam ser repassadas uma cópia para os conselheiros, mas isso não ocorre, somente a cópia das atas são repassadas, então os documentos principais são enviadas para secretaria e as vezes até os gestores das unidades de conservação tem dificuldades para acessar esses documentos. (Entrevistado E, gestor)

As Florestas tanto federais quanto estaduais ou municipais, têm por base a Lei Federal de Florestas Públicas (Lei nº. 11.284) que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB, bem como cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF. Essa Lei preconiza que,

Art. 5º O Poder Público poderá exercer diretamente a gestão de florestas nacionais, estaduais e municipais criadas nos termos do art. 17 da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, sendo-lhe facultado, para execução de atividades subsidiárias, firmar convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos similares com terceiros, observados os procedimentos licitatórios e demais exigências legais pertinentes.

O Estado do Amazonas criou a Lei 3.627 em 28 de julho de 2010 que dispõe sobre as Concessões Florestais em Unidade de Conservação, objetivando o uso múltiplo sustentável dos recursos florestal e serviços ambientais, a pesquisa científica e desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais. No Art. 2º da Lei 3.627 conceitua concessão florestal como:

Delegação onerosa, feita pelo poder concedente, do direito de praticar manejo florestal sustentável para exploração de produtos florestais e serviços ambientais numa unidade de manejo localizada em Floresta, mediante licitação, a pessoa jurídica, em consórcio ou não, que atenda às exigências do respectivo edital de licitação e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado. (Entrevistado A, assessor do DEMUC)

Concessão Florestal na Floresta passou a ser discutida em 2009 no âmbito do Centro Estadual de Unidade de Conservação (CEUC), órgão gestor das unidades de conservação e da Agência de Desenvolvimento Sustentável (ADS), órgão gestor da concessão florestal e em 2010 foi realizada a primeira audiência pública no município

de Maués, tendo em vista que a primeira concessão florestal do Estado do Amazonas ocorreria na Floresta Estadual de Maués.

Em 2010, foi intensificado o trabalho de regularização fundiária, estava em processo também a definição do decreto de concessão de florestas públicas do estado do Amazonas, inclusive a audiência pública foi no Município de Maués, coincidindo com a época em que cheguei no município [...]. Havia uma exigência naquele momento, daquele governo, pra que tudo fosse consolidado muito rápido pra que a concessão florestal madeireira pudesse acontecer na primeira floresta pública criada no Estado do Amazonas [...]. (Entrevistado E, gestor)

Além da regularização fundiária, foi realizada a revisão do Plano de Gestão, bem como a realização de um diagnóstico de sítios arqueológicos feita pelo Iphan e um inventário madeireiro feito por uma equipe do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), sob a coordenação do pesquisador Niro Higuchi, contudo não foi possível a conclusão do inventário e a concessão Florestal acabou não avançando, conforme relata o Entrevistado E,

A concessão florestal não caminhou, [...] a exemplo de outras concessões nós acabamos esbarrando em outros obstáculos, por exemplo, a região da Floresta Estadual de Maués ela é rica em sítios arqueológicos e pra se acontecer uma concessão florestal madeireira a nível empresarial em uma floresta pública tudo isso tem que ser levado em consideração, a definição no zoneamento das áreas de uso das comunidades, o levantamento de sítios arqueológicos [...], mas em se tratando da Floresta Estadual de Maués a gente só conseguiu alcançar os sítios arqueológicos na região dos rios, a região é rica de sítios arqueológicos, inclusive bem no centro da Floresta, o diagnóstico feito em 2011 foi muito bom, inclusive vieram pesquisadores do IPHAN executar esse diagnóstico em campo, aí depois desse diagnóstico essa concessão pode ser rediscutida, a continuidade dessa discussão era justamente fazer o levantamento florestal, o potencial madeireiro, principalmente o da região. Com o Termo de Compensação da Petrobrás foi organizado duas equipes em articulação com a Agência de Desenvolvimento Sustentável, a ADS ficou com a responsabilidade de contratar a equipe técnica pra abertura de picadas, na verdade de tracejar o planejamento por onde se definiria a concessão, a área que ficou disponível dentro da Floresta e após isso fazer um enorme inventário florestal pra saber do potencial madeireiro na Floresta Estadual de Maués e isso aconteceu, mas não chegou de fato a ser concluído. (Entrevistado E, gestor).

Até o momento da pesquisa as discussões em torno da concessão florestal da Floresta Estadual de Maués estavam paradas, conforme entrevista com o gestor 03 será necessário mais alguns estudos para que se apresente um Plano de Manejo viável. Nesse

sentido, com a justificativa de fazer a gestão da floresta para a exploração de produtos florestais, o Estado detém a soberania de poder no COGEF.

Quando perguntado de modo específico sobre o Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués, o Entrevistado A apresentou uma percepção hierarquizada, conforme relato:

[...] Por mais que o conselho tenha como princípio a paridade a sensação que eu tenho é que ele ainda cria uma certa exclusão, cria ainda uma certo distanciamento entre quem está no conselho representando a comunidade e quem está representando a instituição. A instituição ela acaba falando sempre muito mais pautada no que a própria instituição vai fazer, e o comunitário pautado no que ele acha que não é capaz de fazer. Então a instituição chega numa mesa de reunião ela dialoga, eu posso fazer isso, eu posso fazer aquilo isso aqui não é meu, e o comunitário chega, ele não consegue ver o que ele pode fazer, ele sempre chega e só apresenta as demandas e a gente queria reverter, mudar essa frequência. (Entrevistado A, assessor do DEMUC)

Nessa fala é importante destacar que os próprios agentes do Estado diferenciam o poder dos conselheiros institucionais e comunitários e que muitas vezes ocorre uma exclusão dos comunitários na tomada de decisão.

O segundo grupo com maior poder dentro do COGEF são os conselheiros institucionais. Nas entrevistas, foi identificado que todos os conselheiros se auto percebem como superiores aos conselheiros comunitários, conforme os relatos:

Coitados dos comunitários, eles são tão leigos que tem até medo de falar nas reuniões [...]. (Conselheira da Colônia dos Pescadores)  
 No conselho a gente direciona as demandas na medida do possível e de acordo com o grau, porque nós temos conselheiros com grau diferenciado, nós temos técnicos, nós temos os representantes da sociedade civil e pessoas das comunidades, o importante é cada um está atuando na forma que lhe couber, no caso eu, sou formado, sou engenheiro florestal, nós procuramos está presente nas reuniões do conselho e está oferecendo o nosso serviço como instituição, através da secretaria, pra está ajudando na elaboração e execução de propostas. (Conselheiro da SEDEMA)  
 O produtor não tem aquele grau de conhecimento e as instituições, através das pessoas que participam já tem um certo conhecimento, um ponto de vista mais amplo e que juntando todas as ideias dá para fazer um trabalho bacana. (Conselheiro da SEPROR)

Foi destacado pelo conselheiro da SEDEMA um grau de hierarquia no COGEF, composto primeiramente pelos técnicos, seguidos pelos representantes da sociedade civil e por fim os representantes das comunidades. Na fala dos conselheiros institucionais ficam claras que essa assimetria de poder ocorre em relação ao conhecimento ou maior capacidade argumentativa.

Essa relação assimétrica foi observada nas reuniões de conselhos, na reunião ocorrida em junho de 2015 na qual entrou em pauta a situação da educação nas comunidades ribeirinhas, devido a demora no início das aulas, os comunitários estavam se sentindo prejudicados. Na hora do debate os técnicos levavam vantagem nas discussões e deliberações por terem informações privilegiadas da máquina pública e os conselheiros comunitários com menos experiência ou com menor domínio da oratória, ficavam inibidos na plenária quando existia posições contrárias às suas.

O terceiro grupo identificado são de conselheiros comunitários, identificados como os outsiders dentro do COGEF. Os conselheiros comunitários representam interesses sociais de todas as comunidades situadas dentro e no entorno da Floresta Estadual de Maués. A escolha dos conselheiros é feita pelas comunidades, mas muitas vezes, o critério utilizado é a disponibilidade de tempo, não sendo considerado o poder de liderança ou a capacidade argumentativa.

[...] às vezes eles escolhiam lideranças muito boas que falavam bem, que se expressavam bem, mas às vezes eles escolhiam pessoas que tinham tempo disponível.

Conforme Elias (1994), os estabelecidos podem fazer com os outsiders se sintam inferiores, isso é percebido na fala dos conselheiros comunitários:

Falta pra gente interesse, eu vejo que falta também a vocação para a pessoa ser um conselheiro, porque a gente não tem muito conhecimento. (Sr. Genival – representante do setor Parauari 3)  
 Nós não temos força, nós não temos condição de nada, nós somos conselheiros, mas a nossa voz não ouvida. Aqui vai chegar o verão, acontece muito problema de queimada e nós não temos como fazer uma denuncia para os órgãos competentes aí fica difícil pra nós aí, acontece muita coisa errada aqui, que a gente fica calado porque a gente não tem força para mudar nada. (Sr. Cícero – representante do setor Apocuitaua 1)

Os conselheiros comunitários percebem-se como tendo menos conhecimento e poder no âmbito do COGEF. Entende-se que o acesso à informação e à formação constitui um aspecto fundamental para participação no campo político. Efetivamente o conhecimento permite interpretar e transformar as informações, assim como ponderar sobre um amplo leque de implicações relativos à tomada de decisão. A esse respeito o Sr. Erenilson, conselheiro do setor Parauari 3 ressaltou:

[...] ainda não estamos bem informados para participar, falta educação para a gente defender melhor nosso território, até porque foi dividido território por

território, a comunidade Ebenezer tem uma área disponível para o uso da comunidade assim como todas as que pertencem a Floresta. (Seu Erenilson)

O Entrevistado E ressaltou a deficiência na escolaridade dos conselheiros,

[...] a gente também tinha uma deficiência com a escrita, poucos sabiam escrever, ou escreviam muito pouco, muitos eram só alfabetizados e tinham alguns analfabetos também. A gente ver muito boa vontade daqueles que querem participar e que não tiveram essa oportunidade de estudar, sem contar que a gente sabe das deficiências do ensino nas comunidades rurais do interior do Amazonas, na Floresta Estadual de Maués não é diferente. (Entrevistado E, gestor)

Em contrapartida, foi observado que os conselheiros institucionais possuem determinados “conhecimentos técnicos”, a compreensão do funcionamento da máquina administrativa, o domínio da capacidade argumentativa e habilidade no seu uso, entre outros elementos, os quais se colocam como fatores de distinção e hierarquização dos participantes no Conselho, em geral privilegiando os conselheiros institucionais. Ou seja, os representantes governamentais tendem a colocar-se, de saída, numa posição de superioridade em relação aos representantes das comunidades. Este último é percebido como alguém desqualificado, despreparado, incompetente para participar do conselho.

A fragilidade de capacitações dos conselheiros comunitários, muitas vezes, os colocam em uma relação assimétrica de informação e conhecimento em relação aos conselheiros institucionais fazendo com que esses espaços deixem de assumir um sentido democratizante das estruturas político-institucionais, passando apenas a reproduzir e legitimar, com o “aval da participação”, as relações de dominação previamente existentes.

Segundo Elias (1994) as tensões e conflitos de grupo inerentes a essa forma de relação podem manter-se latentes (o que costuma acontecer quando os diferenciais de poder são muito grandes) ou aparecer abertamente, sob a forma de conflitos contínuos - o que costuma acontecer quando a relação de poder se altera em favor dos outsiders.

Convém mencionar um tensionamento observado na relação entre a atuação do conselho e o contexto institucional. Trata-se das diferenças de temporalidade entre os processos participativos e a dinâmica da administração pública. Em determinados momentos, questiona-se a demora que os procedimentos burocráticos impõe para formulação de respostas institucionais às deliberações do conselho; em outros momentos, reclama-se a rapidez exagerada com que são exigidas iniciativas do

conselho, impedindo um processo mais qualificado de participação e deliberação coletiva.

[...] Em relação as instituições, a gente sente a dificuldade para as instituições darem o retorno pra gente, muitas vezes as instituições enviam representantes que não tem poder nenhum para decidir nada e precisam consultar seus superiores para tomar qualquer decisão e acabam demorando muito para dar uma resposta a demanda do conselho e quando enviam uma resposta. (Entrevistado E, gestor)

O conselho gestor de uma unidade conservação tem como objetivo principal efetivar o que foi definido no Plano de Manejo para que haja uma sustentabilidade socioambiental.

Os entrevistados mencionaram o plano de manejo e o conselho gestor como instrumentos de gestão da unidade, no entanto, reconhecem que a maioria não possui conhecimento adequado sobre o plano. Foi relatado que o monitoramento da execução do Plano de Manejo é incipiente e o conselho não é utilizado como um espaço para sua construção. Na prática o conselho participa como fonte de informações para o monitoramento realizado pelo órgão gestor, mas não atua nas discussões sobre estratégias e na execução das ações.

Os comunitários consideram monitoramento, como uma ação de fiscalização da UC e não compreendem o monitoramento como processo de acompanhamento da implementação das ações de manejo. Afirmam ainda, que fazem muitas denúncias, mas essas não são devidamente respondidas pelo órgão: [...] a gente denuncia, mas é difícil a gente ter uma resposta, a gente não tem uma resposta adequada, a gente já denunciou o problema de desmatamento, problema de caça, problema da droga, são muitos os problemas que a gente não tem resposta [...]. (Sr. Cícero). O problema da retirada ilegal de madeiras e de drogas foram os mais citados na pesquisa como desafiantes para a gestão da Floresta Estadual de Maués.

Em relação à questão madeireira, foi identificado desde os primeiros levantamentos para identificar as potencialidades locais para criação as Floresta municipal uma variedade de espécies florestais com um alto valor de mercado. Conforme o Relatório para elaboração do Plano de gestão (2004), a tipificação da vegetação foi feita através da interpretação de imagens de satélite (CI-Brasil), sobrevôo da área, levantamento de dados bibliográficos, breve reconhecimento de campo e diagnóstico florestal (Agroambiental Consultoria e Projetos LTDA). O levantamento de

dados bibliográficos enfocou as informações disponíveis no Projeto RADAM (1975) e o breve reconhecimento de campo foi realizado durante o Mapeamento dos Recursos Naturais da Floresta de Maués. O diagnóstico florestal foi realizado pela Agroambiental entre os meses de junho e outubro de 2001 como parte dos estudos empreendidos pela Prefeitura Municipal de Maués para embasar a criação da UC.

De acordo com o referido relatório, a Floresta de Maués é recoberta por dois tipos de vegetação a Floresta Densa e a Floresta Aberta. Na região do rio Maués-Açú, a Floresta Densa ocupa áreas sobre platôs terciários, sendo subdivida em duas fisionomias distintas, Floresta Densa com manchas de Floresta mista com babaçu, na qual predominam as madeiras brancas, e Floresta Densa onde predominam o tachi e a ucuuba. A Floresta Aberta é subdivida em duas fisionomias distintas, a Floresta Mista e a Floresta de Cipoal que recobrem os vales e as encostas.

Na região do rio Parauari, a Floresta Densa pode ser subdivida em duas fisionomias distintas a Floresta Densa sobre terraços aluvionais, caracterizada por uma cobertura uniforme e ocorrência de tachis e a Floresta Densa de áreas sedimentares caracterizada pela presença de mogno, castanheira, mandioqueira, quaruba, breu e abiurana. A Floresta Aberta, por sua vez, é dominada por espécies de Arecaceae e cipós, principalmente Bignoniaceae.

As conclusões do relatório indicam que as parcelas mais favoráveis à obtenção de madeira, em termos de volume, apresentaram entre 119,9 e 165,6 m<sup>3</sup>/ha. A maior parte do volume de madeira da área amostrada A se refere às espécies de serraria, o que corresponde a 60,2% do volume total, nas áreas B e C predominam as espécies de laminados, correspondendo a aproximadamente 50,6 e 52,9% respectivamente. As espécies de laminado mais comuns na área A foram cedrinho, copaíba-jacaré, breu vermelho e amapá. As espécies de serraria foram louro, pama e jatobá. As espécies mais comuns de laminados na área B foram copaíba, angelim, paricarana, Pará-Pará e amapá. As espécies de serraria foram roxinho, maparajuba e maçaranduba. (Figura 36).

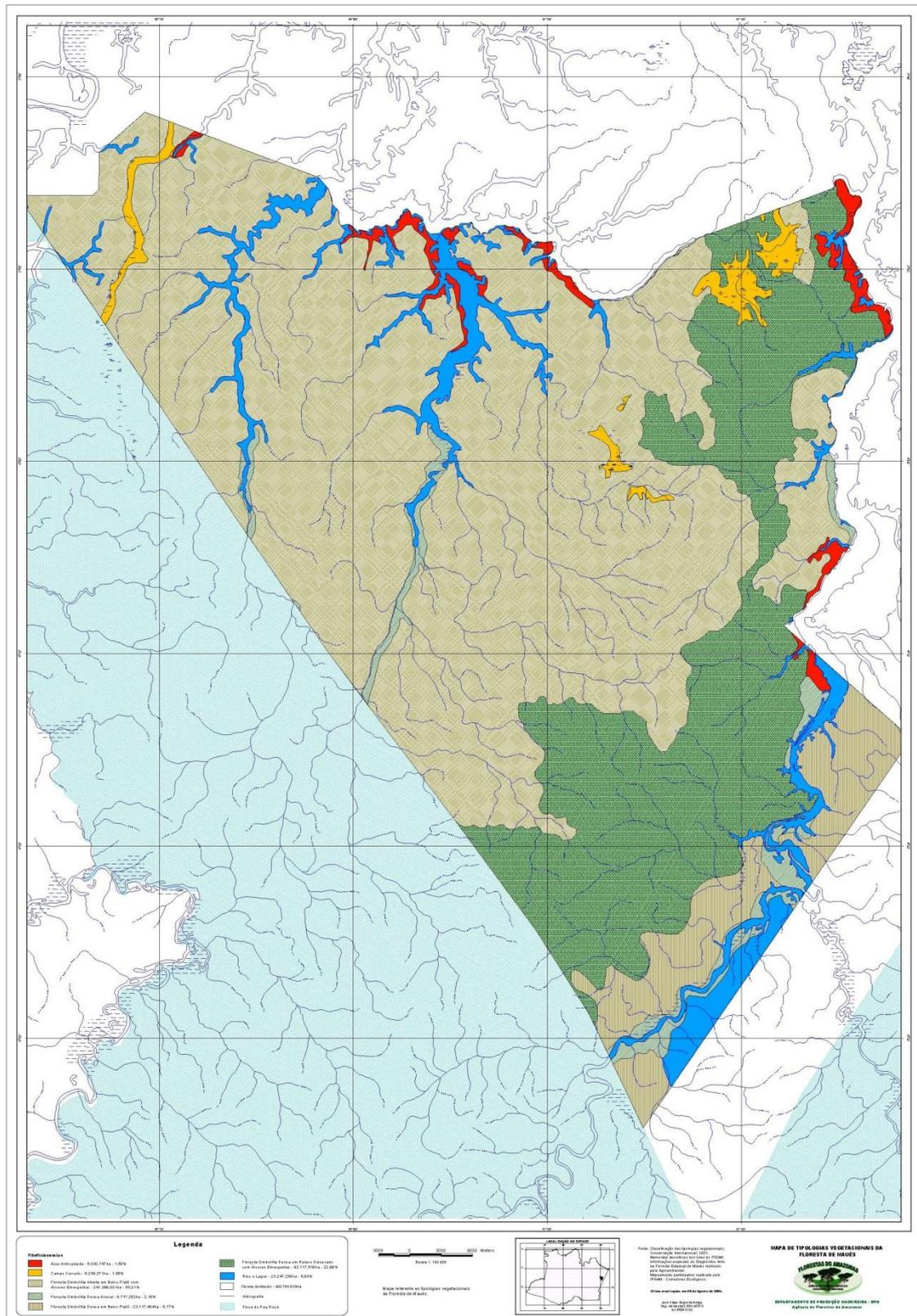


Figura 36. Mapa da fitofisionomia da Floresta de Maués  
Fonte: Plano de Gestão da Floresta de Maués, 2004.

A Floresta Municipal foi proposta em 2001 com o objetivo de explorar as espécie de serraria e de laminado. O entrevistado G, secretário na época, deixou bem claro a intensão de ganhos econômicos com a proposta, conforme relato no capítulo II. A cadeia produtiva da madeira no município de Maués é muito forte e envolve empresas estrangeiras e nacionais, bem como políticos do município.

Conforme relato dos conselheiros comunitários é muito comum descer balsas de madeira da Floresta Estadual de Maués e geralmente isso ocorre no período da noite. Esse situação foi relatada por um ex-secretário de meio ambiente do município de Maués, a qual enfatizou que a extração de madeira ilegal é recorrente e todos que tentam combater são ameaçados.

A dificuldade de fazer a gestão ambiental no município de Maués é muito grande, o município é alvo de madeireiros [...], provenientes de vários estados, eles atuam lá de forma ilegal e todo mundo sabe disso, então a gente teve muita dificuldade com relação a isso [...]. A gente sempre recebia demanda e denuncia da Floresta Estadual de Maués, mas era muito difícil a gente chegar até lá por falta de recurso. No período que estava na secretaria, grande parte dos madeireiros ilegais eram provenientes do Pará, eu lembro de um que veio de Rondônia, além de ter no município os próprios políticos que fazem isso, eles tem cobertura de gente grande. Tem um monte de gente trabalhando na ilegalidade por que eles acham que é mais fácil, mas não é falta de dinheiros não. Tem balsas e balsas que passam na frente do município, essas balsas de madeira elas passam sempre a noite depois das 22 horas abarrotadas de madeira. Eu lembro que a gente fez uma apreensão, nós recebemos uma denuncia inclusive da Floresta Estadual, a gente contou 103 toras de madeira, e isso porque já tinham passado com outras balsas, aí nós procuramos saber quem era a pessoal que estava tirando, conseguimos ir até ele, deixamos uma notificação para ele comparecer a secretaria e ele foi. Essa ação foi feita no decorrer do dia, por volta 22 horas a secretaria executiva recebeu uma ligação de um secretário perguntando o que tinha acontecido, ou seja ele já sabia, nem ela sabia ainda porque tinha ido somente eu, 2 fiscais e 2 agentes de polícia, então quando chegou esse horário ele ligou para ela, esse secretario não estava no município, ele estava em outro município, mas ele ligou para saber o que tinha acontecido, porque a pessoa que a gente interceptou fez a ligação para ele liberar porque estavam fuçando o esquema e área dele. Eu lembro que foi um auê, aí eu disse, as toras estão lá, primeiro que gente não tem balsa para buscar nem gente para carregar tora, as toras estão lá [...], eu fiz toda a documentação e encaminhei para a SDS, nunca obtive retorno de ninguém, aí passado alguns meses teve uma outra ação nas proximidades e os nossos fiscais foram lá, e eles disseram que se tivesse 20 toras era muito, então eles levaram tudinho. Isso foi só um episódio dentre muitos outros, no período que fui secretaria eu fui ameaçada várias vezes para não continuar as fiscalizações de madeira, tem muita ilegalidade, muita mesmo. (Entrevistado H)

Esse relato revela que há um mercado de madeira ilegal no município de Maués e muitas dessas madeiras advém da Floresta Estadual de Maués. O conselheiro

representante da SEDEMA informou o panorama atual em relação à questão madeira no município de Maués:

Nós temos aqui no município, oito planos de manejo comerciais aprovados, uns já estão explorando, outros ainda estão por explorar, inclusive eles já estão com LO para explorar. Qual o gerenciamento que a gente tem quanto a isso? As áreas que estão dentro do perímetro das áreas estaduais, cabe ao IPAAM e as áreas que estão no perímetro municipal cabe a secretaria de Meio Ambiente. Nós emitimos a Certidão de Viabilidade Ambiental, para que serve essa certidão? Ela é um parecer favorável do município para que aquele projeto venha e se instale, sem essa certidão o IPAAM não emite a LO. Quanto a esses planos de manejo, que são oito, eles estão regular, quanto a questão das madeiras, nós temos duas em operação no município de Maués, que também estão regularizadas, uma é do Alexandre do Lago Grande, que inclusive é vereador do município, outra é do Aguiar, inclusive quando você vem de barco você passa por ela ali na orla. Nós temos recebido muitas denúncias inclusive o IBAMA já veio no município a partir de recebimento de denúncias para realizar apreensão de madeira, mas são muitas as denúncias e isso é uma dificuldade nossa, não adianta nós taparmos o sol com a peneira, nossa fiscalização é muita insuficiente e não dar conta de atender a demanda do município, não tem como, não temos pessoal para isso, na secretaria o número de fiscais é pequeno, a logística oferecida é insuficiente, nós atuamos no que mais está em evidência, as outras situações a gente atua através de campanhas, de rádio, para sensibilizar o cidadão, mas isso é um processo longo, você não muda o hábito de um dia pra noite. (Conselheiro da SEDEMA)

Ao ser questionado sobre o posicionamento do Estado em relação a extração de madeira ilegal na Floresta Estadual de Maués, o Entrevistado D fez a seguinte declaração:

A política ambiental, na minha visão, ainda é muito centralizadora, hoje eu não percebo uma vontade em descentralizar ações de gestão ambiental, os impactos, as agressões ao meio ambiente acontecem no território do município, mas hoje a gente ainda tem um política ambiental muito centralizada, apesar de ter uma política nacional para descentralizar, eu ainda vejo a SEMA e IPAAM apegados nesse modelo centralizador, entendo que os municípios precisam se equipar melhor? Precisam, mas se nós os órgãos estaduais não fomentarmos, esse processo vai demorar mais e mais. O órgão de gestão ambiental estadual centralizado na forma que está, seja SEMA ou IPAAM, a gente não dá conta dos desafios e de combater os ilícitos que ocorrem no Estado do Amazonas. (Entrevistado D, gestor)

O Entrevistado D reconhece as limitações da secretaria no combate aos ilícitos ambientais e uma alternativa apontada pelo gestor era fortalecer as secretarias municipais de meio ambiente. Uma outra alternativa apontada seria a implementação da concessão florestal.

Um dos motivos para gente implantar logo a concessão florestal é para combater a retirada ilegal de madeira, porque concessão florestal é sinônimo de governança, quando você faz a concessão de uma área você tem de quem cobrar da empresa, grupo ou consorcio que ganhar essa concessão, obviamente ele não vai deixar ninguém invadir aquela área, senão ele vai ter prejuízo. Então o modelo de concessão florestal, é acima de tudo um modelo de governança, de organização da atividade naquele setor, aonde tem concessão o espaço é controlado, certamente você reduz a pressão do desmatamento, porque o cara que investiu pesado ali, ele vai fazer valer o direito de ela fazer a exploração dentro dos padrões. E hoje, a exploração madeireira advindas de concessão florestal é extremamente criteriosa, as madeiras das concessões elas são rastreadas, quem compra madeira legal, quer comprar de áreas de concessão, eles sabem que tem segurança, tem governança, é um processo manejado. Eu vejo como gestor ambiental que a concessão florestal vai ajudar na conservação desses territórios. Vai permitir uma governança na área que hoje não tem. Não é o agricultor que gera o grande impacto, mas é o que está entrando que manipula um ou dois comunitários para tirar madeira para ele e ele escoar a noite, enfim, a concessão florestal pode vim a combater esse problema. (Entrevistado D, gestor)

No que concerne à questão da droga, os conselheiros comunitários destacaram como um grande desafio, praticamente, todas as comunidades estão envolvidas direta ou indiretamente com o plantio da maconha (*cannabis sativa*). O Entrevistado E ratificou essa informação:

[...] como é conhecedor por todo o Estado do Amazonas, as UCs estão contaminadas por grandes plantios de droga, o tráfico reina na região, isso é um processo muito antigo no município de Maués, e a Floresta é o refúgio pra esse tipo de atividade, infelizmente parte do Poder Público fecha os olhos pra esse problema, e se a gente for fazer dados estatísticos talvez 100% das famílias hoje ou alguém da família vive ou é usuário, ou planta ou vive no sistema do tráfico, não só da maconha mas de outras drogas pesadas que a gente acabou sabendo da existência que vem do garimpo ou vai da cidade, e há esse sistema de troca de entorpecentes, por causa desse problema as equipes técnicas do INPA se sentiram ameaçadas quando foram fazer o inventário florestal e não conseguiram concluir as atividades. (Entrevistado E, gestor).

O Entrevistado H também enfatizou que esse é um problema antigo no município de Maués: “O problema da droga é antigo, tem os rios que são produtores, teve um período em Maués que eu recorde eles queimaram várias toneladas na praça, isso foi final da década de 1980, isso é um problema que é recorrente, ninguém ainda conseguiu combater, é muito forte mesmo”.

De acordo a Lei Complementar 57/07 a administração do SEUC será feita por um grupo de órgãos com respectivas atribuições em relação ao sistema, tendo como

órgão central a Secretaria de Meio Ambiente e como órgão fiscalizador o IPAAM, conforme descrito no Inciso IV, do Art. 6º:

O Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM) e as Secretarias Municipais de Meio Ambiente têm a função de licenciar e fiscalizar atividades potencial ou efetivamente poluidoras ou degradadoras, inclusive nas UCs e sua zona de amortecimento, aplicando as correspondentes sanções administrativas. (Entrevistado H)

Apesar de ter um órgão estabelecido para atender às demandas do controle e proteção ambiental no estado com a adoção de ações preventivas e corretivas, os conselheiros comunitários informaram em entrevistas que um dos gargalos para gestão da UC é a deficiência na fiscalização, declararam ainda que se sentem impotentes para enfrentar as ameaças e pressões nas UC.

Até o momento da pesquisa, foi realizado apenas 1 (uma) operação de fiscalização na Floresta Estadual de Maués, no período de 18 a 30 de julho de 2011, intitulado Operação mutuca, com o objetivo de combater o plantio de maconha (TCE, 2013). Os conselheiros relataram que nessa operação foi feita uma grande apreensão de maconha no Rio Parauari e foram presas 6 pessoas.

O Relatório do TCE (2013) aponta como uma das principais causas na deficiência da fiscalização em UCs a falta de cooperação, coordenação e comunicação, entre os atores envolvidos na governança das UCs, em consonância com o relatório “existe deficiência na integração dos órgãos entre si, como também não existe planejamento macro das ações na área de controle, o que resulta quase sempre em ações emergenciais”. (p. 40). Outras causas apontadas seria a incipiência do corpo técnico diante da demanda aliada a falta de recursos financeiros.

O simples de fato de criar uma unidade de conservação não garantem com que as ameaças e pressões acabem, conforme observado na Floresta Estadual de Maués. A ineficiência no controle gera a sensação de impunidade para as pessoas que cometem atos ilícitos e gera sensação de incapacidade para os conselheiros e agentes ambientais voluntários. Diante desse cenário, a necessidade de buscar objetivos comuns entre organizações distintas é evidenciada pelos entrevistados e o fortalecimento das relações entre as instituições é vista como potencialidade.

### 3.3 CONSELHO GESTOR E PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTO PARA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Após alguns anos da regulamentação do SNUC e SEUC indaga-se sobre os resultados relacionados à participação dos povos e comunidades locais na gestão de unidade de conservação. Dentre as principais inquietações, destacam-se: até que ponto os conselheiros estão conseguindo pensar e transformar sua realidade? até que ponto os conselheiros comunitários estão preparados para enfrentar justificativas técnicas e científicas para as oposições apresentadas no conselho? até que ponto os conselheiros comunitários estão capacitados para apresentar suas justificativas fundamentadas em outras formas de racionalidades e de conhecimento? Até que ponto estão preparados para lidar com interesses privados cujas justificativas se apresentam como interesses públicos? Até que ponto possuem autonomias de suas escolhas? Aprofunda-se o debate acerca do caráter democrático do COGEF avaliando de forma qualitativa quanto essa experiência pode conter de capacidade emancipatória, ou mesmo modificar a cultura política gerencial.

#### **Box 6 – Participação Social**

Discutir conceitualmente participação social na contemporaneidade é um desafio, tendo em vista a crescente facilidade, diversidade e generalidade do uso deste termo nas diferentes falas, práticas e projetos político-sociais. O “mote” da participação é chamado por todos os cantos do país, obscurecendo e diluindo, como analisado por Luchmann (2006), os diferentes sentidos que dão sustentação.

Luchmann (2006) explicita que a agenda de discussão deste tema é ampla e complexa, cruzando elementos que perpassam a cultura política, os recursos, as motivações, as práticas e estruturas institucionais. Longe de abarcar todas as nuances que envolve uma análise sobre a participação, este trabalho pretende apresentar os limites e possibilidades da atuação do COGEF.

Para problematizar a participação social buscar-se-á embasamento nas discussões propostas por Gramsci (2004). Em sua obra o autor usa o conceito de “cultura”, a qual é entendida como forjadora da liberdade, capaz de propiciar a ultrapassagem da heterogeneidade e da imediatividade da vida cotidiana, das lutas econômico-corporativas que atravessam o ser social para lutas mais duradoras e universais, voltadas à construção de uma nova hegemonia. Nesse sentido, a preocupação do autor é com o desenvolvimento da cultura política, que segundo o mesmo é pressuposto necessário à crítica da ordem das coisas. Para ele, a crítica significa cultura, e cultura não é simples aquisição de conhecimento, mas sim tomar partido, posicionar-se frente à história, buscar a liberdade e a emancipação. A cultura está relacionada, pois, com a transformação da realidade, uma vez que através da “conquista de uma consciência superior [...] cada qual consegue compreender seu próprio valor histórico, sua própria função na vida, seus próprios direitos e deveres”. (GRAMSCI, 2004, p. 24).

Ao problematizar a participação social Lefebvre (2008) afirma que “é impossível apreender o cotidiano como tal, aceitando-o e vivendo-o passivamente” p. 192, ou seja, é necessário o despertar de uma consciência crítica para que haja o conhecimento a respeito da realidade vivida. Sendo assim, é na vivência cotidiana que ocorre a crítica à situação de alienação do indivíduo, o que resulta num processo de reprodução das relações sociais e a produção de novas relações.

A participação social se constitui num processo dialético e numa prática cotidiana. Souza (2004) analisa a participação como sendo um processo existencial concreto, que se produz nas dinâmicas das

sociedades e se expressa na própria realidade cotidiana dos diversos segmentos da população. Para a autora, é na educação que o indivíduo encontra clareza para entender as contradições vividas por ele em sociedade através do processo de difusão do conhecimento e de aprendizagem, um dos meios pelos os quais é trabalhada a aceitação ou não da dominação econômica. Souza (idem) argumenta ainda que a participação “[...] é o processo de criação do homem ao pensar e agir sobre os desafios da natureza e sobre os desafios sociais nos quais ele próprio está situado” (p. 79).

Para Pateman (1992), a participação é educativa e promove, através de um processo de capacitação e conscientização (individual e coletiva), o desenvolvimento da cidadania, cujo exercício se configura como requisito central na ruptura com o ciclo de subordinação e de injustiças sociais. A participação confere um outro ciclo, caracterizado pela relação direta que se estabelece entre a participação cidadã, a mudança da consciência política e a diminuição das desigualdades sociais.

Demo (1993) sinaliza alguns canais que para ele, parecem ser mais característicos e decisivos para a participação: • organização da sociedade civil – significa a capacidade histórica de a sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização; planejamento participativo – diz respeito a formação da consciência crítica a auto-crítica na comunidade, formulação de estratégia concreta de enfrentamento dos problemas e a necessidade de se organizar; educação como formação à cidadania – importante instrumento de participação política; Cultura como processo de identificação comunitária – significa produto tipicamente humano e social, no sentido da ativação das potencialidades e das criatividades de cada sociedade; processo de conquista de direitos – o direito é algo incondicionalmente devido, porém, só se efetiva, se conquistado.

O autor defende ainda que, a participação só pode ser conquistada, a partir da tomada de consciência sociopolítica. Conforme Gramsci (2004) a superação dos interesses econômico-corporativos ao momento ético-político, a passagem da estrutura à superestrutura, do “objetivo ao subjetivo”, expressam-se em através do conceito amplo de política, denominado por ele de “catarse”. É o movimento catártico que possibilita a superação dos interesses “egoístico-passionais”, corporativos e particulares, elevando-se ao momento ético-político, ao nível da consciência universal. Conforme o autor, tal movimento constitui o momento em que as classes conseguem elaborar um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva, cujo objetivo é criar um novo “bloco histórico”. A ideia de catarse nada mais é do que a síntese do projeto político gramsciano.

Essa transformação da força econômica na direção ético-política, que se expressa no momento catártico, é mediada, segundo o autor pela vontade coletiva, “pela vontade como consciência operosa da necessidade histórica”. (GRAMSCI, 2004, p. 17). Para Gramsci (idem), somente elevando-se ao plano ético-político as classes sociais conseguirão imprimir à própria ação caracteres socialmente universais e qualitativamente integrais. Isso significa, também, a elevação da vida cultural-política daqueles estratos sociais que, antes de obtê-la, viviam passivamente e, portanto, não haviam superado o limiar da consciência histórica. Para o autor, sair da passividade é deixar de aceitar a subordinação que a ordem capitalista impõe a amplos estratos da população, é deixar de ser “massa de manobra” dos interesses das classes dominantes e acima de tudo intransigente, pois a intransigência “é a única prova que uma determinada coletividade existe como organismo social vivo, que possui um fim, uma vontade única, uma maturidade de pensamento. Porque a intransigência requer que cada parte singular seja coerente com o todo, que cada momento da vida social seja pensado e examinado em relação à coletividade”. (GRAMSCI, 2004, p. 136).

A vida social, no pensamento gramsciano, é produto da ação dos homens, em que consciência e vontade aparecem como fatores decisivos na transformação do real. Sem deixar de considerar, porém, as condições históricas objetivas, existentes independente da consciência e da vontade humana.

Assim a cultura é apontada por Gramsci (2004) como um dos elementos presentes na base de organização das classes subalternas, capaz de romper com a sua desagregação e abrir caminhos para a construção de uma vontade coletiva, contrapondo-se as concepções de mundo oficiais. Portanto, a cultura apresenta-se como condição necessária ao processo revolucionário, pois “toda a revolução foi precedida de um intenso trabalho crítico, de penetração cultural, de permeação de ideias através de agregados de homens antes refratários e preocupados em resolver dia a dia, hora a hora” os problemas individuais, sem agregar os “outros que se encontravam na mesma situação”. (GRAMSCI, 2004, p. 59). Entendida de forma crítica, a cultura é instrumento de emancipação política das classes subalternas, o amálgama, o elo de ligação entre os que se encontram nas mesmas condições e buscam construir uma contra-hegemonia.

Entende-se que Gramsci (2004) apresenta importantes pistas para pensar o conselho gestor como ferramenta para emancipação política. Os conselhos são espaços com duplo caráter: podem tanto ampliar o espaço público com a participação sociopolítica, como podem reafirmar antigas práticas do fisiologismo e contribuir para que permaneçam as relações sociais vigentes. Nesse sentido, entende-se

que a cultura e política aparecem no pensamento gramsciano como instrumentos de práxis política, sendo esta justamente a via de acesso às massas de consciência criadora de história, de instituições, fundadoras de novos Estados.

Ao entender a participação na gestão da Floresta Estadual de Maués como um processo, é construtivo pensar nos limites e possibilidades dessa prática democrática. Para tal parte do entendimento de participação dos sujeitos que compõe o COGEF.

Conforme os agentes do Estado à participação social é entendida como:

No conselho a gente propõe e trás e tenta construir que essa participação social seja em diversos níveis e assim que acredito que a participação social devia ser em diversos níveis, de forma organizada pra gente ganhar mais força e representatividade, que é mais ou menos assim que acontece nos conselhos. Porém, eu acho que ainda tem muito que se avançar nesse sentido [...] porque eu entendo a participação social não só você chegar e você trazer demandas, mas você ver qual é a parcela que te cabe, ter clareza disso, o que é necessário pra fazer e fazer, entre outras coisas, fazer chegar sua vontade nos três níveis de poder e isso é o principal, você dizer eu quero atingir isso eu preciso ser ouvido e a minha demanda, mas não abandonar, não deixar, não perder de vista aquilo que é da competência dele mesmo fazer e talvez seja um pouco isso que o conselho gestor de UC quando fala de participação ele diz, tem muita coisa a ser feito e tem coisa [...] (Entrevistado A)

[...] As decisões que forem tomadas, tem que passar pelo consentimento de todas as pessoas que estão envolvidas no processo, a participação é compartilhar decisões (Entrevistado C)

Participação Social no meu entendimento é um grupo de pessoas, com objetivos comuns defendendo o coletivo, eu entendo que uma andorinha só não faz verão, aí eu dou um exemplo, você sabe aquele palito de fazer churrasco, se você pegar um palito você quebra no meio, você quebra fácil no meio, mas se você pegar dez palitos e tentar quebrar, você não conseguir quebrar, eu entendo participação no movimento social, como a maior alavanca da democracia. (Entrevistado F)

Os gestores possuem ideias diferentes sobre participação social, tais como: ser “ouvido e se fazer ouvir nos três níveis de governo”, “decisões compartilhadas” e “objetivos comuns para defender o coletivo” e como uma “alavanca da democracia”. Os dois primeiros gestores partem de uma perspectiva mais instrumental da participação social e o último gestor já possui um entendimento mais amplo sobre participação social.

Os conselheiros institucionais entendem a participação social como:

Participar é está presente em todas as reuniões e representar bem o nome da instituição que você participa. (Conselheira da Colônia dos pescadores)  
Além de está presente está presente nas reuniões é também está sugerindo algumas propostas [...] (Conselheiro da SEDEMA)

Participar no ponto de vista da gente é está junto, interagi para pensar em melhorias e uma vida mais digna para o produtor rural que vive dentro da reserva. (Conselheiro da SEPROR)

Os conselheiros institucionais partem do entendimento de a participação é “se fazer presente numa reunião”, é “sugeri alguma proposta e interagi e pensar em melhorias”. Entende-se que a participação relacionada à capacidade de sujeitos reunirem em determinados momentos obrigatórios por lei, é restrita. Para que o conselho esteja formado como instância democrática de decisão, faz-se necessário que haja um processo constante de construção de conhecimentos que não se prestem a uma simples tradução e sim que demonstrem a articulação dos diferentes saberes, reconhecendo-se a heterogeneidade presente nesse espaço público.

Os conselheiros comunitários entendem que

Participar é está em todas as ações, tanto do trabalho quanto nas atividades de associativismo, reuniões, oficinas, participar é colaborar. (Conselheiro Genival)

Participar é eu levar a minha situação para eles saberem como a gente vive na Floresta, aí a gente participa a gente reivindica lá no conselho. Porque o conselho é para ver as melhorias pra Floresta, isso aí eu almejo muito a melhoria de vida dos moradores da Floresta. (Conselheiro Cícero)

O primeiro conselheiro comunitário possui o entendimento de participação como sinônimo de colaboração e o segundo conselheiro entende que a participação pode trazer melhorias para os moradores da Floresta. Para Amann (1980) a participação não deve ser percebida como um fenômeno isolado, mas significa também “contribuir para a produção de bens e serviços, deles dispor e usufruir na dinâmica da própria contribuição”. Para a autora, a participação é mensurada pela intensidade e qualidade na produção, gestão e usufruto de bens e serviços da sociedade como um todo. Um dos objetivos propostos ao conselho gestor é pensar iniciativas para o desenvolvimento local sustentável e, para tal implicam a existência de uma sociedade civil organizada.

De forma geral, a participação pode ser analisada sob diferentes aspectos: forma, grau de controle de decisão e nível de participação (BONDENAVE, 1983, HERNANDEZ, 1996; PATEMAN, 1992; TEIXEIRA & CUNHA, 2007). Também são objetos de análises seus princípios e fatores condicionantes: as qualidades pessoais das lideranças, os princípios que orientam a participação e a estrutura social, que pode chegar a impedir a participação, além dos obstáculos, forças potenciais e instrumentos que condicionam a participação social, tais como: o conhecimento da realidade, a

organização da sociedade civil, a comunicação e a educação para formação da cidadania (DEMO, 1993; TEIXEIRA & CUNHA, 2007).

Em relação ao nível de participação, Teixeira & Cunha (2007) explicitam que pode variar de simples informação sobre decisões tomadas até a autogestão, na qual o grupo determina seus objetivos, seus meios e mecanismos de controle, sem referência a autoridade externa. Os níveis intermediários se referem à consulta, a recomendação, co-gestão e delegação, através da qual os admiradores têm autonomia para decidir em certos campos e jurisdições. O COGEF estaria no nível intermediário de participação de consulta e recomendações.

Pateman (1992, p.95-98) classifica três níveis de participação: a “pseudoparticipação”, também chamado pela autora de experimentos de “participação”, os quais objetivam não estabelecer uma situação onde a participação (na tomada de decisões) ocorra, mas criar um sentimento de participação, ou seja, a participação limita-se a endossar uma decisão já tomada; a “participação parcial”, parcial porque os trabalhadores não tem igual poder de decisão sobre o resultado final do que se delibera, podendo apenas influenciá-lo, no final o poder final pertence apenas uma das partes, e; a “participação plena”, situação na qual cada grupo de indivíduos tem igual influência na decisão final. Avalia-se que o COGEF se insere na categoria de participação parcial, ficando as decisões finais a cargo da SEMA.

O Conselheiro Erenilson ao avaliar a participação dos conselheiros comunitários classifica o nível de participação como “viva” e “morta”, conforme relato:

[...] a participação vale muito, as pessoas acham que é só na escola que se aprende, mas eu sei que não, participando das coisas a gente aprende muito mais [...] mas, tem que ser uma participação viva, participação morta é quando a gente não sabe daquele assunto e não sabe nem dar uma opinião, e viva que eu digo é aquele que tem informação para si organizar e organizar sua comunidade. Nós fizemos uma oficina com os indígenas dos Matupiri e eles são muito organizados e participativos, todos os conselheiros vem para reunião, quando não dar pra vim os 38, sempre vem uma grande maioria, vem só os cabeças, quem tem mais estudo e capacidade para discutir com as entidades e discutir os projetos, então eles vêm com maioria e com isso eles acabam tendo uma participação viva, com reflexo e um retorno mais rápido, por exemplo eles pedem alguma coisa lá e é rápido que chega, eu vejo que eles são indígenas e a organização deles fazem essa força, e aqui com os nossos colegas eu vejo essa dificuldade, eles não tem essa preocupação, eles pegam o nome do conselheiro sem um devido preparo e tem muitos deles que nem passa as informações para a comunidade, eu fico só olhando[...] aqui, logo que nós chega da reunião do conselho, passando 15 dias a gente tem que dar um retorno para a nossa comunidade e as outras comunidades do setor, a gente pergunta nos outros setores e tem comunidade que não sabe nem quem

é o conselheiro quanto mais outras informações. O conselheiro é mais uma importante peça na liderança da comunidade, eu acho que a maioria dos conselheiros ainda não estão fazendo isso é por isso que eu acho que a participação de muitos dos meus colegas conselheiros é morta e por isso a gente não avança lá no conselho.

É interessante o conceito de participação viva e morta explícita pelo Conselheiro Erenilson, e como ele atribui a forma de participação dos conselheiros o estado atual do Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués, bem como avalia como morta a participação de muitos dos colegas, ou seja sem preparo, sem informação e capacidade para reivindicar seus direitos. Contudo, na fala do seu Erenilson, é possível perceber um “despertar de uma consciência crítica”, utilizando o conceito Lefebvre (2008) ao explicitar seu entendimento que só a partir da participação e da organização política terão mais força para lutar por melhores condições de vida. O conselheiro Erenilson enfatiza que quanto maior for à organização dos conselheiros comunitários, maior será seu poder de barganha e de resistência, e ressalta a necessidade de um conselheiro representar os interesses de sua comunidade. Nesse sentido, entende-se que a participação viva dos conselheiros comunitários é importante para alterar a configuração de poder a favor dos outsiders.

Vários estudiosos de conselhos gestores no Brasil (LUCHMANN, 2002; TABAGIBA, 2005; TEIXEIRA & CUNHA, 2007) identificam limites e possibilidades em relação à participação social, como a não garantia de efetivação das decisões tomadas nestes conselhos e a desigualdade de níveis de participação entre os conselheiros decorrentes dos distintos graus de acesso aos recursos ou instrumento que potencializam a participação (GOHN, 2011). Os Entrevistado E e H ressaltam que os limites para participação social começam pelo entendimento dos próprios gestores.

Eu vejo, primeiramente, uma falha muito grande do órgão gestor, porque nós tínhamos uma equipe técnica que estava tentando se aprimorar para poder trabalhar um programa, o PROFOCOS, que pudesse sempre está dando esse apoio, né, essa capacitação para os nossos conselheiros, contudo, essas capacitações eram sempre muito rápidas e eram feitas de forma paralela as reuniões de conselho, as poucas que nós tivemos, então eu avalio que era uma capacitação muito superficial, então a gente não poderia de forma alguma exigir que um conselheiro pudesse se posicionar como ele de fato deveria, sendo que a principal falha era nossa e continua sendo, na verdade. Então, essa deficiência nós temos e o Conselho da Floresta Estadual vai continuar tendo, porque não existe nem um recurso direcionado para capacitação e fortalecimento dos conselheiros. (Entrevistado E, gestor)

Nesse âmbito do Conselho de Unidade de Conservação, muitas vezes como gestor a gente tem dificuldade de entender como funciona e como ter a participação social nessa esfera, uma coisa é a gente colocar essas pessoas numa sala e dizer que é participativo, outra coisa é você dar a voz, fazer com que eles internalizem a política e tenham conhecimento para terem influência nessa política, uma coisa é você está lá dentro e não ter influência nenhuma outra coisa é você ser um agente que está tomando para si as decisões. Então, participação pra mim é isso, é não só está ali dentro do conselho, mas está ali discutindo, sendo agente desse processo e está interferindo e propondo melhorias na política ambiental do Estado do Amazonas. Eu vejo que muitas vezes a gente reuni as pessoas para dizer que é participativo mas, na verdade, isso não é participação, mas, na minha visão isso não é uma falha é um processo de construção de entendimento sobre o que é o próprio conselho. (Entrevistado H)

Na fala da Entrevistado E ele reconhece que o Estado não tem viabilizado capacitação necessário para os conselheiros e não possui recurso direcionado para essa capacitação. Na fala do entrevistado H fica evidente que o entendimento do que é o conselho e do que participação social ainda está em construção. Luchmann (2002) observa que, em geral,

As deliberações são conduzidas por gestores públicos que, além de apresentarem maior nível de renda e escolaridade, contam com uma maior quantidade de outros recursos, a exemplo da competência técnica da capacidade de obter maior informação e maior penetração dos aparatos institucionais. (p. 24).

Observa-se desigualdades de participação no COGEF em várias áreas, por exemplo, no custo da participação. A necessidade de deixar o trabalho e arcar com os gastos de deslocamento para as sedes dos municípios (onde, em geral, se realizam as reuniões), entre outras exigências que se colocam para participação das comunidades tradicionais, não se apresenta da mesma forma para os conselheiros institucionais. A atuação nos Conselhos se constitui em mais uma atividade no trabalho dos representantes do governo que, de certa forma, são remunerados para participar desses espaços.

O art. 18 do decreto 4340/02 impõe que as reuniões do conselho sejam públicas, isto é, qualquer pessoa tem o direito de participar das reuniões. Esse artigo também estabelece que a reunião seja em um local de fácil acesso. As despesas para a participação dos conselheiros nas reuniões (transporte, alimentação e hospedagem) devem ser pagas pelo órgão gestor, se necessário, contudo, a realidade é bem diferente, como relata seu Cícero:

[...] Para eu participar da reunião do conselho eu tive que pagar R\$ 20,00 de ida e R\$ 20,00 de volta, quando era o CEUC às vezes vinha recurso e pagava a minha passagem, fora outros custos que as entidades não têm e mesmo assim não vem discutir com a gente [...].

Esse diferencial nos custos da participação torna-se mais problemático se levarmos em conta o fato de que, em geral, são os ribeirinhos que apresentam menores rendas e disponibilidade de tempo, em comparação com os conselheiros institucionais. Ou seja, aqueles que têm menos recursos são os que precisam arcar com maiores custos do processo de participação.

Demo (1993, p. 101), conceitua participação como sendo um “[...] processo histórico de conquista das condições de autodeterminação. [...] Não se implanta por decreto, nem é consequência automática de qualquer mudança econômica, porque possui densidade própria, embora nunca desvinculada da esfera da sobrevivência material”. Para o autor, as desigualdades só podem ser reduzidas a partir de um processo árduo de participação, a qual é considerada pelo mesmo como uma conquista.

Analisa-se, que para além das necessidades de recursos materiais (renda e escolaridade), outras desigualdades se apresentam no âmbito do COGEF como acesso a informação e a capacidade de influenciar nos processos decisórios. O Entrevistado E explicita que:

Tudo parte do princípio da capacitação, o conselheiro, o conselheiro para ele saber realmente quais são os direitos e deveres dele, como proceder, como exigir as coisas ele tem que está capacitado. [...] Então se o conselho fosse melhor capacitado, poderiam cobrar mais e exigir um retorno mais rápido, mas isso ainda não ocorre na Floresta Estadual de Maués. (Entrevistado E, gestor)

O Entrevistado E ressalta a importância da capacitação para que os conselheiros conheçam seus direitos e deveres e saibam exigir do poder público uma atuação mais efetiva. Nesse sentido, observa-se que os ribeirinhos não estão devidamente capacitados pelo Estado para atuarem de forma propositiva nesse espaço político, Tatagiba (2005) ressalta, o Estado possui resistência para com estes espaços, utilizando-se de uma série de mecanismos de controle sobre o processo participativo. Parece que a palavra-chave para os sucessos (parciais) de várias experiências não é o diálogo ou a cooperação, e sim a “estratégia”. Nesse sentido, a forma como o Estado vem trabalhando esses canais de participação está contribuindo para que as relações de poder permaneçam e não haja ruptura com os canais de dominação.

Visando à democratização do Estado através da ampla participação social junto às instâncias decisórias das políticas públicas, os conselhos vêm apresentando uma série de problemas e contradições, não apenas em função do peso da herança política – institucional e cultural – tradicional, como também, e fundamentalmente, pela despolitização da “questão social” ditada pela perspectiva neoliberal. (LUCHMANN, 2002). Observa-se que a operacionalização não plena dos conselhos ocorre pela falta de tradição participativa da sociedade civil em canais de gestão dos negócios públicos.

Conforme Demo (idem), dentro da compreensão da realidade histórica como unidade dos contrários, a desigualdade social coloca-se não só como a infelicidade de uma grande maioria, mas também como dinâmica da própria sociedade capitalista em constantes transformações. Por esta razão, para o autor, a pobreza política compreende a dificuldade de diversos segmentos sociais em superar a condição de objeto manipulado para atingir a condição de sujeito consciente e organizado em torno dos seus interesses.

Entende-se que a palavra participação diz respeito a tomar parte, mas não é algo espontâneo ou dado e sim aprendido e conquistado, pois participar remete necessariamente à distribuição de poder, a quem ganha e a quem perde na sociedade quando se define algo que regula as práticas coletivas. Assim sendo, para se assegurar um processo participativo em uma UC é preciso desenvolver ações de mobilização e envolvimento, garantir as presenças nas reuniões e disponibilizar formação que possibilite aos membros do conselho uma intervenção qualificada, sobretudo, daqueles em condições de maior vulnerabilidade socioambiental.

Apesar dos limites apresentados, também se destaca as possibilidades do conselho como espaço democrático. Gohn (2011), explicita que os conselhos gestores são importantes porque são fruto de lutas e demandas populares e de pressão da sociedade civil pela redemocratização do país. Conforme a autora, os conselhos gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação.

Com os conselhos, gera-se uma nova institucionalidade pública. Eles criam uma nova esfera social-pública ou pública não estatal. Trata-se de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, porque eles viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação, gestão e avaliação de políticas públicas e possibilitam à população o acesso aos espaços nos quais se tomam as decisões políticas.

Se o Estado e as políticas neoliberais “desconstroem” o sentido do público, retirando sua universalidade e remetendo ao campo para o campo do assistencialismo e da lógica do consumidor usuário de serviços, os conselhos têm a possibilidade de reaglutinarem esses direitos fragmentados, reconstituindo os caminhos de construção da cidadania que está sendo esfacelada. (GOHN, 2011, p. 92).

A autora acrescenta que ocupar esses espaços pode ser uma maneira de estar presente em arenas em que se decidem os destinos de verbas e prioridade na gestão de bens públicos, é uma forma de ser ouvido e de continuar lutando para transformar o Estado pela via da democratização das políticas públicas. Os conselhos devem ser espaços e mecanismos operativos a favor da democracia e do exercício da cidadania, em todo e qualquer contexto sociopolítico. Para Gohn (2011) eles podem se transformar em aliados potenciais e estratégicos na democracia da gestão das políticas públicas.

Tendo em vista desenvolver o potencial transformador que conselhos possuem, é necessário, conforme Gohn (2011), desenvolver algumas condições e articulações, tais como: dar peso político a essa representatividade e consequência à luta dos segmentos sociais que acreditaram e lutaram pela democracia dos espaços públicos; que haja aumento efetivo de recursos nos orçamentos destinados aos conselhos e não apenas complementações pontuais de ajustes; os conselhos têm que ser paritários não apenas numericamente, mas também nas condições de acesso e de exercício da participação; a médio e longo e prazo, eles necessitam criar autonomia de pensar seus problemas para além dos planejamentos estratégicos, de caráter emergencial, que diagnosticam para selecionar priorizar as urgências.

### **3.4 REINVENÇÃO SOCIOPOLÍTICA NO ÂMBITO DA FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS**

Cabe aqui retomar a pergunta feita no título do capítulo “Floresta Estadual de Maués: unidades de conservação de papel ou de carne e osso?”. Para responder a essa pergunta parte-se do entendimento de que uma unidade de conservação de papel são aquelas criadas pelo Estado, mas não possui as ferramentas de gestão (Conselho Gestor e Plano de Gestão), ou são mal operacionalizadas; em contrapartida, considera-se as unidades de conservação de carne e osso aquelas onde as ferramentas de gestão

funcionam efetivamente com a participação ativa dos povos e comunidades tradicionais que residem nesses territórios.

No que concerne ao Conselho Gestor da Floresta Estadual de Maués, conforme já foi analisado, não possui autonomia, por ser de caráter consultivo quem toma as principais decisões é o Estado; a maior parte das tarefas ficam concentradas na mão do gestor; há hierarquia na participação social, onde os conselhos comunitários ficam em último plano; o COGEF não tem contribuído com a emancipação política dos conselhos comunitários.

Em relação ao Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués, o Entrevistado E afirma que o mesmo é um bom documento técnico elaborado com a participação das comunidades ribeirinhas, contudo a sua implementação ocorre de forma pontual e com o auxílio de parcerias.

A gente sempre tenta nortear as ações pelo Plano de Gestão que eu considero um bom documento técnico, foi elaborado com bons programas e sub-programas e as comunidades participaram da elaboração. [...] mas se a gente for avaliar hoje o que foi implementado, temos pouca coisa para avaliar, apesar de nosso entendimento sobre a implementação ter se ampliado, porque antes a gente entendia implementação o que fosse possível de executar diante do que o Plano de Gestão estabelece por meio do órgão gestor, depois o nosso campo de visão aumentou, para se implementar uma unidade de conservação o órgão gestor não deve e não pode trabalhar sozinho, muitas coisas que foram estabelecidas no Plano de Gestão são realizadas por outras instituições, a própria FAS, via Programa do Bolsa Floresta, implementou várias ações que foram estabelecidas no Plano de Gestão [...]. Se for avaliar ações desenvolvidas só pelo órgão gestor, não foi realizado quase nada, porque a concessão não foi a frente que seria a grande fonte de recurso para implementação da UC [...]. Então, nós não fizemos muito, mas o pouco que agente fez foi com base no que o Plano estabelecia, respeitando o que foi construído junto às comunidades. (Entrevistado E, gestor)

O Entrevistado E enfatiza as poucas ações realizadas foram norteadas pelo Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués. O referido Plano possui 6 objetivos, após 7 anos da sua elaboração e publicação, nem um objetivo foi realizado plenamente:

Quadro 16 – Objetivos do Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués

<i>Objetivos</i>	<i>Situação</i>		
	Realizado Plenamente	Realizado parcialmente	Não realizado
1 Assegurar a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes na UC através da realização de ações que promovam a cidadania (documentação pessoal, regularização fundiária, educação e saúde) e geração de renda conforme as diretrizes traçadas no Programa de integração com a área de amortecimento e com a população residente;		X	
2 Promover o uso sustentável dos recursos madeireiros e não-madeireiros de acordo com as normas estabelecidas em seu Plano de Gestão;		X	
3 Proteger a biodiversidade e promover a geração de serviços ambientais;		X	
4 Permitir a visita pública e atividades de lazer como turismo ecológico e de observação conforme estabelecido no Programa de uso público;			X
5 Estimular a pesquisa científica conforme as diretrizes traçadas no Programa de conhecimento;			X
6 Estimular a pesquisa e preservação de sítios arqueológicos conforme as diretrizes traçadas no Programa de conhecimento da UC.			X

Fonte: Lira, 2017.

O Entrevistado E reconhece que poucas ações foram realizadas para tirar o Plano de Gestão do papel, o entrevistado E afirma que:

O Plano de gestão pouco foi implementado, pouquíssimas coisas foram implementadas, é uma floresta que precisa de uma pesquisa e não estão sendo feitas, é uma região endêmica com muitas especificidades, é necessário avaliar o potencial para a produção de madeira, porque quando foi feito o inventário florestal para concessão florestal ele não foi concluído, é necessário complementar informações. (Entrevistado E, gestor)

Uma das principais ações que caberia ao Estado viabilizar é a Concessão Florestal. A Floresta Estadual de Maués possui 14 anos de existência e até o momento da pesquisa a concessão ainda estava na fase de discussão entre os gestores. A Concessão Florestal seria a alternativa de desenvolvimento econômico pensada pelo Estado para trazer melhorias das condições de vida das comunidades, conforme relato do Entrevistado E:

Se for pensar no desenvolvimento com base na concessão, é uma alternativa econômica que na verdade o Estado do Amazonas não tem pioneirismo nisso, não tem experiência nem recente nem antiga em relação a isso, o empresariado particular provavelmente deve ter, mas o governo do Estado do Amazonas não tem experiência nisso. Mas, a concessão é uma alternativa econômica interessante para trazer desenvolvimento para as comunidades, se isso for bem trabalhado, se for bem estruturado, se os órgãos competentes realmente arregaçarem as mangas e colocarem realmente isso para funcionar, tem tudo para dar certo e acontecer se isso for trazido para a sociedade, mas se isso for discutida somente pelos órgãos públicos, o futuro continua sendo incerto. (Entrevistado E, gestor)

O Entrevistado E explicita que a discussão da Política Florestal do Estado do Amazonas não tem havido participação da sociedade civil nem dos gestores que trabalham nas unidades de conservação:

Está sendo discutida a Política Florestal no Estado do Amazonas com vários órgãos, mas as principais detentoras que receberão toda essa mudança da política ambiental, na verdade, estão sendo esquecida, estão sendo deixadas de lado. Nós que somos gestores de unidades de conservação lá na ponta, não participamos dessa discussão, então é uma discussão que está acontecendo, mas não temos feito parte disso e nem as florestas públicas também. Eu entendo que se há uma discussão de Política de Estado, todos os setores da sociedade deveriam participar, inclusive aquele que trabalham em unidade de conservação.

Os principais interessados, que poderiam contribuir de forma significativa, estão sendo deixados de lado. A Concessão Florestal pode ser realizada por empresas privadas ou pelas próprias comunidades quando estão organizadas para isso. O Entrevistado E explicita que:

O meu sonho era que a gente conseguisse chegar no patamar da Flona Tapajós que as comunidades se organizaram, criaram uma cooperativa e elas mesmas gerenciam a concessão florestal dentro da sua UC, entendeu? Não precisou vim uma empresa estrangeira lá do outro lado do mundo para concorrer a essa concessão florestal, pra isso que a gente tinha iniciado o trabalho de plano de manejo de pequena escala em nível comunitário para que eles pudessem começar a sentir o que é o plano de manejo, esse aqui pequeno dá trabalho, mas com o esforço conjunto eles já teriam uma ideia lá na frente do que seria uma concessão florestal, o impacto e os benefícios, porque não tem só coisas boas, tem coisas ruins também, então foi por isso que a gente iniciou os planos de manejo, nada foi sem estratégia, mas fazer isso chegar ao amadurecimento é tempos, né, a própria equipe técnica quando foi para campo eu rebati que deveriam ter tido um diálogo com as comunidades, que isso fosse trabalhado na base das comunidades, o que não foi feito e quando realmente sair a concessão, se as comunidades não tiverem organizadas, esse benefício vai para as mãos de empresas. (Entrevistado E, gestor)

O Entrevistado E, na sua fala, apresenta a Flona Tapajós como um modelo a ser seguido, onde as próprias comunidades são responsáveis por gerenciar a concessão. Contudo, a organização política não tem sido prioridade na Floresta Estadual de Maués e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais são desconsiderados no processo de construção da Política Florestal no Estado do Amazonas.

Conforme Santos (2010), os conhecimentos, fora da racionalidade moderna, são desqualificados e tornados invisíveis, ininteligíveis ou descartáveis de um modo irreversível. Para o autor “o que não existe é produzido ativamente como não-existente, como alternativa não-credível ao que existe” (p.102).

Santos (2010) chama a racionalidade moderna de razão indolente ou preguiçosa. Racionalidade arrogante que se considera única, que não se exercita o suficiente, que tem um conceito restrito de totalidade. Tem uma visão de presente dicotômica e hierárquica e por isso não consegue pensar para fora das totalidades. Para combater essa razão indolente o autor propõe utilizar a sociologia das ausências como forma de resgatar e tornar presente as formas de conhecimentos postas na penumbra da história (ocidental). O autor apresenta cinco modos de produção de não existência:

São, assim, cinco as principais formas sociais de não-existência produzida ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Trata-se de formas sociais de inexistência porque as realidades que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades que contam como importantes, sejam elas realidades científicas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir. (p. 104).

Em consonância com Santos (2010), Leff (2006) afirma que a geopolítica do desenvolvimento sustentável se inscreve em uma geopolítica do conhecimento, em estratégia de poder no saber onde joga de um lado o conhecimento hegemônico produzido pelo modelo da civilização europeia, e, de outro, os saberes excluídos, subjugados, colonizados.

O autor propõe como alternativa a racionalidade econômica a racionalidade ambiental que acolhe diferença (as diversas matrizes de racionalidade cultural), assumindo sua relatividade e sua incomensuralidade e que opere conforme os princípios da sustentabilidade. Em consonância com autor a racionalidade ambiental é uma

estratégia conceitual que orienta uma práxis de emancipação do mundo hiperobjetivado e do logocentrismo do conhecimento.

Para elaborar o conceito de racionalidade ambiental, o autor se embasa no conceito de racionalidade em Weber (1994). Para Weber a racionalidade é conceituada como o sistema de regras de pensamento e ação que se estabelecem dentro de esferas econômicas, políticas e ideológicas, legitimando determinadas ações e conferindo um sentido de organização da sociedade em seu conjunto. O autor distingue quatro tipos de ação social: 1 Racional segundo fins: determinada por expectativas no comportamento, tanto de objetos do mundo exterior como de outros homens, e utilizando estas expectativas como “condições” ou “meios” para a consecução de objetivos próprios racionalmente avaliados e perseguidos; 2 Racional segundo valores: determinada pela crença consciente do valor, próprio e absoluto de determinada conduta, sem relação com o resultado, ou seja, puramente em mérito desse valor; 3 Afetiva: especialmente emotiva, determinada por afetos e estados sentimentais atuais; 4 Tradicional: determinada por um hábito arraigado.

Weber (1994) distingue quatro tipos de racionalidades: Racionalidade teórica: que permite controle consciente da realidade, através da elaboração de conceitos cada vez mais precisos e abstratos; Racionalidade formal: cuja expressão mais contundente e dominante é o cálculo em capital, que rege os modos de produção e os mundos de vida das pessoas; Racionalidade instrumental: implica a consecução metódica de determinado objetivo prático através de um cálculo preciso de meios eficazes; Racionalidade material ou substantiva: ordena a ação social em padrões baseados em postulados de valor. A racionalidade substantiva acolhe a diversidade cultural, a relatividade axiológica e o conflito social que emergem entre valores e interesses diferentes. Racionalidade material ou substantiva: ordena a ação social em padrões baseados em postulados de valor.

Ao utilizar o esquema analítico de Weber, Leff (2010) desenvolve a tese que racionalidade econômica está embasada na racionalidade formal e instrumental e a racionalidade ambiental está ancorada na racionalidade teórica e substantiva.

Primeiramente foi perguntado para os gestores porque escolheram trabalhar na área ambiental e obtiveram-se as seguintes respostas:

Na verdade não foi uma escolha foi uma necessidade, a minha formação é cientista político, só que eu nunca tive condições de atuar na área e eu também sou contador e fui contratado pelo projeto Moore em novembro de 2004 e me tornei comissionado e estou nessa função até hoje. (Entrevistado D, assessor)

Eu comecei a trabalhar com unidade de conservação em 2010 e como chefe do DEMUC a partir de março de 2015, quando houve a reestruturação por parte do governo. [...] Antes de eu vim para cá eu passei por vários lugares, e um deles foi na Assembleia Legislativa, Onde eu trabalhei na comissão do desenvolvimento do interior, agropecuária, pesca e abastecimento, na comissão técnica que tem lá, assessorando alguns parlamentares. E a questão ligada a unidade de conservação ela é bem polêmica para quem não trabalha na área, para quem tem um olhar mais produtivista, porque para o pessoal que trabalha com produção ou desenvolvimento estadual, ligado a geração de emprego e renda, eles ainda tem aquela visão que unidade de conservação vai emperrar o desenvolvimento. [...] Porque quando a gente cria uma unidade de conservação a importância de se conservar essas enormes áreas florestadas ela tem haver direto com os serviços ambientais prestados por essa unidade e muitas vezes as pessoas não levam em consideração isso, acham que o serviço que a natureza presta é de graça, naturalmente é o modelo que vem dando mais certo de conservação naturais da biodiversidade são as unidades de conservação, possa até surgir outro modelo no futuro, mas no presente as unidades de conservação tem sido mais eficazes. (Entrevistado C, gestor)

Eu sou geógrafo de formação e tenho curso técnico em agropecuária na escola técnica que hoje é o IFAM, então teoricamente nos dar uma base de extensão. Mas, o que me levou a escolher essa área foi: primeiro, eu sou caboclo do interior de Parintins, o meu pai era agricultor, então eu cresci vendo todo aquele trabalho onde nós morávamos, eu tive a oportunidade de estudar o que me deu uma visibilidade muito grande e logo depois eu fui trabalhar numa ONG Fundação Vitória Amazônica trabalhando dentro do Parque Nacional de Jaú onde nós trabalhamos no Plano de Manejo. Então, o que me levou a trabalhar na área foi o histórico do meu pai eu sempre tive a preocupação com Estado do Amazonas, eu costumo dizer que a cada 10 pessoas, apenas 3 se preocupam com o grande bioma que é nossa floresta e que infelizmente muitos não conseguem enxergar dessa forma. Então eu tive a felicidade de trabalhar primeiro numa esfera não governamental e agora na esfera governamental o que me ajudou a focar naquilo que trouxe como raiz de onde eu cresci. (Entrevistado F, assessor).

Ao analisar as respostas observa-se que trabalhar na área ambiental foi uma escolha apenas para um entrevistado e para dois deles foi uma necessidade financeira. Na fala é possível observar na fala Entrevistado C e entrevistado F que apesar de trabalharem no Estado, possuem uma ação racional segundo os valores e não só uma ação racional instrumental. Sobretudo, essa ação racional segundo os valores é importante para quem desenvolve ações diretamente com os povos e comunidades tradicionais.

Conforme o entendimento do Entrevistado E, a racionalidade que predomina entre os gestores é a racionalidade econômica que tem por finalidade o crescimento econômico.

[...] as pessoas só vislumbram a mata verde, a gente sabe que tem muita gente ali trabalhando, desenvolvendo atividades sustentáveis e que de alguma forma está contribuindo com o Estado do Amazonas e está equilibrando a natureza, né. Mas, eu ouvir em muitos momentos, em reuniões de gestores, que os produtos extrativistas que não geram receita não são interessantes para governo nenhum, então se você for conversar com os gestores o que é mais interessante uma concessão mineral ou florestal com certeza se você colocar numa balança para as pessoas escolherem do ponto de vista de rentabilidade lucrativa, a maioria escolheria a mineral, porque não importa o buraco que vai ficar na floresta, não importa o dano que vai causar na água, não importa o igarapé que vão ser danificados, o que interessa é a lucratividade, então a gente se depara com essas situações. (Entrevistado E, gestor)

Essa racionalidade econômica foi identificada na fala do Entrevistado G, conforme relato:

[...] nós vimos o potencial que havia em termos de recurso, aí se pensou em criar duas áreas, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável e a Floresta Municipal de Maués. A Floresta Municipal de Maués [...] agente faria o manejo da madeira, mas um manejo racional, nos temos Itacoatiara que compra galhos e madeiras pra queimar pra gerar energia, então se faria um aproveitamento melhor dos produtos, e tem a indústria madeireira [...] o nosso foco era desenvolver o fixar o homem no campo. (Entrevistado G)

Na fala do Entrevistado G fica explícita a racionalidade econômica quando foi proposta a Floresta Estadual de Maués pelo município. O objetivo era o crescimento econômico com apropriação destrutiva dos recursos naturais. Conforme Leff (2010), a racionalidade econômica não é sustentável, pois não consegue reverter os danos causados, então é necessário construir outra racionalidade produtiva que possa operar conforme os princípios da sustentabilidade.

Para Leff (2010) a sustentabilidade está enraizada em bases ecológicas, em identidades culturais e em territórios de vida; desdobra-se em espaço social, onde os atores sociais exercem seu poder de controle da degradação ambiental e mobilizam potenciais ambientais em projetos autogerenciados para satisfazer as necessidades e aspirações que as globalizações econômicas não podem cumprir. Nesse sentido ressalta-se a visão dos conselheiros comunitários sobre sustentabilidade:

[...] eu acredito que a gente tem que cuidar do que é nosso, se eu vou pegar três peixinhos e tenho que comer um e deixar dois, pra reservar para janta, isso é pra não acabar né. (Seu Genival, comunidade Monte Sinai)  
Mas a gente aqui na comunidade tem se esforçado para fazer o certo, e eu acho que isso já é uma grade ajuda para reserva, eu queria que as pessoas zelassem mais pelo que é nosso e não deixassem essas pessoas que vem de fora, tomar o que é nosso, se eu deixar essas pessoas invadirem para ganhar

dinheiro, vai faltar pra gente da comunidade, se agente não cuidar agora não vai ter no futuro, tentar preservar para gente e para outros. [...] eu vejo a gente como os guardiões da floresta [...] o guardião é aquele que garante a sua comunidade o que está ao redor e ajuda a orientar [...] de forma que as famílias também possam ser beneficiados e ajudar a criar seus filhos e netos [...] (Seu Erenilson, comunidade, Ebenezer)

Eu sou agente ambiental voluntário, nós organizamos a comunidade para entrar no projeto dos quelônios, eu espero que continue esse projeto, que continuem a fazer a multiplicação dos quelônios, aqui tinham vários monitores, e trouxe benefício para própria comunidade, do ano passado pra cá nós já colocamos mais de 500 quelônios na água, isso aí já vai ser uma grande força pra natureza, porque quando é tempo de seca se a gente só pegar os ovos vai acabar, então eu estou fazendo esse trabalho não é pensado em mim, eu estou pensando nos meus filhos, nos netos, nas gerações futuras que vem, ninguém nunca faz as coisas pensando só na gente, se fosse o contrário, não existia mais nada, e a gente vai pensando na geração que vem vindo, pra melhoria, por exemplo eu tenho um neto, aí eu já vi muita coisa e eu quero que ele veja também [...].(Seu Cícero, comunidade Monte Sinai)

Na fala dos conselheiros comunitários observa-se uma preocupação com a sustentabilidade dos recursos naturais e muitas vezes esses conhecimentos não são considerados na gestão de políticas ambientais. É no diálogo como esses “outros” negados juntamente com a natureza, que Leff vê a emergência de uma Racionalidade Ambiental.

A participação social na gestão dos recursos naturais não pode sujeitar somente numa consulta e negociação, mas implica um processo de conciliação que permita dirimir conflitos, bem como abra opções para diferentes estratégias de apropriação, gestão e transformação da natureza, dentro dos princípios da racionalidade ambiental. Essa democratização dos recursos naturais é importante principalmente diante dos desafios para se fazer a gestão dos recursos naturais no Estado do Amazonas, dentre os principais desafios destacados pelos gestores, estão: a falta de recurso financeiro, recursos humanos reduzidos, logística, dimensão do Estado, dificuldade de diálogo com outras esferas de governo, rotatividade de pessoas tendo em vista que os funcionários não são concursados, mudanças administrativas, regularização fundiária, participação e empoderamento dos povos e comunidades tradicionais, entre outros:

Às vezes a gente pensa, ah é muito fácil ter a política no papel, no diário oficial e tal, né, a gente passa por momentos de dificuldades para ver elas funcionando, primeiro para regulamentar a política, muitas discussões, né, isso leva muito tempo, muitos atores sociais envolvidos, mas quando chega na hora de implementar aí a dificuldade aumenta mais, até por conta do volume de recursos que o poder público aloca para área ambiental, para a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, então a gente percebe que esse recurso está diminuindo, enquanto a lógica deveria aumentar, nós passamos por uma dificuldade financeira no ano passado que nunca eu tinha visto em

todos os anos que trabalho aqui, não chegou nem um recurso do tesouro e nós só conseguimos ainda andar devido as parcerias como o ARPA, que atualmente é o carro chefe para fazermos a gestão nas unidades de conservação. A grande dificuldade então é recurso financeiro e recursos humanos, a secretaria não tem um quadro efetivo, um núcleo duro e a rotatividade é muito grande, a secretaria nunca teve um concurso público. (Entrevistado C)

Um primeiro desafio é o Recurso desejável para se implementar as ações nas UCs; um outro desafio é fazer com essas populações realmente se empoderarem do processo organizacional da vida que eles tem lá e com relação a política ambiental que o Estado desenvolve. E por fim, o desafio de ter um elo das esferas governamentais para desenvolverem um trabalho em conjunto nas unidades de conservação que hoje a gente ainda não tem, o Estado e os município conversam pouco, isso quando tem algum diálogo. (Entrevistado D)

Enquanto o Estado como um todo não entender a importância das unidades de conservação e que se a própria população residente não incorporar essas lutas e que hoje está adormecido os desafios vão continuar, nós como gestores na ponta o nosso desafio é muito maior porque nós trabalhamos em áreas enormes né, com mais de um milhão de hectares para um gestor de unidade de conservação, tem inclusive os colegas de outras instituições que brincam com a gente que chamam a gente de super chefe, porque na verdade esse é o termo, tem unidade de conservação que para você chegar no limite delas é difícil, a logística é difícil, é longe tá entendendo, tem unidade de conservação que você anda o dia inteiro com o motor potente e você não consegue chegar no fim dela. Então, assim, nós somos muito criticados enquanto chefe de unidade eu sou avaliada por todos, todos os órgãos possíveis, inclusive o nosso né, somos avaliados pelas lideranças locais, pelos órgãos que não tem competência nenhuma para avaliar um chefe de UC, mas em momento nenhum se avalia que o nosso trabalho é desumano e continua sendo desumano e o desafio parte daí, contratação de um chefe para mais de um milhão de hectare, a gente tem UC que tem mais de 100 comunidades, então você não consegue realmente atender a todos. [...] a gente sabe o papel que a gente tem como chefe de unidade mas, falta uma equipe técnica, hoje nós temos poucas unidades de conservação que possui escritório fixo, o Estado como instancia máxima não proporciona as condições necessárias para implantar escritórios para as unidades de conservação, [...] muitas unidades de conservação, na mudança administrativa, ficaram sem gestores, em se tratando da própria Floresta Estadual de Maués, teve muitos gestores e isso é ruim para continuidade e sequência das ações e no contexto atual, o próprio órgão gestor passou por muitas mudanças e sem continuidade de um programa de governo ou da própria política pública. O maior desafio no momento atual é manter o órgão gestor funcionando para que as coisas possam acontecer, mesmo que de forma lenta. (Entrevistado E)

Nas unidades de conservação tem muitos desafios como a dificuldade do acesso as políticas públicas inclusivas, políticas públicas de inclusão social, educação, comunicação, saúde, então tem muitos desafios que a gente precisa encontrar meios para melhorar a vida dessas pessoas, quem está lá, quem cuida da floresta tem que ser recompensado, tem que ser beneficiado, nós aprovamos ano passado e estamos tentando finalizar todo o processo de regulamentação da Política Estadual de Serviços Ambientais, ela é fundamental para as áreas protegidas, para o Estado como todo, ela é uma porta de acesso a recursos, as nossas florestas tem um papel fundamental de provedora dos serviços ambientais e aí não é só para nós é para o mundo, para o planeta, a gente sabe que as influências dos serviços ambientais na regulação climática, isso contribui muito com o planeta e a Política Estadual de Serviços Ambientais visa uma compensação por esses serviços, uma compensação para quem está lá, quem cuida dos recursos ambientais, para os

moradores de unidade de conservação, para as populações indígenas, na verdade a gente só coordena, quem cuidado são eles. (Entrevistado F)

Diante dos grandes desafios relatados pelos gestores foi perguntado sobre as alternativas possíveis na conjuntura atual, que vão desde alternativas materiais até organização política da sociedade civil, conforme relatos:

Nós temos uma pauta de desafios muito extensa, ano que vêm nós vamos está mais presente fisicamente, hoje a gente tem gestores nas unidades de conservação, mas ano que vem a gente vai ter um polo em Parintins, presença física da SEMA em Parintins, isso vai se estender em Apuí, em Humaitá e em Boca do Acre, a gente espera que essa presença iniba ou diminua esses ilícitos ambientais. Não tem como a gente ter uma gestão eficiente daqui com uma equipe pequena, as distancias geográficas são enormes, o cabra faz um incêndio no Sul do Amazonas e a gente chega lá no outro dia e quando tudo funciona bem, quando o governo disponibiliza aeronave, quando a gente consegue mobilizar os parceiros e dois dias de fogo já é algo incontrolável. Nós estamos discutindo agora um programa chamado Município Sustentável – MS Amazonas, que a gente quer implantar em 7 municípios do Sul do Amazonas, esses 7 municípios representam hoje 70% do desmatamento de todo o Estado, ou seja se a gente atacar aquele vetor do Sul do Estado, com políticas públicas e gestão ambiental com comando e controle a gente consegue frear os incêndios florestais, saindo de lá nós temos a região metropolitana, mais os ilícitos são bem menores, lá no Sul do Amazonas quando a gente detecta já tem 1000 hectares de árvores derrubadas e os incêndios florestais são de grandes proporções. Então se tivermos uma presença física no interior do Estado e uma gestão mais eficiente à gente já minimiza consideravelmente a degradação ambiental no Estado do Amazonas. (Entrevistado B)

É necessário um amadurecimento político das próprias comunidades para que as unidades de conservação não fiquem só no papel. Quem é que está discutindo isso nas comunidades? Quem está levando as informações? se eles não tem conhecimento das leis, não tem empoderamento, se não tem organização social de sair da sua comunidade, de se empenhar e buscar essas informações, as coisas ficam paralisadas. Hoje nem um órgão público ou organização não governamental está preocupada com isso não, quanto menos eles fizerem barulho melhor para todos, parte do princípio de organização social, aqueles que estão incomodando os órgãos alguma hora precisam ser ouvidos e as coisas começam a funcionar. Mas na minha avaliação não é um problema só da Floresta Estadual de Maués é um problema enfrentado em outras UCs também, antes a gente tinha um departamento que cuidava dessa organização política, hoje a gente só tem uma assessoria que dá mal conta de fazer pareceres técnicos, nós fomos podados, mas eu tenho esperança que as políticas públicas estão aí para serem cumpridas. (Entrevistado E)

Ao analisar a operacionalização da Política Ambiental na Floresta Estadual de Maués, no que se refere ao Conselho Gestor e Plano de Gestão, considera-se que a mesma ainda é de papel. O Entrevistado E fez a seguinte avaliação:

Na minha opinião eu acredito que a Floresta Estadual de Maués ainda é de papel, [...] tem muito o que trabalhar, a gente não conseguiu em 5 anos produzir um papel informativo do que é uma UC dos programas como os Agentes Ambientais, do PROBUC, há muitos trabalhos isolados, as UCs não conversam entre si, não há troca de experiências, é cada um no seu quadrado, na FLORESTA a gente trabalhava com resto de recursos de outras UCs, eu acho que o recurso poderia ser melhor distribuído [...]. Em se tratando da Floresta Estadual de Maués eu penso que é de papel porque precisa de muita coisa, o resultado que nós temos hoje, faz parte do processo de criação, uma unidade de conservação imposta, não foi trabalhada as lideranças locais e a organização social das comunidades, também não foi efetivada a concessão florestal e a região continua com sérios problemas sociais e ambientais, a unidade de conservação não conseguiu melhorar a qualidade de vida da população [...], então tem muito o que ser trabalhado e a gente não consegue ter continuidade nas ações pelas mudanças que vem acontecendo ao longo dos anos no próprio Estado e grande parte dessa deficiência na gestão eu atribuo ao próprio órgão. (Entrevistado E)

Fica claro na fala do Entrevistado E os problemas relacionados à gestão da Floresta Estadual de Maués, os quais corroboram com avaliação de que a referida UC ainda é de papel.

Entende-se que houve muitos avanços na Política Ambiental do Estado do Amazonas, mas na atual gestão, a implementação de unidades de conservação não foi uma prioridade. Diante da complexificação dos problemas relacionados à gestão ambiental, a participação dos povos e comunidades tradicionais é uma condição para que se vislumbre uma implementação de unidades de conservação de carne e osso.

Acredita-se que o conceito de tradução trabalhado por Santos (2010) pode ajudar nesse processo. A tradução é um processo intercultural, intersocial. É a busca da inteligibilidade sem homogeneização. Ver o que há de comum entre movimentos, onde estão as semelhanças. Esse é o princípio fundamental da Epistemologia do Sul, que se baseia na ideia central de que não há justiça social global sem justiça cognitiva global, ou seja, sem justiça entre os conhecimentos. É preciso uma nova forma de relacionar conhecimentos e o que ele propõe é a tradução, examinando relatividade e incompletude. É tradução recíproca. É um exercício de imaginação epistemológica e democrática com o objetivo de construir novas e plurais concepções de emancipação. Para o autor a participação política possui um papel fundamental no processo de redescoberta das práticas societárias. É através dela que aqueles deixados à margem poderão ser incluídos no processo democrático.

A luta pela criação e ampliação de espaços de participação social na gestão de políticas ambientais no Estado do Amazonas é uma luta ao mesmo tempo, epistêmica e

política. Segundo Leff (2006), está emergindo uma política do lugar, do espaço e do tempo mobilizada por novos direitos culturais dos povos, legitimando regras mais plurais e democráticas de convivência social e reapropriação da natureza.

O que subjaz ao clamor pelo reconhecimento dos direitos à sobrevivência, à diversidade cultural e a qualidade de vida dos povos é uma política do ser, do devir e da transformação, que valoriza o direito de cada indivíduo, de cada povo e de cada comunidade a forjar sua própria vida e construir seu futuro. (p. 159).

Essa política da diferença, segundo Leff (2010) se manifesta, como resistência à hegemonia homogeneizante da globalização econômica e como afirmação da diversidade criativa da vida a partir de sua “heterogênese ecológico-cultural”.

E essas formas de resistência se manifestam no território local, onde segundo Leff, é o local dos desejos, demandas e reclamos da população para reconstruir seus mundos de vida e reconfigurar suas identidades através de suas formas culturais de valorização dos recursos ambientais de novas estratégias de reapropriação da natureza. Se a economia global gera o espaço onde as sinergias negativas da degradação socioambiental tornam patentes os limites do crescimento, no espaço local são forjados novas territorialidades e emergem as sinergias positivas da racionalidade ambiental para construir um “novo paradigma da produtividade ecotecnocultural”. Suas geografias são marcas que os movimentos sociais vão deixando sobre a biosfera para inscrever-se em seu território, escrever sua história e reapropria-se da natureza.

Nesse sentido, reafirma-se a sustentabilidade ambiental só será possível se for pensado a partir das epistemologias do sul, que incluam a diversidades dos conhecimentos tradicionais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse “artesanato intelectual” permitiu analisar a relação Estado e sociedade na gestão da Floresta Estadual de Maués. Os resultados dessa análise sobre a política ambiental permitiu compreender as interconexões entre as escalas global, nacional e local do problema.

Verificou-se que com o agravamento das questões ambientais, foi criada uma agenda socioambiental decorrentes de acordos internacionais e essa agenda influenciou as políticas ambientais no Brasil e no Estado do Amazonas. No aparato político-institucional criado destaca-se como marco desse cenário, a criação do Sistema Estadual de Unidade de Conservação, o qual normatiza as unidades de conservações no Amazonas. Como resultado desse processo de “ambientalização da política”, entre 2001 a 2010 foram criadas 28 unidades de conservação no Estado do Amazonas, do total de 41 UCs. A Floresta Estadual de Maués foi criada em 2003, a primeira a ser criadas nessa categoria.

O SEUC no Art.5 assegurada a participação social das comunidades tradicionais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Mas, o problema levantado na tese foi até que ponto o Estado tem possibilitado uma participação ativa que culmine com emancipação política dos ribeirinhos.

A Floresta Estadual de Maués é entendida como artefato humano fruto não só da intencionalidade do Estado com a demarcação desse território, mas, sobretudo, da simbiose estabelecida entre os povos tradicionais (as diversas etnias que habitaram a região e os ribeirinhos que habitam atualmente) e os recursos naturais que foram manejados e modificados e transformados no decorrer dos séculos.

Nesse trabalho, partiu-se do entendimento de que os ribeirinhos possuem um modo de vida específico, em que prevalece uma relação de respeito com a natureza, o que permite o manejo do ambiente sem a degradação dos recursos naturais, possibilitando uma gestão sustentável dos mesmos a partir dos conhecimentos tradicionais. Pode-se afirmar que o sistema cultural dos ribeirinhos possui uma lógica e coerência particular que deve ser melhor investigada e entendida em outros trabalhos, uma vez que possui uma imensurável riqueza subjacente a mesma. Cada formação social expressa a emergência do caráter próprio de sua cultura, que não pode ser atribuível a nenhum determinismo geográfico, genético ou ecológico, que não é uma

simples resposta adaptativa às condições do meio, mas que imprime a marca de sistemas simbólicos, dos significados e modos de apropriação que cada comunidade constrói de forma histórica.

Vale ressaltar que as observações realizada nesta análise em momento algum compartilham da visão romântica do “bom selvagem” que coloca esses agentes na posição de vítimas sem advogados, ou que estes, são exímios conservadores da natureza e que não causam impacto algum a mesma, a posição tomada refere-se a questão de que, não se deve proteger a natureza em detrimento das comunidades que habitam as unidades de conservação, pois, assim como os recursos naturais, os saberes das populações tradicionais também devem ser valorizados e considerados na elaboração e gestão de políticas ambientais.

Entende-se que no Estado do Amazonas, as políticas na área ambiental tiveram grandes avanços nos últimos anos, sobretudo, no concerne às unidades de conservação. Contudo, percebe-se grandes desafios para que essas UCs saiam do papel e se tornem de carne e osso, no qual se destaca como desafio a formação e consolidação de Conselhos Gestores. Nesse sentido, entende-se que o que trás vivacidade a esses territórios é um conselho gestor atuante juntamente com o Plano de Gestão.

Na organização dos conselhos devem participar o Estado, sociedade civil organizada e as comunidades, e a distribuição do poder seria, teoricamente, igualitária entre todos os participantes, contudo, foi identificado que no âmbito da Floresta Estadual de Maués ela relação é desigual e hierarquizada. A partir do conceito de estabelecidos e *outsiders* formulados por Elias, identificou-se a partir de um esforço analítico que no âmbito do COGEF, os estabelecidos, ou seja, quem detém o maior poder, é o Estado e os conselheiros institucionais e os *outsiders* são os conselheiros comunitários.

O COGEF é presidido pelo Estado e é de caráter consultivo, quem detém o poder de deliberação é o Estado. Os conselheiros institucionais possuem a compreensão do funcionamento da máquina administrativa, o domínio da capacidade argumentativa e habilidade no seu uso, entre outros elementos. Ou seja, os representantes governamentais tendem a colocar-se, de saída, numa posição de superioridade em relação aos representantes das comunidades. Este último é percebido como alguém desqualificado, despreparado, incompetente para participar do conselho.

Diante desse resultado é possível inferir que os conselhos, uma vez instituídos, não garantem a distribuição do poder, logo, a simples participação dos conselheiros comunitários não significa garantem que ele terão poder nas decisões. A fragilidade de capacitações dos conselheiros comunitários, muitas vezes, os colocam em uma relação assimétrica de informação e conhecimento em relação ao Estado aos conselheiros institucionais fazendo com que esses espaços deixem de assumir um sentido democratizante das estruturas político-institucionais, passando apenas a reproduzir e legitimar, com o ‘aval da participação’, as relações de dominação previamente existentes.

Na pesquisa foi identificado os principais dilemas para os conselheiros realizarem a gestão:

- Os conselheiros possuem pouco conhecimento sobre o Plano de Gestão;
- Os conselheiros consideram o monitoramento como sinônimo de fiscalização e não como processo de acompanhamento da UC;
- Foram citados como principais problemas enfrentados dentro da FLORESTA: a extração de madeira ilegal e a plantação e tráficos de drogas.
- Deficiência de fiscalização, até o momento da pesquisa foi realizado apenas 01 operação de fiscalização em 2011.

O simples de fato de criar uma unidade de conservação não garantem com que as ameaças e pressões acabem, conforme observado na Floresta Estadual de Maués. A ineficiência no controle gera a sensação de impunidade para as pessoas que cometem atos ilícitos e gera sensação de incapacidade para os conselheiros e agentes ambientais voluntários.

A participação social é condição e instrumento indispensável à construção da cidadania, compreendida como processo dialético em construção porque não se entende o direito estritamente como garantia constitucional, formalização jurídica em si mesma definida, mas como práticas de sociabilidade política. A discussão sobre participação social e ampla, segundo Luchmann (2006) podem cruzar elementos que perpassam a cultura política, os recursos, as motivações, as práticas e estruturas institucionais. Longe de abarcar todas as nuances que envolve uma análise sobre a participação, este trabalho

centrou a análise nos limites e possibilidades da atuação do COGEF. No que se refere aos limites da participação dos conselheiros comunitários destacam-se:

- Custo da participação - a necessidade de deixar o trabalho e arcar com os gastos de deslocamento para as sedes dos municípios (onde, em geral, se realizam as reuniões), entre outras exigências que se colocam para participação das comunidades tradicionais, não se apresenta da mesma forma para os conselheiros institucionais. A atuação nos Conselhos se constitui em mais uma atividade no trabalho dos representantes do governo que, de certa forma, são remunerados para participar desses espaços;
- Reuniões realizadas somente na sede do município - As despesas para a participação dos conselheiros nas reuniões (transporte, alimentação e hospedagem) deveriam ser pagas pelo órgão gestor, se necessário, contudo, a realidade é bem diferente, quem tem arcado com as despesas nas últimas reuniões são os próprios conselheiros comunitários;
- Possuem menores rendas e disponibilidade de tempo, em comparação com os conselheiros institucionais. Ou seja, aqueles que têm menos recursos são os precisam arcar com maiores custos do processo de participação;
- Falta de capacitação técnica – os próprios conselheiros ribeirinhos reconhecem que necessitam de mais conhecimento técnico para argumentarem melhor;
- Falta de coesão entre os conselheiros comunitários - os conselheiros comunitários pouco se articulam e conversão entre si, o conselheiro Erenilson reconheceu a participação ainda é “fraca” pela falta de organização e coesão interna.
- Falta de interação entre os conselheiros institucionais e conselheiros comunitários – só se encontram nas reuniões de conselhos e pouco interagem entre si.
- Falta de uma visão mais ampla sobre participação e organização política.

A partir dos resultados, entende-se que a participação dos ribeirinhos no âmbito do COGEF não tem possibilitado a emancipação política, o conselho tem se limitado a ser um espaço de apresentação de demandas e denúncias.

São vários os limites e fragilidades encontrados na participação dos conselheiros comunitários no âmbito do COGEF, mas, ainda assim vislumbra-se um campo de possibilidades para que esses espaços se tornem de fato uma alavanca da democracia. Os conselhos gestores são fruto de lutas e demandas populares e de pressão da sociedade civil pela redemocratização do país. Conforme Gohn (2010), os conselhos gestores são os novos instrumentos de expressão, representação e participação. A partir da criação de conselhos, gera-se uma nova institucionalidade pública. Eles criam uma nova esfera pública não estatal. Trata-se de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, porque eles viabilizam a participação de segmentos sociais até então excluídos dos processos de decisões políticas. Apesar de a participação dos ribeirinhos serem ainda limitadas e estarem aquém de uma participação emancipatória, ainda sim possuem potencial transformador.

Conselho é entendido como uma alavanca para despertar novas sinergias sociais, não se resume a um mero exercício de engenharia institucional, mas um processo dialético do exercício do poder que implicam em correlação de força entre os sujeitos (sociais, políticos e institucional), trazendo necessariamente, conflito, pressões e resistência (nem sempre explícitos, mais nem por isso menos efetivos e significativos).

Ao tomar por referência o exposto no estudo realizado, em que pese seus limites, e ainda com o reforço de outros estudos, apresentam-se algumas sugestões que podem contribuir para uma participação mais efetiva das comunidades ribeirinhas nos conselhos gestores:

- Sugere-se a mudança no caráter do conselho, de consultivo para deliberativo, tendo em vista que a categoria de Floresta é única categoria de uso sustentável com o conselho consultivo. Entende-se que essa providencia é necessária para dar maior peso nas decisões políticas e haver uma redistribuição do poder;
- Sugere-se melhoria de infraestrutura e apoio técnico para os empreendimentos que foram implantados, para que de fato possa haver melhoria das condições de vida;
- Os conselhos têm que ser paritários não apenas numericamente, mas também nas condições de acesso e de exercício da participação;
- Sugere-se capacitação continuada dos conselheiros para que a médio e longo prazo, eles possam ter autonomia de pensar seus problemas para

além dos planejamentos estratégicos;

- Sugere-se maior articulação entre Estado e as instituições municipais para facilitar a gestão ambiental;
- Sugere-se um aumento efetivo de recursos nos orçamentos destinados aos conselhos para que tenha um cronograma certo de reuniões e recursos para viabilizar a presença dos conselheiros comunitários;
- Sugere-se uma fiscalização pelo menos uma vez ao ano que possa inibir os ilícitos dentro da Floresta Estadual de Maués;
- Sugere-se a conclusão da base terrestres nas calhas dos rios Parauari e Apocuitaua para que possa haver reuniões dentro da Floresta Estadual de Maués e ser um espaço de capacitação;
- Sugere-se o aumento de recursos humanos, pois a área da UC é muito grande para uma pessoa só acompanhar as atividades;
- Sugere-se um maior acesso a informação – para que os comunitários tenham maior capacidade de influenciar nos processos decisórios
- Ampliação e o aprofundamento da relação cooperativa entre as instituições que participam do COGEF;
- Sugere-se maior envolvimento e organização dos ribeirinhos para que eles possam se fortalecer e ter maior poder de barganha;
- O incentivo à participação da população na tarefa de propor e trabalhar na construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Assim, a luta por direitos está longe de se esgotar, e entende-se que a participação social ativa das comunidades é importante para consolidar e ampliar os direitos sociais. É no exercício da cidadania e participação social que se busca o acesso a direitos, como a redução das desigualdades sociais e a satisfação de necessidades básicas, representadas sob três eixos: material (como por exemplo, o acesso a bens e serviços); cultural (valores, crenças, maneira de pensar, agir e interpretar o mundo, legitimidade da identidade cultural); e social (relações de poder igualitárias, superação da exploração).

A complexificação dos problemas relacionados aos conselhos gestores em unidades de conservação, pressupõe oferecer canais de participação considerando os

aspectos socioculturais dessas populações. Contudo, a conquista desses espaços é uma luta epistêmica e política.

Na tese assume-se o compromisso de apontar caminhos que possibilitem a emancipação política dos ribeirinhos. Para tal, foi utilizado com aporte teórico os trabalhos de Santos (2010) e Leff (2006), ambos autores desenvolvem suas teses reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais, até então subjugados, para a construção de um desenvolvimento com sustentabilidade.

Entende-se que o desenvolvimento ecologicamente viável só é possível quando socialmente justo. No caso das populações tradicionais que vivem na Amazônia identifica-se a necessidade de ampliar os estudos que privilegiem a busca pelo conhecimento do *modus vivendi* desses povos e que as interpretações possam resultar na implementação de políticas públicas visando a sustentabilidade socioambiental, respeitando o direito dessas populações de permanecerem em seus territórios com autonomia sociocultural e política no âmbito das UC's.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural.** In Anais do Seminário Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Brasília: Paralelo 15/NEAD/MDA, 2001.

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.

\_\_\_\_\_. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004. p. 13-35.

AMANN. Safira Bezerra. **Participação Social.** 2. ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

AMAZONAS (Estado). Coletânea de Unidades de Conservação: **Leis, Decretos e Portarias.** – Manaus: Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2009.

\_\_\_\_\_. **Plano de Gestão da FLORESTA de Maués /** Malvino Salvador e Marcelo Marquesini (coord.). Manaus: SDS/AFLORAM, outubro de 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar no 53,** de 05 de junho de 2007. Governo do Estado do Amazonas. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas – SEUC, dispondo sobre infrações e penalidades e estabelecendo outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, 05 de jun. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei Delegada no 66,** de 06 de maio de 2007. Governo do Estado do Amazonas. Dispõe sobre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, definindo suas finalidades, competências e estrutura organizacional, provendo seus recursos humanos e estabelecendo outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, Poder Executivo, Manaus, AM, 18 de mai. de 2007.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 23.540,** de 19 de julho de 2003. Cria e delimita a Floresta Estadual de Maués localizada no município de Maués no Estado do Amazonas e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, 21 de julho de 2003.

\_\_\_\_\_. **Governo do Estado. Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués (1ª. Revisão)** /Domingos S. M. dos S. Macedo, Geise de G. Canalez e Rômulo F. Batista (supervisão e coordenação). Manaus: CEUC/SDS, 2010.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 002,** de 12 de janeiro de 2010. Aprova a criação do Conselho Consultivo da FLORESTA de Maués. 2010a. Diário Oficial [do] Estado do Amazonas, 26 de jan. de 2010.

**AGENDA 21 BRASILEIRA:** ações prioritárias. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na**

Amazônia. Edna Maria Ramos de Castro & Jean Hébert (Org.). Belém: NAEA/UFPA, 1989.

\_\_\_\_\_. **Conhecimentos tradicionais e biodiversidade:** normas vigentes e propostas. 1º vol. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Amazonas – UEA, Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia, Fundação Ford, Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ARENDDT, Hannah. **Crises da república.** São Paulo: Perspectiva, 1973.

ARNT, Ricardo Azambuja e SCHWARTZMAN, Stephan. Um Artifício Orgânico: transição na Amazônia e ambientalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: **Experiências nacionais.** Leonardo Avritzer (Org.). São Paulo: Cortez, 2007.

BALÉE, William. Sobre a Indigeneidade das Paisagens. In: **Revista de Arqueologia**, 21, n.2: 09-23, 2008.

\_\_\_\_\_. Culturas de distúrbio e diversidade em substratos amazônicos. In: Wenceslau G. Teixeira, Beata E. Madari, Vinícius M. Benites, Dirse C. Kern, e Newton P. S. Falcão (Org.). **As Terras Pretas de Índio:** Caracterização e manejo para formação de novas áreas. Brasília: Embrapa, 2010.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Áreas naturais, artefatos culturais: Uma Perspectiva Antropológica sobre as Unidades de Conservação de Proteção Integral na Amazônia Brasileira. In: Alfredo Wagner Berno de Almeida, Emmanuel de Almeida Farias Júnior (Org.). **Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro.** Manaus: UEA Edições, 2010.

\_\_\_\_\_. **Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira.** Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, 2001.

BECKER, Berta. **Amazônia:** geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 2ª Edição, 2006. Cap 1: o legado histórico e as mudanças.

\_\_\_\_\_. Novos rumos da política regional: por um desenvolvimento sustentável da fronteira amazônica. In: **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997, p. 421-443.

\_\_\_\_\_. **Fragmentação do espaço e formação de regiões na Amazônia:** um poder territorial?. In: Revista Brasileira de Geografia, vol. 52, n. 4, 1990.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa.** São Paulo: Jinkings Ed. Associados. 1998.

BOBBIO, N. **A era dos direitos.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Cap. 1, 2 e 3, pp.7-16. (coleção memória e sociedade).

\_\_\_\_\_. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 05 de outubro de 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 9.985 de 2000**. Institui o Sistema nacional de unidades de conservação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>>.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 19** –Modifica o regime e dispõe sobre os princípios e normas da administração pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividade e cargo do Distrito Federal e dá outras providências, 1998.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 30** - Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao pagamento de precatórias judiciais, 2000a.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Emenda Constitucional n. 31** - Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, 2000b.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 4.340. Regulamenta artigos da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. 22 de agosto de 2002.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 6040. Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 07 de fevereiro de 2007.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: Estados para sociedade sustentável**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.168 p. ISBN: 978-85-9662-73-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

CASTELLS, Manoel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Edna Castro (Org). Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

**Convenção de Diversidade Biológica (CDB)**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/>, 2007. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

**Centro Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (CEUC)**. Downloads/Shapes/Unidades de Conservação Estaduais. 2009. Disponível em: <<http://www.ceuc.sds.am.gov.br/downloads/category/2009>>. Acesso em: 10 de Fevereiro de 2011.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; BARROSO, Silvana Compton Barroso; LIRA, Talita de Melo. Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. **Revista Praia Vermelha.** , v.19, p.111 - 122, 2009.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues et al. Políticas públicas: natureza política e viabilização da pesca. In: **O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendência do desenvolvimento a indústria da pesca/Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea.** Manaus: Ibama/PróVárzea, 2007.

\_\_\_\_\_. **Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia:** o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIRED, Campinas.

**Controladoria Geral da União (CGU).** Relatório de Gestão, 2012.

\_\_\_\_\_. **Orientações aos cidadãos para participação na gestão pública e exercício do controle social,** CGU, Brasília DF, 2008.

**Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).** Nosso Futuro Comum (2ª Ed.). Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas (430 p.), 1991.

**CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs>. Acesso em: 12 de novembro de 2013.

CÔRTEZ, Soraya Vargas. Viabilizando a participação em conselhos de políticas públicas municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities. In: HOCHMAN, Gilberto (Org.). **Políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. In: **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais.** v. 22, n. 22, São Paulo: Editora UNEP, 1999.

\_\_\_\_\_. **Gramsci:** um estudo sobre o seu pensamento político. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização, 2014.

COZZOLINO, L. F. F. **Unidades de conservação e os processos de governança local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ).** Rio de Janeiro, 2005. 156 f. Dissertação - (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CRANTSCHANINOV, T. I. **Representação em conselhos de políticas públicas:** o caso da educação em São Bernardo do Campo. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 16, n. 58, 2011.

CRUZ, Manuel M. Sítios agroflorestais na várzea do Careiro. In. **Revista de Geografia da U.A.** Vol.1, nº1, p.105-122, jan. /dez.1999.

CUNHA, Manoela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. In: **Biodiversidade na Amazônia brasileira:** avaliação e ações prioritárias para a

conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DALTON, Russel. **The Green Rainbow: environmental groups in Western Europe**. New Heaven & London: Yale University Press, 1994.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DIEGUES, Antônio Carlos S. et al. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2002.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Editora HUCITEC, 2001.

\_\_\_\_\_. et al. “Populações tradicionais” e biodiversidade na Amazônia: levantamento bibliográfico georreferenciado. In: CAPOBIANCO, João Paulo Ribeiro et al. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

\_\_\_\_\_. **O nosso lugar virou parque: estudo socioambientais do Saco de Mamanguá – Parati – Rio de Janeiro**. Antônio Carlos Diegues e Paulo José Nogara (Org.). 2ª ed. São Paulo: NUPAUB/USP, 1999.

\_\_\_\_\_. Populações Tradicionais em Unidades de Conservação. In: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália (Org.). **As Ciências Sociais e a Questão Ambiental: Rumo à Interdisciplinaridade**. Belém: NAEA/UFPA, 1993.

ELIAS, Norbert. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.

ESTERCI, Neide; SCHWEICKARDT, Kátia. **Territórios Amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza**. Boletim do museu Paraense Emilio Goeldi Ciencias Humanas. 2010, p59-77.

**Fundação Amazonas Sustentável (FAZ)**. Relatório de Gestão 2012.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: o cuidado de si**. 10. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. v. 3.

FOLADORI, G. & TOMMASINO, H. **El concepto de desarrollo sustentable treinta años después**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, 1, Curitiba, Editora da UFPR. 2000.

FRAXE, Therezinha J. P. et al. Os povos amazônicos: identidades e práticas culturais. In: **Pesquisa interdisciplinar em ciências do meio ambiente**. Henrique dos Santos Pereira (Org.). Manaus: EDUA, 2009.

\_\_\_\_\_. Therezinha J. P. **Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.

GEERTZ Clifford. **A interpretação das culturas**. [Livro]. - Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 1989.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejusp/UFPA-NAEA, 1997.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, J.R. Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. In: **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n.º23, jan./jun.2005. p. 20-21.

GOHN, M. G. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 2, edição traduzida, Carlos Nelson Coutinho. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **A questão meridional**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1987.

GRAU, Núria Cunill. **Modelos de controle e participação sociais existentes na Administração Pública Federal. Ministério do Planejamento**. Orçamento e Gestão, 2010.

GUSFIELD, Joseph. **The community: A critical response**. New York: Harper Colophon, 1975.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2003.

HERMMAN, G.; COSTA, C. Programa de gestão participativa no Parque Nacional do Itatiaia. In: **Cadernos FBDS**. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc.32.pdf>> Acesso em: 05 fevereiro de 2016.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. Conceito de Iluminismo. In: BENJAMIN, W., HORKHEIMER, M., ADORNO, T., HABERMAS, J. **Textos Escolhidos** (Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

IANNI, Otávio. **Ditadura e Agricultura**. 2 ED. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Teoria de estratificação social: leitura de sociologia**. São Paulo: Editora Nacional, 1973.

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Documentação Territorial do Brasil: Monografia Municipal - Notas Históricas do município de Maués/AM, sem data. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/dtbs\\_detalhes.php?id=122](http://biblioteca.ibge.gov.br/dtbs_detalhes.php?id=122)>. Acesso em: 04 de fevereiro de 2016.

**Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM).** Planilha de Custos de Implementação da RDS Uatumã. 2015.

**Instituto de Terras do Amazonas (ITEAM).** Relatório técnico da FLORESTA de Maués: característica das comunidades do Apocuitaua e Parauari. Manaus. 2009.

IUCN/UNEP/WWF. **Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living**, Gland, Switzerland, 1991.

JACAÚNA, Tiago da Silva. **Política ambiental em rede: governança e difusão da política pública em unidades de conservação.** Tese. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas -SP, 2015.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. In: **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo: Autores Associados, n. 118, p. 189-205, 2003.

JODELET, Denise. **Representações sociais: um domínio em expansão.** In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17- 44.

LAGO, André Aranha Corrêa do. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas.** Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2006.

LAYRARGUES, P.P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J.S. (Org.) **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente.** 2ª edição. Brasília: IBAMA. p.159-196. 2002.

\_\_\_\_\_. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 87-155.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política.** Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia ambiental.** Tradução de Sandra Valenzuela: revisão técnica de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2000.

LEIS, Héctor. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea.** Petrópolis/Florianópolis: Vozes/Editora da UFSC, 1999.

LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** Campinas: Papyrus, 1989.

LIRA, Talita de Melo. **Política Ambiental e Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: análise sociocultural e da organização política.** Deutschland. Novas Edições Acadêmicas, 2014.

LIRA, Talita de Melo. **Análise das condições de acesso aos Programas de Assistência Social pelas comunidades de Muçajá e Ebenezer em Maués/AM.** 2008.

Monografia (Departamento de Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM.

LITTLE, P. **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências.** São Paulo: Peirópolis; Brasília, IEB, 2003.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. Áreas protegidas e “inclusão social”: problematização do paradigma analítico linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: IRVING, M. (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social.** São Paulo: Garamond, 2006. p. 115-129.

LOUREIRO, Carlo Frederico; AZAZIEL, M.; RANCA, N. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação.** Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003.

LOUREIRO, Carlo Frederico; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. In: **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XI, n. 2, p. 237-253, jul.-dez. 2008

LOUREIRO, Violeta; PINTO, Jax Nildo. A questão fundiária na Amazônia. In: **Estudos Avançados.** Dossiê Amazônia Brasileira II. SP, USP, 2005.

LÜCHMANN, L. H. H. **Democracia deliberativa, pobreza e participação política.** Política e Sociedade, n. 11, p. 183-197, 2006.

\_\_\_\_\_. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre.** 2002, 217 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) Campinas, SP 2002.

MACCIOCCHI, Maria Antonietta. **A favor de Gramsci.** 2a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MACHADO, Maria Helena Ferreira. Os novos movimentos sociais e a emergência da cidadania ambiental. In: PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini et al. (Orgs.). In: **Ciências Sociais, complexidade e meio ambiente: interfaces e desafios.** Campinas, SP: Papyrus, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosófico.** Tradução Alex Martins. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 11ª ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

MC CORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista.** Rio de Janeiro: Editora Relume/Dumará, 1992.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. In: **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 41-64, jan./jul. 2006.

MEDEIROS, R. & GARAY, Irene Ester Gonzalez. Singularidades do sistema de áreas protegidas no Brasil e sua importância para a conservação da biodiversidade e o uso sustentável de seus componentes. In: GARAY, Irene Ester Gonzalez; BECKER, Bertha Koiffman. (Org.). **Dimensões humanas da biodiversidade: o desafio de novas relações sociedade-natureza no século XXI**. Petrópolis, 2006, p. 159-184

MEDEIROS, R. **A Proteção da Natureza: das Estratégias Internacionais e Nacionais às demandas Locais**. Tese (Doutorado em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ/PPG. 2003.

MEDEIROS, R. A política de criação de áreas protegidas no Brasil: evolução, contradições e conflitos. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**, vol 1. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza & Rede Pró Unidades de Conservação, 2004.

MEDEIROS, R. Singularidades do sistema de áreas protegidas para a conservação e uso da biodiversidade brasileira. In: GARAY, I. & BECKER, B. (orgs.) **Dimensões Humanas da Biodiversidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia**. AnnaBlume, 2006. Cap1.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da Lei do SNUC. In: BENJAMIN, A.H. (org.). **Direito Ambiental das Áreas Protegidas**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2001, p. 190-231.

MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. 4.<sup>a</sup> ed. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Áreas protegidas do Brasil**. gestão Participativa do SNUC. Brasília, 2004. v. 2.

\_\_\_\_\_. Conferência Nacional do Meio Ambiente. **Vamos cuidar do Brasil: fortalecendo o Sistema Nacional do Meio Ambiente**, texto base, Brasília: MMA, 2003.

\_\_\_\_\_. Áreas Protegidas. **Gestão Participativa do SNUC**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

MONOSOWSKI, E. **Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil**. Cadernos FUNDAP, São Paulo, ano 9, n. 16, p. 15-24, jun. 1989.

MORÁN, Emilio F. A ecologia humana das populações da Amazônia. In: **Coleção Ecologia & Ecosofia**. São Paulo: Vozes, 1990.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. 6<sup>a</sup> edição. Porto Alegre: Sulina, 2011.

\_\_\_\_\_. Por um pensamento ecologizado: ciência da ecologia, pensamento ecológico e movimento ecológico. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org). **Face do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP/NAEA, 1997.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Paulo Sales de (org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. Editora Hucitec: São Paulo, 1998.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Convenção 169** de 07 de junho de 1989. Disposições sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.

PAGNOCCHESCHI, Bruno; BERNARDO, Maristela. Política Ambiental no Brasil. In: STEINBERGER, Marília (Org.). **Território, ambiente e políticas públicas espaciais**. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora, 2006.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PEREIRA, Laurindo Mékie. A questão regional no pensamento de Antônio Gramsci e Celso Furtado. In: **Topoi**, v. 10, n. 18, jan.-jun. 2009, p. 48-66.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Tradução Rita Lima. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

\_\_\_\_\_. **Poder político e classes sociais**. São Paulo, Martins Fontes, 1980, 354p.

QUINTAS, J. S. Por uma educação ambiental emancipatória: considerações sobre a formação do educador para atuar no processo de gestão ambiental. In: QUINTAS, J. S. (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. Brasília: IBAMA, 2000. p. 11-19.

\_\_\_\_\_. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: LAYRARGUES, P. P. (Coord.). **Identities da educação brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 113-140.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. **Estado, Sociedade e políticas de desenvolvimento na Amazônia brasileira: dimensões sobre a gestão e governança ambiental dos recursos naturais em áreas protegidas no Estado do Amazonas/Brasil**. Tese. Programa do Curso de Doutorado em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho. Minho - Portugal. 2014.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Globalização e Meio Ambiente: A Ordem Ambiental Internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: **Faces do trópico úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. E. Castro (Org). Belém: Cejup: UFPANAEA, 1997.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2004.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1979.

\_\_\_\_\_. **Por uma nova geografia**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Francisco Pinto dos. Gestão de UCs no Amazonas: avanços e desafios para a conservação ambiental. In: **Revista Geonorte**, V.8, N.1, p.102-124, 2013.

\_\_\_\_\_. **Mantendo a Floresta em pé? Uma análise do Programa Bolsa Floresta como modelo de pagamento por serviços ambientais na RDS Uacari**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SANTOS, Luiz Fernando de Souza. **O panóptico verde: a invenção ambiental da Amazônia**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação Sociedade e Cultura na Amazônia - PPGSCA. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SANTOS, M. R. M. DOS. **Conselhos municipais e a participação cívica na gestão das políticas públicas: o caso da metrópole fluminense**. Caderno Metrópole, n. 07, p. 97–112, 2002.

SANTILLI, Juliana. Povos Indígenas, quilombolas e populações tradicionais: a construção de novas categorias jurídicas. In: RICARDO, Fany (Org.). **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). **Relatório 10 anos de Política Pública em Desenvolvimento Sustentável: uma trajetória de conquistas e desafios (2003-2013)**.

SEMERARO, G. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. Filosofia da práxis e (neo) pragmatismo. In: **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 28-39, maio/jun./jul./ago. 2005.

\_\_\_\_\_. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis.** Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006.

SHIRAICHI NETO, Joaquim. **Pareceres Jurídicos: Direito dos Povos e Comunidades tradicionais.** Manaus: UEA, 2007. (Coleção Documentos de Bolso).

SILVA, Marilene Corrêa da. **Metamorfoses da Amazônia.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2013.

\_\_\_\_\_. **O Paiz do Amazonas.** Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.

SILVA, Maria das Graças. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza: Estados para sociedade sustentável.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SZYMASKI, HELOÍSA. Viver em Família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: **Serviço Social & Sociedade.** Nº 71, Setembro de 2002.

TATAGIBA, L. A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (org.). **A participação em São Paulo.** São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

TAVOLARO, Sergio Barreira de Faria. **Movimento ambientalista e modernidade: sociabilidade, risco e moral.** São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

TEIXEIRA, E. C. Conselhos de Políticas Públicas: Efetivamente uma nova institucionalidade In: CARVALHO, M. C.; TEIXEIRA, A. C. (Org.). **Conselhos gestores de políticas públicas.** São Paulo: Polis, 2000. 144 p.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y sociedad.** Buenos Aires, Editorial Losada, 1947.

**Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE).** Relatório Conclusivo de Auditoria Operacional e Ambiental em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas, 2013.

UGGÉ, Henrique. **As bonitas histórias Sateré-Maué.** Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1994.

VALADARES, José Horta. **Conceito de cooperativa.** Universidade Federal de Viçosa, 2006.

VEIGA, José Eli da.. **Desenvolvimento Sustentável: O Desafio do Século XXI** (3ª Ed.). Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VERÍSSIMO, Adalberto. et.al. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

VIANA, Gilney. Impactos ambientais da política de globalização na Amazônia. In: Gilney Viana, Mariana Silva, Nilo Diniz (Org). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

VIOLA, Eduardo. **O regime internacional de mudança climática e o Brasil**. RBCS Vol. 17, n. 50 outubro/2002.

**German Advisory Council in Global Change (WBGU)**. World in Transition: The Research Challenge. Annual report 1996, Berlin: Springer Verlag, 1996.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terra, Florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2010.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

## ANEXOS

**Anexo A: Decreto 23.540/2003 que institui a Floresta Estadual de Maués**

**2** segunda-feira, 21 de julho de 2003

**DECRETO N.º 23.540, DE 19 DE JULHO DE 2003.**

CRIA e delimita a FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS, localizada no Município de Maués, no Estado do Amazonas, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no exercício da competência que lhe confere o artigo 54, VIII, da Constituição Estadual, e

CONSIDERANDO o marco legal estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação no que diz respeito a unidades de conservação do uso sustentável;

CONSIDERANDO a importância estratégica das Florestas Estaduais para a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas a partir de sistemas de manejo florestal madeireiro e não-madeireiro por comunidades locais, e pequenas, médias e grandes empresas florestais;

CONSIDERANDO que essas unidades de manejo sustentável são categorias de unidades de proteção dos atributos naturais, admitida a exploração dos recursos disponíveis em regime de manejo sustentável, sujeito às limitações legais;

CONSIDERANDO os estudos realizados pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas-IPAAM e o Município de Maués para criação dessa unidade de conservação na região do Rio Apocaitaua;

CONSIDERANDO que na área predomina cobertura florestal nativa importante para conservação da biodiversidade, cujo uso deve ser efetivado através de tecnologias sustentáveis;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais residentes na área, com inserção de novas tecnologias de uso sustentável dos recursos naturais;

CONSIDERANDO, finalmente, que, por determinação do artigo 225, III, da Constituição Federal, combinado com o inciso do artigo 229 e com o artigo 230, V, da Constituição Estadual, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações e que, para assegurar a efetividade desse direito, incumbe-lhe definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos.

**DECRETA:**

Art. 1.º - Fica criada a FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS, localizada no Município de Maués, no Estado do Amazonas, com os objetivos de promover o manejo de uso múltiplos recursos naturais, a manutenção e a proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, a recuperação de áreas degradadas, a educação ambiental, bem como o apoio ao desenvolvimento sustentável das comunidades locais e do Município de Maués.

§ 1.º - A FLORESTA deverá comportar áreas de diferentes dimensões para comunidades locais, pequenas, médias e grandes empresas florestais, na forma a ser descrita no plano de manejo.

§ 2.º - As comunidades locais residentes na Floresta Estadual e entorno terão seus direitos assegurados na forma estabelecida pela legislação que dispõe sobre as Unidades de Conservação, com regulamentação no plano de manejo.

Art. 2.º - A FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS possui uma área total aproximada de 438.440,32 ha, descrita com base nas folhas MIR-117 e MIR-141, da 4ª DL/PAAM, escala 1:250.000, com o seguinte memorial descritivo: inicia-se junto ao Ponto 01, em direção seguinte memorial descritivo: inicia-se junto ao Ponto 01, em direção Noroeste, de coordenadas geográficas aproximadas de 5º49'19" S e 58º17'34" W de Gr, deste ponto descendo pela margem direita do Paranaú Urariá até o Ponto 02, de coordenadas geográficas aproximadas de 03º40'48" S e 58º12'00" W de Gr, deste segundo numa linha reta até o Ponto 03, localizado na confluência do Rio Apocaitaua com o Igarapé Pacoval, de coordenadas geográficas aproximadas de 03º45'36" S e 57º40'12" W de Gr, deste ponto subido pela margem esquerda do Igarapé Cxanti até o Ponto 04, de coordenadas geográficas aproximadas de 03º45'36" S e 57º40'12" W de Gr, deste ponto segue numa linha reta até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas de 03º45'36" S e 57º34'12" W de Gr, desse ponto segue pela margem direita de Igarapé sem denominação até a sua confluência com o Rio Parauari no Ponto 06, de coordenadas geográficas de 03º43'48" S e 57º32'24" W de Gr, próximo a comunidade São João Batista, deste ponto acompanhando a margem esquerda do Rio Parauari até o Ponto 07, de coordenadas geográficas de 04º08'24" S e 57º36'36" W de Gr, deste ponto seguindo numa linha reta até o Ponto 08, correspondendo ao Ponto 07 da gleba Alfredo Guimarães, de coordenadas geográficas 04º14'17" S e 57º30'00" W de Gr, deste ponto seguindo numa linha reta até o Ponto 9, correspondendo ao ponto 08 da gleba Alfredo Guimarães de coordenadas geográficas 04º00'00" S e 58º07'51" W de Gr, deste ponto seguindo uma linha reta até o Ponto 10, correspondendo ao Ponto 9, da gleba Alfredo Guimarães de coordenadas geográficas 04º00'00" S e 58º07'51" W de Gr, deste ponto seguindo numa linha reta até o Ponto 01, ponto inicial desta descrição; correspondente ao ponto 10, da gleba Alfredo Guimarães de coordenadas geográficas aproximadas de 03º49'19" S e 58º17'34" W de Gr, matriculada em nome do Estado do Amazonas, em 24 de maio de 1982, sob o n.º 1.024, no livro 2-4, às folhas 105, no Cartório do Primeiro Ofício da Comarca de Maués.

Art. 3.º - A gestão da FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS será realizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, por intermédio da Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis.

Parágrafo único - Poderá ser celebrado com o Município de Maués instrumento específico de cooperação para gestão compartilhada da FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS.

Art. 4.º - O Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovará, mediante Instrução Normativa, o Plano de Manejo da FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS, devendo ser elaborado no prazo máximo de cinco anos, a contar da publicação deste Decreto.

**PODER EXECUTIVO**

Art. 5.º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, operando efeitos a contar do 19 de julho de 2003.

MAUÉS, 19 DE JULHO DE 2003.

*Eduardo Braga*  
EDUARDO BRAGA  
Governador do Estado

**VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Decreto nº 23.541, de 21 de Julho de 2003

ABRE crédito suplementar que especifica, no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida no artigo 6º da Lei nº 2.769 de 23 de dezembro de 2002.

**ANEXOS DECRETO Nº 23.541, DE 21.07.2003.**

**ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO**

PROGRAMA DE TRABALHO	FU	SFU	T	FR	NAT. DESP.	PERSONAL E ENC.	JURISD. E ENC. DA DÍVIDA	JURISD. E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVEST.	INVER. FINAN.	AMORT. DA DÍVIDA	TOTAL
<b>FISCAL</b>													
<b>2000 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA</b>													
<b>20101 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA</b>													
<b>2003 - PROMOÇÃO CULTURAL</b>													
01157 - PROJETOS CULTURAIS													
13 392 2003 01157	13	302	P	121	335041				69.542,00				69.542,00
<b>TOTAL</b>									<b>69.542,00</b>				<b>69.542,00</b>

**Diário Oficial**

**DECRETA:**

Art. 1.º - Fica aberto no Orçamento Fiscal vigente da Administração Direta, crédito suplementar no valor de R\$ 69.542,00 (SESSENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS) para atender a dotação indicada no Anexo I deste Decreto.

Art. 2.º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão do Excesso de Arrecadação da Fonte 121 - Cota Parte do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal, a se verificar no decorrer do presente exercício financeiro.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 21 de julho de 2003.

*Eduardo Braga*  
EDUARDO BRAGA  
Governador do Estado do Amazonas

*José Carlos de Souza Braga*  
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA  
Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Decreto nº 23.542, de 21 de Julho de 2003

ABRE crédito suplementar que especifica, nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a autorização contida na alínea "a" do Parágrafo Único do artigo 6º da Lei nº 2.769 de 23 de dezembro de 2002.

**DECRETA:**

Art. 1.º - Fica aberto nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade vigentes da Administração Direta e Indireta, crédito suplementar no valor de R\$ 1.112.029,84 (UM MILHÃO, CENTO E DOZE MIL, VINTE E NOVE REAIS E SESSENTA E QUATRO CENTAVOS) para atender as dotações indicadas no Anexo I deste Decreto.

**ANEXOS DECRETO Nº 23.542, DE 21.07.2003.**

**ANEXO I (Artigo 1º) - SUPLEMENTAÇÃO**

PROGRAMA DE TRABALHO	FU	SFU	T	FR	NAT. DESP.	PERSONAL E ENC.	JURISD. E ENC. DA DÍVIDA	JURISD. E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVEST.	INVER. FINAN.	AMORT. DA DÍVIDA	TOTAL
<b>FISCAL</b>													
<b>16000 - SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>													
<b>16201 - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS</b>													
<b>0039 - REGISTRO DE EMPRESAS MERCANTIS NO ESTADO DO AMAZONAS</b>													
00040 - REGISTRO DE EMPRESAS													
23 125 0039 00040	23	125	A	201	239030				3.400,00		2.000,00		3.400,00
					201	449052							2.000,00
<b>TOTAL</b>									<b>3.400,00</b>		<b>2.000,00</b>		<b>5.400,00</b>
<b>17000 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE</b>													
<b>17101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE</b>													
<b>SEGURIDADE</b>													
<b>0010 - REVITALIZAÇÃO DA SAÚDE</b>													
00603 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE NO INTERIOR													
10 301 0010 00603	10	301	P	100	444042					35.730,23			35.730,23
<b>8222 - REFORBUS</b>													
01722 - IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SUS													
10 302 8222 01722	10	302	P	280	449052				436.532,37				436.532,37
<b>TOTAL</b>									<b>472.262,60</b>				<b>472.262,60</b>

Art. 2.º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior decorrerão da anulação das dotações indicadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 21 de julho de 2003.

*Eduardo Braga*  
EDUARDO BRAGA  
Governador do Estado do Amazonas

*José Carlos de Souza Braga*  
JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA  
Secretário de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

# Anexo B: Portaria 046/2012 que institui o Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués.

12 quarta-feira, 23 de maio de 2012

## PODER EXECUTIVO

Diário Oficial

ORGÃO: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - SDS  
 DATA: 22.5.2012  
 Portaria nº 2256/2012 - DETRAN-AM 22.5.2012  
**A DIRETORA-PRESIDENTA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais, e,  
**CONSIDERANDO** o que estabelece a Resolução nº 168/04 do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN e a Portaria nº 347/2007/DETRAN/AMDP, de 16 de março de 2007. **CONSIDERANDO** a necessidade de realizar o Curso de Reciclagem para Condutores Infrautores, nas dependências deste DETRAN-AM, todos os dias, de segunda a sexta-feira, no horário das 19:00h às 22:00h, com o objetivo de cumprir com a Legislação do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, **CONSIDERANDO** o teor da Comunicação Interna nº 093/2012-DETRAN-AM-GT, de 21.05.2012, da Comissão Organizadora do Curso em Paula R.E.S.O.L.V.E.I - **DESIGNAR** para Instrutores do referido Curso, de abaixo relacionados e estabelecer a remuneração de 1,40 UBA's, como pagamento por hora/aula ministrada: 1. DELNANDINA MARIA MACEDO MONTEIRO = 23 h/a.2. IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA = 46 h/a.3. MARIA LEONICE REIS BATISTA = 48 h/a.4. DALVA FERREIRA MOTTA = 22 h/a.II - A presente Portaria passa a vigorar a partir desta data.

MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO  
 Diretor Presidente

6936

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO AMAZONAS**  
**RESENHA DA PORTARIA N.º 005/EMG/2012.**  
 O Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas, no uso de suas atribuições legais e considerando o que consta no Art. 54 do ADCT, incluído pelo Art. 2º da Emenda Constitucional nº 31, de 26 NOV 98. R.E.S.O.L.V.E. Autorizar a jornada de trabalho extra no mês de maio de 2012, realizada por 150 Bombeiros Militares, publicado no Boletim Geral nº 096 de 23 de maio de 2012.

Manaus, 23 de maio de 2012  
**ANTONIO DA SILVA SANTOS CZE, GOB.M**  
 Comandante-Geral do CBMM

6947

**AMAZONASTUR**  
 Empresa Estadual de Turismo - AMAZONASTUR  
**RESENHA DE AUTORIZAÇÃO DE VIAGENS**  
 Nome e Cargo Destino e Período Objetivo

Kleber Fernandes Braga (Engenheiro Civil)	Manaus/Iranduba/ Manaus 18 a 18/05/2012	Acompanhar a instalação de transformador de energia.
João Nicolau Santos Cabral dos Anjos (Diretor Executivo)	Manaus/Miami/ New York/Manaus 28/05 a 02/06/2012	Participar da divulgação do novo destino American Airlines.
Maria Catarina Rodrigues Pessoa (Assessora II)	Manaus/Iranduba/ Manaus 30 a 30/05/2012	Acompanhar atividades do Projeto Artesanato Sustentável.

Manaus, 23 de maio de 2012.

**ORENI CAMPÊLO BRAGA DA SILVA**  
 Presidente

6948

ORGÃO: SDS/SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
 A SECRETARIA EXECUTIVA - SDS, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** autorizar a concessão de adiantamento, dentro do que se preconiza o Decreto nº 16.396/94, no seu artigo 4º, inciso II, ao (s) servidor(es):  
**PORTARIA Nº 0664/2012 - GS**  
 I - RODRIGO MAURO FREIRE  
 VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais); 33903989 - 4.000,00  
 APLICAÇÃO: 90 dias

Manaus, 22 de maio de 2012  
**KAMIRIA BOTELHO AMARAL**  
 SECRETARIA EXECUTIVA - SDS

6954

ORGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SDS  
**RESENHA Nº 044/2012-RH/SDS** de 21 de maio de 2012.  
 A Secretaria Executiva de Gestão da SDS considerou autorizado o seguinte deslocamento:  
**PCD Nº 113/2012:** Nome e cargo: Nádia Cristina d'Ávila Ferreira, Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Destino/Período:** Brasília/DF - 15 e 16/05/2012. **Objetivo:** Participou de reunião sobre a Proposta de Criação Ecológica de Maués.

**KAMIRIA BOTELHO AMARAL**  
 Secretária Executiva de Gestão da SDS

6952

ORGÃO: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas - SDS  
**Portaria SDS nº 045 de 15 de maio de 2012.**  
 A Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.783, de 31 de janeiro de 2003, que instituiu a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, com reestruturação organizacional estabelecida pela Lei Delegada nº 66, de 06 de maio de 2007,  
**CONSIDERANDO** a atuação dos membros integrantes da Agenda Positiva de Tefé nas articulações da sociedade local em prol do fortalecimento de ações voltadas à implementação de políticas públicas em favor do meio ambiente na região do Médio Rio Solimões;  
**CONSIDERANDO** o reconhecimento do Mosaico do Baixo Rio Negro e de seu Conselho Consultivo, feito através da Portaria Nº483/MMA, de 14 de dezembro de 2010 que visa compatibilizar, integrar e otimizar a atuação multinstitucional voltada à gestão das áreas protegidas abrangidas pelo referido Mosaico e  
**CONSIDERANDO** a solicitação do Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC/SDS para a criação dos Comitês Regionais da Reserva da Biosfera da Amazônia Central (RBAC), conforme o disposto na legislação em vigor, e deliberações do Conselho Estadual da Reserva da Biosfera da Amazônia Central (CERBAC).  
**RESOLVE:**  
 Art. 1º Instituir no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS os seguintes Comitês Regionais da Reserva da Biosfera da Amazônia Central: **Comitê Regional do Médio Rio Solimões e Comitê Regional do Rio Negro.**  
 Art. 2º - A composição de cada Comitê Regional será a mesma estabelecida em eleição pela Agenda Positiva de Tefé e pelo Conselho Consultivo do Mosaico do Baixo Rio Negro, respectivamente.  
 Art. 3º - A SDS, através do Centro Estadual de Unidades de Conservação, será responsável em manter a fidedignidade e compartilhamento de informações entre os Comitês Regionais e o CERBAC.  
 Art. 4º - A participação nos Comitês não enseja remuneração.  
**CIENTÍFICO-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRASE.**  
 Gabinete da SDS, 15 de maio de 2012.

**NÁDIA CRISTINA D'ÁVILA FERREIRA**  
 Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS

ORGÃO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS  
**PORTARIA/SDS/N.º 046/2012**  
 A Excelentíssima Senhora Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias,  
**CONSIDERANDO** o disposto na Lei nº 2.783 de 31 de janeiro de 2003 que instituiu a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cuja reestruturação organizacional foi feita pela Lei Delegada nº 66 de 06 de maio de 2007, reeditada em 18 de maio de 2007 como também o Regimento Interno aprovado na forma do Decreto Estadual nº 23.275 de 11 de março de 2003;  
**CONSIDERANDO** ainda o que consta no Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamentou a Lei nº 2.783 de 31 de janeiro de 2003, a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;  
**CONSIDERANDO** as disposições do parágrafo único do art. 40 da Lei Estadual complementar nº 053/2007 de 05 de junho de 2007 que estabelece o Sistema Estadual de Unidade de Conservação - SEUC;  
**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº. 23.540 de 27 de março de 2003, que cria a Floresta Estadual de Maués, com área de aproximadamente 438.440,00 hectares, localizada no município de Maués.  
**CONSIDERANDO** o disposto no Decreto nº. 5.758 de 13 de abril de 2006 que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas;  
**CONSIDERANDO** a Portaria nº 069/2007 que aprova o Rotim Metodológico para a Elaboração de Plano de Gestão para as Unidades de Conservação do Estado do Amazonas;  
**CONSIDERANDO** por fim, o que consta do Processo Administrativo nº 1659/2010-SDS.  
**RESOLVE:**  
**I - APROVAR O PLANO DE GESTÃO** da Floresta Estadual de Maués, no município de Maués.  
 Espécie: Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués;  
 Objetivo: 1) Garantir apoio às comunidades residentes e usuárias por meio da realização de ações que promovam a organização social, conforme as diretrizes traçadas no Programa de Apoio às Comunidades e no de Operacionalização. 2) Promover o uso e manejo dos recursos naturais (madeira, peixe, fauna, argila etc.) e a geração de serviços ambientais, seguindo o disposto no Programa de Manejo do Meio Ambiente e obedecendo as regras de uso e convivência e a legislação ambiental vigente; 3) Proteger a biodiversidade cultural e ambiental; 4) Promover a interpretação e a educação ambiental favorecendo o uso público e a recreação, conforme estabelecido no Programa de Uso Público; 5) Estimular o conhecimento sobre a diversidade cultural e ambiental por meio da pesquisa científica, seguindo as diretrizes traçadas no Programa de Conhecimento; 6) Estimular a pesquisa científica e proteger os sítios arqueológicos, áreas de "terra preta de índio", "caciaria" de cerâmica entre outras, conforme disposto no Programa de Conhecimento e no Subprograma de Proteção/Programa de Manejo do Meio Ambiente. **Missão:** Proteger a diversidade social e ambiental em uma porção significativa do Biotopo

Amazônia, pouco estudada pela ciência, onde estão presentes várias tipologias da Floresta Amazônica, associadas a ambientes diferenciados como burizais, aningaís, igapós, encraves de campina e campinarana. A isto se associam espécies animais e vegetais com distribuição geográfica restrita e/ou ameaçadas de extinção. Estimular o fortalecimento da organização social, bem como dos costumes e da cultura local, promover a cidadania e o desenvolvimento social e econômico, adotando o uso público, o manejo dos recursos florestais e a prestação de serviços ambientais, sempre a luz dos conhecimentos da biologia da conservação. Garantir a perenidade dos recursos naturais e a base material para a manutenção da vida das gerações presentes e vindouras. **Visão:** Promover significativos avanços na área ambiental e social na região dos rios Apocuitana, Parauari, Paraçoti e Paraná do Urariá, que necessitam básicas como saúde, moradia, educação, segurança alimentar, transporte escolar, comunicação, assistência técnica e extensão rural sejam alfabetizadas, que ocorra um aumento nas populações de espécies da fauna e flora relacionadas como estando em declínio pelos moradores, que a organização social seja forte e consolidada, que os programas de geração de renda e de uso público tenham como base o manejo dos recursos florestais e sejam uma realidade para todas as comunidades e, por fim, que a proteção e fiscalização dos recursos naturais da FLORESTA de Maués sejam eficientes e duradouras. **Vigência:** 05 (cinco) anos. **Estrutura:** O Plano de Gestão da Floresta Estadual de Maués é dividido em dois volumes, cujas informações estão dispostas na seguinte estrutura:  
**VOLUME I**  
 1. INTRODUÇÃO  
 2. CONTEXTO ATUAL DO SISTEMA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO AMAZONAS  
 3. INFORMAÇÕES GERAIS  
 4. CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES ABIÓTICOS  
 5. CARACTERIZAÇÃO DOS FATORES BIÓTICOS  
 6. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DO ENTORNO  
 7. ASPECTOS INSTITUCIONAIS  
 8. ANÁLISE E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA  
 9. DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA  
 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  
**VOLUME II**  
 1. INTRODUÇÃO  
 2. OBJETIVOS DA FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS  
 3. MISSÃO  
 4. VISÃO DE FUTURO  
 5. ZONEAMENTO  
 6. REGRAS DE CONVIVÊNCIA E DE USO DOS RECURSOS NATURAIS  
 7. ESTRATÉGIA GERAL DE GESTÃO  
 8. PROGRAMAS DE GESTÃO E CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO  
 9. SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO  
 10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS  
**II - DETERMINAR** o prazo máximo de 05 (cinco) anos para a sua revisão;  
**III - ESTA** Portaria entra em vigor na data de sua publicação.  
**CIENTÍFICO-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRASE.** Gabinete da SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SDS, em Manaus, 25 de maio de 2012.

**NÁDIA CRISTINA D'ÁVILA FERREIRA**  
 Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

6951

## COMUNICADO

**IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS SITUADA À RUA TEFÉ, Nº 86 - CENTRO (ANTIGA DR. MACHADO)**  
**CNPJ 04.164.794/0001-80, COMUNICA AOS ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS, MUNICIPAIS E FORNECEDORES O NÚMERO DE SUA NOVA INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 9966224-9.**



## Anexo C: Portaria 002/2010 que institui o Conselho Consultivo da Floresta Estadual de Maués.

6 terça-feira, 26 de janeiro de 2010

PODER EXECUTIVO

Diário

ÓRGÃO: SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL — SDS  
**PORTARIA/SDS/R/ 002/2010**  
 O Secretário de Estado da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 2.783 de 31 de janeiro de 2003 que instituiu a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cuja reestruturação organizacional foi feita pela Lei Delegada nº 66 de 06 de maio de 2007, como também o Regimento Interno aprovado na forma do Decreto Estadual nº 23.275 de 11 de março de 2003; CONSIDERANDO as disposições dos artigos 17 a 20 do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamentou a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 a qual instituiu o Sistema Nacional de unidades de Conservação da natureza; CONSIDERANDO as disposições dos artigos 36 ao 41 da Lei complementar 057/2007 de 05 de junho de 2007 - Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC; CONSIDERANDO, por fim, o que consta do Processo Administrativo nº 0754/A/2009-SDS. RESOLVE: I - CRIAR o Conselho Consultivo da Floresta de Maués; II - O Conselho Consultivo da Floresta Estadual de Maués terá a seguinte composição: 1 - Um representante titular e um suplente do Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC; 2 - Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Educação; 3 - Um representante titular e um suplente da Secretaria Municipal de Saúde; 4 - Um representante titular e um suplente da Secretaria de Municipal de Produção; 5 - Um representante titular e um suplente da Secretaria de Municipal de Meio Ambiente; 6 - Um representante titular e um suplente do IDAM de Maués - Instituto de Desenvolvimento

Sustentável Agropecuário e Floresta Sustentável do Estado do Amazonas; 7 - Um representante titular e um suplente da EMBRAPA; 8 - Um representante titular e um suplente da ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável; 9 - Um representante titular e um suplente da UFAM - Universidade Federal do Amazonas; 10 - Um representante titular e um suplente do IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; 11 - Um representante titular e um suplente do IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas; 12 - Um representante titular e um suplente do ITEAM - Instituto de Terras do Amazonas; 13 - Um representante titular e um suplente da Colônia de Pescadores Z - 16; 14 - Um representante titular e um suplente da COOPERFLORA; 15 - Um representante titular e um suplente da Cooperativa Aquático - Cooperativa Agropecuária de Maués; 16 - Um representante titular e um suplente da ASCALBA - Associação Comunitária Agrícola da Liberdade e Rio Apocuitã; 17 - Um representante titular e um suplente da ASPAFEMP - Associação de Produtores Agroextrativistas da Floresta Estadual de Maués; 18 - Um representante titular e um suplente do Setor Apocuitã 1; 19 - Um representante titular e um suplente do Setor Apocuitã 2; 20 - Um representante titular e um suplente do Setor Apocuitã 3; 21 - Um representante titular e um suplente do Setor Apocuitã 4; 22 - Um representante titular e um suplente do Setor Parauari 1; 23 - Um representante titular e um suplente do Setor Parauari 2; 24 - Um representante titular e um suplente do Setor Parauari 3; 25 - Um representante titular e um suplente do Setor Parauari 4. Art. 3º: As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Floresta Estadual de Maués serão fixados em Regimento Interno, no prazo de noventa dias a contar da publicação desta. Art. 4º: Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. GABINETE DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, em Manaus, 12 de janeiro de 2010.

*Nádia Cristina d'Ávila Ferreira*  
 Nádia Cristina d'Ávila Ferreira  
 Secretária de Estado do Meio Ambiente e  
 Desenvolvimento Sustentável

## Anexo D: Portaria 0191/2010 que aprova o Regimento Interno do Conselho Consultivo da Floresta

Diário Oficial

PODER EXECUTIVO

terça-feira, 14 de setembro de 2010 7

ÓRGÃO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS

PORTARIA/SDS/GS/N.º 0191/2010

A Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 2.783 de 31 de janeiro de 2003 que instituiu a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, cuja reestruturação organizacional foi feita pela Lei Delegada nº 66 de 06 de maio de 2007;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamentou a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 a qual instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação;

CONSIDERANDO as disposições dos artigos 37, II e do art. 40 e seu parágrafo único, da Lei Estadual Complementar nº 053/2007 de 05 de junho de 2007 que regulamenta o Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 23.540 de 19 de julho de 2003 que criou a Floresta Estadual de Maués (Floresta de Maués) com área aproximada de 438.440,32 hectares;

CONSIDERANDO, por fim o que consta do Processo Administrativo nº 1548/2010 - SDS.

RESOLVE:

I - APROVAR o Regimento Interno do Conselho Consultivo da Floresta Estadual de Maués, com as atribuições dos membros, organização e funcionamento fixados;

II - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da - SDS, em Manaus, 23 de agosto de 2010.

*Nadya Cristina d'Ávila Ferreira*  
Secretária de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS

12936

## Anexo E: Aprovação do Comitê de Ética

17/04/2017

Plataforma Brasil

Saúde



Talita de Melo Lira - Pesquisador | V3.0

Cadastros

Sua sessão expira em: 27 min 57

### DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

#### DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** Tecnologias sociais e comunidade ribeirinhas: um estudo de caso sobre as tecnologias sociais no processo de participação social dos ribeirinhos da Floresta Estadual de Maués.  
**Pesquisador Responsável:** Talita de Melo Lira  
**Área Temática:**  
**Versão:** 3  
**CAAE:** 38886314.0.0000.5020  
**Submetido em:** 05/02/2015  
**Instituição Proponente:** Instituto de Ciências Humanas e Letras - ICHL  
**Situação da Versão do Projeto:** Aprovado  
**Localização atual da Versão do Projeto:** Pesquisador Responsável  
**Patrocinador Principal:** Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM



Comprovante de Recepção: PB\_COMPROVANTE\_RECEPCAO\_422123

#### DOCUMENTOS DO PROJETO DE PESQUISA

- ↳ Versão Atual Aprovada (PO) - Versão 3
  - ↳ Projeto Original (PO) - Versão 3
    - ↳ Documentos do Projeto
      - ↳ Folha de Rosto - Submissão 1
      - ↳ Informações Básicas do Projeto - Subm
      - ↳ Outros - Submissão 1
      - ↳ Projeto Detalhado / Brochura Investigad
      - ↳ TCLE / Termos de Assentimento / Justif
      - ↳ Apreciação 1 - Universidade Federal do
    - ↳ Projeto Completo

Tipo de Documento	Situação	Arquivo	Postagem	Ações
-------------------	----------	---------	----------	-------

#### LISTA DE CENTROS PARTICIPANTES E COPARTICIPANTES

Apreciação	CAAE	Pesquisador Responsável	Comitê de Ética	Instituição	Situação	Tipo	R.C
------------	------	-------------------------	-----------------	-------------	----------	------	-----

#### HISTÓRICO DE TRÂMITES

Apreciação	Data/Hora	Tipo Trâmite	Versão	Perfil	Origem	Destino	Informações
PO	28/01/2015 09:49:52	Parecer do relator emitido			Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	28/01/2015 09:45:15	Aceitação de Elaboração de Relatoria			Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	22/01/2015 12:41:43	Confirmação de Indicação de Relatoria			Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	22/01/2015 12:26:32	Indicação de Relatoria			Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	22/01/2015 12:25:37	Aceitação do PP			Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	18/01/2015 19:52:24	Submetido para avaliação do CEP		Pesquisador Principal	PESQUISADOR RESPONSÁVEL	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	26/11/2014 18:52:39	Parecer liberado			Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	26/11/2014 18:39:52	Parecer do colegiado emitido			Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	26/11/2014 11:27:54	Parecer do relator emitido			Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	
PO	25/11/2014 23:39:35	Aceitação de Elaboração de Relatoria			Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	Fundação Universidade do Amazonas - FUA (UFAM)	

« « Ocorrência 11 a 20 de 26 registro(s) » »

## Anexo F: Documentos de Autorização da SEMA



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

### AUTORIZAÇÃO Nº 020/2016-DEMUC/SEMA

O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC) da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA), no âmbito de sua competência e considerando:

A Lei nº 53, de 05 de Junho de 2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas (SEUC/AM);

O Artigo 43 que trata do Capítulo VI da Lei do SEUC/AM, que trata das pesquisas científicas em unidade de conservação.

AUTORIZA entrada a execução de pesquisa em Unidade de Conservação de Uso Sustentável, a saber:

#### 1. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO COMTEMPLADA:

Floresta Estadual de Maués

#### 2. AÇÃO/ATIVIDADE:

"Participação social dos ribeirinhos no processo de gestão da Floresta Estadual de Maués".

#### 3. PESQUISADORES AUTORIZADOS:

Nome	Cargo/Função	Instituição	CPF/Passaporte
Taila de Melo Lira	Doutoranda	UFAM	832.290.862-87
Antônio Carlos Wilkoski	Orientador	UFAM	517.866.300-44
Rayane de Oliveira Viana	Pesquisadora	UFAM	003.371.382-82
Érica Goulart da Silva	Pesquisadora	UFAM	052.457.167-59

#### 4. PERÍODO DE REALIZAÇÃO

04 de abril de 2016 a 04 de abril de 2017

Av. Mano Ypiranga, 3280 - Parque 10  
Fone: (92) 3642-4724  
Maués-AM - CEP: 69050-030

SECRETARIA DE ESTADO DO  
**MEIO AMBIENTE**

Av. Mano Ypiranga, 3280 - Parque 10  
Fone: (92) 3642-4724  
Maués-AM - CEP: 69050-030

SECRETARIA DE ESTADO DO  
**MEIO AMBIENTE**



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

### 5. CONSIDERAÇÕES

- A Floresta Estadual é uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivos básicos o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, a pesquisa científica e o desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais, com ênfase em métodos para manejo sustentável de florestas nativas (Art. 18 da Lei nº 53 de 05 de junho de 2007);
- As ações realizadas nas UC estaduais do Amazonas se darão respeitando-se as normas e restrições estabelecidas no Plano de Gestão da UC (quando houver), e as normas estabelecidas pelo órgão gestor;
- A atividade insere-se na linha temática "Estudos Socioeconômicos", que além da grande importância, pode contribuir nas estratégias de implementação de unidades de conservação na Amazônia, contribuindo sobre maneira com o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC);
- Os objetivos desta pesquisa são de relevante interesse para a conservação, pois visa analisar a participação social dos ribeirinhos no processo de gestão das políticas ambientais tendo como locus o município de Maués;
- A equipe técnica participante da atividade envolve profissionais aptos à execução da mesma;
- Os métodos a serem executados na atividade são apropriados aos objetivos propostos.

### RECOMENDAÇÕES TÉCNICAS

- O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC/SEMA) solicita a apresentação dos objetivos da pesquisa aos moradores (líderes comunitários) e atores envolvidos da UC antes do início das atividades do projeto;

Av. Mano Ypiranga, 3280 - Parque 10  
Fone: (92) 3642-4724  
Maués-AM - CEP: 69050-030

SECRETARIA DE ESTADO DO  
**MEIO AMBIENTE**

Av. Mano Ypiranga, 3280 - Parque 10  
Fone: (92) 3642-4724  
Maués-AM - CEP: 69050-030

SECRETARIA DE ESTADO DO  
**MEIO AMBIENTE**



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

- O cronograma das visitas de campo deverá ser ajustado em conformidade e disponibilidade do gerente da UC para planejamento e esclarecimentos gerais sobre as UC, como informações sobre infraestrutura, ou acesso às áreas pretendidas para execução das atividades;

**FLORESTA ESTADUAL DE MAUÉS, GERENTE:** Mauro Cristó de Castro; EMAIL: maurocristo.redca@gmail.com TEL: (92)99143-3276;

- Recomenda-se a contratação de moradores locais para auxiliarem nas tarefas de campo.

#### RECOMENDAÇÕES GERAIS (NORMAS)

- O DEMUC autoriza o acesso às unidades de conservação estaduais e a coleta de material biológico de qualquer natureza devendo haver o respeito por autorização via SISBIO e termo de anuência do DEMUC;
- O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação do Amazonas (DEMUC/SEMA) mantém cooperação com o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) para depósito de material biológico originário das Unidades de Conservação (UC) estaduais. Assim, o material biológico coletado deverá ser depositado em instituições sediadas no Estado do Amazonas, realizando o contato prévio com a curadoria da coleção - Dra. Lúcia Rapp, [lucia\\_rapp@gmail.com](mailto:lucia_rapp@gmail.com) 3643-3226/ 3643-3341, a qual indicará os contatos das demais coleções para todos os grupos que serão coletados;
- Qualquer alteração no cronograma deverá ser comunicada à gerente da UC e a Assessoria de Pesquisas e Monitoramento Ambiental - [pesquisaemmonitoramento@gmail.com](mailto:pesquisaemmonitoramento@gmail.com) (3642-4607);
- Sendo assim, recomenda-se à pesquisa e a emissão de autorização para o período de **04 de abril de 2016 a 04 de abril de 2017** para a Floresta Estadual de Maués, podendo ser renovada, se necessário, mediante apresentação de relatório e justificativa.
- Em todas as divulgações, devem ser citadas o Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação

Av. Mano Ypiranga, 3280 - Parque 10  
Fone: (92) 3642-4724  
Maués-AM - CEP: 69050-030

SECRETARIA DE ESTADO DO  
**MEIO AMBIENTE**

Av. Mano Ypiranga, 3280 - Parque 10  
Fone: (92) 3642-4724  
Maués-AM - CEP: 69050-030

SECRETARIA DE ESTADO DO  
**MEIO AMBIENTE**



GOVERNO DO ESTADO DO  
**AMAZONAS**

(DEMUC/SEMA) e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, e de acordo com o art. 50 do Sistema Estadual de Unidades de Conservação - SEUC (Lei Complementar nº 53/2007):

*Art. 50. A comercialização de produtos florestais, subprodutos, recursos ambientais e o aproveitamento econômico de serviços ambientais e outros serviços obtidos ou desenvolvidos a partir de recursos naturais biológicos, cênicos, culturais ou da imagem de Unidade de Conservação, exceto APA, RPPN e RPD, dependerá de prévia autorização do Órgão Gestor e sujeitará o contratado ou o comprador a pagamento, conforme disposto em regulamentação específica.*

- A logomarca da SEMA e Governo do Amazonas devem ser solicitados para a assessoria de comunicação - ASSCOM ([mprensasema\\_am@gmail.com](mailto:mprensasema_am@gmail.com)), e de acordo com o parágrafo 1º do Art 51 do SEUC:  
*§1º A utilização do nome da unidade de Conservação, da logomarca da Unidade de Conservação, do Órgão Gestor e do Governo do Amazonas, em produtos comerciais, sujeitará o usuário a pagamento, conforme contrato específico.*
- Após o término das atividades deverá ser encaminhado o produto final conforme acordado no contrato. Esta ação condicionará na emissão de novas autorizações ou sua renovação no nome de qualquer um dos participantes do projeto, seja como responsável ou não pelo mesmo;
- O Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC/SEMA) está estruturando o banco de dados de pesquisa, com a elaboração de instrução normativa, e como parte da política de dados, o resultado das pesquisas realizadas nas UC estaduais devem ser enviados no formato de metadados visando o auxílio a pesquisas posteriores na área e aplicabilidade da informação à gestão da UC;
- Todos os dados (metadados) fornecidos serão respeitados, conforme documento orientador a ser assinado no ato de entrega;
- Os resultados direcionados ao DEMUC estão abaixo e serão exigidos:

Av. Mano Ypiranga, 3280 - Parque 10  
Fone: (92) 3642-4724  
Maués-AM - CEP: 69050-030

SECRETARIA DE ESTADO DO  
**MEIO AMBIENTE**

Av. Mano Ypiranga, 3280 - Parque 10  
Fone: (92) 3642-4724  
Maués-AM - CEP: 69050-030

SECRETARIA DE ESTADO DO  
**MEIO AMBIENTE**



GOVERNO DO ESTADO DO

**AMAZONAS**

1	Imagens (fotos) do desenvolvimento da pesquisa;
2	Informações das coletas;
3	Pontos georreferenciados dos locais de coleta;
4	Relatório Geral, artigos, publicações;
5	Relatório modelo DEMUC

Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de  
Conservação do Amazonas, em Manaus/AM, 04 de abril de 2016.

**JOÃO BOSCO FERREIRA SILVA**

Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de  
Conservação -DEMUC

# APÊNDICES

APÊNDICE A  
INSTRUMENTAIS DE PESQUISA



**Universidade Federal do Amazonas**  
**Instituto de Ciências Humanas e Letras**  
**Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA**

**TERMO DE ANUÊNCIA**

Eu \_\_\_\_\_  
na condição de Líder da comunidade declaro para os devidos fins que estou informado (a), esclarecido(a) e de pleno acordo por livre e espontânea vontade, que seja desenvolvido o projeto de pesquisa de doutorado, intitulada: *Participação social dos ribeirinhos no processo de gestão da política ambiental no município de Maués-AM*.

Este projeto será desenvolvido pela doutoranda Talita de Melo Lira (PPGSCA/UFAM), que vai analisar a participação social dos ribeirinhos no processo de gestão das políticas ambientais no município de Maués-AM, com a orientação da Professora Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves.

Estou ciente que no estudo serão realizadas aplicações de Formulários, entrevistas, registro das atividades com fotografias e gravações com gravador, e, que as informações produzidas na pesquisa irão compor uma Tese de Doutorado.

Estou informado (a) de que os comunitários terão total liberdade de participar ou não, sem que haja nenhum problema ou qualquer prejuízo na vida pessoal, familiar e profissional minha e dos comunitários, e, que a comunidade não gastará dinheiro, assim como não receberá qualquer benefício de dinheiro em troca. E ainda, que não terei nenhum vínculo de trabalho, pois o projeto tem a finalidade apenas de estudo com pesquisa.

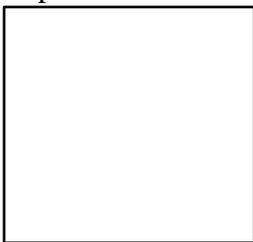
Para qualquer outra informação, eu poderei entrar em contato com a pesquisadora responsável pela pesquisa Talita de Melo Lira pelo seguinte endereço: Av. General Rodrigo Otávio – Instituto de Ciências Humanas e Letras – Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – Campos Universitários. Telefone: (092) 99475-7422/98222-2576, E-mail: talita.mlira@gmail.com

Maués, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Líder da Comunidade

RG: \_\_\_\_\_

Impressão do dedo polegar



Caso não saiba assinar  
Impressão do dedo polegar  
Caso não saiba assinar

Testemunhas:

1) \_\_\_\_\_

2) \_\_\_\_\_



**Universidade Federal do Amazonas  
Instituto de Ciências Humanas e Letras  
Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – PPGSCA**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE**

Eu \_\_\_\_\_ na condição de morador da comunidade \_\_\_\_\_ e Conselheiro da Floresta Estadual de Maués declaro para os devidos fins que estou informado (a), esclarecido(a) e de pleno acordo por livre e espontânea vontade, em participar da pesquisa de doutorado, intitulada: *Participação social dos ribeirinhos no processo de gestão da política ambiental no município de Maués-AM.*

Este projeto está sendo desenvolvido pela doutoranda Talita de Melo Lira (PPGSCA/UFAM), que vai analisar a participação social dos ribeirinhos no processo de gestão das políticas ambientais no município de Maués-AM, com a orientação da Professora Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves.

Serão respondidas as perguntas que o Sr. (a) souber e quiser, e terá total liberdade de pedir explicações à pesquisadora. O Sr. (a) não terá nenhum gasto de dinheiro, assim como não receberá nenhum benefício financeiro em troca. Terá total liberdade de participar ou não da pesquisa, sem que haja qualquer penalidade ou prejuízo.

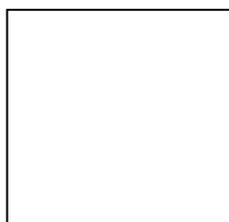
Fui informado sobre o que a pesquisadora quer fazer e porque precisa de minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guarda.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr.(a). poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável pela pesquisa Talita de Melo Lira pelo seguinte endereço: Av. General Rodrigo Otávio – Instituto de Ciências Humanas e Letras – Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia – Campos Universitários. Telefone: (092) 99475-7422/98222-2576, E-mail: [talita.mlira@gmail.com](mailto:talita.mlira@gmail.com)

Maués, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura da Pesquisadora



Impressão do dedo polegar  
Caso não saiba assinar



**Título do Projeto: Participação social dos ribeirinhos no processo de gestão da política ambiental no município de Maués-AM**

PESQUISADOR:

FORMULÁRIO Nº

**1. IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1 Comunidade: \_\_\_\_\_  
 1.2 Quando foi fundada: \_\_\_\_\_  
 1.3 Quais as famílias mais antigas: \_\_\_\_\_  
 1.4 Função do Informante no local: \_\_\_\_\_  
 1.5 Nº de casas: \_\_\_\_\_ 1.6 Nº de Famílias: \_\_\_\_\_ 1.7 Nº de Moradores: \_\_\_\_\_  
 1.8 Rio: \_\_\_\_\_  
 2.4 Localização: ( )Dentro da FLORESTA ( )Entorno da FLORESTA 2.5.Sector: \_\_\_\_\_

**2. ACESSO**

- 2.1 Comunidades ao redor: \_\_\_\_\_  
 2.2 Distância da sede (Km/tempo): \_\_\_\_\_  
 2.3 Transporte mais utilizado: \_\_\_\_\_  
 OBS: \_\_\_\_\_

**3. RELIGIÃO**

- 3.1. Religiões presentes na comunidade \_\_\_\_\_  
 Nº Igrejas: \_\_\_\_\_ Tempo na comunidade: \_\_\_\_\_  
 Nº Fieis/Religião: \_\_\_\_\_  
 OBS: \_\_\_\_\_

**4. EDUCAÇÃO**

- 7.1. Quantidade de Escolas: \_\_\_\_\_ 7.2 Tempo de Funcionamento: \_\_\_\_\_  
 7.3. Carências: \_\_\_\_\_ 7.4. Condições: \_\_\_\_\_  
 2.5. Funciona na comunidade até que série: ( ) Ensino Fundamental Incompleto; ( ) Ensino Fundamental Completo; ( ) Ensino Médio Incompleto; ( ) Ensino Médio Completo; ( ) EJA  
 7.5 Quantas turmas? \_\_\_\_\_ 7.6 Nº de salas? \_\_\_\_\_  
 7.6 Nº de Professores: \_\_\_\_\_ 7.7 Professores residentes: ( ) Sim ( ) Não  
 7.8 Merenda? \_\_\_\_\_ 7.9 Material Escolar? \_\_\_\_\_ 8.0 Transporte escolar? \_\_\_\_\_  
 OBS: \_\_\_\_\_

**5. SAÚDE**

- 8.1 Nº Postos: \_\_\_\_\_ 8.2 Funcionamento: \_\_\_\_\_  
 8.3 Quantos Profissionais? \_\_\_\_\_ 8.4 Quais? \_\_\_\_\_  
 8.5 Condições de Medicamentos: \_\_\_\_\_  
 8.6. Quais as principais doenças: \_\_\_\_\_  
 8.7 Transporte? \_\_\_\_\_ 8.8 Atendimento emergencial onde? \_\_\_\_\_  
 8.9. Órgão responsável: \_\_\_\_\_  
 OBS: \_\_\_\_\_





#### 4. ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS

Nome	Fundação	Nº sócios	Mensalidade	Benefícios recebidos	Parcerias

- 4.1. Qual a estrutura da associação: \_\_\_\_\_
- 4.2. Qual a forma de participação Comunitária? \_\_\_\_\_
- 4.3. Existem eleições periódicas: \_\_\_\_\_
- 4.4. As Associações comunitárias participam da gestão da FLORESTA? \_\_\_\_\_
- 4.5. Existe participação de outras comunidades na associação? \_\_\_\_\_
- 4.6. Quais \_\_\_\_\_

#### 5. UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

- 5.1: Quantas Famílias recebem o Bolsa Floresta: \_\_\_\_\_
- 5.2: Tem contribuído com a renda familiar: \_\_\_\_\_
- 5.3. Quais os empreendimentos comunitários que receberam recurso da Floresta: \_\_\_\_\_
- 5.4. Qual é forma de participação dos comunitários na FLORESTA: \_\_\_\_\_
- 5.5. Quais os principais benefícios da criação da Floresta: \_\_\_\_\_
- 5.6. Quais os principais entraves/malefícios da criação da Floresta: \_\_\_\_\_
- OBS: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

APÊNDICE B  
REGISTRO FOTOGRÁFICO



## Participação social dos ribeirinhos no processo de gestão da política ambiental no município de Maués-AM.



Doutoranda: Talita de Melo Lira  
Orientadora: Dra. Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Manaus - 2015

## Apresentação do Projeto para as comunidades



## Assinatura do Termo de Anuência pelos Líderes comunitários



## Apresentação do Projeto para o Conselho da Floresta Estadual de Maués



APÊNDICE C  
PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS E  
PUBLICAÇÕES

## PUBLICAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	EVENTO	TÍTULO
LIVRO PUBLICADO		Política Ambiental e comunidades ribeirinhas na Amazônia: análise política. Editora: Novas Edições Acadêmicas ISBN: 978-3-639-68275-5
PUBLICAÇÕES EM REVISTA		Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural Revista: INTERAÇÕES (UCDB) ISSN: 1518-7012
		Política ambiental e comunidades ribeirinhas no Estado do Amazonas Revista: ETHOS & EPISTEME (UFAM) ISSN: 1809-0400
		Reflexões sobre a questão ambiental a luz do pensamento de E. Morin Revista: ETHOS & EPISTEME (UFAM) ISSN: 1809-0400
CAPÍTULO DE LIVRO		Saberes Tradicionais e Práticas de Sustentabilidade em Comunidades Livro: Agroecologia em Sociedades Amazônicas ISBN: 9788574016245
		Tecnologias Sociais e Apropriadas: experiência de inovação em comunidades ribeirinhas e urbanas na Amazônia. Editora: Editora da Universidade Federal do Amazonas ISBN: 978-85-7401-657-3
ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS	IV Seminário Internacional de Ciências do Ambiente e 1º ANPAPAS	Floresta Estadual de Maués como artefato humano
		Da lamparina à lâmpada: estudos sobre as transformações ocorridas com a eletricidade em uma comunidade ribeirinha do Amazonas.
	I Seminário Internacional de Questões Socioambientais e Sustentabilidade na Amazônia (II SIQSSAM)	PARTICIPAÇÃO SOCIAL DOS RIBEIRINHOS NA GESTÃO DE MAUÉS/AM.
	XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social	A QUESTÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS AMBIENTAIS em debate
		POLÍTICA AMBIENTAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS
	II Encuentro de las Ciencias Humanas y Tecnológicas para la integración en el Conosur (II ECHTEC)	AÇÕES INTEGRADAS DE PESQUISA-AÇÃO E EXTENSÃO SOCIAL NO AMAZONAS
	VI Jornada Internacional de Políticas Públicas (VI JOINPP)	ACESSIBILIDADE AOS BENS E SERVIÇOS SOCIAIS EM MAUÉS/AM.
	XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social	POLÍTICA AMBIENTAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS
		A QUESTÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS AMBIENTAIS em debate
	IX Congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural “Sociedades Rurais Latino Americanas: diversidades, contrastes e alternativas”	VALORIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS DOS POVOS RURAIS NA PRODUÇÃO DE TECNOLOGIAS SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA: UM RELATO DO ESTADO DO AMAZONAS-BRASIL
VII Jornada Internacional de Políticas Públicas (VII JOINPP)	PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA AMBIENTAL NO ESTADO DO AMAZONAS REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL E POLÍTICA AMBIENTAL	
RESUMOS EXPANDIDOS PUBLICADOS EM ANAIS	14º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais	POLÍTICA AMBIENTAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS: O IMPACTO SOCIOCULTURAL NO MODUS VIVENDI DOS RIBEIRINHOS DE MAUÉS/AM. Atuação profissional na área socioambiental na Amazônia: Experiência do Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social
	65ª Reunião Anual da SBPC	ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: EXPERIÊNCIA DO GRUPO INTER-AÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS
ORGANIZAÇÕES DE EVENTOS	Seminário Internacional Sociedade de Cultura	

- LIVRO

### Política Ambiental e comunidades ribeirinhas na Amazônia

Na contemporaneidade, vem crescendo e ganhando centralidade os debates técnicos acerca da questão socioambiental. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre os modos de uso e de apropriação dos recursos naturais. A relação homem-natureza vem sendo construída a partir de uma racionalidade capitalista com base em uma visão economicista, na qual não há uma preocupação efetiva com a questão de sua finitude. A complexa trama das relações sociais no mundo contemporâneo alcança os mais recônditos territórios, no caso particular das comunidades ribeirinhas da Amazônia, embora vivendo em territórios fora dos eixos da urbanização, ainda assim, são fortemente afetadas pelo fluxo corrente de transformações da ordem social e cultural (im) postos pela globalização mundial. A contemporaneidade, em seu fluxo dinâmico, apresenta-nos uma pauta extensa de incertezas, que trazem consigo a necessidade de serem interpretados para enfrentá-los de maneira diligente. Esse trabalho tem o objetivo de contribuir com a construção de aportes teóricos que permitam interpretar propor alternativas coerentes com a realidade amazônica.



**Talita De Melo Lira**  
Possui Graduação em Serviço Social (UFAM),  
Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na  
Amazônia (PPGSS-UFAM), doutoranda em  
Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA-UFAM),  
pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos  
Socioambientais e de Desenvolvimento de  
Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-Ação.



978-3-639-68275-5

Política Ambiental na Amazônia

De Melo Lira



Talita De Melo Lira

### Política Ambiental e comunidades ribeirinhas na Amazônia

Análise sociocultural e da organização política

 Novas Edições Acadêmicas

- PUBLICAÇÃO EM REVISTA

**Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política**  
 Riverside communities in the Amazônia: sociocultural and political organization  
*Communautés riveraines de l'Amazônia: organisation socioculturelle et politique*  
*Comunidades ribereñas de la Amazônia: la organización socio-cultural y político*

Talita de Melo Lira\*  
 (talita.mlira@gmail.com)

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves\*  
 (socorro.chaves@ig.com.br)

Recebido em 01/07/2015; revisado e aprovado em 28/08/2015; aceito em 10/11/2015  
 DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/1518-70122016107>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo contribuir para o debate teórico sobre comunidades tradicionais na Amazônia, destacando as comunidades ribeirinhas. No meio rural amazônico, as comunidades rurais são formadas por povos/populações cujo modo de organização social é reconhecido como tradicional e partilha-se da perspectiva que as comunidades tradicionais possuem um modo de vida ligado diretamente a dinâmica da natureza.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais. Ribeirinhos. Organização Sociocultural.

**Abstract:** This article aims to contribute to the theoretical debate on traditional communities in the Amazônia, highlighting the coastal communities. Amazon in rural areas, rural communities are formed by people / populations whose mode of social organization is recognized as traditional and sharing from the perspective that traditional communities have a way of life directly linked to the dynamics of nature.

**Key words:** Traditional Communities. Riparian. Sociocultural Organization.

**Résumé:** Cet article vise à contribuer au débat théorique sur les communautés traditionnelles en Amazônia, en soulignant les communautés côtières. Amazon dans les zones rurales, les communautés rurales sont formés par des personnes / populations dont le mode d'organisation sociale est reconnue comme traditionnelle et le partage du point de vue que les communautés traditionnelles ont un mode de vie directement liée à la dynamique de la nature.

**Mots-clés:** Communautés Traditionnelles. Riverain. Organisation Socioculturelle.

**Resumen:** Este artículo pretende contribuir al debate teórico sobre las comunidades tradicionales en la Amazônia, destacando las comunidades costeras. Amazon en las zonas rurales, las comunidades rurales están formadas por personas / poblaciones cuyo modo de organización social se reconoce como tradicional y compartir desde la perspectiva de que las comunidades tradicionales tienen una forma de vida directamente ligada a la dinámica de la naturaleza.

**Palabras clave:** Comunidades Tradicionales. Ribereño. Organización Sociocultural.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, parte-se do entendimento de que a Amazônia não é uma região muito fácil de definir ou delimitar, a começar pela plurivalência de sentido do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica, uma província botânica ou um espaço político-econômico (MOREIRA, 1960). Nesse sentido, conforme o critério utilizado para sua definição (geodésico, botânico ou fisiográfico), a sua área, ora se amplia, ora se reduz, de acordo com o objeto de interesse, estudo ou consideração.

No que concerne ao conceito hidrográfico, Moreira (1960) afirma que é o mais

amplo e definido, geograficamente, no qual a Amazônia designa uma bacia fluvial, denominada de bacia amazônica que abrange uma área de, aproximadamente, 7.000.000 Km<sup>2</sup>, constituindo assim, o maior conjunto potâmico, não só da América do Sul, como do Globo e possui as seguintes características: a) extensão e caudaliosidade da sua bacia potâmica; b) assimetria da rede de drenagem, sendo a área de drenagem dos afluentes meridionais do Amazonas muito maior do que os setentrionais; c) notável capacidade de abrangência política, em decorrência do número de entidades que dela participam diretamente (nove unidades políticas do Brasil e sete do continente); d) condições altamente

\* Universidade Federal do Amazonas, Manaus, AM, Brasil.



## REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL A LUZ DO PENSAMENTO DE EDGAR MORIN

Talita de Melo Lira<sup>1</sup> Kilton Barbosa da Costa<sup>2</sup>

Recebido em: 17/02/2016; Aceito em: 28/05/2016.

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo contribuir para o debate sobre a questão ambiental a luz do pensamento de Edgar Morin, esboçadas no livro *Terra-Pátria*, publicado na França, em 1993 e traduzido para o português nos anos 2000, baseado nos princípios da Epistemologia da complexidade, da ética e da transdisciplinaridade. Para tratar da emergência da questão ambiental que se agravou e ganhou maior visibilidade, a partir da década de 70, muitas disciplinas, criaram suas subáreas de conhecimento, batizando-as com o sobrenome Ambiental. Exemplos destas encontram-se nos termos: Educação ambiental, Direito ambiental, Economia ambiental, Sociologia ambiental, Psicologia ambiental, entre outras. As aludidas disciplinas científicas passaram a adotar um objeto de conhecimento estranho, por assim dizer, e a conjugá-lo com todas as outras que se propõem à mesma tarefa. Todavia, apesar do grande esforço analítico das diferentes disciplinas em criar novos “nichos” de reflexões, Morin enfatiza, em seu livro, a necessidade de um pensamento complexo e transdisciplinar para pensar a questão ambiental, uma vez que os pensamentos fracionais, que fragmentam tudo que é global, ignoram por natureza o complexo antropológico e contexto planetário.

**Palavras-chave:** Questão ambiental; Epistemologia ambiental; identidade humana; pensamento ecologizado.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), Manaus, Amazonas, BRASIL. Avenida General Rodrigo Otávio, Instituto de Ciências Humanas e Letras/Universidade Federal do Amazonas (ICHL/UFAM) Japiim, E-mail: talita.mlira@gmail.com

<sup>2</sup> Professor - Doutor dos Cursos Licenciatura, Bacharelado e Superiores de Tecnologia da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Unidade-Leste (FSDB-LESTE), Manaus, Amazonas, BRASIL. E-mail: kiltonb@gmail.com 3131-4100. Avenida Cosme Ferreira, 5122, Zumbi, Manaus, Amazonas, BRASIL. CEP: 69.083-000.





## POLÍTICA AMBIENTAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO ESTADO DO AMAZONAS

Talita de Melo Lira<sup>1</sup> Klilton Barbosa da Costa<sup>2</sup>

Recebido em: 17/02/2016; Aceito em: 28/05/2016.

### RESUMO

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa mestrado intitulada *Transformações no modus vivendi de Vila Darcy com a implementação da FLORESTA de Maués/AM*, apresentada ao Programa de Pós-graduação Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS-UFAM). A pesquisa analisou as transformações socioculturais e políticas no modo de vida em comunidades tradicionais ribeirinhas com a criação da Floresta Estadual de Maués /AM. Na contemporaneidade vem crescendo e ganhando centralidade os debates teóricos acerca da questão socioambiental. Surge, assim, a necessidade de refletir sobre o modelo de transformações sociais e técnicas e suas implicações sobre a apropriação dos recursos naturais.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas; unidade de conservação; comunidade tradicional.

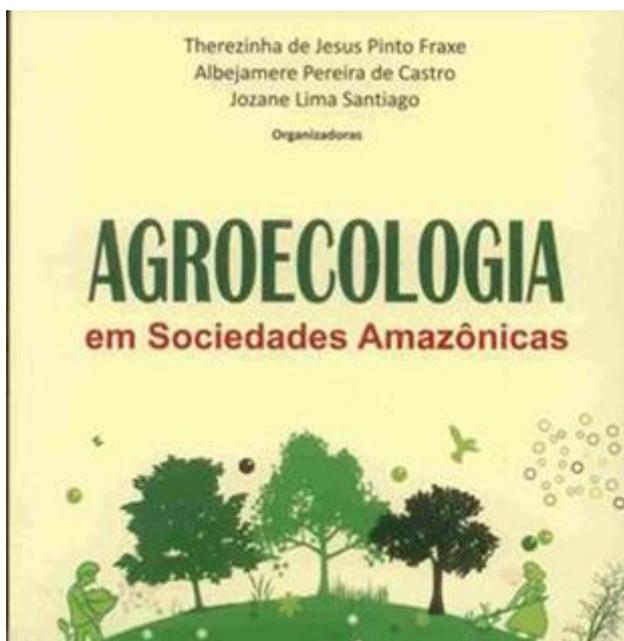
### ABSTRACT

This paper presents the results of the research master's entitled *Transformations in Vila Darcy modus vivendi with the implementation of FOREST Maués / AM*, presented to (PPGSS-UFAM) Program Graduate Social Work and Sustainability in Amazonia. The research analyzed the socio-cultural and political transformations in the traditional way of life in coastal communities with the creation of the State Forest Maués/AM. In contemporary times has been growing and gaining centrality theoretical debates about the

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), Manaus, Amazonas, BRASIL, Avenida General Rodrigo Otávio, Instituto de Ciências Humanas e Letras/Universidade Federal do Amazonas (ICHL/UFAM) Japiim, E-mail: talita.mlira@gmail.com

<sup>2</sup> Professor-Doutor dos Cursos Licenciatura, Bacharelado e Superiores de Tecnologia da Faculdade Salesiana Dom Bosco, Unidade-Leste (FSDB-LESTE), Manaus, Amazonas, BRASIL, E-mail: kliltonb@gmail.com 3131-4100, Avenida Cosme Ferreira, 5122, Zumbi, Manaus, Amazonas, BRASIL, CEP: 69.083-000.

- CAPÍTULO DE LIVRO



**A CIÊNCIA E A TÉCNICA: trajetória dos debates em torno do enrijecimento da razão**

Tailita de Melo Lira<sup>1</sup>

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves<sup>2</sup>

**RESUMO**

A contemporaneidade apresenta-nos um conjunto muito extenso de incertezas que configuram grandes desafios que trazem consigo a necessidade de serem interpretados. Aos trabalhadores que tecem a urdida da arte da ciência compete, não de modo exclusivo, a construção de aportes teóricos que permitam interpretar, refletir e, de maneira consistente, propor alternativas para superar os limites vigentes potencializando as possibilidades que tanto as práticas científicas buscam quanto os saberes exercitados no cotidiano da sociedade podem oportunizar. É importante reconhecer que na composição do conhecimento sistemático da ciência emergem dilemas e nuances do real que põem em cheque instrumentais e práticas consolidadas. Essa complexa dinâmica do fazer científico provoca, os artesãos da ciência a desenvolver uma busca incessante de novos horizontes técnicos, de instrumentais que permitam inovar nas práticas e descobertas interpretativas. Neste rico processo, fomentam-se novos aprendizados, novos saberes, conhecimentos tradicionais são valorizados, novas teorias vão sendo gestadas e (re)apropriadas. É nesta discussão que o presente artigo pretende contribuir, enfatizando os limites da ciência e técnica e apontando caminhos para além do enrijecimento da razão.

**PALAVRAS – CHAVE:** Ciência, Razão, Conhecimentos tradicionais.

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), pesquisadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação – UFAM).

<sup>2</sup> Pós-Doutora de Inovação Tecnológica (UFAM), Docente do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), professora do Departamento de Serviço Social – UFAM, Coordenadora Geral do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação – UFAM).

**Comunicado**

É com grande satisfação que o Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA/UFAM), através do Programa de Publicação Autoral Docente (PPAD) implantado pela Coordenação do Programa, Dr<sup>a</sup> Marlene Corrêa da Silva Freitas, tendo o coordenador desta atividade o Dr. Walmir de Albuquerque Barbosa, Comunica que seu artigo intitulado: **A CIÊNCIA E A TÉCNICA: TRAJETÓRIA DOS DEBATES EM TORNO DO ENRIJECIMENTO DA RAZÃO** foi submetido à análise para publicação, sendo aprovado para entrar em pauta coletiva COLETÂNEA 2: **INTERDISCIPLINARIDADE, COMPLEXIDADE E PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO**.

Com isso, pedimos que o autor proceda com algumas recomendações indispensáveis para a publicação de seu artigo nesta obra coletiva.

**RECOMENDAÇÕES**

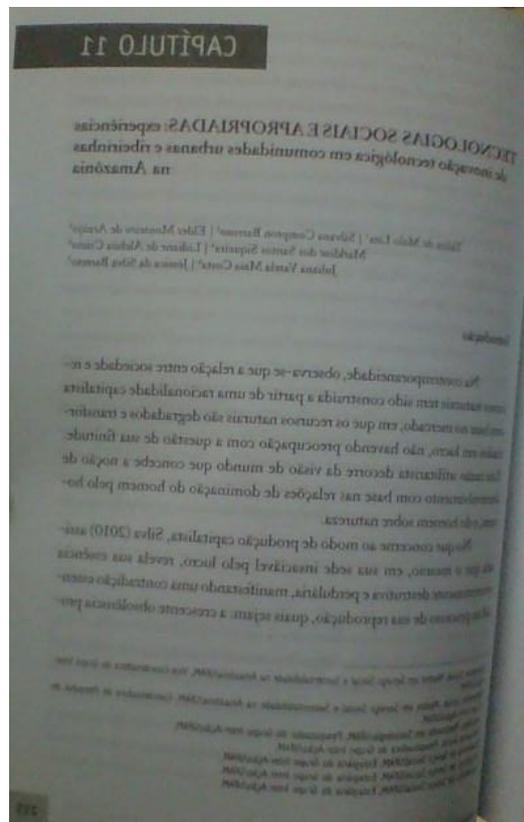
- 1 – Proceda com a revisão redacional do trabalho, atentando para: linguagem, ortografia, pontuação, acentuação, paragrafo e concordância (verbal e nominal).
- 2 – As margens das páginas devem ser 3 cm (Superior e Esquerda) e 2 cm (Inferior e Direita). A fonte deve ser Arial, Tamanho 12, Espaçamento entrelinhas 1,5 cm.
- 3 – O Título deve estar centralizado, Caixa alta (Maiúscula), Tamanho 12, Negrito, De dois cliques e alinhado à esquerda coloque o Nome do Primeiro Autor (Aluno), de mais um clique coloque o Nome do Segundo Autor (Orientador). O nome dos Autores devem ser referenciados com notas de rodapé, contendo as credenciais de formação superior, situação e vínculo institucional.
- 4 – O resumo deve conter breve introdução da pesquisa, referencial teórico, metodologia, resultados. Devendo a extensão deste possuir até 300 palavras. As Palavras-chave devem ser no máximo 5, separadas por pontos. Tanto o Resumo como as Palavras-chave deverão estar em Fonte Arial, Tamanho 10, Espaçamento Simples.
- 5 – O Trabalho deve possuir sequência lógica de desenvolvimento contendo Introdução, Desenvolvimento (Podendo utilizar seções e subseções com outros títulos, que delimitem esta parte), Conclusões (ou dependendo do nível de estudo ser "Considerações Finais" e Referências).
- 6 – Notas de rodapé devem obedecer uma sequência de apresentação, sendo referenciada na página em que ocorrerá a observação (Recomendamos notas de rodapé em caráter de explicação).
- 7 – Citação até 3 linhas devem ser citadas dentro do texto, utilizando abrev. e itálico para destacar a citação. As citações acima de 3 linhas devem ser citadas com recuo de 4 cm a partir da margem, Tamanho 10, espaçamento simples.
- 8 – Siglas em português devem obedecer a lógica do seguinte exemplo: "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)". Para siglas em outra língua, exemplo: United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute (UNICRI).
- 9 – A língua para a tradução do Resumo e Palavras-chave é o inglês, devendo obedecer os critérios que são para o Resumo em português. Pedimos que este deva constar no final do trabalho.
- 10 – A referência em português deve ser feita pelo sistema AUTOR, Data, Evento: "BARBOSA, 2014".
- 11 – Em anexo vai o "Termo de Cessão de Direitos Autorais" da obra selecionada. Recomendamos ao autor que preencha com o preenchimento das informações do formulário, pedindo sua assinatura e de seu orientador, concordando com os termos expostos no documento. Este documento deve ser entregue em duas via impressas, juntamente com a copia impressa do Artigo Revisado para o Dr. Walmir de Albuquerque Barbosa. Pedimos para que o autor converse com seu orientador sobre a necessidade de assinatura deste documento.
- 12 – Após o cumprimento das recomendações acima, pedimos que o autor envie o Artigo Revisado com assunto "COLETÂNEA 2 - AUTOR (nome do docente contemporâneo)" para os e-mails: [matilde@ufam.br](mailto:matilde@ufam.br) e [albuquerque@ufam.br](mailto:albuquerque@ufam.br).

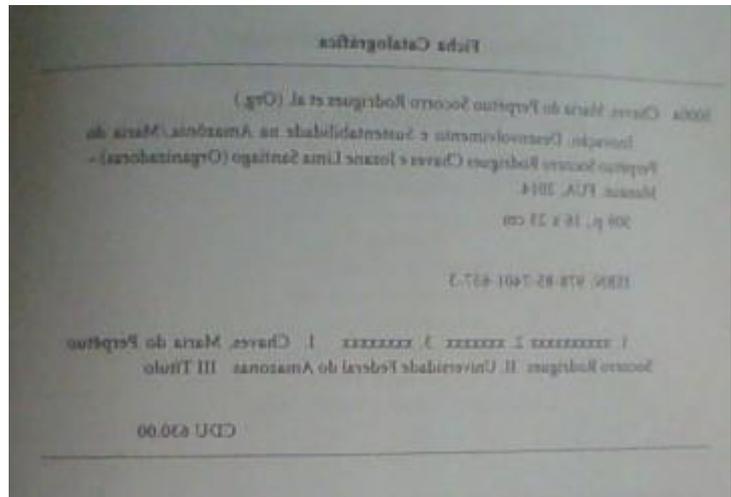
Ademais pedimos que o Autor selecionado para esta publicação entre em contato o mais rápido possível com o Coordenador desta atividade, Dr. Walmir de Albuquerque Barbosa, para outras informações e suporte por e-mail: [walmir@ufam.br](mailto:walmir@ufam.br) pessoalmente, de segunda à sexta, das 10:00 às 15:00, Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia.

Desde já agradecemos sua colaboração para esta obra coletiva, e esperamos vê-la o mais breve possível. Retornamos as congratulações quanto a seleção de seu material.

**Atenciosamente**

Dr. Walmir de Albuquerque Barbosa  
(Coordenador)





- ARTIGOS COMPLETOS PUBLICADOS EM ANAIS

en Diálogos  
Mercosur



La Escuela de Filosofía y Humanidades de la Universidad Sergio Arboleda  
y Diálogos en Mercosur

Certifica que

**Talita de Melo Lira**

participó como ponente en el

**II Encuentro de las Ciencias Humanas y Tecnológicas para la Integración en el Cono Sur**

Que se llevó a cabo los días 2, 3 y 4 de mayo de 2013.

Se firma en Bogotá, D.C., a los cuatro (4) días del mes de mayo de 2013.

DR. CARLOS TULLIO DA SILVA MEDEIROS  
Coordinador General ECHTEC  
Diálogos en Mercosur

DRA. ANDREA CORTES-BOUSSAC  
Coordinadora General II ECHTEC  
Universidad Sergio Arboleda

PBRO. DR. MAURICIO URIBE BLANCO  
Decano Escuela de Filosofía y Humanidades  
Universidad Sergio Arboleda

**Dialogos en Mercosur – II ECHTEC – FICHA CATALOGRAFICA**

Catálogo na fonte: Ceila Soares - CRB10/926

E56	Encuentro de las Ciencias Humanas y Tecnológicas para la Integración en el Conosur (2. : 2013 : Bogotá, Colombia).
	Anales del II Encuentro internacional del conocimiento : diálogos en nuestra América / II Encuentro de las Ciencias Humanas y Tecnológicas para la Integración en el Conosur, 2, 3 y 4 de mayo de 2013, Bogotá, Colombia – Bogotá : Universidad Sergio Arboleda, 2013. – v.1, 2013. - 1 CD-ROM.
	ISSN 2238-0078
	1. Conesul, integración do 2. Ciências humanas – Conesul 3. Ciências tecnológicas – Conesul I. Título.
	CDD: 300 600

15.Sostenibilidad de la empresa y etica. Un enfoque de género.	192-213
<i>Laura Romo Rojas, Irma Carrillo Flores</i>	
16.Incidencia de factores del clima organizacional en la motivación laboral en la corporación tecnológica de Bogotá.	214-226
<i>Liliana Garzón Forero</i>	
17.La organización social y su transformación, el caso de la cooperativa y la federación de cooperativas pesqueras en Sinaloa.	227-237
<i>Marcela Rebeca Contreras Loera</i>	
18.Factoring: alternativa para pymes.	238-250
<i>Maria Augusta Camacho Zegarra</i>	
19.Ações integradas de pesquisa-ação e extensão tecnológica para inclusão social no Amazonas.	251-263
<i>Talita de Melo Lira, Kililton Barbosa da Costa</i>	
20.El bienestar. De su historia e interpretación.	264-276
<i>Yomeida Bom, Yosmary Bom</i>	
21.Necesidades de Acciones Socialmente Responsable.	277-287
<i>Yomeida Bom, Yosmary Bom, Maria Bove, Orlando Montoya</i>	
22.La era digital y los paradigmas motivacionales en las empresas actuales.	288-300
<i>Fridzia Izaguirre Diaz de León, Manuel Israel Cazarez Morales</i>	



ACESSIBILIDADE AOS BENS E SERVIÇOS SOCIAIS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS  
DE MAUÉS/AM

Talita de Melo Lira<sup>1</sup>  
 Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves<sup>2</sup>  
 Mayara Pereira da Silva<sup>3</sup>  
 Klilton Barbosa da Costa<sup>4</sup>  
 Vânia Lima Medeiros<sup>5</sup>

**Resumo:** Este trabalho analisa as condições de acesso aos bens e serviços sociais pelos povos ribeirinhos no âmbito das comunidades tradicionais na Amazônia. A pesquisa foi realizada junto a seis comunidades ribeirinhas, em Maués/AM. Este artigo apresenta os resultados parciais da pesquisa intitulada *Condições de Acessibilidade aos Bens e Serviços Sociais pelos Povos Ribeirinhos na Amazônia*, Bolsa Produtividade CNPq, no período de 2010 a 2012. Dentre os resultados obtidos destaca-se: a produção de novos conhecimentos sobre a temática; constituição de ações de extensão universitária; a formulação de subsídios para elaboração de políticas públicas coerentes com as necessidades das populações ribeirinhas.

**Palavras-chave:** Questão socioambiental, políticas públicas, ribeirinhos, acessibilidade.

**Abstract:** This paper analyzes the conditions of access to social goods and services by people within riparian traditional communities in the Amazon. The research was carried out with six riverside communities in Maués/AM. This paper presents the partial results of the research entitled *Conditions Accessibility to Goods and Social Services for People Bordering on Amazon*, Pursue Productivity CNPq, in the period from 2010 to 2012. Among the results stand out: the production of new knowledge on the subject; constitution of shares of university extension; subsidies for the formulation of public policy development consistent with the needs of coastal communities.

**Keywords:** Question socio-environmental, public policies, bordering, accessibility.

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), talita.mira@gmail.com

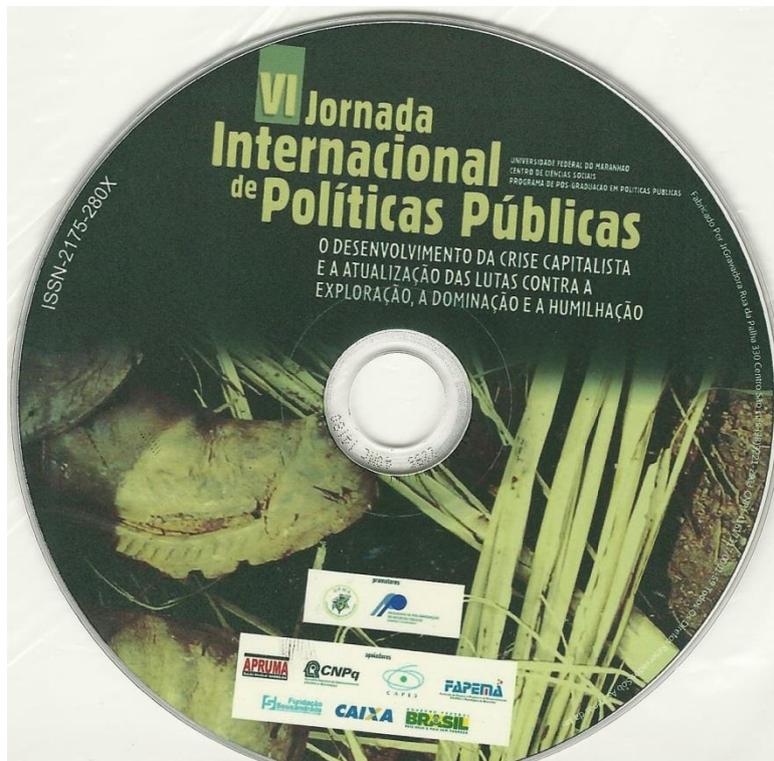
<sup>2</sup> Doutora, Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

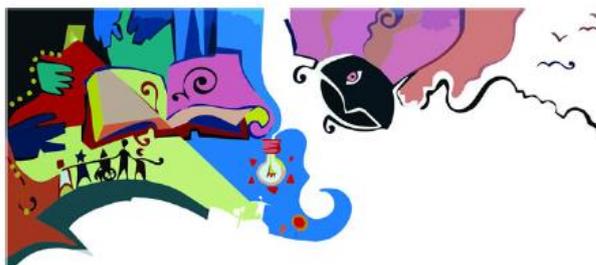
<sup>3</sup> Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal Do Amazonas (UFAM), mayara\_ssocial@hotmail.com

<sup>4</sup> Doutor, Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

<sup>5</sup> Bacharel, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), stanleyvt\_medeiros@hotmail.com

Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão  
 CEP: 65 085 - 560, São Luís, Maranhão, Brasil  
 Fone(98) 3272-8666- 3272-8668






**XIV ENPESS**  
Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social  
Luta Social e Produção do Conhecimento

CERTIFICAMOS QUE O TRABALHO **A QUESTÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL: ELEMENTOS PARA O DEBATE**, AUTORIA DE **TALITA DE MELO LIRA, KLILTON BARBOSA DA COSTA**, FOI PUBLICADO E APRESENTADO SOB A FORMA PÔSTER, DURANTE O XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, REALIZADO DE 30 DE NOVEMBRO A 04 DE DEZEMBRO DE 2014, EM NATAL/RN.

Natal/RN, 04 de dezembro de 2014.

*Reivan Marinho de Souza*  
COORDENADORA NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO

*Mauá Regina de Avila Moreira*  
PRESIDENTE

*Telma Gurgel da Silva*  
COORDENADORA NACIONAL DE GRADUAÇÃO

Realização: **ABEPSS** Apoio:  Organização: 




**XIV ENPESS**  
Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social  
Luta Social e Produção do Conhecimento

CERTIFICAMOS QUE O TRABALHO **POLÍTICA AMBIENTAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO ESTADO DO AMAZONAS**, AUTORIA DE **TALITA DE MELO LIRA**, FOI PUBLICADO E APRESENTADO SOB A FORMA PÔSTER, DURANTE O XIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, REALIZADO DE 30 DE NOVEMBRO A 04 DE DEZEMBRO DE 2014, EM NATAL/RN.

Natal/RN, 04 de dezembro de 2014.

*Reivan Marinho de Souza*  
COORDENADORA NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO

*Mauá Regina de Avila Moreira*  
PRESIDENTE

*Telma Gurgel da Silva*  
COORDENADORA NACIONAL DE GRADUAÇÃO

Realização: **ABEPSS** Apoio:  Organização: 

## PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA AMBIENTAL NO ESTADO DO AMAZONAS

## RESUMO

Este trabalho objetiva contribuir com as discussões no âmbito da questão ambiental, problematizando a participação de populações tradicionais na gestão de políticas ambientais. As reflexões contidas são fruto dos resultados parciais da pesquisa intitulada *Participação social dos ribeirinhos no processo de gestão da política ambiental no município de Maués-AM*, objetivando analisar a participação social dos ribeirinhos no processo de gestão das políticas ambientais no município de Maués-AM. Dentre os resultados, destaca-se: a produção de novos conhecimentos sobre a temática e a formulação de subsídios para elaboração de políticas públicas coerentes com as necessidades das populações ribeirinhas no Estado do Amazonas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão socioambiental, políticas públicas, ribeirinhos.

## ABSTRACT

This paper aims to contribute to discussions on environmental issue, questioning the participation of traditional populations in the management of environmental policies. The contained reflections are the result of the partial results of the research entitled *Social participation in the riparian environment policy management process in Maués-AM municipality*, aimed at analyzing the social participation of coastal management in the process of environmental policies in Maués-AM municipality. Among the results, it stands out: the production of new knowledge on the subject and the formulation of subsidies for public policy development consistent with the needs of coastal communities in the state of Amazonas.

**KEYWORDS:** Question socio-environmental, public policies, bordering.

## 1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas registraram o crescimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, assim como, das instituições, regras e modelos que regem sua decisão, elaboração, implementação e avaliação.

Um fator importante relacionado ao crescimento desse campo relaciona-se aos países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizados, visto que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar, minimamente, a questão de como desenhar políticas

## REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo contribuir para o debate teórico sobre a questão socioambiental e políticas ambientais no Brasil. As diversas refrações da questão socioambiental apresentam um conjunto muito extenso de incertezas, que trazem consigo a necessidade de serem interpretados para que se possa vir a entabular ações para enfrentá-los de maneira diligente, coerente e eficaz. Nesse sentido, entende-se que os assistentes sociais podem contribuir, de forma significativa, com a elucidação dessa temática interdisciplinar.

**PALAVRAS – CHAVE:** Racionalidade Capitalista, Questão socioambiental, Política Ambiental.

## ABSTRACT

This article aims to contribute to the theoretical debate on social and environmental issues and environmental policies in Brazil. The different refractions of the environmental issue presents us with a very extensive set of uncertainties, which bring with them the need to be interpreted so that one can come to engage in actions to address them in a diligent, consistent and effective manner. In this sense, it is understood that social workers can contribute significantly to the elucidation of this interdisciplinary subject.

**KEYWORDS:** Capitalist Rationality, environmental Issues, Environmental Policy.

## INTRODUÇÃO

A questão socioambiental, na contemporaneidade, insere-se no cerne da crise da racionalidade moderna. A relação entre sociedade e recursos naturais tem sido construída a partir de uma racionalidade capitalista, com base no mercado, em que os recursos naturais são degradados e transformados em lucro, não havendo preocupação com a questão de sua finitude. Esta razão utilitarista decorre da visão de mundo que concebe a noção de desenvolvimento, com base nas relações de dominação do homem pelo homem e do homem sobre natureza.

No que concerne ao modo de produção capitalista, Silva (2010), assinala que o mesmo, em sua sede insaciável pelo lucro, revela sua essência crescentemente destrutiva e perdurária, manifestando uma contradição essencial no processo de sua reprodução, quais sejam: a crescente



São Luís, 20 de maio de 2015.

A Comissão Científica da VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS (VII JOINPP) "Para Além da Crise Global: experiência e antecipações concretas" tem a grata satisfação de informar que o trabalho foi recomendado para apresentação nesse evento na modalidade **Comunicação Oral** (consultar <http://www.joinpp.ufma.br/>).

Lembramos que para assegurar a inclusão das Comunicações Oraís na Programação Geral e Anais da VII JOINPP, o autor terá o prazo até **8 de junho de 2015** para efetuar o pagamento de sua inscrição no evento. No caso dos trabalhos coletivos, essa inclusão será assegurada mediante a conclusão da inscrição e pagamento de, pelo menos, um dos autores.

Nas Sessões de Apresentação de Comunicação Oral, os trabalhos terão até 15 (quinze) minutos para sua apresentação e estarão disponíveis microcomputador e projetor multimídia.

Aproveitamos ainda para comunicar que os certificados de participação nas Sessões de Apresentação de Comunicação Oral serão concedidos aos autores e autoras inscritos/as e presentes nessas Sessões, ainda que nem todos/as exerçam a função de apresentador/a.

Na certeza de sua presença na VII JOINPP, em breve informaremos sobre dia, local e horário da Sessão de Apresentação de Comunicação Oral, na qual será apresentado o trabalho ora recomendado.

Cordialmente,

*Marly de Jesus Sá Dias*  
Professora Dra. Marly de Jesus Sá Dias

*Maria do Socorro Sousa de Araújo*  
Professora Dra. Maria do Socorro Sousa de Araújo

Coordenadoras da Comissão Organizadora da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas

21/1/13

0000318H



**14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**  
14 a 18 DE OUTUBRO DE 2013 - AGUAS DE LINDÓIA, SÃO PAULO

Autores: Talita de Melo Lira, Kilton Barbosa da Costa, Mayara Pereira da Silva, Vânia Lima Medeiros

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL NA AMAZÔNIA:** experiência do Grupo Inter-Ação no Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social

**RESUMO**

O estudo consiste em um relato de experiência da atuação profissional de assistentes sociais do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimentos de Tecnologias Sociais na Amazônia (Grupo Inter-Ação), no desenvolvimento de estudos sobre a dinâmica sociocultural e política de comunidades ribeirinhas da Região Amazônica no desenvolvimento do Projeto Ações Integradas de Pesquisa-Ação e Extensão Tecnológica para a Inclusão Social no Meio Urbano e em Comunidades Ribeirinhas no Estado do Amazonas, o qual faz parte do Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social da Universidade Federal do Amazonas (PCTIS/UFAM).

**Palavras-chave:** Atuação Profissional; Inclusão Social.

**ABSTRACT**

The study consists of an experience of professional practice of social Group for Interdisciplinary Studies and Social and Environmental Development of Social Technologies in the Amazon (Grupo Inter-Ação), the development of studies on the socio-cultural and political dynamics of riverside communities in the Amazon region in the development of the Integrated Action Project of Action Research and Extension Technology for social inclusion in urban and coastal communities in the state of Amazonas, which is part of the Science and Technology Park for social Inclusion Federal University of Amazonas (PCTIS/UFAM).

**Keywords:** Professional Practice; Social Inclusion.

21/1/13

0000318H



**14º CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS**  
14 a 18 DE OUTUBRO DE 2013 - AGUAS DE LINDÓIA, SÃO PAULO

Autores: Talita de Melo Lira

**POLÍTICA AMBIENTAL E COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO AMAZONAS:** um do estudo do impacto sociocultural no *modus vivendi* dos ribeirinhos de Maués-AM

**RESUMO**

Este trabalho apresenta os resultados da pesquisa mestrado intitulada *Transformações no modus vivendi de Vila Darcy com a implementação da FLORESTA de Maués/AM*, apresentada ao Programa de Pós-graduação Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS-UFAM). A pesquisa analisou as transformações socioculturais e políticas no modo de vida em comunidades tradicionais ribeirinhas com a criação da Floresta Estadual de Maués, no município de Maués/AM.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas, Unidade de Conservação, Comunidade Tradicional.

**ABSTRACT**

This paper presents the results of the research master's entitled *Transformations in Vila Darcy modus vivendi with the implementation of FOREST Maués/AM*, presented to the Graduate Program Services, and Sustainability in the Amazon (PPGSS-UFAM). The research analyzed the social and cultural policies in the way of life in traditional riverine communities with the creation of State Forest Maués, in Maués/AM.

## RESUMOS EXPANDIDOS PUBLICADOS EM ANAIS



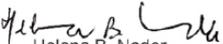
## 65ª Reunião Anual da SBPC

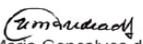
15-17 de julho de 2013 - Caruaru, Garanhuns, Petrolina, Recife e Serra Talhada, PE  
21-26 de julho de 2013 - UFPE - Recife, PE

**Certificado**

Certificamos que o trabalho **ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO GRUPO INTER-AÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS.**, de autoria de *Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Talita de Melo Lira, Klilton Barbosa da Costa, Aghata Teixeira Silva, Vânia Lima Medeiros e Jéssica da Silva Barreto*, foi apresentado, na forma de pôster, na 65ª Reunião Anual da SBPC, realizada de 21 a 26 de julho de 2013, na Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife/PE, Brasil.

Emissão: Julho de 2013.  
Certificado nº AT65RA10051  
O número do certificado acima permite a verificação da autenticidade deste documento no site da SBPC <http://sbpcnet.org.br/site/documentos>

  
 Helena B. Nader  
 Presidente da SBPC

  
 Rute Maria Gonçalves de Andrade  
 Secretária-Geral da SBPC

65ª Reunião Anual da SBPC

F. Ciências Sociais Aplicadas - 13. Serviço Social - 7. Serviço Social

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA SOCIOAMBIENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO GRUPO INTER-AÇÃO NO ESTADO DO AMAZONAS.**

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves - Profa. Dra./Orientadora - Depto. de Serviço Social - UFAM  
 Talita de Melo Lira - Profa. MSc. do Depto. de Serviço Social - UFAM  
 Klilton Barbosa da Costa - Pesquisador do Grupo Inter-Ação - UFAM  
 Aghata Teixeira Silva - Pesquisadora do Grupo Inter-Ação - UFAM  
 Vânia Lima Medeiros - Pesquisadora do Grupo Inter-Ação - UFAM  
 Jéssica da Silva Barreto - Bolsista de Extensão do Grupo Inter-Ação - UFAM

**INTRODUÇÃO:**

Desde meados da segunda metade do século XX, a discussão sobre questão ambiental entrou em pauta de forma mais abrangente, tanto no âmbito da ciência como dos movimentos sociais. Processos sociais até então tidos como verdadeiros passam, a ser questionados tais como paradigmas econômicos e sociais onde se apregoava o desenvolvimento e o progresso a todo custo. Desta modo, com o propósito de estudar e intervir nesta questão o Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia - Grupo Inter-Ação, atua na ampliação de um processo socioeducativo que abrange ações de investigação e ações afirmativas de cidadania que resultam numa proposta para: produzir novos conhecimentos; construir de forma coletiva respostas visando à superação das condições de exclusão e para atendimento às demandas existentes; estruturar novas técnicas, tecnologias apropriadas e sociais, habilidades e mecanismos que possibilitem a construção de alternativas viáveis e voltadas à realidade local; contribuir para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional. O Grupo tem como norte a valorização dos atores sociais e busca construir e testar paradigmas que visem colocar sob outro patamar a lógica construída pela ciência moderna.

**OBJETIVO DO TRABALHO:**

O trabalho apresenta a experiência de extensão universitária desenvolvida pelo Grupo Inter-Ação, no projeto PROGRAMA INTER-AÇÃO: práticas de sustentabilidade visando o desenvolvimento regional, implementado em 2012/2013, vinculado a PROEXTI. O projeto visou desenvolver ações de sustentabilidade socioambiental que contribuíssem para o desenvolvimento e inclusão social de 05 municípios do Amazonas.

**MÉTODOS:**

As ações implementadas foram baseadas num diálogo instrutivo/pedagógico, o qual possibilitou a criação de alternativas para a melhoria das condições de vida dos agentes abrangidos pelo projeto. Para tal, todas as ações foram norteadas pela metodologia Inter-Ação, a qual busca realizar práticas de extensão universitária sob a articulação dos saberes popular e acadêmico-científico, incentivando a participação comunitária. As ações foram ordenadas em três fases operacionais, articuladas entre si: Fase I - Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local - nesta fase, todos os agentes sociais envolvidos no projeto, buscaram num esforço coletivo ordenar e delimitar, por ordem de prioridade, as soluções realistas e práticas sustentáveis a serem implementadas; Fase II - Execução do Plano de Desenvolvimento Local - nesta fase foi acionada, simultaneamente, a negociação entre os atores, o estímulo à participação e engajamento dos comunitários na implementação das atividades técnicas, o processo de formação para criação de competência técnica e fortalecimento das capacidades locais; Fase III - Monitoramento e Avaliação das Ações - Esta fase não se constituiu como um momento fixo e/ou linear, mas esteve relacionada a dinâmica do processo de realização das ações em todo o trabalho.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

No perímetro urbano da cidade de Manaus a assessoria técnica realizada à Rede de Catadores(as) de Materiais Recicláveis (ECO-RECICLA) tem possibilitado a consolidação de ações que visa subsidiar a criação de políticas públicas voltadas para esta categoria profissional, através de capacitação/instrumentalização na melhoria de processos produtivos e no fortalecimento sociopolítico. No perímetro rural, o projeto está implantando unidades demonstrativas de meliponários, galinheiro e horta agroecológicas em sítios situados no ramal do Brasilielho. No município de Itauais, as ações desenvolvidas tem gerado o fortalecimento da organização sociopolítica comunitária para a autogestão de empreendimentos econômico-solidários voltados para a geração de renda, como assessoria e acompanhamento na fabricação de tijolos ecológicos, farmácia comunitária de plantas



# 65ª REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

16-17, 21-26 DE JULHO DE 2013 - UFPE - RECIFE, PE



Home

Abertura

- » Presidente da SBPC
- » Reitor da UFPE
- » Homenageados

Programações

- » Resumos:
  - Programação Científica
  - Sessão de Pôsteres
- » SBPC Educação
- » SBPC Jovem e Mirim
- » SBPC Cultural
- » ExpoT&C

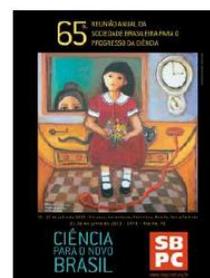
Imagens

Fotos

Realização

- » Organização
- » Realização, Patrocínio e Apoio

Anais/Resumos da 65ª Reunião Anual da SBPC - ISSN 2176-1221



## ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

**I SIS Cultura**  
Panamazônia  
Interdisciplinaridade, Desafios e Perspectivas

## Certificado

**Certificamos que TALITA DE MELO LIRA participou da equipe de coordenação do I Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia, ocorrido em Manaus, no Estado do Amazonas, no período de 14 a 17 de outubro de 2014.**

*Elenise F. Scherer*  
Elenise Faria Scherer  
Coordenadora do Evento

*Marlene Corrêa da Silva Freitas*  
Marlene Corrêa da Silva Freitas  
Coordenadora do PPGSCA

**Realização**

**Apoio**

Logos of organizing and supporting institutions: UEA, PPGSCA, CNPq, CAPES, FAPEAM, UEA, PROEXT, and PROPCSP.

## Apêndice D: Acesso a bens e serviços das comunidades da Floresta Estadual de Maués

COMUNIDADES/NÚCLEO	EDUCAÇÃO	SAÚDE	ENERGIA	ÁGUA/SANEAMENTO
<b>São João</b>	Possui 01 Escola com 18 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 02 professores; 02 turmas (1-5) e (6-9), possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento (03 cartelas de paracetamol e 01 soro; Principais doenças: diarreia e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulância concedida pela FAS, mas no período da pesquisa encontrava-se quebrada.	Possui energia elétrica – Programa Luz para Todos; o custo é taxado no valor de R\$ 10,00; tem problemas constante com o abastecimento, ficam o mês todo sem energia, mas a conta vem todo mês.	Possui poço; energia a encanada, que energia utilizada rio. A metade das fossas a outro buraco. O descarte de sólidos é feito buraco onde queimam.
<b>Nova Jerusalém</b>	Possui 01 Escola com 26 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 02 professores; 02 turmas (1-5) e (6-9), possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês. Foi construído 01 refeitório e doado ventiladores pela FAZ.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito na lancha comunitária.	Possui energia elétrica – Programa Luz para Todos; o custo é taxado no valor de R\$ 50,00; tem problemas constante com o abastecimento, ficam o mês todo sem energia, mas a conta vem todo mês.	Possui poço; energia a encanada, que energia utilizada rio. A metade das fossas possuem metade buraco. O descarte de sólidos é feito buraco onde queimam.
<b>Nossa Senhora de Aparecida (Pingo de Ouro)</b>	Possui 01 Escola (funciona em um barracão em situação precária); Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 03 professores; 03 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito no rabeta dos próprios comunitários.	Possui energia elétrica – Programa Luz para Todos; o custo é taxado no valor de R\$ 10,00; tem problemas constante com o abastecimento. A comunidade possui um motor de luz concedido pela FAZ.	Possui poço pela FAS; alguma tem água encanada próprio com. A metade das fossas a outro buraco. O descarte de sólidos é feito buraco onde queimam.
<b>Santo Antônio de Mucajá</b>	Possui 01 Escola com 142 alunos; Funciona o nível médio completo e tecnológico; 12	Possui 01 posto que funciona 24 horas; 01 técnico de enfermagem e 02 agente comunitário de saúde (ACS); recebem medicamento para	Possui energia elétrica – Programa Luz para Todos; o custo é taxado no valor de R\$ 20,00;	Possui poço; energia a encanada, que energia utilizada

	professores; 11 turmas normais e 03 turmas do tecnológico, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês. Escola precisando de reformas.	hipertensão, diabetes e os kits básicos; Principais doenças: diarreia, virose e malária; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre na sede do município; transporte de doente é feito na ambulancha concedida pela FAS. Sempre vai 01 médico que permanece 01 semana do mês na comunidade, mas no ano de 2015 o médico não foi nem uma vez. Falta um laboratório para detectar malária e uma sala para partos.	tem problemas constante com o abastecimento, ficam o mês todo sem energia, mas a conta vem todo mês.	rio As casas só o buracos O descarte de sólidos é feito em lixão at comunit
<b>Menino Deus do Acaoera</b>	Possui 01 Escola com 54 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 03 professores; 04 turmas (1-5) e (6-9), possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, vômito, hipertensão e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulancha concedida pela FAZ.	A energia é viabilizada por um gerador; tempos de iluminação diária é 4 horas (18h00min às 22h00min); a escola recebe 110 litros e cada família contribui com 20,00 reais para completar.	Possui poço, n água encana casa A água utiliza é só para o doméstico, roupa e tom utilizam ág A metade das fossa a outr buraco O descarte de sólidos é feito em buraco onde queim
<b>Ebenezer</b>	Não possui escola, as crianças em idade escolar se deslocam até a comunidade Novo Paraíso, o transporte escolar vem buscá-las.	Não possui agente comunitário de saúde (ACS); o ACS que atende a comunidade Novo Paraíso é que dar assistência na comunidade; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulancha da comunidade Novo Paraíso.	A energia é viabilizada por um gerador; fazem cota entre as famílias. Atualmente o gerador só é ligado para bombear a água para a comunidade.	Possui poço, n água encana casa A água utiliza é só para o doméstico, roupa e tom utilizam ág Todas as casa foss O descarte de sólidos é feito em buraco onde aterra
<b>Novo Paraíso</b>	Possui 01 Escola com 17 alunos; Funciona até o nível fundamental completo	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia e virose; em	A energia é viabilizada por um gerador; tempos de iluminação diária é	Possui poço período da p mesmo enco coma bomb

	<p>– sistema multiseriado; 01 professores; 02 turmas (1-5) e (6-9), possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.</p>	<p>caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulancha concedida pela FAZ.</p>	<p>4 horas (18h00min às 22h00min); a escola recebe 100 litros e cada família contribui com 25 reais para completar.</p>	<p>queimada, utilizam a água para lavar a roupa e tomar banho. Somente as famílias do INCRA possuem buracos para o descarte de resíduos sólidos é feito em um buraco onde se queima.</p>
<b>Vila Darcy</b>	<p>Possui 01 Escola com 45 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 09 professores; 06 turmas normas e 01 que funciona o Pró-jovem no final de semana, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês. Como a escola só dispõe de 01 sala, a escola utiliza 02 centros sociais e a igreja para ministrar as aulas.</p>	<p>Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulancha concedida pela FAZ.</p>	<p>A energia é viabilizada por um gerador; tempos de iluminação diária é 4 horas (18h00min às 22h00min); a escola recebe 110 litros e cada família contribui com 5 reais para completar.</p>	<p>Possui poço, utilizada do mesmo para o consumo doméstico, roupa e tomar banho. utilizam água para lavar a roupa e tomar banho. Aa casas só possuem buracos para o descarte de resíduos sólidos é feito em um buraco onde se queima.</p>
<b>Vila Nova do Maringá</b>	<p>Possui 02 escolas com 98 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 06 professores; 06 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.</p>	<p>Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, vômito, malária e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito pelos próprios comunitários.</p>	<p>A energia é viabilizada por um gerador; tempos de iluminação diária é 3 horas e meia (18h00min às 21h30min); cada família contribui com 4 litros de diesel mensal .</p>	<p>Possui poço, período da mesma época do mesmo encanamento, coma bombas, queimada, utilizam a água para lavar a roupa e tomar banho. Somente as famílias do INCRA possuem buracos para o descarte de resíduos sólidos é feito em um buraco onde se queima.</p>
<b>São Luís do Laranjal</b>	<p>Possui 01 Escola com 18 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 02</p>	<p>Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento</p>	<p>A energia é viabilizada por um gerador; tempos de iluminação diária é 4 horas (18h00min às 22h00min);</p>	<p>Possui poço, utilizada do mesmo para o consumo doméstico, roupa e tomar banho.</p>

	professores; 02 turmas (1-5) e (6-9), possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é pelos próprios comunitários.	recebem 100 litros para escola e os comunitários contribuem com 10 reais para completar.	utilizam água para beber; Aa casas só possuem um buraco onde se despeja o lixo; O descarte de resíduos sólidos é feito em um buraco onde se queima.
<b>Monte Sinai</b>	Possui 01 Escola com 28 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 03 professores; 03 turmas; possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, malária e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulância concedida pela FAS.	A energia é viabilizada por um gerador; tempos de iluminação diária é 4 horas (18h00min às 22h00min); recebem 110 litros para escola e os comunitários contribuem com 10 reais para completar.	Possui poço, utilizado para beber; utilizada do poço para o consumo doméstico, roupa e tomar banho; utilizam água para beber; As casas só possuem um buraco onde se despeja o lixo; O descarte de resíduos sólidos é feito em um buraco onde se queima.
<b>São Bernardo</b>	Possui 01 Escola com 18 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 02 professores; 02 turmas (1-5) e (6-9), possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito pelos próprios comunitários.	A energia é viabilizada por um gerador; tempos de iluminação diária é 4 horas (18h00min às 22h00min); recebem 100 litros para escola e os comunitários contribuem com 10 reais para completar.	Possui poço, utilizado para beber; utilizada do poço para o consumo doméstico, roupa e tomar banho; utilizam água para beber; Aa casas só possuem um buraco onde se despeja o lixo; O descarte de resíduos sólidos é feito em um buraco onde se queima.
<b>São João Batista</b>	Possui 01 Escola com 35 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 04 professores; 04 turmas (1-5) e (6-9), possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Não possui ACS; o agente que atende a comunidade mora em Monte Sinai; não recebem medicamentos; Principais doenças: diarreia e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Liberdade ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulância concedida pela FAZ..	A energia é viabilizada por um gerador; tempos de iluminação diária é 4 horas (18h00min às 22h00min); recebem 100 litros para escola e os comunitários contribuem com 10 reais para completar.	Possui poço; a energia utilizada para beber é encanada, queimada; a energia utilizada para o consumo doméstico é rio; A metade da comunidade possui fossos, a outra metade buracos; O descarte de resíduos sólidos é feito em um buraco onde se queima; a terra é utilizada para plantar.
<b>Santa Luzia da Vista Alegre</b>	Possui 01 Escola com 28 alunos; Funciona até o nível	Não possui ACS; o agente que atende a comunidade mora em Monte Sinai; não	A energia é viabilizada por um gerador concedido	Possui poço; a energia utilizada para beber é encanada, queimada; a energia utilizada para o consumo doméstico é rio; A metade da comunidade possui fossos, a outra metade buracos; O descarte de resíduos sólidos é feito em um buraco onde se queima; a terra é utilizada para plantar.

	<p>fundamental completo – sistema multiseriado; 02 professores; 02 turmas (1-5) e (6-9), possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.</p>	<p>recebem medicamentos; Principais doenças: diarreia, virose e dengue; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Liberdade ou na sede do município; transporte de doente é feito na lancha comunitária.</p>	<p>pela FAS; tempos de iluminação diária é 3 horas (19h30min às 22h30min); recebem 80 litros para escola e os comunitários contribuem quanto podem.</p>	<p>energia utilizada rio</p> <p>A metade possuem fossos, metade buracos</p> <p>O descarte de sólidos é feito em buraco onde queimam</p>
<b>Monte Sinai</b>	<p>Possui 03 Escola com 45 alunos; Funciona até o Ensino Médio – sistema multiseriado; 04 professores; 04 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.</p>	<p>Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito na lancha comunitária.</p>	<p>A energia é viabilizada por um gerador; tempos de iluminação diária é 6 horas (18h00min às 00h00min); mantida pela igreja com o apoio dos comunitários.</p>	<p>Possui poço encanada para casa</p> <p>Metade das fossas a outro buraco dispõe de buracos</p> <p>O descarte de sólidos é feito em buraco onde queimam</p>
<b>Santo Antônio do Pucú</b>	<p>Possui 01 Escola com 35 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 03 professores; 03 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.</p>	<p>Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, virose, reumatismo; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Mucajá ou na sede do município; transporte de doente é feito em uma lancha comunitária.</p>	<p>Possui energia elétrica – Programa Luz para Todos; o custo é taxado no valor de R\$ 10,00; tem problemas constante com o abastecimento, ficam o mês todo sem energia, nesses casos utilizam o motor de luz.</p>	<p>Possui poço; encanada para casa para demais pagas poço</p> <p>Só a escola tem fossa as demais buracos</p> <p>O descarte de sólidos é feito em buraco onde queimam</p>
<b>Liberdade</b>	<p>Possui 01 Escola e um anexo com 98 alunos; Funciona até o nível Médio completo – sistema multiseriado; 09 professores; 09 turmas, sendo 6 do Ensino Fundamental e 3 do Ensino Médio, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.</p>	<p>Possui 01 médico que permanece 16 dias na comunidade, 01 enfermeira, 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe medicamentos; Principais doenças: diarreia, virose, hipertensão, mal de Parkinson, paralisia infantil; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre na sede do município; transporte de doente é feito na ambulância concedida pela FAZ.</p>	<p>Possui energia elétrica – Programa Luz para Todos; o custo é taxado no valor de R\$ 10,00; tem problemas constante com o abastecimento, ficam o mês todo sem energia, mas a conta vem todo mês.</p>	<p>Possui poço; energia a encanada, que energia utilizada rio, no per pesquisa a boca estava que</p> <p>A maioria buracos</p> <p>O descarte de sólidos é feito em buraco onde queimam</p>

<b>São Raimundo</b>	Possui 01 Escola com 55 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 04 professores; 04 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Liberdade ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulância concedida pela FAS.	A energia é viabilizada por um gerador; tempos de iluminação diária é 3 horas e meia (18h30min às 22h00min); cada família contribui com 20,00, mas no período da pesquisa o motor de luz encontrava-se quebrado.	Possui poço; energia a encanada, que energia utilizada rio. No pesquisa a bo encontrava-se  As casas só o buraco  O descarte de sólidos é feito buraco onde queim
<b>Santa Maria do Cicantá</b>	Possui 01 Escola com 28 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 02 professores; 01 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Não possui ACS; o agente que atende a comunidade; não recebem medicamentos; Principais doenças: diarreia, virose e mordida de cobra; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Liberdade ou na sede do município; transporte de doente é feito em um rabeta.	A energia é viabilizada por um gerador; cada família contribui com pode por isso a energia não regular.	Possui poço mesmo en queimado; utili do r  As casas só o buraco  O descarte de sólidos é feito buraco onde queimado e
<b>São José do Cicantá</b>	Possui 01 Escola com 56 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 03 professores; 04 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, virose, vômito e leishmaniose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Liberdade ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulância concedida pela FAS.	A energia é viabilizada por um gerador; recebem 100 litros para escola e os comunitários contribuem com diesel para os finais de semana.	Possui poço; energia a encanada, que energia utilizada rio  A metade possuem fos metade bur  O descarte de sólidos é feito buraco onde queim
<b>Nossa Senhora do Varre Vento</b>	Possui 01 Escola com 62 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 04 professores; 04 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Liberdade ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulância concedida pela FAS.	A energia é viabilizada por um gerador; recebem 100 litros para escola e os comunitários contribuem com 10,00 para completar.	Possui poço; energia a encanada, que energia utilizada rio  A metade possuem fos metade bur  O descarte de sólidos é feito

	a metade do mês.			buraco onde queim
<b>São Sebastião do Pajurá</b>	Possui 01 Escola e 01 anexo com 47 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 04 professores; 04 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Liberdade ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulância concedida pela FAS.	A energia é viabilizada por um gerador; recebem 100 litros para escola e os comunitários contribuem com 15,00 para completar.	Possui poço mesmo encanado; danificado; água do buraco As casas só o buraco O descarte de sólidos é feito no buraco onde queim
<b>São José do Canela</b>	Possui 01 Escola com 18 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 02 professores; 02 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Não possui ACS, são atendidos pelo ACS da comunidade São Francisco do Canela; recebem medicamentos; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre Ponta Alegre ou na sede do município; transporte de doente é feito pelos comunitários.	A energia é viabilizada por um gerador; recebem 100 litros para escola e os comunitários contribuem com 10,00 para completar.	Não possui poço a água do buraco As casas só o buraco O descarte de sólidos é feito no buraco onde queim
<b>São Francisco do Canela</b>	Possui 01 Escola com 25 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 02 professores; 02 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre Ponta Alegre ou na sede do município; transporte de doente é feito pelos comunitários.	A energia é viabilizada por um gerador; recebem 100 litros para escola e os comunitários contribuem com 10,00 para completar.	Não possui poço a água do buraco As casas só o buraco O descarte de sólidos é feito no buraco onde queim
<b>Ozório da Fonseca</b>	Possui 01 Escola com 183 alunos; Funciona até o nível Médio; 8 professores; 11 turmas, sendo 09 de Ensino Fundamental e 03 de Ensino Médio, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 posto; 1 médico que permanece 01 dia na comunidade e 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe medicamento, mas não é suficiente; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Vila Nova (Nova Olinda) ou na sede do município; transporte de doente é feito lancha da igreja	A energia é viabilizada por um gerador; recebem 85 litros para escola e cada família contribui com 5 a 10 litros de diesel.	Possui poço encanada para casa Só as casas professores por as demais buracos O descarte de sólidos é feito no buraco onde queim

		Batista.		
<b>Sagrado Coração de Jesus</b>	Possui 01 Escola com 21 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 03 professores; 03 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Não possui ACS, são atendidos pelo ACS da comunidade Osório da Fonseca; recebem medicamentos; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre em Osório da Fonseca na sede do município; transporte de doente é feito pelos comunitários.	A energia é viabilizada por um gerador; recebem 85 litros para escola e cada família contribui com 5 a 10 litros de diesel.	Não possui poço a água do As casas só o buraco O descarte de sólidos é feito no buraco onde queimam
<b>Santa Marta</b>	Possui 01 Escola com 19 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 02 professores; 02 turmas (1-5) e (6-9), possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, virose e reumatismo; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Vila Nova ou na sede do município; transporte de doente é feito na ambulancha.	A energia é viabilizada por um gerador, como o mesmo encontra-se quebrado cada família utiliza seu próprio gerador.	Possui poço, funciona; utiliza do r Não possuem casa só buraco O descarte de sólidos é feito no buraco onde queimam
<b>São Pedro</b>	Possui 01 Escola, mas no período da pesquisa a mesma encontrava-se sem condições de uso; a escola estava funcionando na sede social e na casa do professor; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 04 professores; 04 turmas; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês e tem meses que não vem.	Possui 01 agente comunitário de saúde (ACS); recebe 01 kit de medicamento; Principais doenças: diarreia, virose, hipertensão e reumatismo; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre no posto de Vila Nova ou na sede do município; transporte de doente é feito pelos próprios comunitários.	A energia é viabilizada por um gerador; recebem 85 litros para escola e cada família contribui com 5 litros de diesel.	Possui poço; energia a encanada, que energia utilizada rio Não possuem casa só buraco O descarte de sólidos é feito no buraco onde queimam
<b>Núcleo 6 irmão</b>	Não possui escola, as crianças estão estudando na comunidade São Pedro.	Não possui ACS, são atendidos pelo ACS da comunidade São Pedro; recebem medicamentos; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial	A energia é viabilizada por um gerador; utilizam 50 litros mensais e o custo é dividido entre as famílias. O tempo de iluminação é de 3	Não possui poço a água do As casas não fossa somer negro O descarte de

		ocorre em Vila Nova ou na sede do município; transporte de doente é feito pelos comunitários.	horas, das 18:00 às 21:00	sólidos é feito em um buraco onde é queimado.
<b>Monte Sinai de Ituense</b>	Possui 01 Escola, mas como não formou turma as crianças estão estudando na comunidade São Pedro.	Não possui ACS, são atendidos pelo ACS da comunidade São Pedro; recebem medicamentos; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre em Vila Nova ou na sede do município; transporte de doente é feito pelos comunitários.	A energia é viabilizada por um gerador; utilizam 50 litros mensais e o custo é dividido entre as famílias. O tempo de iluminação é de 3 horas, das 18:00 às 21:00	Possui poço; energia a encanada, que energia utilizada rio. Somente 2 casas fossa as dem negr. O descarte de sólidos é feito em um buraco onde é queimado.
<b>Vila Nova</b>	Possui 01 Escola com 90 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 05 professores; 05 turmas, possui transporte escolar; a merenda é regular.	Possui 01 posto com 7 profissionais: 5 agente comunitário de saúde (ACS), 1 enfermeira 1 técnica de enfermagem; funciona 24 horas; recebem medicamento; Principais doenças: diarreia e virose, acidentes de trabalho, picada de cobra, ferrada de lacrau; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre nas sedes dos municípios de Itacoatiara, Maués ou Nova Olinda; transporte de doente é feito na ambulancha.	A energia é viabilizada por um gerador; recebem 360 litros da SEMSA E 160 litros da SEMED; o tempo de iluminação diária é de 9 horas, das 08:00 às 12:00 e da 17:00 às 22:00.	Possui poço encanada somente na escola e posto. A metade das casas possuem fossa e metade buraco. O descarte de sólidos é feito em um buraco onde é queimado.
<b>Frente São Jorge</b>	Possui 01 Escola e 1 anexo com 28 alunos; Funciona até o nível fundamental completo – sistema multiseriado; 03 professores; 03 turmas, possui transporte escolar; a merenda é insuficiente, chega até a metade do mês.	Não possui ACS, são atendidos pelo ACS da comunidade São Pedro; recebem medicamentos; Principais doenças: diarreia, vômito e virose; em caso de uma doença mais grave, o atendimento emergencial ocorre em Vila Nova ou na sede do município; transporte de doente é feito pelos comunitários.	A energia é viabilizada por um gerador; cada família contribui com 30,00. O tempo de iluminação é de 4 horas, das 18:00 às 22:00	Possui poço encanada somente nas casas, que energia utilizada rio. As casas não possuem fossa somente negr. O descarte de sólidos é feito em um buraco onde é queimado.